

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

BERENICE GOMES DA SILVA

**A MARCHA DAS MARGARIDAS: lutas sociais e resistências das mulheres
trabalhadoras rurais no Brasil no século XXI**

São Luís

2021

BERENICE GOMES DA SILVA

**A MARCHA DAS MARGARIDAS: lutas sociais e resistências das mulheres
trabalhadoras rurais no Brasil no século XXI**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Ilse Gomes Silva

Área de Concentração: Políticas Públicas e Movimentos Sociais.

Linha de Pesquisa: Estado, Cultura e Políticas Públicas.

São Luís

2021

Silva, Berenice Gomes da

A Marcha das Margaridas: lutas sociais e resistências das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil no século XXI./ Berenice Gomes da Silva. – São Luís, 2021.

207f.

Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

1. Marcha das Margaridas. 2. Mulheres trabalhadoras rurais. 3. Lutas sociais. 4. Comunicação popular. I. Título.

CDU 325.85-055.2

BERENICE GOMES DA SILVA

**A MARCHA DAS MARGARIDAS: lutas sociais e resistências das mulheres
trabalhadoras rurais no Brasil no século XXI**

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª Ilse Gomes Silva (Orientadora)
Doutora em Ciências Sociais – PUC/SP
Universidade Federal do Maranhão

Profª Maria Mary Ferreira (1ª Examinadora)
Doutora em Sociologia – UNESP
Universidade Federal do Maranhão

Profª Silvane Magali Vale Nascimento (2ª Examinadora)
Doutora em Políticas Públicas – UFMA
Universidade Federal do Maranhão

Profª Cristiana Costa Lima (3ª Examinadora)
Doutora em Políticas Públicas - UFMA
Universidade Federal do Maranhão

Profª Luciana Nunes Fonseca (4ª Examinadora)
Doutora em Sociologia – UnB
Universidade de Brasília

Profª Zulene Muniz Barbosa (1ª Suplente)
Doutora em Ciências Sociais – PUC/SP
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Thiago Pereira Lima (2º Suplente)
Doutor em Políticas Públicas – UFMA
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho a todas as pessoas que contribuíram com a luta por justiça social, pelo acesso à terra, à agricultura familiar no Brasil, ao conhecimento crítico e ao fortalecimento das lutas das mulheres trabalhadoras rurais, em especial àqueles que nos deixaram este ano, por motivos diversos, e nos deixaram muitos ensinamentos: à **Profa Dra. Lourdes Bandeira**, da UnB, grande pesquisadora e militante feminista; ao líder camponês **Manoel da Conceição**, incansável luta pela terra; ao amigo e Professor de História do Maranhão e ex vereador por São Luís (MA) **Joan Botelho**; ao jornalista e ex Deputado Estadual **Luiz Pedro**; ao amigo, ex assessor da Contag e ex gestor do MDA, defensor da agricultura familiar e camponesa **Eugênio Peixoto**. E a todas as Margaridas que se inspiram na coragem de Margarida Alves!

AGRADECIMENTOS

Ninguém disse que seria fácil! Eu sabia que a caminhada era longa, mas também sabia que de mais longe eu já vinha. E nesta caminhada, eu sorri, brinquei, chorei, parei, respirei fundo e segui em frente. Mas nunca me senti sozinha!

Por isso, quero agradecer à minha orientadora Profa. Dra. Ilse Gomes Silva, pela orientação paciente, pelo incentivo e liberdade para as minhas escolhas teóricas e metodológicas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) pelo financiamento de três anos deste Pesquisa!

Ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA), especialmente às Professoras, Professores com os quais fiz disciplinas pelas discussões em sala de aula que me fizeram ampliar a minha percepção sobre a realidade de forma mais crítica e compromissada, especialmente, às Professoras Dr^{as} Mary Ferreira, Silvane Magali, Joana Coutinho, Franci Cardoso, Cristiana Lima, Josefa Batista e ao Professor Dr. Benjamin Mesquista.

À Coordenação e Secretaria do PPGPP/UFMA, em nome das Prof^{as} Dr^{as}. Maria do Socorro Araújo e Maria Eunice Damasceno, aos técnicos (as) da Secretaria em nome do Edson e da Ana Maria; aos terceirizados (as) com os quais combinávamos almoços coletivos.

Agradeço às Professoras que participaram desta Banca: Prof^a Dr^a Silvane Magali, com suas contribuições desde a Qualificação do Projeto; Prof^a Dr^a Maria Mary Ferreira pelas sugestões de bibliografia e proposições; Prof^a Dr^a Cristina Costa Lima, pelo aprendizados anteriores à sala de aula e durante a disciplina Movimentos sociais e políticas públicas; à Prof^a Dr^a Luciana Nunes Fonseca, com quem partilho conhecimentos da vida e da ciência; me honra ter como Suplentes a Prof^a Dra Zulene Barbosa e o Prof. Dr. Thiago Lima. Ressalto as contribuições valiosas do Professor Dr. Guilherme Jhonson durante a Qualificação do Projeto, em 2018.

Aos Professor Dr. Marcelo Carneiro, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pelo incentivo e sugestões de material, assim como Kennedy Ferreira (o agoniado que dizia que eu não acabava nunca a tese) e aos Prof^s que ministraram disciplinas no Curso sobre o golpe de 2016, na Pós-Graduação em História da Ufma e no Curso de Extensão com o mesmo tema.

À direção da Contag por abrir as portas para a realização desta Pesquisa desde o Mestrado em 2006, e nesta etapa do Doutorado eu agradeço em nome da Mazé Moraes, Coordenadora da Marcha 2019, em nome de todas as dirigentes e à toda a Assessoria em nome do Antonio Lacerda e a Carol.

Às ex dirigentes e ex Assessoras da Contag pelos quais nutro reconhecimento e afeto, pois nos tornamos parceiras de vida e de outras lutas, especialmente, a Rose Marie, do Maranhão, Raimundinha de Mascena, Carmen Foro, dirigente da CUT nacional, ambas coordenaram a primeira, segunda e a terceira Marcha, à ex Assessora Sara Deolinda, minha amiga linda cuja amizade começou pelo elo com as Margaridas e que me deu sugestões de Bibliografia, além de compartilhar da sua tese.

À diretoria da FETAEMA em nome de Ângela Silva, atual Presidenta, Lígia Daiana Pereira, Coordenadora Estadual da sexta Marcha no Maranhão, Gercina Vieira Marques, Secretária Estadual de Mulheres desta Federação e Coordenadora da sétima Marcha, em 2023, pelas entrevistas e pelos convites para participar das atividades das Margaridas.

Agradeço especialmente à Assessoria da FETAEMA: primeiramente à Sueli Abreu, que sempre me acolheu e por quem sou grata, pois sem ela eu não teria conseguido tantas informações; à querida Mara Monteiro, sempre solícita; à Ana Tereza Ferreira, amiga de vários temas, Doutoranda em Ciências Sociais, à Luciane Ferreira e aos demais Assessores (as).

Agradeço a todas as entrevistadas e ao entrevistado do MSTTT, das dirigentes às bases: o apoio da Elânia Ribeiro do STTR de Paulino Neves, Raimundinha, que hoje é vice-prefeita, à Arlete do Tingidor, às companheiras de Tutóia; ao Igor de Sousa que me apresentou à Edsonete, Coordenadora do MIQCB na região do Mearim e com o apoio dela consegui as entrevistadas com as quebradeiras de coco deste Movimento.

Agradeço às pessoas amigas queridas que me apoiaram diretamente neste trabalho com sugestões, contribuições teóricas e as que colocaram a “mão na massa”, na Normalização com afinco à amiga Bibliotecária pela Regina Veiga, na transcrição de entrevistas e outras tarefas: Talita Setúbal, Dione Freitas, Yuri Azevedo, José Queiroz Neto, Claudio Pinheiro, Marinalva Macedo, Fernando Braga, Nathalie Saturnino (minha sobrinha).

À minha turma de 2017, que juntava o pessoal do Mestrado e do Doutorado, com quem compartilhei as alegrias, as barreiras da vida e que em alguns momentos nos articulamos em prol de questões coletivos que foram as barreiras da acessibilidade das nossas colegas Zeneide Cordeiro, primeira aluna cega da Pós-Graduação da UFMA e Maria Aparecida Araújo, surda, pena que não tenhamos conseguido ajudar como elas precisavam.

Aos amigos, amigas e colegas do Doutorado pelo apoio, torcida conjunta e as importantes articulações que fizemos: Priscilla Costa, Talita Nascimento, Rosemverck Estrela, Adriana Alvarenga e aos demais que tive a oportunidade de conviver.

Agradeço o apoio firme da minha família, principalmente nas horas que mais precisei e que pude reconhecer a importância que eles e elas têm. Também por me proporcionarem o encontro com Deus, os ensinamentos de amor de Jesus Cristo. Como são inúmeros familiares, vou agradecê-los em nome da minha mãe Cecília Gomes da Silva, do meu pai, Firmino Soares da Silva (*in memoriam*), dos mais velhos Elias Gomes e Raquel Raquel Gomes e dos mais novos em nome da minha querida irmã quase gêmea, minha conselheira Loide Gomes, seu esposo Pastor Chagas Ferreira e a todas as Ls, às minhas cunhadas Maria Aldenir Nunes e Socorrinha; às sobrinhas Gabriela, Nathalie, Kelly, Vanessa e aos sobrinhos-netos: Dannie, Sophie, João Lucas, Débora e à Lara Cecília. Tanta gente e ainda falta gente!

À minha querida tia Mirtes, seus filhos e filhas por terem me acolhido em sua casa quando eu vim estudar em São Luís, em nome de Timóteo Cantanhede, incentivador e conselheiro, Ângela, minha personal de caminhada, Angélica e à Ana Maria pelos cuidados no momento delicados.

Aos amigos e companheiros de longas datas: Alzira e Washington de Oliveira, com os quais compartilho momentos da luta e da vida, pelo apoio, pelas conversas sobre os desafios da vida e sobre outros tempos difíceis como este no país.

Aos companheiros e companheiras de lutas e de sonhos: Cecília Amin, Ana Marinho, Salvio Dino, Neto Queiroz, Cricielle, Abenaias, Francimar pelo apoio nas orações, Fernando Magalhães, Benedita Freire, Itevaldo Júnior, Francisco Valdério, Saulo Pinto, Roberta Gomes, Magda Gonçalves, Isabelle pela torcida. Em nome da Cecília Amin eu agradeço a acolhida na sua casa na praia de Panaquatira,

especialmente, às crianças com as quais voltei a brincar e a buscar a leveza da vida: Isabela, Tatá, José e João Mateus.

À Karina e Dario, por terem me recebido e me dado apoio na Pousada em um momento em que precisei me recolher para estudar!

Ao TCE/MA pelos aprendizados mais recentes, especialmente da Escola Superior de Contas (Escex), em nome da minha chefe/parceira Jane Marta, do colega Bibliotecário José Ribamar Nojosa, Geiziane, Wellington Salmito e outros (as).

Aos amigos e maninhos de Brasília Mercês Parente, amiga inseparável de criação e das tarefas impossíveis, Ana Netto, Vera Azevedo, Adriana Mendes, Manoel Timbó, Célia Orlato, Jorge e Anete, Cris Queiroz e Renata e aos que estão espalhados pelo Brasil e no exterior: Douglas Oliveira, Roseli Andrade (Nana), Dora Cabanilha, Fernanda Muñoz e muitos outros (as).

Às queridas Noêmia Rocha, Euzinha e Lourdes pelo apoio, amizade e pelo respeito mútuo! Aos meus novos vizinhos Salete e Rafael Barra, por me ouvirem e apoiarem em alguns momentos delicados. Aos amigos do Cursinho De Boas, em nome da Josira, André, Josewânia, Mariana e Djamim, pela aposta na educação popular.

Preciso concluir os Agradecimentos, mesmo com o risco do esquecimento, deixo o meu agradecimento a: Adriana Costa, Andréa Katiane Costa, Marineide Doca, Marla Silveira, Maristela, Maria Lúcia, Cleudenice, Neto Queiroz pela irmandade e encontros. Às queridas biblioamigas Cléa Nunes, Leoneide Brito, Conceição Carvalho (Concitetinha), Lúcia Cristina pela convivência e anos de amizades.

Aos amigos e amigas que ganhei durante o Doutorado: Zeneide, Wagner, Marinalva, Ângela Mañunga, Talita Setúbal, Safira, Jackeline e às amigas de momentos finais: Luriana e Livia Rachel pelo encorajamento. E ao mais que amigo que (re) encontrei e partilhamos experiências de vida: Carlos Augusto - que ainda hei de encontrar!

Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal
A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina
Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar
Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar
(Música: Triste, louca ou má, de
FRANCISCO EL HOMBRE)

LISTA DE SIGLAS

- ALB - Amazônia Legal Brasileira
- AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras
- ANA - Associação Nacional de Agroecologia

AP	-	Ação Popular
AS	-	Assistência Social
ATER	-	Assistência Técnica e Extensão Rural
BPC	-	Benefício da Prestação Continuada
CEBS	-	Comunidades Eclesiais de Base
CEDOC	-	Centro de Documentação
CF	-	Campanha da Fraternidade
CNBB	-	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNDM	-	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNQMTR	-	Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural
CNV	-	Comissão Nacional da Verdade
CONSEA	-	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	-	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	-	Comissão Pastoral da Terra
CUT	-	Central Única dos Trabalhadores
DNTR	-	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
FETAEMA	-	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão
FETRAF	-	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FGTS	-	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	-	Fernando Henrique Cardoso
FUNRURAL	-	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LAI	-	Lei de Acesso à Informação
LGBTQIA+	-	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexo e Assexuais
MAB	-	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAMA	-	Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
MDA	-	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB	-	Movimento de Educação de Base

MIQCB	-	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MM	-	Marcha das Margaridas
MMC	-	Movimento de Mulheres Camponesas
MMM		Marcha Mundial de Mulheres
MMTR – NE	-	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MMTRs	-	Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA	-	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	-	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
MSTTR	-	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MTR	-	Mulheres Trabalhadoras Rurais
ONG'S	-	Organizações Não-Governamentais
PADRS	-	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável
PCB	-	Partido Comunista Brasileiro
PEC	-	Proposta de Emenda à Constituição
PNAD	-	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNH	-	Plano Nacional de Direitos Humanos
PNISPCF	-	Política Nacional Integral de Saúde das Populações do Campo e da Floresta
PNPM	-	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNRA	-	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPA	-	Programa de Aquisição de Alimentos
PRONAF	-	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PRONERA	-	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRORURAL	-	Programa de Assistência e Previdência Rural
PT	-	Partido dos Trabalhadores
Rede LAC	-	Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe
SINDOMÉSTICO	-	Sindicato das trabalhadoras Doméstico
SPM	-	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SUPRA	-	Superintendência de Política de Reforma Agrária
SUS	-	Sistema Único de Saúde
TICs	-	Tecnologias de Informação e Comunicação

- UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
- UITA - União Internacional de Trabalhadores em Alimentação,
Agricultura e Afins
- UMB - União de Mulheres Brasileiras

RESUMO

Esta tese tem como objeto de estudo a Marcha das Margaridas, uma ampla mobilização das mulheres trabalhadoras rurais brasileiras que se somam a diversos movimentos feministas rurais e urbanos para reivindicar do Estado políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero. O nome desta Marcha faz referência à líder sindical Margarida Alves, assassinada em 1983 a mando de fazendeiros da região de Alagoa Grande, na Paraíba. Ao denunciar a situação em que vivem as mulheres trabalhadoras rurais, as “Margaridas” apresentam uma pauta política que se contrapõe ao modelo de desenvolvimento capitalista que é concentrador, excludente, patriarcal representado pelo agronegócio que degrada o meio ambiente e compromete a vida dos povos do campo, das águas e das florestas e dos seus territórios. A referência empírica da Pesquisa é a sexta edição desta Marcha, realizada em 2019. Têm como pressupostos que as raízes determinantes da formação da sociedade brasileira é a concentração de terras, a expropriação, a exploração, o patriarcado e o racismo elementos estruturantes do sistema capitalista. Nesta perspectiva, o Objetivo Geral analisar a Marcha das Margaridas, no intuito de compreender como ela se constitui de uma ação “específica” para uma perspectiva de classe, popular e feminista. Quanto aos objetivos específicos: a) Analisar como ocorre a geração e o uso da informação integrantes do processo de comunicação e da educação popular; b) Analisar as estratégias adotadas, na perspectiva de ampliação da participação popular; c) Identificar os elementos centrais da conjuntura política no Brasil, no período em questão, com ênfase nos direitos sociais e nas políticas públicas para as mulheres trabalhadoras rurais; d) Identificar as particularidades que envolvem a organização desta Marcha no Maranhão. Os resultados da Pesquisa evidenciam que a conjuntura política nacional interfere diretamente no caráter e no posicionamento político apresentado na Marcha das Margaridas. Outro elemento determinante são as estratégias adotadas: a mobilização, a geração e o uso da informação e da comunicação popular, as políticas de formação e de finanças que contribuíram para ampliar o objetivo inicial desta Marcha – dar visibilidade às mulheres trabalhadoras rurais -, constituindo, portanto, o seu caráter anticapitalista, antirracista, feminista, popular e socioambientalista.

Palavras - chave: Marcha das Margaridas. Mulheres trabalhadoras rurais. Lutas sociais. Informação e Comunicação populares. Anticapitalista. Antipatriarcal. Brasil.

ABSTRACT

This thesis has as its object of study the March of Margaridas, a strategy for mobilizing rural women workers that configures itself as an expression of social struggle and brings together various feminist and rural and urban women's movements. The self-organization of rural women workers emerged in Brazil, in the 1980s, in the context of struggles of social and popular movements, particularly in rural unionism and influenced by the feminist movement and sectors of the progressive Catholic Church. The March of Margaridas resulted from this process and emerged, in 2000, influenced by international feminist struggles against neoliberalism to counteract the situation of poverty and exploitation of women and also the reorganization of urban unionism. The objective of the research is to analyze the March of Margaridas, as an expression of social struggles carried out by rural women workers, in order to understand how it reconfigures itself from a "specific" mobilization to a broader perspective of a class, popular and feminist character. To investigate this process, I analyzed how this March was constituted in organizations and movements of rural women workers and its relationship with the trade union movement and the feminist movement, and also how the process of generating and using information, of popular communication, that together with the construction of the agenda and political formation are used as strategies in this March as they are part of its political and ideological project. The empirical analysis took place during the Marcha das Margaridas 2019, in its local organization, in Maranhão, and also in its realization in Brasília (DF). Analyzes indicate that this March expanded its strategy of gaining visibility and demanding "specific" programs for women for a broad mobilization in defense of democracy against labor and social security reforms, in addition to proposing a new model of society that opposes the capitalism in its most predatory phase, represented by ultraliberalism. To this expansion I attribute the insertion of broad sectors of social, popular and feminist movements, as well as the expansion and radicalization of the agenda that became even a political platform and the Brazilian situation after the 2016 coup that deepened the neoliberal agenda, removed rights and revealed the contradictory character of the Brazilian state and society.

Keywords: March of the Daisies. Rural working women. Social struggles. Information. Popular communication. Perspective Popular. Anti-capitalist. Anti-patriarchal. Brazil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO18

2 MOVIMENTOS, LUTAS SOCIAIS DO CAMPO E A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS34

2.1 Movimentos sociais: o caráter de classes e popular35

2.2 Lutas sociais no campo e a constituição dos primeiros movimentos de mulheres trabalhadoras rurais50

2.2.1 Lutas sociais no campo: camponeses(as) e sindicalismo rural50

2.2.2 Movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil: as primeiras organizações60

2.3 Neoliberalismo, desigualdades e a concepção feminista de desenvolvimento65

2.4 Movimentos sociais no Brasil hoje: jornadas, marchas e ativismos digitais73

3 INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO POPULAR, FORMAÇÃO POLÍTICA COMO ESTRATÉGIAS75

3.1 Geração e uso da informação76

3.1.1 A informação na perspectiva crítica e estratégica79

3.1.2 A informação como um direito à memória e à verdade84

3.2 A comunicação popular como prática de luta pela liberdade democrática87

3.2.1 Comunicação e mobilização social96

3.3 A formação política como práxis educativa da educação popular e feminista100

4 SOMOS TODAS MARGARIDAS: lutas sociais, negociação e resistências103

4.1 Antecedentes e a organização da primeira Marcha das Margaridas104

4.1.1 Aspectos político-organizativos do movimento sindical e a inserção das mulheres trabalhadoras rurais: uma via de mão dupla104

4.1.2 Elementos externos que influenciaram a organização da primeira Marcha107

4.2 A realização da primeira Marcha das Margaridas: auto-organização, diversidade e unidade política110

4.2.1 A organização interna e as parceiras110

4.2.2 Questões centrais da pauta e os resultados da primeira Marcha114

4.3 A agenda das políticas públicas nos governos Lula e Dilma118

4.3.1 O marco legal das políticas para as mulheres118

4.3.2 Questões centrais da pauta e os resultados (2003 – 2015)120

4.4 Os desafios da Marcha 2019: “novo” cenário, velhas lutas126

4.4.1 O desmonte das políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: resistência e a proposta de um novo modelo de sociedade126

4.4.2 A Plataforma política: das lutas “específicas” às lutas anticapitalistas, antipatriarcais, antirracistas e ambientalista132

4.4.3 Atividades realizadas e balanço político133

4.5 Nossa terra têm palmeiras, sabiás e Margaridas: a participação das trabalhadoras rurais do Maranhão na Marcha 2019142

4.5.1 Organização, a mobilização e as parcerias: as estratégias adotadas no Maranhão.142

4.5.2 As pautas em destaque148

4.6 Os desafios pós-marcha para as mulheres trabalhadoras rurais do Maranhão157

5 CONCLUSÃO164

REFERÊNCIAS174

APÊNDICES184

APÊNDICE A: ROTEIRO DA ENTREVISTA – COORDENAÇÃO ESTADUAL - MA184

APÊNDICE B: RELAÇÃO DE ENTREVISTADAS (OS)186

1 INTRODUÇÃO

Retomei o tema desta pesquisa sobre as lutas das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MTR), em 2017, após iniciar o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, em meio a uma situação política adversa no Brasil de retirada de direitos da classe trabalhadora em geral. Os (As) trabalhadores (as) rurais, por exemplo, enfrentavam fortes ameaças de perdas dos direitos previdenciários, dentre estes, a aposentadoria especial; e, no caso das mulheres, a licença maternidade, além de outros direitos. O retorno à “vida acadêmica” se constituiu, ao mesmo tempo, animador e um desafio político, que certamente influenciou de maneira direta na realização desta Pesquisa, considerando os condicionantes históricos e conjunturais, que refletiram diretamente nas minhas análises que são frutos de reflexões e experiências pessoais e coletivas.

O cenário político no Brasil se agravou em 2016, com o golpe parlamentar, jurídico e midiático, que destituiu a então Presidente Dilma Rousseff, eleita democraticamente, em 2014, e que se acentuou com os Governos Temer e Bolsonaro com o aprofundamento da agenda ultraliberal, que tem levado ao desmonte do Estado e das políticas públicas, comprometendo a soberania do nosso país. Em 2020, a pandemia expôs as desigualdades sociais e atingiu a grande maioria da população, sobretudo, as periféricas, negras, rurais, pessoas em situação de rua e os demais desprovidos da proteção social do Estado. A complexidade dessa problemática, que abrange uma crise política, econômica, sanitária e ambiental revela o esgotamento do sistema capitalista.

As “incertezas” causadas pelo avanço da pandemia da COVID-19 e pelo negacionismo que se espalhou pelo mundo, além da política genocida do Governo Bolsonaro condenaram a maioria da população, principalmente, de quem vive na periferia das grandes cidades à morte, ao desemprego, à pobreza e à violência policial. O “isolamento social”, que para a classe média do serviço público e das empresas privadas modificou a relação com o trabalho que passou a ser realizado de forma remota, enquanto os (as) trabalhadores (as) dos serviços precarizados e o trabalho presencial, em grande medida, foi considerado como essencial, como é o caso dos porteiros, trabalhadoras domésticas, diaristas, motoristas e as categorias que sobrevivem do emprego informal.

As decisões tomadas pelo Governo Bolsonaro da não priorização de compra da vacina e a não adoção de medidas de isolamento, logo no início da pandemia, resultaram em mais de seiscentas mil vidas perdidas. Mais grave ainda, é o negacionismo que tem disseminado teorias sem fundamentos científicos, contrariando as recomendações das organizações de saúde, por meio das falsas notícias (*fake news*) com o objetivo de causar dúvidas na população. Resultando que, a Terra “passou a ser redonda” e a vacina passou a ser sinônimo de dúvidas para uma parcela da população.

A situação tem se agravado, diante do aumento do desemprego que atinge mais de treze milhões de brasileiros (as), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em julho de 2021, o aumento da inflação, da gasolina, dos alimentos, da energia elétrica, do gás de cozinha e a redução do poder de compra da população, em geral, causam desesperos em milhares de pessoas.

Diante desse cenário sombrio e de constantes ataques à democracia no Brasil e demais países da América Latina, restou-nos a solidariedade, a fé e a necessidade de nos debruçar sobre a realidade, buscando compreendê-la como parte de um sistema capitalista global de uma sociedade dividida em classes sociais, e a particularidade dos problemas da formação da sociedade brasileira.

A defesa da vida e a preocupação em sanar a fome da população mais vulnerável, que já era pauta dos movimentos sociais e das organizações políticas, desde períodos anteriores, voltaram a somar-se com a defesa da democracia, dos direitos sociais e da soberania nacional, como no final dos Anos de 1970, na Campanha contra a Carestia.

Nesse cenário marcado pelo isolamento social, pelo aumento da violência contra as mulheres, jovens negros, de descaso com os investimentos na pesquisa e nas universidades, ainda vivenciamos a maior autoridade do país agir com descaso para com as vidas das pessoas atingidas pela Covid -19. O Sistema Único de Saúde (SUS), que já vinha sendo atingido pelo congelamento de recursos manteve a sua diretriz estruturante de universalidade, conforme estabelecida na Constituição de 1988, em contraposição à ideologia liberal de desmonte das políticas públicas e de redução do papel do Estado. As instituições de pesquisa e profissionais da saúde demonstraram, que com investimento é possível salvar vidas.

Por isso, além da resistência ao desmonte das políticas públicas e às violações de direitos humanos, torna-se necessário resgatar a esperança da população sobre a necessidade da defesa da democracia, de recuperação dos investimentos públicos, do emprego e, de forma mais ampla, de reconstrução do Brasil e de um mundo melhor. Foi com esse horizonte que busquei dar continuidade aos estudos sobre a Marcha das Margaridas (MM).

Mas quem são as “Margaridas? O que elas reivindicam?”. São perguntas motivadoras que serviram como “fio condutor” da pesquisa desenvolvida no Mestrado em Sociologia, no Ano de 2006, na qual investiguei o significado de gênero, os seus desdobramentos empíricos e como ele é apreendido pelas mulheres trabalhadoras rurais, que compõem essa Marcha. É uma Marcha inspirada em Margaridas Alves¹, trabalhadora rural assassinada, em 1983, em frente à sua casa na presença dos seus filhos, no Município de Alagoa Grande na Paraíba, no Nordeste brasileiro, a mando de fazendeiros locais.

Com o surgimento do novo sindicalismo, no início dos Anos de 1980, os direitos conquistados pelos (as) trabalhadores (as) urbanos (as), anos mais tarde, passou a ser reivindicado pelos (as) trabalhadores (as) rurais, no entanto, as mulheres ficaram de fora desse processo. Somente em meados de 1980, com a sua organização, as trabalhadoras rurais organizadas no sindicalismo rural fortaleceram as suas reivindicações. Desse modo, é que atribuo que o processo de organização política das “Margaridas”, iniciou-se nessa década. No Brasil, o marco do reconhecimento de tais direitos foi a partir da Constituinte, em 1986, como veremos no Capítulo 2.

No final dos Anos de 1990, as mulheres trabalhadoras rurais se somaram a diversos movimentos feministas e de mulheres² para organizarem uma Marcha, que tinha como objetivo, dar visibilidade às suas lutas e reivindicar do Estado, políticas públicas para enfrentar as desigualdades de gênero no meio rural brasileiro. Os estudos desenvolvidos, anteriormente, foram fundamentais para compreender a

1 Margarida Maria Alves foi uma das primeiras mulheres a dirigir um Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e a sua atuação fez valer os direitos trabalhistas contra vários fazendeiros, por meio de processos jurídicos. Além do STR fundou junto com outras lideranças camponesas, incluindo Manoel da Conceição, o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, iniciativa voltada para a educação de trabalhadores e trabalhadoras. (FUNDAÇÃO MARGARIDA MARIA ALVES, 2021).

2 A referência a movimentos feministas e de mulheres ocorre pelo fato de considerarmos que nem todo movimento de mulheres se reivindica feminista.

relação entre a Marcha e o sindicalismo rural, e, também, com os movimentos feministas, que nesse caso considero as diversas matrizes teóricas e opções políticas desse movimento, que tem como eixo comum sua definição como pensamento, a ação política e militante - em suas diversas formas - cujo referencial de análise é o conceito de gênero e/ou as mulheres como sujeitos.

Em relação aos movimentos feministas no Brasil, recorro aos estudos da Pesquisadora e Professora Dra. Mary Ferreira, para quem a ascensão do feminismo ao mundo público se deu na virada do Século XX para o Século XXI, momento em que a sociedade brasileira, ainda vivenciava inúmeros desafios para consolidar o seu projeto político e democrático, e ressalta as desigualdades regionais e os processos de exclusão realizados pelo próprio estado. A citada autora ressalta ainda, o que denominou de um conjunto de dilemas da sociedade brasileira no contexto dos Anos de 1990, que ela considera como grandes desafios, diante da fragmentação e desmobilização da sociedade. Entretanto, é...

[...] também do seu interior que devemos estabelecer estratégias de lutas e mobilizações, em busca da cidadania plena. As demandas sociais por novos direitos – por longo tempo renegadas na história desse País – encontram-se, nas últimas décadas, como que esquecidas nas páginas das constituições em muitas estantes ou nas gavetas dos tribunais. (FERREIRA, 2007, p. 50).

Ao abordar os movimentos sociais e os feminismos como parte desses movimentos, a preocupação central de Ferreira (1999) é demonstrar, que os feminismos se inserem nas lutas políticas e que, portanto, a sua “especificidade” não significa que se tratam de ações isoladas ou fragmentadas; mas sim, inseridas no conjunto das outras lutas. Em se tratando da MM, isso demonstra que há uma relação expressa entre o feminismo e os movimentos sociais populares, particularmente, o movimento sindical rural cutista. Já o movimento sindical rural e a organização das próprias mulheres trabalhadoras rurais, localizam-se no contexto das lutas sociais do campo, como apresento no Capítulo 2.

Retomando às “Margaridas”, outras denominações atribuídas a elas estão relacionadas às suas atividades produtivas, às questões étnicas que conferem a identidade política: agricultoras familiares, assentadas, quilombolas, extrativistas, pescadoras, ribeirinhas (SILVA, 2008). Embora haja uma diversidade de representação política, neste estudo o conjunto das participantes e envolvidas nesta Marcha são denominadas de **mulheres trabalhadoras rurais** cuja Marcha organizada por elas se inicia nos municípios, segue pelos Estados e na esfera

nacional é realizada em Brasília, a cada quatro anos, motivadas pelo lema “**Somos todas Margaridas.**”

Mais recentemente, pelo menos, desde a Marcha de 2015, as “Margaridas” se autodenominam ***mulheres do campo, das águas e das florestas***, nomenclatura relacionada diretamente aos diversos lugares que compõem o chamado Brasil rural. É a partir das comunidades, que elas elaboram uma pauta de denúncias sobre a realidade onde vivem, de reivindicações e de proposições de políticas públicas para transformar tal realidade marcada por desigualdades. Exigem uma vida digna no campo, com respeito, direitos sociais, igualdade de gênero, políticas públicas e se confrontam com o modelo de sociedade em que vivem.

Na prática, significa que a Ana, Adriana, Ângela, Márcia, Benedita, Sueli e muitas outras são todas Margaridas. No decorrer do processo, os homens que apoiam a organização e participam dessa Marcha são chamados de “cravos”.

Persistir nessa temática significa realizar um esforço, contribuindo para manter viva a memória e a resistência das mulheres rurais, e, também, das mulheres negras, indígenas, quilombolas, com deficiência, imigrantes e de toda a diversidade das mulheres que vivem no campo nas diversas regiões do país, na América Latina e no mundo. São mulheres cujos corpos são marcados pela exploração e a expropriação do capitalismo selvagem, que muitas vezes lhes custa a vida. Custa também, a vida de centenas de trabalhadores e trabalhadoras assassinados nas lutas pela terra e em defesa dos seus territórios.

Mais que um mero objeto de estudo, a MM possibilita diversas análises, em diferentes áreas e/ou campos científicos, tais como: Sociologia, Antropologia, Ciência Política, História, Estudo de Gênero e Feminismo, Design e com abordagens interdisciplinares e distintas. Dentre as possibilidades de análises encontram-se: a) a relação com o Estado diante das reivindicações que exigem respostas; b) a relação com os movimentos sociais, em especial, os movimentos sociais do campo; d) o uso de práticas pedagógicas e a mística no processo de educação popular; e) a formação política e a formação sócio-histórica; f) a organização da produção e o papel das mulheres na economia; g) as narrativas, memórias e histórias de vida das trabalhadoras rurais de caráter individual e coletiva, dentre outras.

Esta pesquisa foi iniciada, como tema: **A Marcha das Margaridas: democracia, participação e informação**³ e no percurso investigativo se afunilou para analisar as estratégias de lutas das Margaridas, em contextos de lutas sociais no Brasil, no Século XXI: a geração e o uso da informação, a formação política, a geração e o uso da informação e da comunicação popular e a ampliação da pauta apresentada ao Estado – de políticas específicas para a luta por direitos e democracia.

Para retratar a MM, parto de uma abordagem histórica acerca dos movimentos sociais, sindical e populares, no período contemporâneo brasileiro, a partir dos Anos de 1980, particularmente, do movimento sindical rural identificado como Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), ou seja, o movimento sindical ligado ao Sistema da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), onde surge essa Marcha. Já a influência do feminismo, ou melhor, dos feminismos - no plural - diz respeito aos movimentos feministas, tendo em vista que se tratam de movimentos coordenados por mulheres sindicalistas rurais; e pelos movimentos de mulheres e feministas, que são denominadas de parcerias da Marcha em voga.

Desse modo, utilizo a categoria **mulheres trabalhadoras rurais** para além da representação política, mas pela questão das lutas desses sujeitos pelos direitos e pelo reconhecimento como trabalhadoras, isto é, pertencem à classe trabalhadora, portanto, possuem caráter de universalidade, conforme Silva (2008).

Em relação ao uso da categoria trabalhadoras rurais no lugar da categoria “camponesas”, tal opção consiste por se tratar de trabalhadoras cujo reconhecimento do seu trabalho e a sua inserção no sindicalismo resulta de um processo de organização, e lutas das mulheres no Brasil no final dos Anos de 1980, como veremos no Capítulo 2.

No caso da categoria “camponês”, embora permaneça atual, “passou a ser sinônimo de resistência dos (as) trabalhadores (as) do campo contra o monopólio da terra e da exploração pelos latifundiários (MEDEIROS, 1989), ele se remete ao

3 O referido Projeto de Pesquisa foi apresentado em 2017, via Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA para a concessão de bolsa de doutorado, no entanto, como todo projeto de pesquisa, houve ajustes teórico-metodológicos após a qualificação deste projeto, em agosto de 2018.

período posterior às Lutas Camponesas com a criação dos sindicatos, a partir da Década de 1970,1989.

A afirmação **mulheres** ultrapassa a especificidade, pois se refere à reivindicação de uma condição que também é política. A autodenominação “**trabalhadoras**” diz respeito ao reconhecimento do trabalho, à sindicalização e ao trabalho produtivo no meio rural ou campesino.

Portanto, trata-se de categorias políticas de afirmação e de pertencimento à classe **trabalhadora**. A menção ao meio rural (“**rurais**”) se justifica pela realidade onde esses sujeitos vivem e produzem para além do espaço geográfico, mas de muitos significados: relações sociais, produtivas, trajetórias, lugares de histórias, memórias e de lutas individuais e coletivas. No entanto, nessa Pesquisa, ao adotar a categoria mulheres trabalhadoras rurais, não desconsidero a categoria camponês, pelo contrário, muitas vezes, tornam-se sinônimos, o uso dessa categoria ocorre pelo reconhecimento à luta pelos direitos, que levou os trabalhadores e trabalhadoras do campo a se reivindicar como tal.

Ao me propor atualizar este estudo iniciado no Mestrado, tenho a pretensão de aprofundar o tema e apresentar novas questões, a fim de contribuir para a reflexão sobre a realidade do campo, em particular, das mulheres trabalhadoras rurais. Assim, o novo componente desta pesquisa é o esforço de compreender a MM na perspectiva de uma luta antissistêmica, anticapitalista e de classe social, interligando assim, as categorias: contradição, movimentos sociais de classe e feminismo. Essa concepção é vista de forma articulada em que gênero, raça e classe social não significam apenas a adição de novos conceitos ou categorias, mas como categorias estruturantes do capitalismo, e, em particular, da sociedade brasileira, como afirma Saffiotti (2013).

Além de elucidar as contradições existentes no meio rural e os conflitos inerentes à sociedade brasileira dividida em classes sociais, as relações sociais são hierárquicas e marcadas pelo racismo, o patriarcado e outros demarcadores de desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais, regionais etc. Nesse sentido, esta pesquisa tem uma perspectiva histórica, teórica, analítica e empírica, possui uma complexidade e múltiplas dimensões (econômicas, políticas, sociais e teóricas que envolvem gênero, raça e classe social) e, ao mesmo tempo, uma particularidade: uma Marcha protagonizada por MTR, que se somam ao movimento feminista e de mulheres urbanos.

Neste estudo, a sexta MM realizada em 2019 - referência empírica desta pesquisa – tem como ênfase as estratégias de luta e os conteúdos que dão sentido político a essa luta social. Ao considerarmos a Informação, a Comunicação Popular, a formação política e a construção da pauta como estratégias políticas recorro às edições anteriores, para demonstrar como as estratégias e os objetivos se adequaram às demandas de cada período. A construção das pautas de 2019 tem como temas: Democracia, Previdência, Agroecologia, Saúde e Violência, questões definidas como mais relevantes pelos (as) entrevistados(as); e, também, identificadas nos documentos com recorrência em meio ao conjunto da pauta.

As estratégias de Informação, Comunicação Popular e Formação Política são instrumentos de luta adotados, em geral, pelos movimentos sociais e populares e do movimento feminista, componentes que conferem a identidade política dessa Marcha. Assim, eu parti das seguintes questões problematizadoras:

1. O que confere o caráter de classe, antirracista, popular, feminista e ambientalista desta Marcha?
2. Como são definidas as estratégias de mobilização e participação política na MM?

Nesta pesquisa, a MM se configura como expressão das lutas sociais, tendo em vista que é composta por frações dos movimentos sociais populares, e, também, por se tratar de um amplo processo de mobilização dos movimentos sindical rural e dos movimentos feministas e de mulheres. Portanto, embora ela não seja um movimento social e popular, mas uma forma de luta, ela é influenciada diretamente por esses movimentos, e, por sua vez, as estratégias e os conteúdos adotados são parte do projeto político e ideológico de tais movimentos. Outrossim, essa Marcha é constituída, majoritariamente, pelas mulheres sindicalistas rurais ligadas ao sistema CONTAG, organizada em federações nos Estados e em sindicatos rurais (MSTTRs) nos municípios.

O significado conferido à MM é retomado neste trabalho, a partir da análise sobre a forma de organização em rede de movimentos feministas e de mulheres, por isso, ressaltamos o caráter solidário e internacional (América Latina⁴) dessa Marcha,

⁴Os movimentos de mulheres trabalhadora rurais integram a União Internacional de Trabalhadores em Alimentação, Agricultura e Afins (UITA). Nas edições anteriores da Marcha a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (REDE LAC) foi uma das entidades parceiras.

próprio das lutas de classes, como é o caso das redes feminista e redes produtoras e de relações sociais nas esferas: nacional, regionais e estaduais.

Nos Anos de 1980, o destaque é a emergência dos movimentos sociais, populares e sindicais sobre os quais destaco o surgimento das organizações de MTR, as relações com o principal evento político – a Constituição de 1988 -. Posteriormente, observo como ocorre a relação com o Estado nas reivindicações das políticas públicas, nos Anos de 1990 e nos Anos de 2000.

Ao analisar a MM, no período de 2015 a 2019, perpasso um período de mais de quatro décadas de organização das mulheres trabalhadoras rurais, na tentativa de demonstrar que a MM resultada desse amplo processo de lutas sociais no Brasil. Da mesma forma, busco identificar os avanços, as contradições e os retrocessos, como parte da luta política.

Ao longo de mais de vinte anos dessa Marcha, a sua pauta vem sendo ampliada, assim como a participação dos movimentos de mulheres urbanas, negras, indígenas e outras. Porém, não se trata de analisar as lutas das mulheres de forma linear, mas a emergência de movimentos, mobilizações, marchas e protestos, como novas formas de expressão da luta social cujas configurações envolvem experiências, sujeitos, pautas e reivindicações distintas, como vimos nos estudos de Bordalo (2011).

No entanto, percorrer um período tão abrangente só se tornou possível, devido ao trabalho das nossas antecessoras nos estudos feministas, de gênero e mulheres, dentre as quais destaco: Heleieth Saffiotti (2013); Elizabeth de Souza Lobo (2021); Mary Ferreira (1999; 2007; 2010; 2014); Ilse Gomes Silva (2010; 2016) Renata Gonçalves (2013; 2018) e as pesquisadoras dos estudos sobre mulheres rurais: Carolina Araújo Bordalo (2011; 2016); Maria Ignez Paulilo (2007; 2016); Carmen Deere (2004); Sara Deolinda Pimenta (2013; 2016); Vilência Aguiar (2011; 2015); Rosineide Cordeiro (2011); Andrea L. Butto Zarzar (2008; 2010; 2017); dentre outras.

Destaco ainda, a contribuição de pesquisadoras e militantes feministas maranhenses, dentre elas, a professora Iêda Batista, pioneira nesses estudos sobre as trabalhadoras rurais no Maranhão, pesquisadora Silvane Magali do V. Nascimento (2013) e inúmeras pesquisadoras (es) que realizaram estudos sobre as mulheres camponesas, assentadas e extrativistas no Maranhão. O percurso de mais de uma década de estudos sobre a MM, também contribuiu para o alcance dos objetivos desta Pesquisa.

A análise sobre a MM é realizada em um momento de grande produção de teóricas e militantes feministas em nível internacional, como Silvia Federicci (2018)⁵, Nancy Fraser *at al.* (2018) e outras. Nesse período de ampliação, elaboração e reformulação do pensamento feminista pode ser considerado como uma forma de conhecimento da nossa própria história.

Em relação ao método, o marxismo oferece um importante arsenal teórico para analisar a MM, ainda que existam limites próprios de qualquer teoria. Diferente de estudos anteriores, nesta pesquisa as MTR são analisadas como sujeitos inseridas em um projeto de orientação política e ideológica da classe trabalhadora localizada no campo brasileiro. Por conseguinte, reafirmamos a formulação de Galvão (2011, p.107) para quem, “a despeito do interesse do marxismo pelo estudo do movimento operário, não há uma teoria marxista dos movimentos sociais plenamente desenvolvida e articulada.” Isso ocorre:

[...] porque as contribuições dos autores vinculados ao marxismo, sobretudo os clássicos, priorizaram a discussão das formas partido e sindicato, bem como a relação entre ambas. Nesse sentido, o movimento operário era o movimento social por excelência. (GALVÃO, 2011, p.107).

De acordo com a citada autora, “a noção de movimento social estava vinculada à condição de classe operária e à luta entre capital e trabalho.” (GALVÃO, 2011, p.107). Entretanto, para além dessa luta existem outros determinantes, a exemplo das situações de exploração e apropriação das mulheres, inclusive sua relação com a terra, o território, o meio ambiente etc.

Federicci (2018) ao explicar a relação entre o capitalismo e a violência contra as mulheres localizou em suas pesquisas sobre a caça às bruxas, que as raízes dessa violência continuam cada vez mais crescentes nos dias de hoje, em todo o mundo. Para ela,

[...] há cada vez mais evidências de que as causas na raiz dessa atual onda de violência são as novas formas de acumulação de capital, que envolvem a desapropriação de terras, a destruição das relações comunitárias e uma intensificação na exploração do corpo e da mão de obra das mulheres. Em outras palavras, a nova violência contra as mulheres tem sua raiz nas tendências estruturais constitutivas do desenvolvimento capitalista e do poder estatal em todas as épocas (FEDERICI, 2018, p. 91).

5 Silvia Federicci, ativista e pesquisadora ítalo-americana, esteve no Brasil em 2019 e percorreu diversas capitais e tivemos o privilégio de recebê-la em São Luís, em momentos de debates, dias 10 e 11 de outubro, e reuniu pesquisadores e pesquisadoras, assim como em outro momento em que esteve no espaço cultural do MST com mulheres representantes dos movimentos sociais e feministas. (CASTRO, 2019).

De Abordagem Qualitativa, esta pesquisa retrata a MM no cenário político brasileiro, sem perder de vista as relações e o contexto do capitalismo na América Latina e no mundo, que marcam a realidade e influenciam nas ações desenvolvidas pelo feminismo, e, em particular, das MTR. Isso não significa, que pretendemos dar conta da complexidade e de todos os elementos da realidade brasileira e mundial no período estudado, mas captar as questões centrais que norteiam a nossa investigação, sempre relacionando teoria e prática, evidenciando as suas particularidades presentes no Brasil em que essa Marcha se insere.

Desse modo, parto dos seguintes Pressupostos:

- a) A formação da sociedade brasileira sofre os efeitos diretos do capitalismo global cuja base estrutural é a concentração de riqueza, a exploração da classe trabalhadora e a expropriação de bens econômicos onde se insere os recursos materiais, materiais e a formação ideológica;
- b) A MM amplia o seu objetivo inicial de se constituir, enquanto uma mobilização para dar visibilidade às mulheres trabalhadoras rurais no Brasil para uma ação mobilizadora, inserida em um projeto político e ideológico da classe trabalhadora, questão que configura o seu caráter anticapitalista, antirracista, ambientalista, feminista e popular.
- c) A realização dessa Marcha, desde o seu surgimento ao período de analisado (2015-2019) é influenciada pela conjuntura política do Brasil, internacional; nesse caso, marcado pela ameaça à democracia e pela retirada de direitos sociais;
- d) A informação, a comunicação popular, a educação popular são estratégias que fazem parte do projeto político, ideológico⁶ e de emancipação da classe trabalhadora, (movimento sindical rural), e, portanto, fazem parte das estratégias dos movimentos sociais, sindical e populares.

A reestruturação ou a crise do capitalismo global trouxe consequências para as relações políticas e econômicas, acarretando mudanças significativas nas

6 Sobre ideologia EAGLETON (1997); SNOW (1986); MANNHEIN (1972).

formas de organização do trabalho e das lutas da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, as tecnologias digitais, apesar das contradições e dos grupos oligopolistas que lucram com essas tecnologias, de alguma maneira, contribuíram para a mobilização e para ampliar a participação na MM, em 2019; entretanto, não de forma única e exclusiva, como veremos durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Nesse sentido, o eixo central desta Pesquisa é a configuração política e as estratégias adotadas pela MM, e sua relação direta com o sindicalismo rural, os movimentos feministas, e, também, com o Estado brasileiro em relação às demandas de políticas públicas. Essas questões, de certa forma, foram apresentadas na pesquisa exploratória desenvolvida no Mestrado. Ao continuarmos estes estudos, reafirmamos a percepção dessa Marcha como um movimento político que nos possibilitou, inclusive, a compreensão de como ela agrega diversos movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras - rurais e urbanas - que constituem unidade em torno de uma pauta, sem perder de vista suas diferenças.

A questão fundante desta pesquisa é buscar apreender o caráter de classe, popular e feminista dessa Marcha, haja vista que se trata de uma expressão da luta social, que pode ser configurada também, como uma estratégia ou uma ampla mobilização em rede de movimentos de mulheres e feministas, anteriormente apreendida como um novo movimento social. Portanto, embora haja diferenças entre os movimentos e as organizações que compõem a Marcha, persistimos na busca de apreender o que é comum, ou seja, os elementos que dão unidade a esse movimento político, insurgente, transformador do feminismo com a perspectiva de classe social que luta pela emancipação, não apenas das MTR; mas da classe trabalhadora.

A perspectiva da luta de classes incorporada ao feminismo, enquanto teoria e prática política representa uma radicalidade das lutas das mulheres e do movimento feminista, como propõe Saffioti (2013, p. 40).

O encaminhamento teórico das questões postas pelo cruzamento no modo de operação e das relações entre a determinação comum sexo e a determinação essencial do sistema capitalista de produção – a divisão da sociedade em classes - impunha que revissem, criticamente, os dois tipos correntes de abordagens dos problemas femininos por duas razões [...].

A primeira razão à qual a autora se refere é o conteúdo e o teor interpretativo de tais abordagens. A segunda, relaciona-se com a escolha de subsistemas, que compõem o sistema inclusivo do capitalismo internacional e possibilitam, ao mesmo tempo, extrair as determinações genéricas do capitalismo na

forma peculiar, que é utilizada em cada momento histórico desse tipo estrutural e na fase de retomada de tais determinações, em forma mais concreta (SAFFIOTI, 2013).

O percurso metodológico, conforme assinala Bordalo (2011, p.10) é,

Esse caminho longo e acidentado trilhado pelos movimentos de mulheres nos revela a necessidade de conciliar as dimensões que envolvem o seu cotidiano e as possibilidades locais de engajamento e organização com este cenário político mais amplo. Neste caso, nosso interesse se direciona para as mulheres trabalhadoras rurais e os significados de uma experiência que, se não é restrita e localizada, possui contornos específicos e se articula com processos distinguíveis de outros tantos.

Assim, partimos de um “objeto” aparentemente específico – uma Marcha composta por mulheres trabalhadoras que vivem no meio rural – para analisá-la, em um contexto mais amplo do Brasil contemporâneo marcado pelas lutas, pela redemocratização do país, pela participação popular, por políticas públicas resultantes da pressão ao Estado e, dentre elas, as políticas para as mulheres. Nesse processo investigativo, nós nos deparamos com o desmonte das políticas públicas e a retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, problemas socioambientais e uma crise política, não apenas de representação; mas, principalmente, o que autoras como Chauí (2021) chamam de “colapso da democracia.”

O recorte temporal é o período de 2015 a 2019, em que se localiza a quinta e a sexta edição da MM 2019, perpassando pelo período anterior, que é o golpe de 2016, no Brasil, culminando com a fase posterior, o desmonte do Estado brasileiro. Esse período interfere diretamente nas ações e nas relações sociais desses sujeitos e do conjunto da classe trabalhadora, e na sua forma de mobilização e de relação com o Estado. Isso justifica a pesquisa empírica centrar-se na Marcha de 2019. Ademais, consideramos o percurso de estudos sobre o período anterior a esta Marcha.

Ao lançarmos mão de pesquisas voltadas para “casos específicos” pretendemos avançar para contextos mais amplos, conforme ressalta Bordalo (2011). Desta feita, os subeixos funcionam como fios condutores, que na educação popular denominamos de “linha do tempo”; não funcionando de forma linear, pois além da historicidade, a luta social é dialética, movimentam-se e, as contradições estão postas na realidade somente precisando ser evidenciadas.

Os subeixos foram definidos da seguinte forma: i) a trajetória de luta das MTRs no contexto dos movimentos sociais, em especial, do campo; ii) a relação com o Estado, por meio das reivindicações apresentadas nas pautas; iii) O surgimento e a

realização das seis Marchas; iv) a ênfase na geração e o uso de informação, a comunicação popular e a formação política, como parte de um projeto político com viés de classe, gênero, raça, etnia e outros demarcadores de desigualdades.

Objetivo Geral é analisar a MM, no intuito de compreender como essa mobilização se constitui de uma ação “específica” para uma perspectiva de classe, antirracista, popular e feminista.

Objetivos específicos:

a) Analisar como ocorre a geração e o uso da informação, como parte do processo de comunicação e educação popular presentes na organização Marcha em questão; b) Identificar as estratégias adotadas na construção da pauta, na formação política, nas parcerias voltadas para a ampliação da participação popular nessa Marcha com ênfase; c) Analisar a organização da Marcha de 2019, com destaque para os elementos centrais da conjuntura política brasileira, no que se refere à ameaça democracia e aos retrocessos das políticas públicas para as mulheres e dos direitos sociais, d) Analisar a MM, em 2019, no Maranhão, tendo como referência as particularidades da realidade do Maranhão, ressaltando a organização interna ao movimento sindical, relação com a base social e as organizações parceiras.

Durante a fase preliminar de observação empírica desta pesquisa surgiram algumas questões secundárias confrontadas, que envolvem a relação entre teoria e prática e perpassam todo o processo de investigação. Tais questões foram transformadas em **Premissas ou hipóteses**, por se tratarem de afirmações apriorísticas:

- a) A contribuição do movimento sindical, popular e do feminismo se expressa na trajetória de lutas das mulheres trabalhadoras rurais, assim como nas pautas e nas estratégias adotadas nessa Marcha;
- b) A MM surge a partir de reivindicações específicas dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, ao mesmo tempo, influenciada pelo contexto do neoliberalismo no Brasil e no mundo, questão que contribuiu para que hoje, a Marcha tenha avançado para uma perspectiva de transformação do sistema capitalista;
- c) Dentre as estratégias adotadas na MM, a construção de uma pauta de unidade que agrega diversos movimentos de mulheres e feministas, certamente com tensionamentos internos, não

compromete a perspectiva de emancipação e de insurgência do feminismo e da classe trabalhadora;

- d) A ampla participação política das MTRs do Maranhão na MM tem se fortalecido à proporção que as mulheres se auto-organizam no âmbito do sindicalismo rural, tendo como principais mecanismos as ações afirmativas, a exemplo das cotas, da paridade de gênero e as cotas geracionais.

Para se contrapor ao projeto dominante de desenvolvimento no Brasil, além das estratégias citadas, a articulação com os movimentos sociais rurais e urbanos foram fundamentais para o reconhecimento da MM, como a maior mobilização de oposição ao governo Bolsonaro, em 2018 e 2019. Diferente de outras organizações e mobilizações políticas, a geração de informação e a comunicação popular, por meio da utilização das novas tecnologias digitais não substituiu as “formas tradicionais” de comunicação e mobilização oral e presencial (o chamado corpo a corpo), a exemplo das reuniões nas comunidades e os contatos denominados de “boca a boca.”

A operacionalização da Pesquisa envolveu três etapas que não ocorrem como etapas isoladas, mas se misturam e se complementam: Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental e Pesquisa de Campo, conforme descrevemos:

1. Pesquisa Bibliográfica utilizada para aprofundar e atualizar os estudos sobre a trajetória dos movimentos de MTR e da MM;
2. Pesquisa documental: acesso e análise do material produzido pela Coordenação Nacional e Estadual da Marcha (Maranhão), em suas seis edições, com destaque para 2019: cartilhas, folders, cadernos de formação e os materiais eletrônicos, visuais, audiovisuais (vídeos, música, *spot* de rádio e tv) produzidos e disponibilizados no site da CONTAG;

Pesquisa de Campo realizada durante as seguintes fases:

1. Organização e mobilização da Marcha, ocorridas entre 2018 e 2019, perpassando diversos eventos políticos realizados pela Secretaria de MTR da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA);
2. Participação e observação *in loco* na Marcha, em Brasília, em agosto de 2019;

3. Acompanhamento da Avaliação da delegação do Maranhão na Marcha 2019, realizado em dezembro do mesmo ano, em reunião do Conselho Político desta FETAEMA, com a presença das Coordenadoras Regionais;
4. Realização de entrevistas com dirigentes sindicais de base e coordenadoras do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), via WhatsApp e formulário eletrônico, durante o mês de maio de 2020, período da 1ª fase da pandemia do coronavírus.

Da Pesquisa de Campo, destacamos: i) a participação nas atividades preparatórias da MM 2019, realizadas em São Luís; ii) as entrevistas com a Coordenadora Estadual da Marcha no Maranhão; iii) os contatos diretos com a assessoria, as Coordenadoras Regionais em atividade na FETAEMA, e, ainda, com as entidades parceiras; iv) a observação *in loco* e; v) O contato com as Coordenadoras de organizações parcerias, como o MIQCB (Região do Mearim e Cocais) e dirigentes da base sindical rural, especialmente, da Regional dos Lençóis Maranhenses para a realização de entrevistas.

A exposição do resultado da pesquisa está organizada em três Capítulos: No **Capítulo 1: MOVIMENTOS, LUTAS SOCIAIS E A LUTA DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS** apresento breve debate sobre movimentos sociais e populares no Brasil, na perspectiva de classe, considerando o período de redemocratização do país. Retomo às lutas ocorridas no campo, a partir da Década de 1960, que influenciaram o surgimento do movimento de MTR, nos Anos de 1980. Resgato ainda, o contexto de neoliberalismo, nos Anos de 1990 no Brasil, período que antecede a realização da primeira Marcha, em 2000.

O Capítulo 2 retrata **AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS ADOTADAS NA MARCHA DAS MARGARIDAS**, com destaque para a informação, a comunicação popular, a educação popular, a formação política como práxis educativa e feminista, e a construção da pauta.

No Capítulo 3 apresento **A MARCHA DAS MARGARIDAS 2019**, remetendo a sua trajetória desde 2000 até o “novo” cenário da sexta Marcha em 2019, no período dos governos Temer e Bolsonaro. Apresento a forma de auto-organização, a agenda das políticas públicas e o retrocesso dessas políticas. Contém também, a

radicalidade da Marcha em 2019, incluindo as pautas mais relevantes e a participação da delegação do Maranhão nessa Marcha.

No Capítulo 4: SOMOS TODAS MARGARIDAS: lutas sociais, negociação e resistências traz os antecedentes da primeira Marcha em 2000, assim como os aspectos político-organizativos do movimento sindical rural da CONTAG que coordena esta Marcha, com destaque para o protagonismo das mulheres. Destaco ainda, os elementos centrais da conjuntura política brasileira no que se refere às políticas públicas para as mulheres trabalhadoras rurais e aos direitos sociais.

2 MOVIMENTOS, LUTAS SOCIAIS DO CAMPO E A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

Neste Capítulo apresento um breve debate acerca dos Movimentos sociais: o caráter de classes e popular (Seção 2.1) com ênfase nos denominados “movimentos sociais classistas” em um esforço de aprofundamento teórico, a partir do debate proposto por três autores (as) Galvão (2011); Machado (2015) e Pinheiro (2010). Inspirados em Poulantzas (2000), consideram problemática a categoria “movimentos sociais”, mas mesmo reconhecendo os limites dessa categoria, apresentam proposições sobre o potencial da teoria marxista (em geral) para os movimentos sociais. Para tanto, destaco as categorias movimentos sociais classistas, luta de classes e classes sociais e a categoria “popular” muito utilizada no Brasil, sobretudo nos Anos de 1980.

Na Seção 2.2 discorro sobre “As lutas sociais no campo e o surgimento das primeiras organizações das MTR no Brasil”, com destaque nos Anos de 1980, período em que surgem as primeiras organizações de MTR cujo acúmulo de lutas, posteriormente desembocou no surgimento da Marcha analisada nesta Pesquisa.

Na Seção 2.3 apresento alguns elementos que considero como centrais no debate sobre Neoliberalismo, desigualdades e gênero: antecedentes da primeira MM, ocorrida nos Anos de 1990 que subsidiou a atuação dos movimentos de mulheres e feministas em nível mundial, incluindo o surgimento da Marcha Mundial de Mulheres e, conseqüentemente, a MM.

2.1 Movimentos sociais: o caráter de classes e popular

Os movimentos sociais constituem um tema de pesquisa, largamente estudado na academia sob diferentes abordagens, e uma vasta bibliografia resultante de estudos e pesquisas. Na Década de 1980, os estudos se concentraram nos chamados novos movimentos sociais, que surgiram durante o processo de luta contra a ditadura militar e em defesa da democracia, na tentativa de analisar suas formas de organização, proposta política, base social e relação com o Estado.

Nesta breve abordagem sobre movimentos sociais, não incorporamos o debate sobre as teorias contemporâneas desses movimentos, tais como: os movimentos antiglobalização, o ativismo transnacional, as teorias pós-coloniais ou descoloniais, e nem os novos ativismos ou protestos sociais. Embora a MM esteja inserida no contexto dos novos protestos e configure-se como uma nova prática de expressão e de contestação social, este estudo não abarcará as novas formas de expressão e ativismos antiglobalização e políticas em escala e nas redes sociais.

A partir do final dos Anos de 1990 e, mais precisamente, nos Anos de 2000 no Brasil, é reconhecida a presença significativa da teoria marxista e a utilização da categoria classes sociais nos estudos sobre os movimentos sociais. A esse respeito, Galvão (2011) apresenta questões preliminares desse debate, acerca da construção de uma teoria marxista dos movimentos sociais:

Embora hoje seja possível identificar o interesse intelectual pelo marxismo, uma teoria marxista dos movimentos sociais é uma tarefa a ser realizada. Não temos a pretensão de efetuar-la, mas tão somente de sistematizar alguns pontos que nos parecem fundamentais para uma análise marxista dos movimentos sociais. (GALVÃO, 2011, p.108).

Em sua proposição Galvão (2011) ressalta que a contribuição do marxismo para a análise dos movimentos sociais, tem como objetivo destacar os elementos que permitem diferenciar uma análise inspirada na perspectiva teórica marxista das demais, baseadas em duas hipóteses: a primeira hipótese é que, em se tratando do interesse do marxismo pelo estudo do movimento operário, não há uma teoria marxista dos movimentos sociais plenamente desenvolvida e articulada. Isso, porque as contribuições dos autores vinculados ao marxismo, sobretudo os clássicos, priorizaram a discussão das formas partido e sindicato, bem como a relação entre ambos.

Nesse sentido, o movimento operário era o movimento social por excelência, de modo que a noção de movimento social estava vinculada à condição

de classe operária e à luta entre capital e trabalho. Essa perspectiva foi desafiada, não apenas pela eclosão dos chamados “novos movimentos sociais” nos Anos de 1960; mas também, pelas teorias elaboradas para explicá-los. E acrescenta que:

As perspectivas teóricas que se constituíram e que se tornaram dominantes no “campo”, sobretudo nos anos 1980, foram forjadas em oposição ao marxismo, buscando negar a relevância da dimensão de classe e a centralidade da luta de classes: quer seja a teoria dos novos movimentos sociais, da mobilização de recursos, da mobilização política (esta em menor medida) e do reconhecimento. De modo geral, para essas perspectivas, a mobilização se produz a partir de fatores sociais e exprime objetivos culturais, pós-materialistas (como valores, identidades, reconhecimento), de modo que não seria possível (nem faria sentido) relacioná-la ao pertencimento de classe dos atores mobilizados. (GALVÃO, 2011, p. 107-108).

Na segunda hipótese, a autora considera que, ainda que haja lacuna a respeito da análise marxista sobre os movimentos sociais, o marxismo dispõe de um arsenal teórico considerável de elementos para realizar essa tarefa. Para tanto, considera necessário debater duas questões: 1) Qual a relação entre classes e movimentos sociais? 2) Como analisar as diferentes formas que a contestação social assume no capitalismo contemporâneo? (GALVÃO, 2011).

Diante do exposto, constatamos que não se trata apenas de distanciamento ou de ausência de uma concepção de classe nos movimentos sociais, em muitos casos se explica pelo fato do conceito de classes populares ter sido considerado como sinônimo ou mesmo, em substituição ao conceito de classes, conforme destaca Pinheiro (2015), para quem mesmo que o conceito de classes populares seja um conceito operacional para fins descritivos, ele é insuficiente como definição teórica e ressalta que:

Os movimentos sociais podem ter uma demanda e um objetivo, mas também podem ter uma ou outra, já que uma demanda por definição é uma reivindicação de algo percebido como uma carência, não implica em um fim visado, nem este àquela. Entretanto, como objetivo para os movimentos sociais significa em primeira instância, influenciar a opinião da sua potencial base social sobre determinada matéria, ou um público mais amplo que essa base, este objetivo aparece intimamente ligado à demanda em todo movimento. (PINHEIRO, 2015, p. 110).

Para Galvão (2011, p.107), “Essa perspectiva marxista foi desafiada não apenas pela eclosão dos chamados ‘novos movimentos sociais’ nos anos 1960, mas também pelas teorias elaboradas para explicá-los.” E ressalta que a identificação desses movimentos como “novos” se deu em função do processo, que resultou na recriação de espaços públicos, a partir do cotidiano desses sujeitos, à sua

heterogeneidade, concepções políticas, e, ainda, pela diversidade de manifestações de luta e organização de base, que se diferenciavam das décadas anteriores.

Em sua contribuição à teoria política marxista dos “movimentos sociais”, Machado (2015) enfatiza que é necessário uma reformulação mais precisa desse termo, pois ele está defasado. Uma das hipóteses apresentadas sobre a defasagem é que “os movimentos sociais são representações defasadas de classe na cena política.” (MACHADO, 2015, p. 2). Além de não termos uma única explicação, essa é uma das definições mais difíceis das Ciências Sociais, mas qualquer definição sobre movimentos sociais possui limites, como afirma o citado autor.

Ainda que os conceitos sobre movimentos sociais apresentem limites, faz-se necessário debatermos tais limites para demonstrarmos a influência de tais conceitos em mobilizações contemporâneas, organizadas em redes de movimentos, expressões de “identidades” de novos sujeitos (mulheres, gays, lésbicas, transsexuais e outros), novos ativismos ou lutas sociais, como é o caso da MM. Ressaltamos que diferentemente da pesquisa realizada no Mestrado, essa Marcha não é conceituada como movimento social.

Assim, como os(as) autores(as) mencionados(as), debatermos sobre a Marcha ou sobre um ou mais movimentos sociais utilizando a abordagem marxista não significa que haja consenso, até mesmo porque nos referimos a **marxismos**, no sentido de haver diversas correntes e não uma explicação única, dogmática sobre os estudos desenvolvidas por Marx e seus(as) sucessores(as) teóricos(as) – dos clássicos aos contemporâneos.

Portanto, me refiro a definições controversas, seja de movimentos sociais ou sobre as teorias marxistas. A propósito desse debate, Maria da Glória Gohn cuja abordagem sobre movimentos sociais é considerada “defasada” pelo menos em se tratando de teóricos (as) marxianos, apresenta uma síntese na conclusão de sua obra sobre Teorias dos movimentos sociais, pertinente para esta problematização: “Talvez a única conclusão geral a que chegamos é a de que não há uma teoria única, assim como não há uma só concepção para o que seja movimento social, e não há também um só tipo de movimento social.” (GOHN, 2000, p. 327).

Ao realizar um panorama acerca das pesquisas sobre movimentos sociais no Brasil e na América Latina, Gohn (2000) destaca dois períodos: 1950 e 1960. Para a autora as teorias fundamentadas no paradigma marxista até os anos de 1950, as

abordagens sobre movimento social “sempre esteve associado ao de lutas de classes e subordinado ao próprio conceito de classe, que tinha centralidade em toda análise.” (GHON, 2000, p. 330). A autora reforça que, ao mesmo tempo, o conceito de movimentos sociais também era utilizado em compreensões amplas, abrangendo períodos históricos amplos e completa:

Denominavam-se movimentos sociais as guerras, os movimentos nacionalistas, as ideologias radicais: nazismo, fascismo etc; assim como as ideologias libertárias e religiosas (Bertrand Russel, 1960). Os estudos críticos, associados à perspectiva marxista, inseriram sempre a teoria marxista, inseriram sempre o conceito de movimentos sociais na questão reforma ou revolução (Hobsbawn, 1970). O paradigma teórico mais amplo era o dos processos de mudança e de transformação social. Havia a crença, fundada em análises objetivas da realidade social, na existência de um sujeito principal daqueles processos: a classe trabalhadora. Consequentemente, a maioria dos estudos empíricos teve como objeto o movimento operário ou camponês, os sindicatos e os partidos políticos (GOHN, 2000, p. 330-331).

De acordo com a autora, como as categorias relacionadas à organização da classe passaram a considerar que a organização da classe e o processo de formação da consciência social eram centrais no projeto de sociedade que se almejava, a preocupação em diferenciar movimentos ou organizações, inclusive porque as organizações davam suporte aos movimentos. Vale destacar que, sobre a produção de estudos específicos, até a década de 1960, grande parte da produção voltou-se para as análises sobre o movimento operário, particularmente, nas lutas sindicais (GOHN, 2000).

Portanto, corroboro a autora na sua afirmação de que não há uma teoria única e tão somente um só tipo de movimento social. Ademais, a teoria marxista, também não é a única teoria definida, nem consensuada, mas esta constatação não justifica incorrer em um relativismo desproporcional, ainda que em debate criterioso. O esforço é apresentar uma concepção que considere o caráter popular e de classe para que possamos analisar esta Marcha, a partir da perspectiva marxista.

Para Machado (2015), o entendimento sobre “movimentos sociais” implica em discutir dois conceitos: classes sociais e luta de classes. Da mesma forma que Machado (2015), Galvão (2011), também propõe discutir estes mesmos conceitos, porém, excluindo do conceito de classes o componente renda e a ocupação, pois ambos são insuficientes para definir a classe social. Para a autora, as classes são compreendidas “como força social em ação não podem ser consideradas como meros

reflexos da posição na estrutura econômica: o economicismo anula a política ao derivar o comportamento político da situação objetiva de classe, (GALVÃO, 2011).

Galvão (2011); Machado (2015) e Pinheiro (2010) se fundamentam em Poulantzas (1981) para realizar suas análises acerca dos movimentos sociais e populares, tendo como categorias sobre classe social, luta de classes, a relação com o Estado. Assim, suas análises explicativas afirmam a existência de multideterminações e a recusa de um determinismo unilateral. O conceito de classes é definido simultaneamente no nível econômico, político e ideológico e não exclusivamente, na produção, isto é, na esfera econômica.

Para Bensaid (1999), a definição de classes fundamentada em Marx implica em uma relação conflitual com outras classes. Ademais, “as classes se revelam **no e pelo** movimento do *Capital*” (BENSAÏD, 1999, grifo nosso). Para este autor, “A estrutura social de classe não determina, portanto, mecanicamente a representação e o conflito políticos” (BENSAÏD, 1999).

Machado (2015, p. 1), propõe duas formulações baseadas na concepção de Poulantzas (1981) e sintetizadas da seguinte forma:

a autonomia específica do Estado burguês em relação à luta de classes que obriga as classes a politicamente organizarem as suas demandas em direção ao próprio Estado; 2) em decorrência desta autonomia, as defasagens entre as práticas políticas de classes e a “cena política” como lugar privilegiado da ação aberta das forças sociais por meio das representações de classe.

O próprio Poulantzas (1981 apud MACHADO, 2015, p. 9) já demarca no início da sua obra sobre *O Estado, o poder e o socialismo*, de 1981, que “Toda teoria política deste século [referindo-se ao século XX] sempre propõe no fundo, abertamente ou não, a mesma questão: qual a relação entre Estado, poder e as classes sociais?.” E ressalta ainda que se refere àquele século, mas nem sempre foi assim e não necessariamente, dessa forma, pois foi necessário que o marxismo abrisse caminho. E prossegue: “Toda teoria política desde Max Weber, ou é um diálogo com o marxismo ou prende-se a ele. Em sã consciência, quem se preocuparia ainda em negar a relação entre o poder e as classes dominantes?.”, questiona Poulantzas (1981 apud MACHADO, 2015, p. 9-10) sobre a relação direta entre Estado, poder e classes sociais.

Ainda sobre as formulações desses dois autores, Galvão (2011) apresenta as diferenças entre ambos e ressalta a contribuição de Poulantzas para uma definição de classe que supere o economicismo, de um lado, e a superação da indeterminação

e do relativismo absoluto. Isto significa que o conceito de classe é concebido, ao mesmo tempo, no nível econômico e ideológico (POLANTZAS, 1981 apud MACHADO, 2015). Já a ideia de classes central para Bensaid (1999 apud GALVÃO, 2011) é que não se trata de uma soma dos níveis econômico, político e ideológico, mas de uma totalidade relacional.

A autora reconhece a contribuição dos dois teóricos e acrescenta ainda que “O conceito de classe, concebido a partir dessas balizas, permite-nos sustentar a possibilidade estrutural da ação coletiva: a exploração e a dominação de classe delimitam um campo de interesses, que vai ser construído na luta de classes.” (GALVÃO, 2011, p. 110).

Retomando a ideia central de Bensaid (1999, p. 153 apud GALVÃO, 2011, p. 111), além da classe social ser constituída de uma totalidade relacional e não a soma de unidades individuais, ele destaca a questão do conflito de classes para quem, a classe só tem sentido se houver relação de conflito com outras classes, portanto, “as classes revelam-se no e pelo movimento do *Capital*.”

Galvão ressalta que o próprio Poulantzas (1981) revisou análises de seus trabalhos anteriores e enfatizou que a relação do Estado com a produção já é problemática, ou seja, com a “base econômica”. Tal questão depende da posição adotada pelo Estado com as relações de produção e, por sua vez, com as lutas de classes.

O papel decisivo do Estado nas relações de produção e na luta de classes já está presente em sua formação, portanto, em sua reprodução. [...] Ora, se o Estado desempenha o papel que acabo de indicar, permanece a tese de que, ao contrário do que se lê atualmente, o poder não se identifica e não se reduz, no marxismo, ao Estado. [...] Se considerarmos no processo de produção a primazia das relações de produção sobre as forças produtivas, somos levados a considerar que as relações de produção sobre as ligações que as compõem (propriedade econômica/posse) traduzem-se por poderes emanantes dos lugares em que essas ligações se delineiam [...]. (POULANTZAS, 1981 apud GALVÃO, 2011, p. 33).

Estas e outras questões relativas aos conceitos de classes sociais e lutas de classes que implicam na relação com o Estado e o poder, corroboram para reiterarmos a posição de que não se trata apenas de evidenciar os conflitos, mas destacar “a importância da oposição de classes na emergência e estruturação dos movimentos sociais, uma vez que os conflitos que se expressam estão, em parte, relacionados aos efeitos da exploração e da dominação capitalistas”, destaca (GALVÃO, 2011, p. 110).

Aproximando a análise sobre a MM das questões apresentadas pela autora, consideramos que a estrutura de classes nos movimentos sociais é a mesma, particularmente os movimentos que compõem esta Marcha (de caráter feminista, antirracistas e anticapitalistas) pertencem a mesma classe, isto é, à classe trabalhadora.

as diferentes conjunturas políticas e “as mudanças produzidas na conjuntura, como forma de “articular estrutura e conjuntura a fim de explicar por que e em que sentido as classes agem. Nesse sentido, os conflitos sociais são a manifestação de contradições estruturais, agravadas por problemas conjunturais. Os conflitos se expressam de diferentes formas, em diferentes intensidades, e exprimem conteúdos distintos, a depender do perfil político-ideológico das organizações que assumem o papel de mediação da ação dos dominados. (GALVÃO, 2011, p. 110).

Deste modo, torna-se mais adequado a utilização do conceito de classes trabalhadoras no plural, considerando que estamos falando de um conjunto de classes sociais, como propõe esta e outros autores (as).

Para dar maior ênfase sobre a realidade brasileira, recorro novamente à Pinheiro (2010) em sua análise sobre os movimentos sociais no Brasil na qual ele adota propositalmente o título **Novos movimentos sociais classistas**, faz referência a alguns estudos sobre os movimentos sociais e populares e cita autores como Cardoso (1983); Doimo (1995); Evers (1984); Gohn (2003) e Kowarick (1987). O seu ponto de partida sobre os estudos citados é fato destes terem em comum a utilização de outros conceitos como principal variável explicativa em substituição à classe social.

Para o autor, antes, é preciso localizar algumas questões históricas a começar pelo contexto, ainda que de forma breve e sob os riscos de simplificações. Os eventos históricos ocorridos nos anos 1960 e 1970 do século XX como a evidência dos movimentos de mulheres, negro, ecológico, estudantis na Europa e nos Estados Unidos as experiências sociais e políticas cujo recorte serve para situarmos a emergência de um novo cenário político influenciou, e ainda influencia, a ação e a análise sobre os movimentos sociais, inclusive, a controversa denominação “novos movimentos sociais”.

Pinheiro (2010) toma como exemplo os estudos de Doimo (1995) que ressalta a importância da participação popular nas experiências desses “novos movimentos sociais”, pois possibilitou ampliar a participação para além do sistema eleitoral originando novas formas de participação de base distinta da chamada participação institucional. Estas características estão presentes na organização, tanto dos movimentos sociais, quanto na estrutura do Estado brasileiro.

Um aspecto comum identificado por Silva (2003) é o fato de, nestes estudos a visão acerca da relação dos movimentos sociais e Estado brasileiro, ora é de negação, de contestação e, ora passou a ser a visão de parceria, pelo menos uma boa parte. Assim, os “novos” movimentos sociais se contrapunham às formas de organização tradicional e sua atuação possibilitou novas formas de expressão, ressalta a autora.

Para Oliveira (1994), a análise sobre a relação Estado e sociedade brasileira é sempre uma discussão difícil, problemática e tensa, ao mesmo tempo, em que sugere que aproveitemos a discussão e a provocação sobre a influência do viés neoliberal para repensá-la. A ditadura militar foi responsável por bloquear todo o campo de representação política: sindicatos, operários e trabalhadores ficaram à mercê da intervenção.

Com um impulso capitalista tão avassalador, torna-se necessário pensarmos no caráter das transformações para que possamos compreender suas consequências. Destas, talvez a mais importante tenha sido precisamente a que a literatura denominou como “o surgimento dos movimentos sociais”, que resultou na criação de nossas entidades e ONGs (na sua maioria ligadas a estes movimentos. (OLIVEIRA, 1994, p. 7).

Para o autor, entre o período da ditadura e o do surgimento dos novos movimentos sociais há uma espacialidade e temporalidade de atores sociais e isto se deu em meio a uma transformação importante na estrutura social produzida no decorrer da própria ditadura, “na medida em que o desenvolvimento econômico que não passa impunemente por nenhuma sociedade.” (OLIVEIRA, 1994, p. 6).

Essa sociedade foi deslocada pelo movimento de expansão capitalista excludente e concentrador, causando uma transformação da estrutura social e bloqueando a passagem entre a Sociedade Civil e Sociedade Política (o famoso bloqueamento entre a transformação da estrutura social e a constituição de uma nova política). (OLIVEIRA, 1994, p. 6).

Inserindo a análise sobre a realidade do meio rural ou do campo no Brasil, a esse caráter excludente e concentrador, acrescenta-se ainda o viés patriarcal, explorador e expropriador de terras e das relações sociais, especialmente a de trabalho e de produção. Mas não somente, para ajudar a compreendermos a MM que surge sob a influência desse contexto e como parte dos sujeitos políticos em questão.

O Estado possui multideterminações (política, econômico e jurídica) que domina o aparelho do Estado, um sistema predominante como apresenta Poulantzas (2000). E os conceitos de classes sociais e luta de classes são identificadas nos períodos mencionados, como a luta dos camponeses contra o latifúndio, desde os

anos 1960 e dos trabalhadores (as) contra a ditadura militar, ainda nesta década e na de 1970. A luta pela democratização e pelos direitos nos anos 1980 e contra o neoliberalismo nos anos 1990 que provocou reação dos movimentos sociais populares, incluindo o movimento sindical e feminista em nível nacional e internacional.

A luta pela democracia no Brasil, tem como marco o período da ditadura civil e militar, desde meados da década de 1960, tanto nas lutas sociais do campo, quanto posteriormente, o surgimento dos movimentos sociais e populares e a luta por direitos sociais e culmina com a Constituição de 1988 que assegura direitos importantes, como o da participação popular nas decisões políticas.

O projeto das classes dominantes no Brasil se distingue em múltiplas versões, a depender do período histórico e da fase do capitalismo global: industrialização, “revolução verde”, expansão da Amazônia, por meio de projetos de desenvolvimento, nos anos 1970 e 1980, nos anos 1990, com o neoliberalismo em sua versão brasileira e latino-americana de aprofundamento das desigualdades e, mais recentemente, a partir de 2008, como uma nova crise do capitalismo.

Estas lutas resultaram em grandes ações dos movimentos sociais e populares contra as desigualdades e, no caso do movimento feminista, essas desigualdades se manifestam na exploração, na fome e na violência, questões que influenciaram o surgimento no Brasil da Marcha Mundial de Mulheres. As mulheres do movimento sindical, ligadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT), foram as primeiras a aderir a esta Marcha, assim como as feministas que construíram a Marcha Mundial de Mulheres. Esta decisão política de construir a MM contribuiu para atribuir a sua organização em rede de movimentos, o caráter internacional da luta e a solidariedade, questões fundamentais da luta de classes.

No percurso histórico percebo que são os movimentos sindical e feminista que dão a orientação política a esta Marcha. Portanto, o caráter de classe está diretamente ligado à ideologia e ao projeto de classes do movimento sindical, isto é, da classe trabalhadora do campo, da agricultura familiar, das quebradeiras de côco e outras frações desta classe. O sindicalismo rural, assim como o movimento feminista, em sua pluralidade, apresenta contradições, pois, suas vertentes são diversas, incluindo vertentes liberais.

Um outro aspecto destacado por Silva (2011) sobre a realidade brasileira no período na década de 1980 em que os movimentos sociais e populares travavam a luta pela democracia no Brasil enfrentou (e continua a travar nos dias atuais) havia os dilemas e consequências devido às vinculações a dois projetos distintos: de um lado, o processo de alargamento da democracia representado pela criação de espaços públicos e a ampla participação da sociedade civil, cujo marco foi a Constituição de 1988 que instituiu tal princípio e, de outro, a ofensiva neoliberal contra a inclusão dos direitos sociais.

A ampla mobilização no processo de elaboração da Constituição permitiu que diversas demandas 'sociais' entrassem na agenda política. Muitas das emendas populares foram contempladas, mesmo que parcialmente, pelo contexto constitucional⁷[...] numa conjuntura de questionamento do papel do Estado enquanto provedor de políticas de proteção social. As classes populares defrontavam-se com o desafio de barrar a ofensiva neoliberal contra alguns direitos sociais conquistados ao longo dos anos. A meu ver, essa tensão não era apenas conjuntural, mas era estrutural. Originava-se das relações do Estado com as classes sociais e na luta em defesa de seus interesses político-econômicos na esfera política. (SILVA, 2011, p. 10).

A autora lembra que a emergência dos chamados “novos movimentos sociais” no Brasil ocorre em meio à transição democrática sob os resquícios da ditadura militar cujos sujeitos se manifestavam em reivindicação aos seus direitos ainda com as marcas da repressão às liberdades democráticas. Tais manifestações ocorriam fora da institucionalidade e “embora fragmentados, unificavam-se na luta por direitos sociais e pela democratização do Estado, exigindo a participação direta.

Para Silva (2003), nos anos 1980 e 1990 as razões que contribuíram para a propagação dos chamados “novos movimentos sociais”, principalmente, os movimentos populares foram oriundas do entrelaçamento dos fatores políticos, culturais e econômicos. No entanto, duas décadas anteriores mulheres e homens lutaram contra a ditadura militar e pelas liberdades democráticas e abriram caminhos para outras lutas (Anistia, Diretas Já; Constituinte).

A atualização dos estudos sobre a MM 2019 nos levou a percorrer o período em que se insere as lutas sociais do campo e a organização do movimento sindical rural, onde se inserem as MTR (anos 1970 e 1980). Se considerarmos o final dos anos

7 Diversos estudos abordam o tema da descentralização e participação política no período de democratização no Brasil que envolvem a relação Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas, tais como: Ghon (1997); Oliveira (1994); Jacobi (1990a; 1990b); Sader (1988); Kowarik (1988) e outros.

1950 e anos 1960 em que as Ligas Camponesas tiveram papel fundamental contra os latifundiários, e, conseqüentemente, contra a ditadura militar, identificamos que alguns destes (as) lutadores (as), que ainda estão em nosso meio, não imaginavam viver “tudo outra vez”.

Neste sentido, reafirmamos a constatação de Silva (2011) que a tensão entre as classes dominantes representada pelo agronegócio e outros setores mencionados contra a classe trabalhadora representada aqui pela MM é uma questão estrutural da luta contra o capitalismo. É também conjuntural em se tratando de um período de governo representado pela extrema direita de caráter fascista.

A partir de 2016 o Brasil tem vivenciado o aprofundamento do projeto ultraliberal de retirada de direitos e de congelamento de investimentos em políticas públicas, como a educação e a saúde, que tem consequência o agravamento das desigualdades sociais. Das questões pautadas por Galvão, fundamentadas em Poulantzas e Bensaid, destacamos a conjuntura política brasileira que tem acirrado os conflitos de classe, neste caso, após o golpe de 2016: de um lado o agronegócio, garimpeiros, setores ligados à mineração e ao chamado rentismo e do outro lado, MTR, negras, urbanas, desempregadas, quilombolas, indígenas, sindicalistas e outros movimentos.

Em relação ao caráter popular da Marcha adotamos como referência empírica a edição de 2019, sem perder de vista o acúmulo das seis edições anteriores desta Marcha, quanto as experiências de mobilizações e lutas sociais, quanto a conjuntura política e os objetivos e projeto políticos da grande maioria dos movimentos e organizações que a compõem. Neste sentido, apresentamos as características elaboradas por Peruzzo (1999) que fundamentam o caráter popular da luta pela comunicação democrática que estão diretamente relacionadas aos fins e aos objetivos do projeto popular com perspectiva de classe, ressaltando que a autora se refere às experiências do período de redemocratização no Brasil.

No caso do movimento feminista, assim como outros movimentos sociais e populares, há uma pluralidade em relação à sua vinculação teórica e política que marcam a sua referência ainda predominante na matriz europeia e ocidental que predominou no Brasil. Entretanto, no contexto atual, identificamos a vinculação de diversos movimentos feministas e de mulheres que tem se afirmado como movimento antissistêmico ou mais diretamente anticapitalista.

Nesta Pesquisa, ainda que o nosso objetivo não seja uma análise aprofundada sobre o caráter desta Marcha, apresentamos os princípios que fundamentam o caráter popular dos movimentos sociais apresentados por Peruzzo (2002) para contribuir com a nossa análise sobre a atribuição à MM como uma expressão da luta social atravessada pelos elementos de classe social:

a) Projeto político da classe trabalhadora

Como estratégia política a MM se insere em um projeto da classe trabalhadora, em que destacamos no Brasil a sua organização na década de 1980. Este caráter se articula com o movimento feminista, principalmente, pela relação direta com a realização da Marcha Mundial de Mulheres. Já a articulação classe, gênero com raça, etnia e geração é representada pela diversidade das mulheres presentes nos movimentos que compõem esta Marcha.

b) Princípio da participação democrática, de massas e plural

Expressam conceitos e experiências baseados na educação popular e na comunicação popular identificados na metodologia de preparação desta Marcha que nos faz vinculá-la ao projeto da classe trabalhadora e nesse sentido, há uma disputa de hegemonia na sociedade. Ressaltamos que todo o processo de construção/organização desta Marcha é realizado em conjunto com as organizações denominadas parceiras.

A definição de comunicação popular expressa ideias genéricas e abstratas atribuídas ao povo, à ideia de senso comum, enquanto o popular está estritamente ligado à ideia de cultura. Entretanto, naquela conjuntura de restrição de liberdades democráticas – 1970 e 1980 - mencionada por Peruzzo (1999) o significado de povo estava associado à classe subalterna e, ao mesmo tempo, representava generalidade como prevalece até hoje.

Nos dias atuais a noção de povo possui pouco poder de força popular, no sentido de transformação social. Naquele período, “Na maioria dos estudos da comunicação popular, na perspectiva dos movimentos sociais, parte do pressuposto de que povo são as classes subalternas, submissas econômica e politicamente às classes dominantes” (GIMENEZ apud PERUZZO, 1999, p. 117).

Ainda que a categoria popular tenha perdido força, ela não deixa de ser associada à classe social, assim como no caso do termo movimentos populares atribuídos aos movimentos sociais, isto é, o popular ainda permanece relacionado à classe trabalhadora. As autoras chamam atenção para os riscos do uso da categoria classes sociais pelas correntes consideradas de “ortodoxia” marxista para que este conceito não seja tomado

como dogma e acabe se tornando uma limitação não expressando a realidade concreta. Isto significa que permanece ainda uma mitificação em torno do popular que por si só, não representa transformação.

Na abordagem de Peruzzo (1999), as características da comunicação popular estão interrelacionadas e aparecem não apenas na produção acadêmica, mas são oriundas do movimento popular ou ainda das contribuições de pessoas ou instituições, como é o caso das Organizações Não-governamentais (ONGs). As principais características da comunicação popular descritas pela autora são:

- a) Expressão de um contexto de luta vinculada ao projeto de educação popular libertadora, ligadas às lutas do povo e neste caso, reafirma a condição de negação histórica vivenciada no contexto brasileiro e latino-americano em que se constitui a sociedade civil;
- b) Conteúdo crítico-emancipador que encerra uma crítica da realidade e ao mesmo tempo, um anseio por participação na luta por uma sociedade mais justa;
- c) Espaço de expressão democrática vinculado aos interesses dos segmentos subalternos da população, tanto em relação à metodologia, quanto à sua forma e conteúdo e isso significa a abertura de novos canais de acesso aos canais de comunicação de massa;
- d) O povo como protagonista – o povo e/ou as organizações e pessoas ligadas organicamente às lutas populares que se posicionam em antagonismo às classes dominantes;
- e) Instrumento das classes subalternas – isto significa que a comunicação popular é realizada em um processo de lutas de classes e, portanto, considerada como oposta ao modelo da comunicação de massa utilizado pelas classes dominantes.

As classificações apresentadas por Peruzzo (1999) são apropriadas para a análise sobre a MM, pois identificam determinados tipos de movimentos, tais como: os envolvidos na *questão da terra* e os *motivados por desigualdades culturais* onde se inserem os movimentos feministas, de raça e etnia, sexo. No entanto, as desigualdades vão além das questões culturais, sociais, políticas e econômicas que se manifestam nas desigualdades de gênero, classe, raça, etnia e outras formas de opressão.

Dagnino (2004) analisa que os dois projetos marcaram as décadas de 1980 e o início dos anos 1990 caminham em duas direções opostas e antagônicas, porém, ambos pressupõem uma sociedade civil ativa e propositiva. Observemos que a autora se refere a projetos antagônicos, silenciando que este antagonismo diz respeito aos conflitos de classes, nos quais o Estado acaba cumprindo o papel de defensor da classe dominante.

Com a premissa do Estado mínimo, o neoliberalismo provocou a institucionalização de diversos movimentos e organizações populares que passaram a se constituir como entes parceiros do Estado, como foi o caso da grande maioria de movimentos feministas e demais movimentos sociais que passaram a atuar como ONGs, na captação de recursos e no assessoramento a projetos.

As formulações de Galvão (2011, p.115, grifo nosso) nos induzem a pensarmos a aproximação teórico-prática da MM com os movimentos sociais, a partir das características atribuídas às diferentes formas e objetivos da mobilização coletiva, bem como os diferentes níveis de ação política a elas relacionados:

- a) **Demandas pontuais ao Estado:** subsídios para subsistência imediata (como os movimentos dos “sem”);
- b) **Luta por reformas** (econômicas, como a distribuição de renda; das instituições políticas, como maior participação, democratização), ampliação da cidadania e preservação e ampliação de direitos sociais (que, ao longo da década de 1990, assume uma perspectiva antineoliberal);
- c) **Mudanças das práticas e dos valores sociais: novas relações de gênero, raciais, de preferência sexual;**
- d) **Luta antissistêmica:** questiona os fundamentos da sociedade capitalista e propõe formas de emancipação social, ainda que o projeto político portador de uma nova ordem social não esteja claramente definido.

Ao retratarem as implicações sobre a luta de classes e classe social e as relações entre o Estado e o poder como questões relevantes para análises dos movimentos sociais, os autores(as) citados(as) Galvão (2011); Machado (2015) e Pinheiro (2010), contribuem para reafirmarmos a MM como expressão da luta de classes, considerando que esta Marcha apresenta características típicas dos

movimentos sociais os quais a originaram. Outra possibilidade apresentada para pensarmos esta Marcha é como contestação da luta contemporânea.

Na América Latina, no período recente, é possível observar movimentos que combinam várias dessas características. A propósito, os movimentos latino-americanos que emergem nos anos 1990 são movimentos de classes trabalhadoras – e não de excluídos – que, a despeito de sua heterogeneidade, têm em comum o fato de partilhar uma ideologia antineoliberal. (GALVÃO, 2011, p.112).

A tentativa de atribuímos à MM a perspectiva de classes, mais uma vez nos deparamos com características dos movimentos de MTR, isto é, a ênfase no projeto político e na ideologia, ambos da classe trabalhadora. A ideologia, presente nas organizações ultrapassa a visão abstrata de um conjunto de ideias, ela está mais aproximada à visão leninista, pois se refere à ideologia de uma determinada classe, sejam estas dominantes ou dominadas, estas por sua vez, sofrem influência do regime político em vigor.

Se, de um lado, os interesses dominantes pesam na ação dos dominados (o que contribui para pensar os limites dos movimentos sociais), por outro lado, os movimentos sociais dos dominados, mesmo que não sejam anticapitalistas, se chocam com aspectos da ideologia dominante e do direito burguês, pois as relações sociais capitalistas não se realizam apenas no plano da produção. (GALVÃO, 2011, p. 122).

Ao reiterarmos que a MM se constitui como expressão e estratégia da luta social, haja vista que é composta por representação de diversos movimentos sociais – sindical, popular, de mulheres e feministas, localizamos também características vinculadas diretamente à ideologia e ao projeto político da classe trabalhadora que conferem o caráter permanente desta Marcha:

- a) a mobilização em rede de movimentos;
- b) a organização a partir da base do movimento (sindical rural, de mulheres, feministas e populares);
- c) a articulação com outros movimentos e com setores estatais;
- d) a formação política como prática pedagógica;
- e) reivindicação e denúncia;
- f) as parcerias e proposições.

Na análise sobre o processo de lutas históricas, o movimento sindical rural tem papel preponderante na constituição do caráter de classe desta Marcha, haja vista que as MTR lutaram pelo reconhecimento como **trabalhadoras**, portanto, a luta por direitos. Soma-se a esta constatação, mais três questões: o projeto político, a ideologia e a relação com o Estado marcada por aproximação, alianças e também por

tensões, principalmente em relação à Marcha 2019. Durante a trajetória de lutas das MTR, elas adotaram estratégias que deu visibilidade e fortaleceu a sua participação no movimento sindical rural.

A ameaça à democracia e aos direitos sociais, políticos, culturais, ambientais e à própria vida estão presentes nos dias atuais. Eis as razões que explicam porque a democracia e a previdência, por exemplo estão entre as principais propostas da pauta da VI MM, em 2019, em sintonia com a conjuntura atual, como será abordado no Capítulo 4.

2.2 Lutas sociais no campo e a constituição dos primeiros movimentos de mulheres trabalhadoras rurais

Para resgatar o período das lutas sociais no campo com o recorte dos anos 1980, recorro a alguns acontecimentos históricos desde a década de 1960 para situar o surgimento dos principais movimentos sociais do campo, a trajetória das primeiras organizações das MTR e evidenciar o debate sobre desigualdades, gênero e desenvolvimento ocorridas nos anos 1990. Esse debate influenciou as reivindicações do movimento feminista, em particular, das MTR. Utilizei como eixos históricos e analíticos a seguinte estrutura:

- a) Movimentos sociais do campo: camponeses e sindicalismo rural;
- b) O surgimento das primeiras organizações de mulheres trabalhadoras rurais;
- c) Desigualdades, gênero e desenvolvimento.

2.2.1 Lutas sociais no campo: camponeses(as) e sindicalismo rural

Retomo novamente, e de forma breve, à pesquisa realizada no Mestrado para destacar o período que compreende os anos 1970 e 1980, com “pinceladas” sobre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960 para fazer referência às Ligas Camponesas, que é referência das lutas sociais no campo e finalizo com algumas ações que considero relevantes ocorridas nos anos 1990 e 2000. Esta síntese também se baseia, principalmente nos estudos de Leonildes Medeiros, de 1989, em debates atuais realizados pela autora, por meio de [mídias digitais \(2021\)](#), assim como a obra de José de Souza Martins, de 1959, para contextualizar brevemente o período anterior ao surgimento das organizações das mulheres trabalhadoras rurais, sempre com ênfase nas trabalhadoras vinculadas ao sindicalismo rural.

A organização dos movimentos sociais do campo tem como marco as lutas históricas travadas pelas Ligas Camponesas⁸, no final dos anos 1950, principalmente na região Nordeste, embora também ocorresse na região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais. No período seguinte, com a intervenção do Governo Militar em 1964, o apoio de partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Outro apoio importante à luta dos camponeses foi o de setores da Igreja Católica que, para José de Souza Martins, eram posições contraditórias em relação à ditadura militar, mas que influenciaram os camponeses(as) trabalhadores (as) rurais, principalmente no momento em que a Igreja defendia a mudança pela “libertação” dos trabalhadores e adotou a “opção pelos pobres” (MARTINS, 1959).

Esse período foi marcado por muitas tensões e conflitos entre camponeses e latifundiários que, historicamente, têm tido o respaldo do próprio Estado. A correlação de forças envolvia, de um lado os(as) trabalhadores(as) rurais, com apoio e influência de setores da Igreja Católica, tais como o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Ação Popular (AP), orientados pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), setores médios urbanos e estudantes denominados de esquerda. Do outro lado, a burguesia industrial e as oligarquias agrárias que ampliaram a sua representação no Congresso Nacional para defender a manutenção dos seus privilégios políticos, principalmente o controle e a propriedade da terra.

Mesmo com um curto período de duração, as Ligas Camponesas tiveram papel importante ao denunciar as situações de violências que enfrentavam os(as) trabalhadores(as) do campo e ao pautar o debate sobre a natureza da propriedade da terra e a necessidade da reforma agrária (SILVA, 2008). Segundo Medeiros (1989), na década de 1960, há registros de realização de Congresso Camponês, em 1961, em Belo Horizonte, período de instabilidade político-institucional, devido à renúncia de Jânio Quadros. Este Congresso foi marcado por intensas disputas em torno da questão agrária, sendo vencedora a proposta de reforma agrária radical, sob o lema “na lei ou na marra”.

8 As Ligas contribuíram com a criação dos sindicatos rurais e tiveram o apoio partidos de esquerda, como o PCB e da Igreja Católica progressista sob a orientação da CNBB (MEDEIROS, 1989; SILVA, 2008).

Esse acirramento levou o Estado brasileiro a estabelecer uma série de medidas para conter a forte mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, das quais destacamos o atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, em 1962, embora tenha sido implementado somente em 1963 (MEDEIROS, 1989 apud [SILVA, 2021](#)); a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, permitiu institucionalmente as desapropriações de terra durante o Governo João Goulart⁹.

Segundo Medeiros (1989), a criação do primeiro órgão estatal para tratar da questão agrária, a Superintendência de Política de Reforma Agrária²¹ (SUPRA), foi mais uma medida adotada pelo Governo Federal em resposta às crescentes mobilizações no campo, com o objetivo de intervir na estrutura fundiária na década de 1960. Este conjunto de medidas foi emperrada no Congresso Nacional pelos representantes dos latifundiários. A autora destaca que em alguns Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco foram criadas algumas medidas para amenizar os conflitos no campo. Em São Paulo, por exemplo, o governador Carvalho Pinto criou em 1959, um Plano de Revisão Agrária, com o objetivo de apoiar alterações na estrutura fundiária, por meio de um novo formato de Imposto Territorial Rural. O objetivo da proposta era fortalecer a classe média rural.

Entretanto, esse processo foi interrompido com o golpe de 1964 e resultou na Ditadura Militar no Brasil e então se explicitou a ausência e a incapacidade do Estado em propor políticas públicas capazes de equacionar o aprofundamento das desigualdades e conflitos no meio rural. Isto resultou no enfrentamento dos(as) trabalhadores(as) rurais e urbanos com o Estado e aos agentes financeiros que determinavam (e, ainda, determinam) as regras do jogo.

O primeiro governo militar expressou duas faces contraditórias: a criação do Estatuto da Terra em 1964, resultante de pressões de diversos segmentos da sociedade, setores nacionalistas, Igreja Católica, organizações políticas partidárias e movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que aconteciam as violentas repressões contra as organizações sociais do campo fechavam-se as Ligas Camponesas, os sindicatos e exilavam as lideranças políticas. (SILVA, 2008, p. 2017).

Para se contrapor às medidas do Governo Militar, surge uma nova organização do campo a CONTAG, em dezembro de 1963 com um quadro de

⁹ Um dos fatos que demonstrou o acirramento desse conflito foi a assinatura de um Decreto pelo então presidente João Goulart, em 1964, de desapropriação de terras localizadas nas proximidades de rodovias e ferrovias. Muitos estudiosos (as) atribuem a este episódio o motivo para antecipação do golpe militar dias depois.

associados (as) bastante heterogêneo que incluía trabalhadores(as) assalariados(as) da agricultura, arrendatários e agricultores(as) familiares. Com o golpe militar de 1964, a CONTAG foi interdita de 1964 a 1965, assim como as diversas organizações sindicais, estudantis, partidárias e político-sociais em geral.

Em resposta às pressões dos movimentos sociais do campo, incluindo sindicatos e Igreja, em 1969 os trabalhadores rurais tiveram direito a carteira de trabalho e em 1971 ao benefício da aposentaria através da criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Também foi assegurado o direito de organização sindical e a implantação de um órgão voltado para a questão agrária. Os movimentos sociais do campo, principalmente os sindicatos rurais, envolveram-se nas ações para fazer valer o cumprimento das leis, embora instituídas pelos governos militares (MEDEIROS, 1989). No entanto, estes direitos não foram estendidos às mulheres, haja vista que elas não eram reconhecidas como trabalhadoras. Este impasse levou as trabalhadoras rurais a realizarem diversas mobilizações na década de 1980, como veremos mais adiante.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) surge em 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela CNBB, realizado em Goiânia (GO). O surgimento desta organização se deu ainda no período da Ditadura Militar, “como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam” (CPT, 2021). A vinculação à Igreja Católica, mais precisamente à CNBB contribuiu para que esta entidade mantivesse o seu trabalho no período da repressão que atingia os(as) agentes de pastorais e lideranças populares (CPT, 2021).

Fundada com o objetivo de prestar serviço de apoio à organização dos(as) trabalhadores(as) do campo, a CPT tem como orientação que são os (as) próprios trabalhadores (as) que definem seus objetivos e metas e esta instituição acompanha a sua organização, de forma crítica e propositiva.

Os (as) posseiros (as) da Amazônia foram os primeiros a ter o atendimento da CPT e logo a sua atuação se espalhou em todo o país, diante dos diversos problemas no campo que envolviam a luta pela terra, as ameaças e assassinatos de trabalhadores(as) do campo na luta pela terra, assim como os(as) camponeses(as) e sem terra. Como [...] “a democratização do acesso à terra passa pela quebra do

latifúndio, por isso, se envolveu diretamente com as diversas lutas e manifestações em favor da Reforma Agrária” (CPT, 2021). O perfil de atuação da CPT se difere em cada região, de acordo com a realidade e os desafios que existe em cada local.

Por isso logo se envolveu com os atingidos pelos grandes projetos de barragens que expulsavam milhares de famílias para a construção de hidrelétricas, como a Itaparica, no Rio São Francisco, e Itaipu, no Rio Paraná. (...). Mais tarde apareceu com força a realidade de milhões de famílias sem terra, à busca de um pedaço de chão para garantir seu sustento e o da família. Logo mereceu destaque especial tanto a organização da produção, quanto sua comercialização. Mas não qualquer produção. (CPT, 2021).

Para a CPT, não basta qualquer produção, mas a produção saudável que respeite o meio ambiente e os seus ecossistemas, combate ao desmatamento indiscriminado, as queimadas e sem a utilização de agrotóxicos. Desta forma, a CPT apoia e desenvolve ações com a agricultura sustentável: a produção orgânica, agroecológica e o resgate das crioulas, que são as tradicionais.

Em síntese, diante de algumas medidas tomadas no Governo João Goulart, a burguesia industrial e agrária ampliou a sua representação no Congresso Nacional e com isso mantiveram os seus privilégios e o impedimento dos direitos sociais aos trabalhadores(as) até 1963. A resposta do Estado brasileiro foi de intervir com o uso da violência, gerando situações de conflitos no campo, como o caso emblemático do assassinato de João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas.

Com as intensas mobilizações no campo, as medidas para contê-las foi a regulamentação da sindicalização e em 1961 passou a controlar os sindicatos e também a criação do Estatuto do Trabalhador Rural que provocava mudança na estrutura fundiária. Nesse período, foi criada a primeira institucionalidade no Governo com a criação da SUPRA. Em 1964 foi criado ainda o Estatuto da Terra. No entanto, a realidade no campo foi marcada pelas mobilizações dos camponeses, de um lado e de outro, a forte pressão dos setores da burguesia agrária e as intensas repressões do Estado, por meio da polícia.

Na década de 1970, após o período de intervenção militar, os movimentos sociais e populares começaram a se reestruturar nas cidades e no campo e os sindicatos rurais para a divulgação dos direitos dos (as) trabalhadores (as) definidos no Estatuto da Terra. O papel do Estado era de uma visão formal dos direitos, a exemplo do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra, ou seja, a visão de que os direitos existiam, mas precisavam ser acessados, no entanto, os direitos

previdenciários, por exemplo, foi assegurado somente quatro anos depois, via FUNRURAL.

Na década de 1980 o projeto de modernização da agricultura privilegiava os grandes proprietários de terra e mais uma vez eles tiveram o apoio do Estado. Entretanto, contraditoriamente ao padrão de ação do Estado, ocorreu a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária no Governo Sarney. Nesse período os sujeitos envolvidos nos conflitos agrários se ampliam e novas organizações e demandas surgem nessa seara, como por exemplo, as demandas pela criação de reservas extrativistas, o reconhecimento das áreas de florestas (seringueiros, extrativistas) e a organização das MTR.

Em 1984 surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na região de Cascavel no Paraná, após várias ocupações e mobilizações de luta pela democratização do país e do acesso à terra.

A ditadura implantou um modelo agrário mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura [...] O regime militar foi duplamente cruel e violento com os camponeses. Por um lado – assim como todo o povo brasileiro – os camponeses foram privados dos direitos de expressão, reunião, organização e manifestação, impostos pela truculência da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5. Por outro, a ditadura implantou um modelo agrário mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura, impulsionando o êxodo rural, a exportação da produção, o uso intensivo de venenos e concentrando não apenas a terra, mas os subsídios financeiros para a agricultura. (MST, 2021).

O MST se afirma como herdeiro das diversas experiências de luta pela terra no Brasil, abrangendo as lutas dos povos indígenas contra os colonizadores portugueses, no século XVI, a resistência dos negros nos quilombos, dos camponeses de Canudos, das Ligas Camponesas na década de 1960 e dos diversos movimentos “camponeses que lutaram contra a ditadura e pela democratização da sociedade brasileira. Também adiciona a sua herança política as contribuições da esquerda internacionalista e da Igreja Católica através da Teologia da Libertação” (MST, 2021).

Um forte componente da prática ideológica do MST é a mística que também é um componente da ação contra a ideologia dominante.

A mística está presente em todas as atividades do MST seja de estudo, discussão, organização, planejamento, avaliação ou intervenção direta. A temática está vinculada à atividade realizada no momento e centrada no aspecto que se deseja realçar. Embora tenha um grupo para planejar a mística, ela sempre envolve a todos e lança mão de variados recursos como cenários, figurinos, músicas, poesias, danças, cartazes, altares e bandeiras do MST. No auto da mística geralmente há uma encenação que denuncia o

cotidiano de opressão, exploração e dominação ao mesmo tempo em que celebra a solidariedade de classe, a unidade na ação política e renova a necessidade de manter viva a luta pelo socialismo. (MST, 2021).

Embora haja componentes e significados distintos para os movimentos sociais do campo, a mística é uma prática política comum nesses movimentos e também é realizada no movimento sindical rural e na MM. Da mesma forma é constituída por elementos estéticos, poéticos e simbólicos da luta camponesa originária dos movimentos de base da Igreja Católica. Buscar apreender o significado dessa prática política para diferentes movimentos do campo, inclusive o das mulheres é uma tarefa a ser desenvolvida em outras pesquisas.

Nos anos 1990, dois acontecimentos relevantes marcaram o contexto neoliberal no campo durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC): o massacre em Corumbiara, na fazenda Santa Eulina, em Rondônia, em 1995 e o massacre de Eldorado de Carajás, em 1996, onde foram assassinados 19 trabalhadores rurais pela Polícia Militar no Pará, situação que repercutiu na opinião pública nacional e internacional e provocou uma grande mobilização nacional de trabalhadores(as) rurais e da sociedade em geral que exigiam resposta do Estado brasileiro para o problema da reforma agrária.

Em abril de 1997, o MST realizou a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, após o Massacre de Eldorado dos Carajás. Neste contexto, foi realizado o I Encontro Nacional de educadores e Educadoras da Reforma Agrária, em julho de 1997 e uma das “respostas” do governo federal foi a implantação Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (do PRONERA)¹⁰.

Em 1999, a Jornada Nacional de Lutas foi marcada por protestos em vários Estados e unificou os movimentos sociais populares contra as medidas adotadas pelo governo federal, em especial o Banco da Terra, a extinção do PRONERA e contra o projeto de emancipação dos assentamentos. Esta Jornada teve como mobilização a grande Marcha Popular pelo Brasil, coordenada pelo MST, CUT, CMP, MMTR, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a CNBB, com a largada em 26 de julho de 1997, no Rio de Janeiro, e encerramento em Brasília (MST, 2019).

10 O PRONERA é tema de diversos estudos e pesquisas, a exemplo de Albuquerque (2019), Macedo (2013), Santos, Molina e Jesus (2011) e outros.

No período dos governos Lula e Dilma o MST adotou uma postura de aproximação e de crítica ao governo. Uma das principais críticas se deu em relação à reforma agrária e ao número de assentados (as) da reforma agrária, sobretudo no segundo mandato do Governo Lula e nos dois mandatos do Governo Dilma, em que a crítica esteve voltada também para a política econômica. Destaca-se que neste período foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Além do MST e do movimento sindical rural, existem outros movimentos sociais do campo, tais como: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) que também é vinculada ao movimento sindical rural, também filiada à CUT, assim como a CONTAG e possui maior base de organização na região sul e na Bahia. O MPA, organizado principalmente na região sul e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) organizado em áreas dos grandes projetos de barragem e hidrelétricas, sobretudo na região sul e no Estado do Pará, assim como no Maranhão, na área atingida pela base espacial, em Alcântara.

De acordo com o Relatório da CPT, de 2021, os conflitos agrários no Brasil têm crescido assustadoramente e nos últimos anos nunca foram tão numerosos desde 1985, quando a instituição iniciou o mapeamento e acompanhamento desses conflitos.

Os últimos dois anos de aumento dos conflitos “coincide” com os dois primeiros anos do governo Bolsonaro e ainda com o primeiro ano da pandemia de covid-19, em 2020. Foram 2.054 conflitos, envolvendo quase um milhão de pessoas (914.144), sendo 18 assassinadas. O ano anterior ficou em segundo lugar, com 1.903 conflitos, 898.635 pessoas envolvidas e 32 assassinatos. Isso significa, que em 2020 os conflitos agrários no Brasil aumentaram 25% entre 2019 e 2020; e 57,6% se comparados a 2018.

De acordo com o Relatório da CPT de 2021, os conflitos agrários no Brasil têm crescido assustadoramente e nos últimos anos nunca foram tão numerosos desde 1985 - quando a instituição iniciou o mapeamento e acompanhamento. Nesse período de 36 anos de mapeamento, os conflitos agrários totalizaram 293 vítimas fatais e 56 massacres no campo¹¹. Durante a série histórica da CPT, foram registrados diversos

11 A CPT reconhece como "massacre" os casos nos quais um número igual ou superior, a três pessoas são mortas na mesma data em uma mesma localidade e numa mesma ocorrência de conflitos pela terra.

"ciclos de violência". O primeiro entre 1985 a 1988, destacando nesse período 112 vítimas fatais. O segundo, entre 1993 a 1996, com 56 mortes, incluindo os massacres emblemáticos de Corumbiara - RO, Haximu -RR e Eldorado dos Carajás. Esses dois primeiros ciclos de conflitos que envolveu massacres, se refere ao período de transição democrática, em que a reforma agrária foi inserida na agenda do estado no debate da Constituição de 1988 (CPT, 2021). O terceiro ciclo se dá a partir de 1997, aos dias atuais:

Atualmente, destaca-se a nova crescente de massacres dos últimos 20 anos, que se inicia em 2017 e se mantém com registros anuais de novos episódios de violência. Esse "*novo boom*" reflete um período no qual a conjuntura política e a consolidação da extrema direita nas estruturas legislativas e executivas beneficiaram diretamente o avanço do agronegócio, garimpo, desmatamento e queimadas. Neste período, 50 pessoas foram vitimadas fatalmente, em 9 massacres. (CPT, 2021).

A CPT destaca ainda que as pessoas atingidas pela violência no campo são agricultores (as), indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais do campo, das águas e das florestas, enquanto os executores de violência são: a polícia militar, pistoleiros, fazendeiros, madeireiros e garimpeiros. A situação é reveladora de que o Estado atua em favor do latifúndio e do agronegócio.

De acordo com a análise do Jornal Brasil Atual, em 2020, o período de aumento dos conflitos que abrange 2017 dois anos "coincide" com o período de ascensão da extrema direita no país e com os dois primeiros anos do governo Bolsonaro. Foram 2.054 conflitos, envolvendo quase um milhão de pessoas (914.144) e 18 assassinadas. O ano anterior foram 1.903 conflitos, 898.635 pessoas envolvidas e 32 assassinatos. Isto significa que em 2020 os conflitos agrários no Brasil aumentaram 25% a entre 2019 e 2020 e 57,6% se comparados a 2018. Ademais, a situação dos povos do campo, das águas e das florestas se agravou ainda com a pandemia de covid-19, em 2020.

Outro dado relevante da CPT diz respeito a 2019, citado como ano das grandes tragédias que envolveu o rompimento da barragem em Brumadinho (MG), o aumento das queimadas na região Amazônica e o "vazamento" de óleo nas praias do nordeste. Só em 2019 ocorreram 1.833 casos de conflitos no campo, 23% a mais comparado ao ano de 2018, conforme dados divulgados na 34ª edição do Conflitos do Campo 2019 (CPT, 2021). Em relação à grilagem de terra teve 41.283 ações. Outra ação bastante crescente no país são os desmatamentos ilegais que atingiram ficou

em 13.235 quilômetros quadrados (km²) na Amazônia Legal Brasileira (ALB), de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Ao analisar os conflitos agrários, o Jornal Online Brasil Atual, de 2021, destaca que esse “aumento acentuado da média de famílias impactadas por “invasão” e “grilagem”, na ordem de 260,6% e 108,6%, respectivamente. Um dado assustador, segundo os autores, é que de todas as famílias afetadas em invasões de terras, 56% são indígenas.” (REDE BRASIL ATUAL, 2021).

Os dados revelam que o estado brasileiro mantém o padrão de favorecimento das classes dominantes em detrimento da classe trabalhadora. Os conflitos e assassinatos no campo reafirmam o seu caráter conservador, autoritário e repressor. Em artigo sobre o avanço da direita no Brasil, Ilse Gomes Silva, de 2015, destaca a polarização entre o campo da direita e da esquerda, com a ressalva do crescimento da direita refletindo assim, as marcas do autoritarismo na formação da sociedade brasileira. Ao se basear na obra de Victor Nunes Leal (1948), a autora ressalta a presença do coronelismo, o controle político na Primeira República e as relações de dominação e violência contra os trabalhadores e a barganha para manter os seus privilégios (SILVA, 2015).

Baseada em Florestan Fernandes (1975) a autora resgata que a sociedade brasileira é marcada por uma mistura de democracia com autoritarismo e acrescenta que “essa ideologia do medo é constantemente resgatada e instrumentalizada para ameaçar os sujeitos sociais que ousam questionar a ordem” (SILVA, 2015).

Em 126 anos de república tivemos duas ditaduras e movimentos conservadores que as legitimaram. O Estado Novo (1937-45) e a ditadura civil-militar (1964-85) representam 29 anos de governos declaradamente autoritários e as nossas primeiras experiências de regime democrático republicano, notadamente 1989-1930 e 1945-1964, são consideradas pela maioria dos autores de caráter democrático extremamente restrito. Se acrescentarmos o período de redemocratização iniciado em 1985 podemos afirmar que a democracia brasileira ainda é muito recente e suas instituições carecem de consolidação. (SILVA, 2015).

Neste sentido, é importante compreendermos esse avanço da violência no campo, no número de conflitos agrários e fundiários como parte da ação autoritária cujos instrumentos de repressão às classes dominadas é o próprio aparelho do Estado, por meio da justiça, da violência policial e de outras formas de repressão à serviço dos interesses e privilégios da classe dominante. Cada vez é mais crescente este tipo de ação e de conflito no campo, como vimos no caso do despejo na Comunidade Bom Acerto, em Balsas, Maranhão e em inúmeros casos espalhados no

país, inclusive com derrubada de escolas, além das casas e plantações, em pleno período de pandemia.

2.2.2 Movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil: as primeiras organizações

A organização dos movimentos das mulheres trabalhadoras rurais está intrinsicamente relacionada às ações e mobilizações políticas e conjunturais que ocorreram no campo, sobretudo, nos anos 1970 e 1980.

Nesta Subseção de Capítulo não pretendo abranger toda a complexidade que envolve a realidade do meio rural brasileiro e nem dar conta de todos os aspectos que envolvem a luta dos(as) trabalhadores(as) do campo, assim como dos movimentos de mulheres rurais. O intuito é tão somente, recuperar elementos históricos do processo de organização política das mulheres trabalhadoras rurais e como estas organizações emergem no âmbito movimentos sociais e populares no Brasil.

Ao apresentarem propostas que se contrapõem ao neoliberalismo, as trabalhadoras rurais revelam as contradições e limites do capitalismo e o seu efeito perverso em suas vidas e na vida dos demais trabalhadores rurais. Portanto, elas rompem com a chamada luta específica e propõem um outro modelo de desenvolvimento: anticapitalista, sustentável, solidário, democrático e livre de opressão de classe, de gênero, sexo, raça/etnia (SILVA, 2008; SILVA, 2019).

Assim como as organizações políticas surgem nas lutas sociais do campo, as organizações das mulheres trabalhadoras rurais emergem no âmbito dos movimentos no Brasil em meio às situações de desigualdades, onde coexistem a estrutura agrária e fundiária com a prevalência do latifúndio e do agronegócio que são parte do mesmo projeto da classe dominante e se contrapõem ao modelo político-organizativo e produtivo da agricultura familiar e da classe trabalhadora.

Ao longo da história da formação da sociedade brasileira, as mulheres trabalhadoras rurais estão presentes no processo de organização política desde a resistência à escravatura - posseiras, assalariadas rurais, principalmente as cortadeiras de cana e outras. Nas lutas sociais do campo, foi a partir dos anos 1980 que elas passaram a se organizar em movimentos específicos do sindicalismo rural e, em períodos seguintes se inseriram em diversos movimentos sociais e populares, seja na luta pela terra, moradia ou outras políticas. No final da década de 1980, têm-se

uma intensa participação das mulheres nos sindicatos rurais, no MST, nas organizações presentes na região Amazônica, que aglutinam as seringueiras e outras mulheres extrativistas²⁸.

Para Aguiar (2006), foi no processo de organização política que, “as mulheres rurais, na sua diversidade, foram se constituindo e se armando como sujeitos políticos, assim como foram aprendendo a (re) inventar formas de fazer política.” (AGUIAR, 2006, p.261). A participação nas lutas políticas decorre da articulação e aliança dos movimentos de trabalhadoras rurais com outros segmentos da sociedade que reivindicaram o fim do regime militar e, conseqüentemente, as lutas pelas liberdades democráticas.

Caroline Bordalo, em sua pesquisa de Doutorado sobre as mulheres camponesas do oeste catarinense, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ressalta que foi na década de 1980 que se deu a conformação de uma luta, compreendida como das “mulheres rurais” Para esta autora, a noção de autonomia é central para elas e isto justifica a existência de movimentos formados exclusivamente por mulheres cujo surgimento foi fundamental na luta por direitos (BORDALO, 2017). A este respeito, Aguiar (2016) acrescenta que:

Durante a década de 1980, ampliaram-se as organizações políticas das mulheres, e, devido à grande extensão territorial brasileira, pôde-se observar a formação de vários grupos de mulheres provenientes da área rural que atuaram de formas distintas, de acordo com necessidades específicas de cada região. Para citar alguns, temos, só no Rio Grande do Sul, duas importantes organizações de mulheres: as “Margaridas” e as “Mulheres da Roça” (1986), que, posteriormente, deram origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR), movimento estadual autônomo, criado em 1989. Em Santa Catarina, surgiu, em 1983, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), estimulado pela ação da Igreja progressista.

Assim, foi na década de 1980 que se ampliou e se consolidou a atuação dos movimentos de mulheres no contexto político de lutas democratizantes e este feito contribuiu para o surgimento de diversas organizações autônomas, especialmente nas regiões Nordeste e Sul, onde “ocorreram encontros de fundação de associações autônomas de mulheres trabalhadoras rurais em vários Estados: Santa Catarina, em 1984; Paraná, em 1985; Pernambuco e Espírito Santo, em 1987; Rio Grande do Sul, em 1989”, como afirma Aguiar (2016, p. 272).

A luta pela sindicalização e pelo reconhecimento do trabalho como agricultoras se insere no processo de reprodução social. Para Saffioti (2013, p. 70): “A atividade trabalho nas diferentes formas que assume ao longo da história, não é

senão o resultado da luta do ser humano (homens e mulheres) com a natureza no processo social de produção de sua vida.” Para a autora, isto, não significa perceber no trabalho abstrato elementos de degradação da mão de obra feminina. Significa que as formas historicamente condicionadas de trabalho permitem a objetivação da personalidade humana e quais outras aviltam o ser social do homem ou da mulher.

Paulilo (2016), em artigo sobre *Movimentos de Mulheres Agricultoras e os muitos sentidos da igualdade* destaca que por influência do marxismo na década de 1970, houve uma preocupação significativa em diferenciar “trabalho produtivo” de “trabalho improdutivo”, atribuindo ao primeiro as atividades que produzem mais-valia e assim, o trabalho doméstico seria improdutivo.

Apesar das críticas à exploração capitalista do trabalho remunerado, a conquista, através dele, da independência feminina e da possibilidade de participar na transformação da sociedade foi uma constante no pensamento feminista, embora nem sempre tenha sido fácil analisar situações concretas sem abalar esse pressuposto. (PAULILO, 2016, p. 250).

A divisão sexual do trabalho determinou a ocupação dos espaços das mulheres no movimento sindical rural, influenciando inclusive, aos homens, a função de “chefes de família”, assim como o que eram consideradas como tarefas “adequadas” para serem desenvolvidas pelas mulheres. Tal situação pode ser identificada no período em que foram implantados os serviços de assistência médica e de educação rural nos sindicatos, a partir do Programa de Assistência e Previdência Rural (PRORURAL), no período de 1971, programa que antecedeu o FUNRURAL.

Como somente os homens “chefes de família” tinham direito à sindicalização, a entrada das mulheres no movimento sindical, em geral, se dava de duas formas: via as atividades desenvolvidas na Igreja, neste caso, me refiro à Igreja Católica, pois a elas era atribuído, por exemplo, a função de catequista, assim como outras tarefas religiosas. A outra forma ocorreu, por meio das atividades que passaram a ser desenvolvidas pelas filhas jovens dos sindicalistas que foram se inserindo nos espaços dos sindicatos para realizar tarefas para as quais eram consideradas “habilitadas”, pois estas estudavam e ultrapassavam a escolaridade do pai, em geral, de baixa escolaridade.

Dentre estas tarefas estavam a de secretariar reuniões, elaborar as atas e também realizar funções de recepcionistas, atendentes nos serviços oferecidos pelos **STRs** elas frequentavam a escola. Tal situação pode ser constada em entrevista com uma dirigente nacional da CUT, oriunda do movimento sindical rural, Carmem Foro

(2006), ex-Coordenadora de Mulheres da CONTAG e também Coordenadora da Marcha em 2007. Segundo relato realizado em entrevistas, a sua entrada no sindicato rural se deu por intermédio de seu pai, no final de 1987 e início de 1988, quando este pretendia arrumar-lhe um emprego. À época, ela acabara de concluir o segundo grau, em Belém (Pará) e havia trabalhado em um programa de alfabetização. Assim como muitas mulheres trabalhadoras rurais, ela foi a primeira mulher a compor a direção do sindicato, em Cametá, no Pará.

A minha habilidade na escrita rendia elogios e a letra bonita me possibilitou colaborar com a elaboração das atas nas reuniões do sindicato. Eu acompanhava as reuniões de base resultou para auxiliar o meu pai e com isso acabei entrando no sindicato, primeiro fiquei na suplência da diretoria em 1992 e um tempo depois assumi a presidência. (SILVA, 2008, p. 60-61).

Estas questões merecem ser aprofundadas em outros estudos, posto que, ao mesmo tempo, em que reforçam a visão acerca do papel dos cuidados e da educação atribuído exclusivamente às mulheres, concepção historicamente reforçada pela divisão sexual do trabalho. Nesta visão o espaço público as atividades que já prevaleciam no ambiente privado. Mas, ao mesmo tempo, o trabalho da assistência e de “apoio” atribuído às mulheres nos STRs, também, foram “portas de entradas” para elas iniciarem o trabalho no movimento sindical.

Outra questão observada em relação à organização dos movimentos das mulheres trabalhadoras rurais é o fato de possuírem semelhanças e diferenças em relação às formas de organização das mulheres urbanas. Uma das semelhanças diz respeito à sua organização autônoma ou a vinculação à estrutura dos movimentos sociais, populares, sindicais e partidários.

As mulheres do MST, por exemplo, se organizam internamente no movimento, da mesma forma que as agricultoras vinculadas ao MAB. Há também as organizações de mulheres ligadas ao movimento sindical que são chamados de movimentos mistos (CUT, CTB e outras centrais) e os movimentos organizados somente por mulheres são denominados de autônomos, a exemplo da Marcha Mundial de Mulheres e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Isto não significa dizer que os movimentos autônomos, por sua vez, não possuem vinculação com redes e outros movimentos, significa que estes não são vinculadas à estrutura de um movimento ou organização.

Uma das parceiras da MM de abrangência regional é o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR – NE), o MIQCB que engloba Estado do Norte e Nordeste e o MMC outros.

Os movimentos autônomos de mulheres rurais surgidos no início da década de 1980, foram um produto típico da época dos movimentos sociais no Brasil e representaram a trajetória semelhante a muitos outros [...]. Começam sob forte influência da ala progressista da igreja católica. No meio rural, essa influência foi decisiva para a participação feminina, pois a igreja é um dos poucos lugares públicos que as mulheres sempre frequentaram, sendo sempre estimuladas a fazê-lo. Com o passar do tempo, as participantes começaram a encontrar menos identidade entre as suas aspirações e as possibilidades oferecidas pela Igreja Católica, que nunca abandonou a sua postura patriarcal e nem sua visão restritiva sobre o comportamento sexual e a contracepção. (PAULILO, 2016, p. 252).

Estes movimentos autônomos de MMTRs passaram a realizar Encontros Nacionais que geralmente, eram precedidos por encontros municipais e regionais.

Os MMTRs estaduais eram frequentemente formados por mulheres membros dos sindicatos filiados à CONTAG ou à CUT e que sentiram necessidade de criar seu próprio espaço para lidar com questões de gênero e com os interesses das mulheres. Embora algumas mulheres tenham chegado a posições de lideranças dentro dos sindicatos rurais e em outros movimentos, como o MST, elas frequentemente se frustravam quando suas reivindicações específicas de gênero eram consideradas irrelevantes ou menos importantes do que as reivindicações de classe e econômicas que motivavam estas organizações. (DEERE, 2004, p. 182).

Na região Nordeste os Estados de Pernambuco e Paraíba foram pioneiros na organização dos primeiros movimentos de mulheres do campo. O primeiro é o estado de origem de Elizabeth Teixeira, que juntamente com o seu esposo João Pedro Teixeira e outros companheiros, atuaram nas Ligas Camponesas, inicialmente, na Liga Galileia, em Pernambuco. Já Margarida Alves, que dá nome a Marcha em questão, presidiu o STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras de Alagoa Grande, na Paraíba (SILVA, 2008; SILVA, 2017; SILVA 2018), conforme descrito em outra pesquisa:

[...] A referência à Elizabeth Teixeira e à Margarida Alves traduz-se no reconhecimento ao significado de suas lutas para o fortalecimento dos/as trabalhadores (as) rurais. Assim, como estas duas mulheres, existem milhares de trabalhadoras rurais, espalhadas por este País, que resistem às diversas formas de opressão e de violência, seja em movimentos ou em outra forma de agir conscientemente. (SILVA, 2008, p. 67).

A Constituição de 1988, sem dúvida foi um marco significativo para as trabalhadoras rurais e para os diversos sujeitos até então invisíveis das políticas públicas: negras e negros, homossexuais, idosos (as), portadores de deficiência, indígenas, povos e comunidades tradicionais. As questões mais relevantes

relacionadas às MTR serão mencionadas na próxima Seção sobre o neoliberalismo nos anos 1990 e no Capítulo 4 sobre a Marcha 2019.

2.3 Neoliberalismo, desigualdades e a concepção feminista de desenvolvimento

Para contextualizar o surgimento da MM, em 2000, o marco é o período de implantação do neoliberalismo que se consolidou no Brasil na década de 1990, bem como as suas consequências para a vida das MTR e as lutas travadas pelos sujeitos do campo e como o Estado tem tratado tais questões.

Delgado (2010), em seu trabalho sobre *O papel do rural no desenvolvimento nacional* percorrendo dos anos 1970 ao Governo Lula, adotou a hipótese de que os anos 1990 foram decisivos para demarcar os termos em que a disputa se fazia na sociedade brasileira, mais precisamente, sobre o papel da agricultura na economia e ainda sobre a apropriação do significado do Brasil rural e do desenvolvimento rural.

Em síntese, assim como a discussão sobre a relação entre o Estado e os movimentos sociais, trata-se de dois projetos de classes que por razões diversas passam a ter conflitos na sociedade brasileira, porém, nem são estanques, mas excludentes nas suas várias formas de manifestação, conforme mencionado nos trabalhos de Silva (2003). Um dos projetos representado pela expansão do capitalismo no campo no período mais atual é o agronegócio que trouxe sérias consequências para o meio rural.

Os interesses dos latifundiários nos anos 1980 convergem com os interesses o agronegócio nos dias de hoje e enquanto a terra na década de 1980 era adotada para a produção agropastoril, sempre com concentração e exploração de mão de obra, o agronegócio exporta grãos e usa também a terra para a criação do gado bovino, além do uso do agrotóxico no plantio. Esses setores são parte da elite brasileira junto com o chamado setor financeiro e são detém grandes detentores do poder político na história do Brasil. Foi revitalizado por conta do seu papel crucial denominado pelo autor de “ajustamento constrangido à globalização” (ZARZAR, 2010; DELGADO, 2010; NASCIMENTO, 2011) e consolidou os interesses das classes dominantes para quem “o papel da agricultora na economia consiste na geração de saldos crescentes na balança comercial para tentar manter sob controle a conta de transações correntes da balança de pagamentos” (DELGADO, 2010, p. 30).

O outro projeto que teve como representantes os protagonistas nos anos 1960 a 1980 os camponeses vinculados às Ligas Camponesas e os trabalhadores (as) rurais e mais recentemente na década de 1990: os “sem terra”, “assentados” e “agricultores familiares” que foram protagonistas na luta pela reforma agrária e na elaboração de um “projeto alternativo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar” (DELGADO, 2010, p. 30).

Como resultado desse processo, o projeto democratizante desmistificou intelectual e politicamente a concepção do rural como agrícola e de desenvolvimento como modernização e, ainda continua buscando, nos mesmos moldes, os conteúdos mais adequados para as noções de rural e de desenvolvimento rural, configurando assim, uma trajetória difícil, complexa que ainda não foi concluída, na opinião de Delegado (2010).

Inseridas nos movimentos sociais do campo, as trabalhadoras rurais intensificam suas reivindicações ao Estado brasileiro, na década de 1990 e deram maior visibilidade à ação política feminista conectada com a rede feminista internacional, a partir do final da década de 1990. Nesse período os movimentos de caráter feminista se multiplicaram, se expandiram nas camadas populares e também se consolidaram como um campo científico. Os movimentos sociais e populares passaram a adotar estratégia de atuação em redes de movimentos, caravanas e marchas (SILVA, 2008).

Conforme mencionado anteriormente em relação às demandas dos movimentos sociais e o papel do Estado, ressaltamos que tais demandas surgiram em consequência do projeto de desenvolvimento voltado para o campo que acarretou desigualdades socioeconômicas com implicações diretas nas relações de gênero, conforme as afirmações de Nascimento (2011, p. 275):

[...] a atuação do Estado condiciona-se à lógica de mercado que está posta, o capital financeiro adquiriu preponderância nas transações comerciais [...] A ideia de modernizar o campo adquire nesse contexto novos contornos, expressando uma integração mais estreita entre os capitais sob o conceito operacional de agronegócio, termo surgido nos EUA nos anos de 1955 para designar que a agricultura não representava mais apenas a produção agrícola, agora englobava a fase a montante e a jusante de forma mais fusionada do que havia sido nas décadas de 1960 a 1980.

A autora evidencia esta situação de desigualdade entre homens e mulheres do campo e chama atenção para a situação das trabalhadoras rurais no conjunto da agricultura familiar camponesa durante as décadas de 1990, conforme apontam os dados:

[...] continuaram em situação desfavorável frente aos homens. Considerando-se os dados de órgãos como o IBGE ficava evidente a sub-representação das mulheres no conjunto das ocupações agropecuárias, expressão da separação entre trabalho produtivo e reprodutivo na unidade familiar de produção agrícola, fato que indicava o descompasso entre as metodologias adotadas nos levantamentos estatísticos oficiais e a realidade do dinamismo da agricultura familiar camponesa. (MELO; DI SABBATO, 2008 *apud* NASCIMENTO, 2011, p. 276).

Em outro estudo, Nascimento (2011) também destaca os dados da baixa representação das mulheres nas políticas de reforma agrária e justifica que isto ocorre devido a prioridade das *comodities* para o agronegócio voltado para a produção agrícola exportadora. Também limita o crescimento econômico da agricultura familiar camponesa, impossibilitando o aumento da produtividade, da produção, do emprego e da renda.

Diante desses limites impostos para as trabalhadoras rurais, a autora afirma que as estratégias do neoliberalismo no campo representam a reedição dos Planos de Desenvolvimento adotados nos governos militares e tais medidas foram “adequadas” àquele contexto. Neste caso, o agronegócio passou a ser a principal expressão do desenvolvimento no campo.

Os dados do INCRA também mostravam a baixa representação das mulheres como beneficiárias da reforma agrária na condição de titulares, situação que chama ainda mais a atenção quando se considera que a Constituição Federal de 1988 garante direitos às mulheres rurais que não foram assistidos pelo Estado, tais como: a titularização de domínio e a concessão de uso de imóveis rurais, conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil (Art.189, Parag. Único). (NASCIMENTO, 2011, p. 276).

Os dados dos anos 1990 também demonstram que permanecendo no campo, o trabalho das mulheres continuava invisibilizado e a sua produção estava voltada para o autoconsumo, como vimos nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), de 1998: no total de 5.342.151 mulheres na mesma atividade, 2.206.809 (41,3%) estavam voltadas à produção para autoconsumo. A ausência ou redução de políticas por parte do Estado, tais como a infraestrutura básica (água, energia elétrica, estradas), assim como a educação, a saúde e a documentação civil acabam sobrecarregando as mulheres nos serviços domésticos e deixando-as sem alternativa, limitando o seu trabalho aos cuidados da casa, dos familiares e à pequena produção (plantas e animais).

No governo FHC as políticas de exportação, a formação de divisas, a liberalização do comércio e o incentivo à entrada de empresas estrangeiras foram priorizadas como mecanismos de desenvolvimento para o campo. Estas e outras

medidas evidenciavam a ênfase do Governo Federal no crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento rural.

Desta forma, coube atribuir às políticas sociais o papel de redutoras dos conflitos sociais no campo e à reforma agrária a função de política compensatória para aqueles que não possuem condições competitivas no mercado (NASCIMENTO, 2011). Esta situação levou os movimentos e organizações de mulheres, feministas, especialmente as trabalhadoras rurais, camponesas e extrativistas a se organizarem em torno da agenda das políticas públicas utilizando-se do conceito de gênero, com a perspectiva de promover as políticas para as mulheres do campo.

O contexto de crise do modelo neoliberal evidenciada em âmbito mundial que no Brasil perpassa o segundo mandato de FHC que redefiniu as orientações do Banco Mundial e outros organismos bilaterais para atender aos interesses do capital internacional. Essa situação influenciou diretamente as políticas de desenvolvimento para o campo cuja concepção voltou-se para o incremento da política fiscal destinada a subsidiar produtos agropecuários competitivos e a financiar investimentos em infraestrutura para viabilização de grandes projetos agrícolas e minerais com investimentos do capital nacional e internacional, conforme descreve Nascimento (2011, p. 276).

Nessa lógica produtivista, fica evidente que nem todos os segmentos agropecuários foram tratados de forma igual. Assim, a agricultura patronal moderna denominada de agronegócio, assume a direção desse processo juntamente com projetos voltados à exploração dos recursos naturais, a exemplo dos minerais. A agricultura familiar camponesa no Brasil, foi dado um tratamento diferenciado nesse contexto (com recursos financeiros menos volumosos, assistência técnica e créditos seletivos).

Embora com uma visão crítica, a concepção de desenvolvimento com a perspectiva de gênero adotada por diversos grupos feministas e pesquisadoras feministas, em geral, é de cunho liberal, inclusive o conceito de empoderamento¹². Uma das explicações sobre este conceito diz respeito à ampliação dos espaços das mulheres no trabalho, na política e no desenvolvimento econômico que se traduz em autonomia financeira, política e organizativa. Como tratar de autonomia política e financeira, de empoderamento das mulheres sem mudar o modelo de

12 Sobre este conceito, Cecília Sardemberg apresenta uma visão histórica e crítica ao ressaltar que tal conceito surge com radicalidade e parte da prática para a teoria e ao ser apropriado pela academia virou sinônimo de poder, porém, foi utilizado nos discursos sobre desenvolvimento por órgãos oficiais, como o Banco Mundial e perdeu a conotação radical, além de ter passado a ser visto com desconfiança, pois passou a ser utilizado indiscriminadamente (SARDEMBERG, 2006).

desenvolvimento? Este é um desafio para pensarmos o feminismo em uma perspectiva de emancipação das mulheres e de toda humanidade.

As políticas apresentadas pelos organismos multilaterais reforçam ainda mais as desigualdades de gênero, ao reproduzirem a visão das mulheres como meramente “donas de casa”. Para Butto (2010), estas propostas eram voltadas para elas desenvolverem novas habilidades em torno dos afazeres domésticos e nas funções nos arredores da casa, como os cuidados das plantas e dos pequenos animais.

Com a segunda onda do feminismo, nos anos 1970, a agenda econômica ganha maior reconhecimento público. A produção teórica feminista marca esta nova fase com a realização da Primeira Conferência sobre a Mulher, da Organização das Nações Unidas (ONU) e a chamada estratégia *Mulheres no Desenvolvimento [grifo da autora]*, que dela resulta. Destaca-se a concepção liberal e a igualdade formal incorporada às propostas, cujas consequências geradas incluem a sobrecarga de trabalho e a frustração para as mulheres, resultante da sua inserção em atividades não sustentáveis, promovidas em prol da referida estratégia. (BUTTO, 2010, p. 215).

Partindo destas reflexões, a autora ressalta como alternativa a proposta elaborada por um grupo de economistas feministas que utilizam o conceito de autonomia econômica no debate sobre o desenvolvimento. Elas consideram o poder como barganha do homem e da mulher na família, na sociedade e na comunidade, com destaque para a família. Esta proposta é crítica ao modelo neoclássico de família unitária, como uma unidade de produção e consumo sem levar em conta as diferenciações internas e consideram que a renda e os recursos sejam destinados a um fundo em comum. Há um contraponto à ideia da existência de um chefe altruísta que representasse as preferências de todos e buscasse maximizar os recursos (BUTTO, 2010).

Na concepção da economia feminista, a família passa a ser vista como uma matriz complexa de relações e nestas relações estão presentes as barganhas permanentes e implícitas sujeitas a restrições definidas por gênero, idade, grau de parentesco e o que se pode ou não negociar. No entanto, na mesma análise, são postos elementos que caracterizam as relações familiares onde estão presentes a cooperação e o conflito.

Esse debate sobre desenvolvimento está associado ao debate de reprodução social, de redistribuição fundamentado pelo pensamento de Nancy Fraser para quem o tema em questão está ligado ao reconhecimento, aliás, é a teoria abordada pela autora. Nele se insere os temas dos direitos reprodutivos e a violência

que acabaram afastando do imaginário político de justiça para longe das questões de classe e da economia política. A partir deste balanço, Fraser e outras autoras feministas, trouxeram de volta a questão material e evidenciaram a sua relação com o reconhecimento (BUTTO, 2010).

Sobre a inserção e a valorização do trabalho das mulheres, alguns estudos dão conta dessa situação histórica e política e no Brasil. No nosso caso, o tema do trabalho das mulheres aparece também na discussão sobre a trajetória das organizações de MTR com o embasamento teórico sobre gênero e feminismo também nos estudos de Paulilo (2010), Saffiotti (2013), e outras autoras.

Nesta Seção o trabalho das mulheres é apresentado de *an passan*, apenas para colaborar com a compreensão do debate sobre Desenvolvimento, Desigualdades e Gênero. No entanto, pela sua relevância, reconhecemos que a categoria trabalho, apresentadas em diversos estudos feministas, merece ser aprofundada em estudos futuros, sobretudo por ser uma categoria central nos estudos marxistas¹³.

Assim, abordaremos de forma breve somente para ajudar na análise, a partir do pensamento de Saffiotti (2013) sobre o trabalho desenvolvido pelas operárias em que ela acrescentou o sexo como categoria para se referir à classe trabalhadora que até então, era considerada somente masculina.

Na sociedade de classes, o trabalho, para deixar de ser alienado enquanto atividade, gera um valor do qual não se apropria inteiramente o indivíduo que o executa, quer seja homem, quer seja mulher. Esta, entretanto, se apropria de menor parcela dos produtos de seu trabalho do que faz o homem. É óbvio, portanto, que a mulher sofre mais diretamente do que o homem os efeitos da apropriação privada dos frutos do trabalho social. (SAFFIOTTI, 2013, p. 73).

Em outra explicação fica mais elucidativa a posição Saffiotti (2013, p. 96 - 97), “A sociedade de classes não oferece à mulher um quadro de referência através do qual suas funções possam ser avaliadas e integradas. Neste tipo de estrutura social, a vida feminina se apresenta contraditória.” A autora explicita a sua posição ao evidenciar que para as mulheres, há uma necessidade subjetiva, nem sempre se trata de uma necessidade objetiva, ao contrário do que costumamos atribuir.

13 Além de Saffiotti, em 1966, citada nesta Pesquisa, outra autora marxista pioneira nos estudos sobre as mulheres trabalhadoras foi Elizabeth Lobo que lançou, em 1991, a clássica obra: *A classe trabalhadora tem dois sexos*. Esta obra foi relançada, em 2021 pela Fundação Perseu Abramo alusiva aos seus 20 anos e também contou com uma homenagem à autora e militante feminista. Porém, só tivemos acesso a esta obra ao final deste trabalho, portanto, ela será explorada em estudos posteriores.

Entretanto, a necessidade subjetiva não aparece de forma consciente e integrada na estrutura de classes. Entretanto, em relação à família, há uma necessidade subjetiva e também objetiva. “Qualquer hierarquização das funções femininas nas sociedades capitalistas reforça as dificuldades de integração da mulher na sociedade. E, no entanto, parece ser esta a única via de integração social do elemento feminino sob o capitalismo” (SAFFIOTI, 2013, p. 97).

Na busca de compreender de que maneira as distinções de gênero relativos às mulheres estão presentes nas lidas do campo Paulilo (2010; 2016) analisa a situação de alijamento destes sujeitos no mercado de trabalho. Um dos estudos iniciais desta autora durante a década de 1970, denominado “*O trabalho da mulher no meio rural*” se baseou em Saffiotti (1976, p. 30) para quem “O trabalho é o momento privilegiado da práxis humana por sintetizar a relação dos homens com a natureza e dos homens entre si.”

Por outro lado, a autora revela que era por meio do casamento que se consolidava a posição social das mulheres e com isto se garantia a sua estabilidade e prosperidade econômica. Entretanto, ela chama atenção para o fato de que,

A tradição de submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem, contudo, ser vista isoladamente. Sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é também desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas. (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

Assim, a tese de que o desenvolvimento do capitalismo ao proporcionar a inserção das mulheres no mercado de trabalho possibilitaria autonomia e a formação de um novo tipo de família, livre de preconceitos, é mais uma das propagações sobre “as facilidades da vida moderna”. Embora seja fundamental a entrada das mulheres no mercado de trabalho, elas continuam com maior responsabilidade, em geral, quase exclusividade com as tarefas ou o gerenciamento das tarefas do lar, conforme ressalta Gonçalves (2013).

A análise de Saffiotti (2013, p.130-131) acerca do desenvolvimento do capitalismo e das experiências socialistas, evidencia que “certos padrões culturais forjados em outras estruturas persistem em um descompasso de mudança que tem desafiado a validade de algumas teorias.” É certo que entre mulheres e homens da burguesia há uma solidariedade de classe “[...]. Porém, na classe trabalhadora, a solidariedade nem sempre é tão nítida. Tanto a mulher proletária, como a dos estratos médios disputam.” (GONÇALVES, 2013, p.19) entre si e com os homens.

Para Saffioti (2013), esta disputa com os homens ocorre na mesma posição social sobre os mesmos postos que lhes possam garantir o sustento, tanto de homens como de mulheres.

Gonçalves (2013, p.19) ao destacar a atualidade da obra de Saffioti, afirma que: “O cruzamento da estrutura de classes com a diferença de sexo perturba a análise marxista. As classes sociais são atravessadas pelas contradições de gênero e de raça.”

Em relação à produção teórica feminista, neste período de 1990, esta produção se expandiu no Brasil e se multiplicou com a criação de inúmeros grupos de pesquisa e a crescente produção acadêmica, que também incorporou o tema do desenvolvimento. O direito ao trabalho e ao salário se constituem como bandeiras de luta deste movimento e se tornou crescente nesta década, assim como as condições de trabalho e as desigualdades salariais. Conceitualmente correspondia à crítica de que a igualdade tão propagada se baseia no padrão masculino de inserção econômica (BUTTO, 2010).

As consequências das medidas ultraliberais que recaem diretamente sobre as classes trabalhadoras, têm provocado resistências, tanto no campo da luta política quanto nas reflexões teóricas que ajudam na ação de diversos grupos sociais. Um dos argumentos utilizado por ativistas e intelectuais marxistas, particularmente, as feministas, diante da chamada nova onda do feminismo no mundo¹⁴, é a importância da reconexão das lutas sociais com a perspectiva anticapitalista, antipatriarcal e antirracista, assim como há ativistas que propõem mais diretamente a reconexão entre as lutas específicas com a totalidade.

Embora haja diferentes nuances de concepções, em geral, estes posicionamentos significam termos como horizonte um projeto global anticapitalista de transformação da sociedade. Pautar a luta anticapitalista é fundamental para pensarmos a transformação da sociedade e a superação do capitalismo e a

14 A este respeito existem diversos trabalhos, um dos principais é o Manifesto denominado **Feminismo para os 99%** lançado em 2019, de autoria conjunta de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser que propuseram uma greve geral no mundo no Dia Internacional da Mulher. Propõem um distanciamento do feminismo liberal e o responsabilizam pela crise no próprio feminismo e apresentam como alternativa um feminismo anticapitalista. A principal crítica ao feminismo liberal “é pela sua centralidade na liberdade e igualdade formais que atingem somente às mulheres de elite, entendidas como um pequeno número de mulheres privilegiadas, mantendo assim uma hierarquia social e tornando apenas esta hierarquia mais diversificada e inclusiva, portanto, trata-se de ascensão individual de mulheres e não de uma mudança de sistema (FRASER *et al.*, 2019).

construção de um novo modelo de sociedade que muitos (as) acreditam ser a sociedade socialista. Este e outros motivos contribuem com a compreender as questões teóricas e históricas em que as lutas democráticas se inserem, assim como as relações sociais.

Portanto, é necessário ir além da descrição de tais fenômenos para que não somente constatemos a ausência da perspectiva de classes sociais nas análises sobre os “novos movimentos sociais” e neste caso, na MM, definida como expressão das lutas sociais. É necessário examinarmos as possibilidades de apreendermos a existência ou não dessa perspectiva e como se deu esse processo.

Neste sentido, nos desafiamos a contribuir com este debate sobre a “retomada” da perspectiva de classes, de forma articulada com as categorias popular, feminismo, raça, etnia e outras categorias secundárias sobre os sujeitos pertencente à classe trabalhadora e sua diversidade.

2.4 Movimentos sociais no Brasil hoje: jornadas, marchas e ativismos digitais

Diante do esgotamento do capitalismo evidenciamos o aumento assustador da pobreza, da violência, do desemprego, sobretudo nos últimos anos, contraditoriamente, criam-se resistências capazes de fomentar uma nova cultura política na qual são promovidos valores como a justiça social e a participação cidadã, conforme ressalta Peruzzo (2002, p. 290):

Neste universo se desenvolvem práticas coletivas de organização e mobilização popular, o que demonstra a existência de uma série de dinâmicas que se aproximam das características apontadas pelos clássicos como inerentes a uma comunidade. [...]. Características inovadoras de comunidades que podem ser percebidas: a passagem de ações individuais para ações de interesse coletivo, desenvolvimento de processo de interação, a confluência em torno de ações tendo em vista alguns objetivos comuns, constituição de identidades culturais. [...].

Essas características apresentadas pela autora estão presentes nas comunidades tradicionais, nas comunidades quilombolas e nos povos indígenas cujo ativismo em rede tem como motivação comum o sentimento de pertencimento à determinada territorialidade geográfica, “com ou sem o lócus territorial específico. Ao mesmo tempo que existem as comunidades virtuais, persistem aquelas de base territorial.” (PERUZZO, 2002, p. 293). Neste sentido, a autora ressalta que:

A virtualidade no mundo das comunidades passa a ser um modo de existência, um modo de relação, aquele desterritorializado geograficamente, mas não uma forma única e independente de existência, pois é unida em torno de especificidades concretas e com vínculos que extrapolam o espaço virtual. As relações, no caso das redes de interesses sociais, perpassam o

simbólico e se conectam à vida cotidiana. Esta conexão se dá conforme os propósitos que dão feição à comunidade virtual, seja de investigação científica, de uma escola de samba, um movimento político, um movimento ecológico [...]. (PERUZZO, 2002, p. 294).

Nos anos 2000, os movimentos sociais de forma global passam por mudanças na forma de organização em consequência das transformações que o próprio capitalismo realiza buscando aumentar os seus lucros e conquistar novos mercados. A exploração exacerbada do capitalismo global atinge sobremaneira o meio ambiente, a economia, a cultura e as relações sociais acarretando a super exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, a retirada de direitos sociais e como consequência o desmonte do Estado reduz os serviços públicos de educação, a saúde, moradia.

A reconfiguração do capitalismo mundial, além de gerar graves problemas para a classe trabalhadora empurrando cada vez mais uma grande parcela desta para a informalidade, também causa danos aos direitos fundamentais dos povos tradicionais, por meio da apropriação de suas terras que passam a ser usurpadas pelos setores de mineração, madeiras, garimpos, além do avanço do agronegócio.

Como parte da agenda neoliberal, o Estado brasileiro tem eliminado diversas políticas voltadas para populações historicamente excluídas do “modelo de desenvolvimento” capitalista, a exemplo da população negra, as mulheres, povos originários (indígenas, quilombolas etc), a população lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais (LGBTQIA+). O desemprego e a violência estrutural atingem, principalmente, as comunidades periféricas, as populações mais vulneráveis.

Os sujeitos organizados em grupos e movimentos sociais que haviam obtido algumas conquistas importantes em relação aos seus direitos, incluindo a participação e o controle social, além da criação de marco legais importantes para o acesso às políticas públicas tem passado por um processo de regressão em relação aos seus direitos e reconhecimento.

A reestruturação do capitalismo se concretizou, por meio de investimentos políticos, financeiros e de uma ideologia disseminada aos indivíduos e em organizações coletivas, nos mais diversos formatos, nos quais passam a prevalecer a lógica do empreendedorismo, da colaboração e da autonomia em contraposição aos princípios da solidariedade, da promoção e defesa dos direitos humanos, da democracia e da defesa e proteção do meio ambiente.

No entanto, assim como o capitalismo se renova para enfrentar as suas próprias crises, a atuação dos movimentos e das lutas sociais também ganha novas expressões, como vimos a organização em rede com a participação de vários movimentos e as novas formas de organização: coletivos, rede de movimentos e ativismos digitais, marchas e outros formatos.

Vale ressaltar que a maioria dessas organizações passam a adotar o caráter anticapitalista e antissistema utilizando-se de novas estratégias de mobilização, sendo uma das principais o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e ainda o financiamento coletivo, as chamadas vaquinhas virtuais, como veremos no Capítulo 4 sobre as estratégias adotadas na MM.

3 INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO POPULAR, FORMAÇÃO POLÍTICA COMO ESTRATÉGIAS

Neste Capítulo enfatizamos as estratégias adotadas na MM para assegurar a sua realização e, principalmente, para ampliar a participação política nesta Marcha. Além da mobilização das MTR do sistema CONTAG, a mobilização ocorre também por meio das organizações parceiras. Essa ampliação da participação política ocorre tanto forma quantitativa, como também qualitativa, em se tratando dos temas da pauta (Plataforma Política). Enquanto “velhos temas” são mantidos, a exemplo da educação, saúde, previdência, novos temas foram incluídos: segurança alimentar e nutricional, agroecologia, acesso à terra e aos territórios.

Durante a pesquisa foram identificadas cinco estratégias mais diretamente ligadas à realização e ampliação da Marcha 2019, pois além das três mencionadas (informação, comunicação popular e formação política) temos também a Política de Finanças e a construção da Pauta, sendo que esta última foi tratada no Capítulo anterior e a Política de Finanças foi descrita na pesquisa ao tratarmos da forma de Organização da Marcha e também ao nos referirmos à participação da delegação do Maranhão na Marcha 2019.

A operacionalização dessas três ações estratégicas ocorre devido a dois fatores que estão relacionados aos movimentos sociais: as organizações de MTR do movimento sindical rural e o movimento feminista urbano.

A primeira Seção (3.1) Geração e uso da informação apresenta a informação como uma das estratégias políticas da MM, e também como um instrumento que está intrinsecamente ligado à comunicação. Também consta a relação entre a informação e educação popular, mais especificamente a formação política feminista.

Na Seção 2 deste Capítulo (3.2), denominada A Comunicação como prática de liberdade democrática retoma o contexto de luta pela democracia no Brasil particularmente em meados dos anos 1970 e nos anos 1980, porém, por se tratar de um contexto já mencionado no Capítulo anterior, o recorte será dado na luta pela comunicação popular.

Na terceira Seção (3.3) A formação política feminista como práxis educativa ressaltamos o caráter pedagógico da MM, considerando que são experiências oriundas dos movimentos sociais populares e, neste caso, também do movimento feminista que possui metodologias próprias. Destaca que nestes espaços ocorrem as discussões da pauta desta Marcha.

3.1 Geração e uso da informação

Antes de nos referirmos à geração e uso da informação elencamos as cinco estratégias que consideramos mais relevantes para o alcance dos objetivos e da identidade política desta Marcha: **a informação, a comunicação popular, as finanças, a formação política e a construção da pauta**. Isto significa dizer que todas estas estratégias envolvem a geração, o uso, a sistematização e a disseminação de informação que neste caso, se transforma em comunicação (divulgação, por meio de materiais visuais e impressos), em documentos de pesquisa (resoluções, textos e outros), registro, acervo e memória, construção de novos conhecimentos (novos conteúdos). Estão também diretamente relacionadas com a concretização dos objetivos e à concepção adotada pelas MTR.

A política de finanças será mencionada somente no que se refere às orientações relacionadas à Marcha de 2019 e as temáticas debatidas na pauta que em 2019 passou a ser uma plataforma política, conforme mencionamos antes. Essas estratégias são, ao mesmo tempo, características que se desdobram em ações políticas e possuem ligação direta entre si, ou seja, não são estanques. São coordenadas pela Coordenação Geral da Marcha, embora algumas decisões passem anteriormente pela diretoria da CONTAG. A Coordenação Geral da Marcha está

organizada em instâncias consultivas e deliberativas de âmbito local, estadual, regional e nacional.

A seguir, apresentamos a síntese das cinco estratégias mais relevantes adotadas pela MM:

- a) A **informação** está diretamente relacionada à produção de conteúdo, à sistematização do conhecimento, à memória, à história e à trajetória de lutas.
- b) A **comunicação**, de caráter popular está voltada para a “unidade, engajamento, mobilização, articulação e conscientização, e, ao mesmo tempo, renovando o seu dinamismo e reação frente à atual conjuntura e aos desafios postos à organização (CONTAG, 2020, p. 4). Neste caso, a comunicação popular combina instrumentos que dão suporte às atividades consideradas “tradicionais” (reuniões nas comunidades, rádios, contatos telefônicos) com o uso das redes de tecnologias digitais de alcance local e internacional.
- c) **A política de finanças** faz parte da sustentação política das organizações e movimentos sociais cujo objetivo é garantir a autonomia e a auto-organização e é voltada para assegurar a autonomia e a sustentabilidade de um movimento, ação ou mobilização.
- d) **A formação política** resulta das experiências das organizações e do movimento feminista e integra a ação educativa desta Marcha, considerando que o processo educativo é fundamental para a auto-organização da luta social, neste caso, das mulheres.
- e) **A construção da pauta** é um processo de ação educativa amplo, permanente, pois está diretamente relacionado à concepção política dos movimentos (sindical, populares e feminista) e organizações envolvidas, por meio de articulação de parcerias, realizado em um ambiente de reflexão, sistematização e trocas de conhecimentos e informações.

A política de Finanças em 2019 foi realizada de várias formas, sendo a principal delas a arrecadação via fundo oriundo dos recursos de contribuição dos associados e associadas destinados ao custeio de despesas da Marcha. Este foi um

dos pontos positivos apresentados na avaliação da MM no Maranhão, questão que será retomada posteriormente.

O nosso ponto de partida em relação à fundamentação teórica sobre a informação como estratégia política se manifesta de duas formas: 1) na concepção de informação vinculada à comunicação popular baseada em Freire (1999) e Peruzzo (2002). Como parte da luta social a informação está relacionada às lutas democráticas e populares, a exemplo da luta pela democratização da comunicação. Estas questões serão desenvolvidas na Seção a seguir sobre Comunicação Popular.

A outra questão se refere à relação direta da informação com a formação política, isto é, o aspecto da geração e do uso da informação em reação aos conhecimentos produzidos coletivamente e socializados que se configuram como instrumento político na Marcha. Isto não significa deixar de reconhecer a outras dimensões da informação: a dimensão social, cultural, pelo contrário, o processo formativo envolve todas essas dimensões e mais a dimensão subjetiva da produção de novos conhecimentos, como veremos na abordagem *sobre a Formação Política Feminista como práxis educativa*.

O que não está no escopo desta pesquisa é a relação com os(as) usuários (as) ou demandantes da informação, embora as “Margaridas” sejam parte deste universo, também são sujeitos excluídos(as) do acesso à informação e dos espaços de conhecimento, aprendizagens, ensino, pesquisa, memória e patrimônio, como é o caso dos museus, bibliotecas e centros de documentação.

A comunicação e a informação são fenômenos complexos e intrínsecos e por si só cada um destes fenômenos já exigiria uma análise própria e aprofundada. A nossa intenção é enfatizar o caráter social e crítico da informação para subsidiar a análise sobre a geração e uso da informação, isto é, as práticas informacionais na MM.

O processo de geração da informação na MM ocorre no sentido de utilizar o que é produzido para ser utilizado (uso e reuso) como instrumentos da luta política. Partimos da ideia extraída do senso comum de que sem informação não há comunicação (e também mobilização, organização e formação política). O outro argumento é que a informação não é neutra, portanto, como fenômeno, assim como a comunicação popular, ela integra o projeto político da Marcha.

Portanto, enfatizaremos o caráter político, crítico e estratégico da informação, na medida em que insistimos na ideia de não tratá-la como um fenômeno “neutro” que está acima de quaisquer interesses. Ou ainda, de forma ingênua, como se a informação por si só fosse sinônimo de interesse coletivo. E não é. Neste sentido, não nos referimos à análise da organização formal dos conteúdos, das linguagens e das representações, nem tão pouco o uso das tecnologias da informação e da comunicação que aliás, mereceriam um estudo à parte. Isto significa que tanto a informação, quanto a comunicação popular e a formação política são componentes das lutas sociais e populares e, portanto, são instrumentos adotados para ampliar a participação política nesta Marcha. Daí o porquê de considerarmos o seu caráter estratégico.

3.1.1 A informação na perspectiva crítica e estratégica

Com vistas a enveredar a nossa análise sobre a geração e uso da informação como um processo voltado para os interesses de classes, identificamos a partir de Pesquisas Bibliográficas estudos embasados na perspectiva crítica. Neste caso, um destes estudos compreende a informação como um bem material e imaterial e não como uma mercadoria à serviço da acumulação do capital. Esta concepção está inserida nos estudos de Marques (2015) sobre Trabalho, Informação e Conhecimento, categorias centrais adotadas pelo autor na sua tese de doutoramento que resultou em diversos artigos¹⁵.

Na pesquisa mencionada, o autor parte da seguinte questão: *Como a informação e o conhecimento estão inseridos no arcabouço teórico de Marx?* A outra questão é: *Que janelas o pensamento de Marx nos abre para discutir o papel da informação e do conhecimento no universo do trabalho na atualidade?*

A partir dos estudos de Marques (2015), foi possível identificar que essas questões contribuem para uma formulação crítica sobre a informação. O autor discorre sobre a teria do valor em contextos onde o trabalho intelectual assume a centralidade, tendo como sustentáculo a informação e o conhecimento.

¹⁵Temas centrais articulados com a categoria marxiana *Intelecto geral*, tese de Doutorado de Rodrigo Moreno Marques, de 2014 na CI/UFMG. O autor possui diversas publicações sobre informação, conhecimento, ética inseridas nas discussões sobre o fracionamento do trabalho. É um dos Organizadores da obra: **A informação e o conhecimento sob as lentes do marxismo**, juntamente com Flávia Melo e Marta Macedo Kerr Pinheiro, um Dossiê que consta na *Review Of Information Ethics (IRE)*, considerada uma contribuição inédita para o marxismo e para a C.I. (MARQUES, 2014).

Esta questão é fundamental porque possibilita compreender a relação entre trabalho, informação e a produção de conhecimentos, ainda que este estudo não tenha a categoria trabalho como central, porém, ela é importante mencioná-la no decorrer desta pesquisa. Marques (2015) parte das referências centrais sobre o capital, principalmente os conceitos de mais-valia, e demonstra a relação entre a informação e o conhecimento inseridas na concepção marxiana.

De forma mais abrangente, o autor se utiliza dos constructos teóricos da obra de Marx e outros autores do campo marxista para elaborar o seu arcabouço teórico e epistemológico e dessa forma, contribui para elucidar a informação e o conhecimento como elementos chave da teoria marxiana.

Outras categorias secundárias localizadas nos estudos desse autor são: *mercadoria, força de trabalho, trabalho simples e trabalho complexo, subsunção formal e subsunção real; trabalhador coletivo e trabalho produtivo e trabalhador produtivo* (MARQUES, 2015). Na abordagem sobre o período em denominado pós-grande indústria Marques (2014; 2015) faz referência às teorias adotadas por Prado (2005a; 2005b) e utiliza diversos outros conceitos, tais como: infoproletariado Antunes e Braga (2009); capitalismo cognitivo de Moulier-Boutang (2011a; 2011b; 2012), capitalismo imaterial de Herscoviti (2014); trabalho imaterial de Gorz (2005); Amorim (2009); e Santos (2013) e outros autores com quais polariza sobre a informação: Marques e Pinheiro (2014a; 2014b).

Em *Grundrisse*, Marx (2011) retrata um dilema ao vislumbrar em sua hipótese de que o tempo futuro a criação da riqueza dependeria menos do tempo de trabalho do que do nível geral da ciência, do progresso e da tecnologia ou da aplicação da ciência à produção: “O produto do trabalho intelectual da ciência está sempre muito abaixo do valor.” (MARX, 1980, p. 339). O conhecimento científico para Marx significa o valor da ciência como produto do trabalho intelectual, por meio do tempo de trabalho, isto é, Marx alertava para a incompatibilidade da teoria do valor nesse contexto.

Para Marques (2015, p. 49),

Aqueles que buscam apreender as dinâmicas do valor em situações onde a atividade laboral é fortemente marcada pela informação e pelo conhecimento estão em busca de respostas para um problema já colocado por Marx em seu tempo e que permanece em aberto até os dias atuais.

Os manuscritos de Marx são próprios de uma investigação circunscrita, portanto, para Marques (2015) ao contrário do que preconiza Lessa (2011) ao afirmar que somente a mercadoria produzida pelo proletário no intercâmbio com a natureza,

pode servir como meio de acumulação de capital, mas somente o trabalho manual do proletário. Assim, ele recoloca a seguinte questão: que a mercadoria não se limita aos bens tangíveis, como os produtos das indústrias de tecelagem e a siderurgia, mas também aos bens que satisfazem às necessidades humanas, sejam elas do “estômago ou da imaginação”, como destaca o próprio Marx (2013).

Isto significa dizer que a mercadoria pode ser também o que não é tangível, corpóreo, acumulável, que não é material, não tem massa e que só existe no tempo, a exemplo de uma execução musical, uma peça teatral, uma aula, pois para Marx, a produção industrial não se restringe ao ambiente da fábrica. Ele expõe melhor esse posicionamento ao se referir ao “capital industrial”, sendo que o industrial possui um caráter mais amplo, ou seja, a todo ramo de produção explorado pelo modo capitalista, conforme define no Livro II de “O capital” (MARX, 2014).

Neste sentido, o “capital industrial” passou a ter a influência de categorias desenvolvidas mais recentemente, como a agroindústria e a indústria de serviços, ideia extraída de Santos (2013 *apud* MARQUES, 2015).

Outra ideia de Marques (2015) é o uso do tempo associado à produção da mercadoria que ganha nova dimensão e se refere à força de trabalho como uma mercadoria à venda pelo trabalhador por um determinado preço que representa o seu salário (MARX, 2014). Isto significa que a mercadoria colocada à venda pelo trabalhador configura uma relação de assalariamento que resulta do esforço físico, mas também intelectual.

Em relação à força de trabalho, não podemos considerar “somente que a dimensão econômica expressa o domínio do capital sobre o trabalho, mas como um lugar de contradições entre o processo de valorização e os aspectos subjetivos do processo de trabalho.” (LIMA, 1999, p.1). A partir da apresentação destes fundamentos teóricos e epistemológicos, o autor, evidencia como a informação se constitui na sociedade capitalista.

Outra questão que permeia a análise sobre a geração e uso da informação são os componentes que caracterizam uma visão social, no sentido crítico, atribuída à geração e uso da informação, questão que desenvolveremos a seguir.

Se for incorporada às lutas sociais a informação pode ser potencializada na sua produção e uso à serviço do projeto de classe trabalhadora. Para tanto, é

necessária uma ruptura com a visão de neutralidade desse fenômeno e uma contraposição sobre a concepção que a considera como uma mercadoria.

Marques, Raslan e Pinheiro (2011) em artigo conjunto afirmam a relevância da informação e do conhecimento ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista no século XIX e ressaltam que foi nesse período que os termos sociedade da informação, sociedade do conhecimento, economia da informação, capital humano e capital intelectual passaram a ter visibilidade.

Em suma, o cerne da questão para Marques (2014) é a ideia de que o trabalho intelectual não produz o conteúdo material na riqueza social, por isso, não produz capital. No seu entendimento o próprio Marx desmonta a ideia da produção baseada no valor de troca e, portanto, a própria lógica capitalista.

Ao analisar a construção social da informação com o foco nas práticas informacionais de ONGs feministas brasileiras, Araújo (2008) descreve que a sociedade da informação, termo que para a autora denomina uma nova etapa de desenvolvimento das sociedades, está estruturada em três bases: *a base teórica, material e política*. A base teórica que se direciona a um só ponto: “A substituição da produção industrial pela informação; da experiência profissional e pela ciência e do trabalho operário pelo trabalho dos engenheiros.” (ARAÚJO, 2008, p. 1).

Para a autora, a base material são as novas tecnologias da informação. “Por outro lado, essas mesmas tecnologias podem fortalecer os monopólios ampliando ainda mais o fosso entre os países detentores de informação organizada e países carentes de informação organizada.” (ARAÚJO, 2008, p. 1-2).

A base política da sociedade da informação tem como elemento central o poder da informação. A autora se refere a análises com o pressuposto na ideia de que o desenvolvimento socioeconômico e cultural está diretamente relacionado à criação, ao acesso, ao uso e à circulação de informação. Esta por sua vez, estará disponível a todos (as), por meio das redes de comunicação eletrônica. É possível que tal acesso possa se concretizar, porém, pode se tratar apenas de futurologia (ARAÚJO, 2008).

Há uma questão que precede o acesso à informação apresentado pela autora que diz respeito ao poder da informação, entretanto, pouco discutimos as implicações do poder: para quem serve e a serviço de que ou de qual projeto?

Ao se posicionar em defesa do que ela denominou “democracia informacional” Araújo (2008) sustenta a ideia da ampliação do acesso e do uso da

informação pelo cidadão [*sic*] para que este se transforme em um disseminador de informação. Ao mesmo tempo, a autora considera que tal democracia não ocorrerá somente com o uso das tecnologias da informação ou ainda pela ampliação do acesso, mas, em se tratando da sociedade brasileira, ela se concretizará, pelo menos, por meio da realização de práticas informacionais que ocorram em meio a processos educativos que se constituem no que ela denomina de práticas de cidadania.

Araújo (2008) ressalta as possibilidades existentes, tanto no aspecto da democracia informacional, quanto para o fortalecimento de ditaduras informacionais. A autora não acredita que a democracia informacional se fará apenas em decorrência do uso das redes de comunicação eletrônica ou devido a ampliação do acesso à informação. Para ela, a democracia informacional se fará, pelo menos no nível da sociedade brasileira, em decorrência do desenvolvimento de práticas informacionais, por meio de um processo educativo que se constitui em um recurso importante para a prática da cidadania.

Em uma abordagem institucional da informação Frohmann (2008) apresenta dois conceitos importantes para debater o problema dos limites da informação: a materialidade, imaterialidade e o conceito mentalista de informação. Para este autor, o problema consiste em como conciliar o conceito de informação com os estudos relevantes sobre as práticas públicas e sociais. Neste sentido, ele apresenta o conceito de materialidade para fazer a ponte entre duas áreas conceituais citadas: a informação, de um lado e a prática pública e social de outro. O conceito de materialidade é importante quando se deseja investigar o que fazem os sistemas de informação com um sentido amplo e inclui o que o autor denomina de regimes de informação.

O conceito mentalista de informação é considerado abstrato e predomina nos estudos de informação. Nesta concepção, a informação está presente na mente, em estado de compreensão proveniente da leitura de um documento ou de outros meios e privilegia os estudos da informação com ênfase nos indivíduos, considerados agentes de atividades e práticas de interesse destes estudos (FROHMANN, 2008). Para o autor, isto explica o papel institucional da informação com caráter público.

Para o autor, o conceito imaterial consiste em uma outra forma de se compreender que o foco da informação são os efeitos sociais e públicos dos sistemas de informação que se tornam reféns da questão de saber quantos indivíduos são

afetados. Nesta visão, o fenômeno social ocorre quando a consciência de muitas pessoas se modifica (FROHMANN, 2008).

Apesar de o autor se referir ao conceito mentalista como diretamente relacionado às práticas dos indivíduos, o mesmo relaciona também ao conceito de imaterial que tem a informação como central, como prática social que causa transformações. Portanto, enquanto fenômeno social isto só ocorre quando as consciências são transformadas. Eis uma “brecha”, como diria Foucault para analisarmos a MM.

Desta forma, compreendemos que a geração e o uso da informação, assim como suas práticas não podem ocorrer separados das lutas sociais, das lutas pela democracia, tanto em relação ao passado, quanto no presente de ameaça concreta ao regime democrático no Brasil e em diversos países da América Latina. E sendo assim, a informação está vinculada diretamente a um projeto político, pois é um instrumento inerente à luta política.

3.1.2 A informação como um direito à memória e à verdade

No Brasil, em geral, nos referimos à informação como um direito, inclusive um dos direitos fundamentais, tal como o acesso à cultura, à leitura, a alimentação e à comunicação. Entretanto, se considerarmos o Estado como mediador desse direito nos deparamos com um caminho tortuoso, marcado por desigualdades, de favorecimentos e inclusive de legislações inconsistentes, ainda que asseguradas na nossa Carta Constitucional de 1988. Neste sentido, consideramos a luta pelo acesso à informação como um direito intrinsecamente relacionado à agenda da luta pela comunicação democrática. No entanto, a comunicação aqui retratada não é vista como um fenômeno unilateral ou passivo, mas como parte de um processo dinâmico e contraditório presentes nas relações sociais.

Recuperando brevemente algumas questões relevantes acerca do direito à informação na realidade brasileira, um desses direito está diretamente relacionado ao acesso à informação pública, de responsabilidade do Estado brasileiro, como é o caso da regulamentação da Lei 12.527 de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), cuja trajetória institucional se deu a partir da Constituição de 1988.

O acesso à informação e a outros bens públicos foram cerceados no período da ditadura militar¹⁶.

O direito à informação, em geral, não tem sido objeto de disputa das classes populares, embora se constitua também como um direito humano e também às liberdades democráticas, portanto, vinculado ao Estado democrático. Do mesmo modo que a leitura, podemos vincular a informação no âmbito do direito à memória e à vida, como temos concretizada na luta pela abertura dos arquivos da ditadura militar, conforme consta no III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNH), de 2009¹⁷. Este Plano resultou de um longo processo de luta das famílias dos mortos e desaparecidos durante o período da ditadura militar, questão que não está pacificada em nosso país, pelo contrário, tem sido enaltecida por setores reacionários, como o bolsonarismo.

Este portanto, é mais um desafio que se apresenta para as reflexões e pesquisa nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, pois a informação ocupa lugar central na história e na memória individual e coletiva do país, sobretudo porque:

A investigação do passado é fundamental para a construção da cidadania. Estudar o passado, resgatar sua verdade e trazer à tona seus acontecimentos, caracterizam forma de transmissão de experiência histórica que é essencial para a constituição da memória individual e coletiva (PNH3, 2009). O Brasil ainda processa com dificuldades o resgate da memória e da verdade sobre o que ocorreu com as vítimas atingidas pela repressão política durante o regime de 1964. A impossibilidade de acesso a todas as informações oficiais impede que familiares de mortos e desaparecidos possam conhecer os fatos relacionados aos crimes praticados e não permite à sociedade elaborar seus próprios conceitos sobre aquele período. (PNH3, 2009).

16 A Constituição brasileira de 1988 assegurou o direito de acesso à informação, protegendo tanto o acesso às informações de interesse particular como as de interesse coletivo ou geral. Também a criação de uma lei para regulamentar esse direito no Inciso XXXII no Artigo 5º. No Artigo 37 estão inscritos os princípios básicos da Administração Pública, dentre os quais a necessidade de que todos os seus atos sejam expostos à população. Portanto, somente neste momento a transparência e a publicidade se tornaram princípios legalmente protegidos e formalmente passaram a nortear a relação do Estado com a população. No período da ditadura civil-militar prevalecia a regra de que toda informação era imprescindível à segurança nacional fundamento que sustentava a cultura do sigilo. Assim, o pacto constitucional de 1988 alterou a regra do sigilo da informação que passou a ser exceção, haja vista que a informação pública passou ser considerada um bem público. (ARAÚJO, 2015).

17 Enquanto reviso este Capítulo vejo na imprensa que o Governo Bolsonaro ganhou na justiça o direito de “celebrar” o golpe de 1964. (FRAY, 2021). E em, às vésperas da data alusiva a este golpe, me deparo com “mudanças” no Governo Bolsonaro, em que os ministros das três forças que formam o Ministério da Defesa colocaram os cargos à disposição em decorrência da demissão do seu Superior; houve “mudanças também nos comandos de outros ministérios. Escrevo como forma de preocupação com a instabilidade político-institucional do país que atinge diretamente a democracia. A este respeito. (MIAZZO; OHANA, 2021).

Vale ressaltar que, quase trinta anos depois o Estado brasileiro reconhece os crimes ocorridos no período da ditadura militar, com a criação, em 2011, da lei 12.528 a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o objetivo de “apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988”. A instituição desta Comissão ocorreu em maio de 2012. São fatos que evidenciam a importância do registro da informação e do acesso como uma questão histórica e de memória do país a ser disseminada às diversas gerações para que não seja esquecida e silenciada¹⁸, afinal,

Desde os anos 1990, a persistência de familiares de mortos e desaparecidos vem obtendo vitórias significativas nessa luta, com abertura de importantes arquivos estaduais sobre a repressão política do regime ditatorial. Em dezembro de 1995, coroando difícil e delicado processo de discussão entre esses familiares, o Ministério da Justiça e o Poder Legislativo Federal, foi aprovada a Lei nº 9.140/1995, que reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de opositores ao regime de 1964. (PNH3, 2009).

A questão da memória e da verdade, particularmente, ao período da ditadura militar possui relação direta com as lutas pela democracia e contra o autoritarismo e são pertinentes às lutas sociais do campo, posto que vários líderes camponeses e sindicalistas que lutaram contra esse regime opressor foram assassinados, torturados ou desapareceram, tais como Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas em Pernambuco, Manoel da Conceição, líder camponês do Maranhão e outros. As temáticas elencadas são relevantes para pesquisas sobre História, Memória e resistência em áreas diversas por historiadores(as), arquivistas, jornalistas e também bibliotecários(as) e cientistas da informação¹⁹.

Outra possibilidade no campo da ciência e da educação popular é a ampliação e disseminação dos registros e das fontes de informação e de pesquisas, como os filmes, pesquisas, livros e um conjunto de informações reunidas em acervos e memoriais sobre esta temática e outras ligadas às lutas sociais e populares, como temos visto algumas pesquisas e projetos.

18 Algumas indicações referentes à memória da ditadura militar no Brasil podem ser localizadas em: (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2021).

19 Em um rápido levantamento bibliográfico na internet, me deparei com a existência de uma produção considerável de artigos, dissertações e teses sobre o tema da memória, informação e ditadura militar no Brasil, inclusive existe uma Linha de Pesquisa no Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação na UnB. Um dos artigos localizados apresenta um levantamento sobre a produção bibliográfica de 2009 a 2019, que embora represente a escassez de produção, sinaliza para um potencial de pesquisas, como apresentam os autores (MOURA; KARPINSKI, 2020).

Existem também as memórias e acervos desenvolvidos por instituições públicas, como universidades, entidades dos movimentos sociais e populares que promovem atividades de estudos e pesquisas ser objetos de estudo na área de Ciência da Informação e Biblioteconomia, como tem sido na área de Arquivística e História, assim como espaços de atuação profissional, a exemplo dos acervos e projetos do MST, CONTAG, inclusive a FETAEMA que conta com projetos de acervos e arquivos que envolvem docentes e profissionais da área de Biblioteconomia do Maranhão²⁰.

Neste momento em que vivemos no Brasil, de negação da ciência e de desinformação por meio de *fake news*, como parte de uma disputa ideológica e de uma guerra cultural e de classes, como afirma Fontes (2021), é imperativo que possamos pensar a informação como instrumento da luta social, tendo em vista que estamos tratando de luta de classes. No momento atual de governo antidemocrático no nosso país a MM se soma na luta pela democracia e nessa luta a informação e a comunicação são indispensáveis para se contrapor à mídia dominante e os seus instrumentos que fazem parte da guerra de classes.

3.2 A comunicação popular como prática de luta pela liberdade democrática

Nesta Seção abordarei a trajetória de lutas da comunicação popular no Brasil, contexto em que se insere a luta em defesa das rádios comunitárias apresentadas na pesquisa de Costa (2016) para em seguida elucidar as práticas informacionais desenvolvidas pelas MTR na construção e realização desta Marcha.

Compreendemos a comunicação popular em sua dimensão social, cultural e política na perspectiva de Paulo Freire em suas obras *Pedagogia do Oprimido e também em Comunicação ou Extensão?* A partir da etimologia da palavra extensão, Paulo Freire problematiza o seu uso e ressalta que a transformação social ocorre por meio do processo de divulgação e disseminação de conhecimentos, portanto, seria mais adequado nos referirmos a processo comunicativo. Essa concepção se baseia

20 O Projeto Digitalização do Acervo da FETAEMA foi iniciado em 2015, coordenado pela Profa Dra Maria Mary Ferreira e encontra-se em sua segunda etapa, coordenado pela Profa Dra Aldinar M. Bottentuit, ambas professoras do Departamento de Biblioteconomia da UFMA. Registramos ainda que embora em tempos sombrios, ainda existem financiamentos de pesquisas e organização de acervos físicos e digitais sobre História, Memória e Informação, assim como projetos de Pesquisas. (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2021) com apoio cultural da Lei de Incentivo à Cultura e o Acervo do jornalista assassinado pela ditadura militar Wladimir Herzog, ambos realizado pelo Instituto que tem o seu nome (ACERVO VLADIMIR HERZOG, 2021).

na ação dialógica que se estabelece, a partir da colaboração, da interação e da reciprocidade que não podem ser interrompidas (FREIRE, 1983).

Freire (1983) se refere à ação dialógica e ao contrário desta, a ação antidialógica que diz respeito à manipulação informação, de um saber apropriado por alguns. Já a ação dialógica, é comunicativa, é parte de um processo contínuo e permanente e neste sentido, diz respeito à condição humana, como um instrumento político utilizado por meio da comunicação popular, comunicação alternativa ou comunitária. Isto explica a relação direta entre comunicação e democracia, como condição *sine quanon* para desenvolver a capacidade de participação dos indivíduos nos processos decisórios. Freire (2000) nos ensina ainda como educação e a participação comunitária andam juntas, por isso são consideradas como prática educativa.

Nos anos 1970 ainda durante o regime militar o movimento feminista também tinha as suas formas de comunicação e de circulação de informação, a exemplo do *Jornal Mulherio*²¹ em nível nacional e o *Nós, Mulheres* em nível estadual. Eram elaboradas cartilhas, vídeos e outros instrumentos como documentos, jornais, boletins de circulação do próprio movimento, de acordo com a ação ou temática (FERREIRA, 2007).

No primeiro momento eram materiais de difícil acesso e com a produção reduzida (panfletos e cartazes em mimeógrafos, jornais) e no segundo momento, nos anos 1990 foi crescente a elaboração de documentos técnicos e especializados quando os movimentos já haviam se institucionalizados (FERREIRA, 2017).

As ações comunicativas no meio rural eram realizadas na oralidade muito presente nos encontros religiosos, reuniões e nos sermões dos líderes religiosos. Posteriormente, as notícias de jornais impressos sobre assassinatos e violências no campo passaram a ser organizadas e utilizadas para denunciar a violência contra os trabalhadores no campo. No Maranhão, a CPT, desde os anos 1980 se utiliza de notícias de jornais, organiza os recortes de matérias, que além de fonte de informação, passa a ser utilizado para mapear os conflitos. Atualmente a CPT nacional conta com

21 O Jornal Mulherio foi financiado pela Fundação Ford e foi uma importante publicação feminista; exerceu a tarefa de comunicar e de informar, além de proporcionar uma formação técnica e política (FERREIRA, 2010).

o Centro de Documentação (CEDOC) que, em 2013, passou a ser denominado Dom Thomaz Balduino.

Na tentativa de captar os elementos que constituem o que denominamos de geração e uso da informação no processo organizativo, formativo que estão diretamente relacionados à estratégia de mobilização, buscamos identificar como ocorre e quais as estratégias adotadas nesse processo e se essas estratégias se inserem no projeto político da classe trabalhadora.

Costa (2016), afirma que a dimensão comunicativa do ser humano inova e desvela significados para a compreensão de fenômenos que produzem linguagens, conhecimento e cultura. Portanto, identificamos nesse processo a concepção de Freire (2000, p. 67) sobre educação e participação comunitária:

Foi reinventando - se a si mesmo, experimentando ou sofrendo a tensa relação entre o que herda e o que recebe ou adquire do contexto social que cria e que o recria, que o ser humano veio se tornando este ser que para ser, tem de estar sendo. Este ser histórico e cultural que não pode ser explicado somente pela biologia ou pela genética nem tão pouco apenas pela cultura. Que não pode ser explicado somente por sua consciência como se esta em lugar de ter-se constituído socialmente e transformado seu corpo em um corpo consciente tivesse sido a criadora todo-poderosa do mundo que o cerca, nem tão pouco pode ser explicado como puro resultado das transformações que se operaram nesse mundo. Este ser que vive, em si mesmo, a dialética entre o social, sem o que não poderia ser e o individual, sem o que se dissolveria no puro social, sem marca e sem perfil.

Isto demonstra a relação direta entre a participação, a comunicação popular e a própria educação popular, como princípio de uma ação comunicativa, como preconiza Freire (2013).

A comunicação popular no Brasil está historicamente ligada à luta pela democracia na América Latina, sobretudo, nos anos 1970 e 1980. Por isso, retratamos alguns aspectos da experiência de luta em torno da comunicação democrática em um período histórico recente que contribuirá para o nosso entendimento sobre as teorias que embasam as análises sobre este fenômeno social.

Estas experiências oriundas de conjunturas de contestações diante das precárias condições de vida da maioria da população, somadas à ausência ou restrições de liberdade democrática que reprime a livre manifestação empurrou setores dos movimentos sociais a buscar alternativas não subordinadas ao controle do Estado ou de empresas monopolizadoras e também aos conteúdos veiculados de comunicação que eram diferentes da estrutura dominante da chamada “grande-imprensa.”

Do ponto de vista teórico e prático, na MM há uma vinculação direta entre a informação e a comunicação popular, pois estes fenômenos são, ao mesmo tempo, características e estratégias voltadas para os objetivos desta Marcha descritos no Capítulo 4.

A comunicação também é compreendida como mediação das lutas por democracia no Brasil, conforme ressalta Costa (2016). A referência aos acervos de história e memória voltados para amplos estudos demonstram como a geração e a disseminação da informação, assim como a produção dos conteúdos e o acesso aos meios de comunicação são pilares da democracia. Por outro lado, não devemos minimizar o fato de que existem distintas concepções de democracia que aproximam a relação com a comunicação, sendo a democracia liberal uma destas concepções cuja ideia central é a liberdade individual.

O princípio da liberdade de expressão exposto na Campanha da Fraternidade (CF)/1988 demarca uma aparente livre escolha, ao mesmo tempo em que expõe as desigualdades fundamentadas no individualismo. Estes princípios básicos da democracia burguesa se constroem sobre a crença de que o indivíduo, escolhe livremente o seu governante.

Da mesma forma, na comunicação, a liberdade de escolha pela programação dos veículos de comunicação, a diversidade cultural, a participação e outros elementos também se configuram, como afirma Costa (2016). Ela afirma ainda que “As realidades aparentes para uma grande parcela da sociedade brasileira [...] Ao desnudar essa igualdade aparente que o modo liberal traz, o que se observa é que o acesso do direito à comunicação é desigual e anulado pela esfera econômica.” (COSTA, 2016, p. 27).

A esse respeito, Chauí (2021), afirma que “as repúblicas democráticas modernas se fundaram em uma prática muito peculiar que é a da Declaração de Direitos.” Isto pressupõe que alguns têm direitos em detrimento de outros (as) que não têm. Assim, temos imbuída a ideia de reconhecimento e de consentimento e a 1ª Declaração de Direitos foi a Declaração da Revolução Inglesa, de 1640, como destaca a filósofa brasileira. Já a Declaração de Direitos Humanos de 1948, é considerada uma Declaração política e não jurídica. Acrescenta ainda a problemática em torno da explicação acerca das desigualdades sociais diante da existência de uma Declaração de direitos iguais.

Uma das respostas dada pela filósofa é que a sociedade capitalista constituída pela luta de classes apresenta-se como se não houvesse esta divisão ocorre de diversas formas: 1º) na sociedade civil ou no mercado, ocorre o ocultamento de que os indivíduos existem nas classes e estes são declarados livres para dar validade ao contrato de trabalho, isto é, aos indivíduos privados; 2º) o ocultamento da divisão da sociedade ocorre por parte do Estado.

Retomando a pesquisa de Costa (2016) acerca da comunicação no contexto das lutas pela democracia no Brasil em que se destaca a problemática apresentada sobre as concepções rígidas e mecânicas de algumas teorias que definem a comunicação como um fenômeno meramente voltado para a recepção, fonte e meios, questão que destoa de uma prática verdadeiramente democrática.

As definições sobre a comunicação que a percebem apenas como um processo de transmissão de informações casam bem com concepções liberais da democracia, pois quanto mais oportunidades de manifestar a liberdade de expressão os indivíduos tiverem, mais a comunicação estará em evidência e a sociedade será mais democrática. (COSTA, 2016, p. 48).

Para esta autora, os modelos tradicionais de comunicação revelam que não há uma definição mais adequada sobre a comunicação e informação. Em geral, informação é vista como um processo que ocorre de forma unilateral e a comunicação como sendo de natureza bilateral, mas na medida em que se amplia o processo de informação provoca interação e significados comuns. Este aspecto é reforçado mesmo na análise apresentada que se baseia em Freire (1983) e Béltran (1981), ao afirmarem que uma comunicação ao priorizar o processo de informação tende representar uma comunicação vertical. Isto significa de cima para baixo, dominante, impositiva, portanto, uma comunicação não democrática.”

A comunicação horizontal se refere a um processo de interação social e democrático baseado nas trocas simbólicas pelas quais os seres humanos compartilham suas experiências voluntariamente sob condições de acesso livre e igualitário e diálogo e participação (BELTRAN, 1981 apud COSTA, 2016, p. 49)²².

Retomamos a Freire (1983) e a concepção de comunicação vinculada a dimensão humana permeada pelo diálogo e pela participação lhe confere o caráter democrático, conforme bem ressaltou Costa (2016).

²² A tradução do espanhol para o português é de nossa responsabilidade, portanto, não podem comprometer a pesquisadora.

Ao oferecer produtos culturais para satisfazer as necessidades do público de diferentes estratos sociais, como forma de transformar e contribuir para levar os leitores [sic] do senso comum ao pensamento coerente, crítico, considerando as diferenças culturais e posições científicas mais relevantes.

Outra questão presente nos estudos de Costa (2016) se refere à dubiedade sobre a comunicação, assim como a informação, ou seja, esses dois fenômenos são tratados como mercadoria (no nosso caso, também consideramos como fetiche). A comunicação entendida como mercadoria é considerada um objeto de satisfação das necessidades humanas concretas e abstratas, demonstrando assim, o caráter duplo desse fenômeno. Esta mesma forma é atribuída à informação. “[...] ou seja, são objetos úteis e ao mesmo tempo veículos de troca. Tem seu valor de uso, que se realiza no consumo, e seu valor de troca que se realiza por meio do processo social.” (COSTA, 2016, p.52).

No depoimento do assessor de comunicação da CONTAG foi possível perceber a relação entre a concepção de comunicação democrática e a educação popular como elementos constitutivos de um projeto de classe. Neste caso, o projeto da classe trabalhadora que se contrapõe ao projeto empresarial representado pelo agronegócio. As experiências de comunicação popular pertencente à classe trabalhadora geralmente são vinculadas a sindicatos, entidades de representação política e de uma parte de ativistas e formadores (as) de opinião que com a expansão das redes de comunicação no formato digital têm atuado no Brasil.

Desde os anos 2000 foram constituídas redes de movimentos em defesa da democratização da informação e da comunicação com ramificações e ações articuladas, embora com alcance ainda limitado, mas fundamental na luta pela democracia, como veremos a seguir:

Congregam vários movimentos, que é uma ideia dentro dos movimentos sociais. É uma forma de fazer comunicação porque, o que acontece? Se a gente for esperar que os meios de comunicação empresariais nos deem voz (estou dizendo isso enquanto movimento), isso não é nem utópico porque utópico é como se houvesse esperança que um dia aconteça, eu diria que é uma certeza de que nunca vamos ter voz. Sempre a voz é cerceada, sempre é ouvido o empresário do agronegócio e nunca o agricultor familiar, ele é sempre o invasor de terras, é sempre o que não quer fazer nada, é o “irresponsável” da sociedade que podia estudar, mas não estudou, quando na verdade, ele nunca teve voz para dizer: não, eu não tive porque não tive oportunidade, eu não tive porque eu nasci em uma estrutura de pobreza e o máximo que eu podia fazer era a subsistência, por exemplo. (ENTREVISTADO 2, 2019).

Na prática, a comunicação popular representa a expressão antagônica à comunicação hegemônica ou o sistema de comunicação dominante. Isto explica porque no Brasil nos dias atuais ainda é muito comum o uso do termo “imprensa alternativa” e mídia alternativa em referência aos conteúdos de leitura crítica. Peruzzo (1999) cita a imprensa partidária e a sindical, como exemplo de imprensa popular que desempenharam papel relevante em determinados períodos históricos no país. Estes sistemas ou como denominamos hoje, essas mídias alternativas, se contrapõem à imprensa “oficial” ou os sistemas de comunicação vinculados aos grupos oligárquicos que as adquiriram por força política.

Os meios de comunicação de massa e mídia, segundo Costa (2016), são sinônimos e os meios de comunicação e *mass media* são “meios tecnicamente aptos a difusão simultânea de toda a espécie de informação destinando-a um número indiscriminado de indivíduos”, portanto, a autora, utiliza o termo meios de comunicação para nos referir à mídia tradicional e tecnologias de informação e comunicação para as novas mídias.

A partir da pesquisa de Costa (2016) ao tratar da radiodifusão comunitária como parte da luta pela democratização da comunicação, foi possível apreendermos que, no caso da geração e acesso à informação, da mesma forma que a comunicação, estamos diante de uma realidade em que os interesses privados se sobrepõem aos interesses públicos, isto é, se considerarmos a relação imbricada entre comunicação e informação.

Portanto, do mesmo modo que a democratização da comunicação se caracteriza historicamente no Brasil como uma luta consubstanciada em interesses das classes dominantes contra as classes populares, este parâmetro também prevalece em se tratando da informação, mesmo que, aparentemente, esse fenômeno se apresente como neutro ou ainda sendo alvo de uma questão meramente técnica e não no campo das lutas sociais (COSTA, 2016).

De fato, enquanto a luta pela democratização da comunicação tem sido marcada pela defesa do acesso à informação e aos meios de comunicação, a informação em si, a rigor, não possui uma trajetória configurada historicamente nas lutas populares, mas à serviço da ciência e tecnologia se nos reportarmos ao contexto da II guerra mundial. No entanto, mesmo que apareça de forma secundária ou que ainda esteja invisibilizada na pauta da democratização da comunicação, bem como

na pauta da educação, a informação está presente na luta pelo acesso aos bens culturais, pelo direito à memória.

Chauí (2021) se refere à concepção de Marx sobre o Estado de direito como uma abstração e ressalta que os direitos do homem e do cidadão [sic], estão sujeitos à exploração e corrobora com a reflexão deste filósofo acerca dos significados dos direitos em relação às Declarações que “asseguram” direitos e indaga: como instituir direitos em uma sociedade dividida em classes? Neste sentido, Chauí (2021) nos chama à reflexão sobre a democracia pela universalização do direito.

Para Chauí (2021), a igualdade e a liberdade na Grécia antiga representavam a mera declaração de liberdade, assim não pressupõe os direitos, a exemplo das restrições aos direitos das mulheres, negros, pessoas com deficiência. Deste modo, se constituem as minorias, baseadas na ideia de menor, em relação às condições políticas, no sentido de menor idade. É assim que surge a democracia liberal.

Essa Declaração de igualdade se refere às condições para a luta política, a exemplo do voto (CHAUI, 2021, p.?): “A simples declaração do direito à liberdade não a institui, mas abre caminhos em direção ao direito histórico de luta pela liberdade.” Assim, como vimos na Reforma Protestante, na Declaração de 1789, nas lutas socialistas do Século XIX e no Século XX, como os movimentos sociais ao lutar pelos direitos sociais, políticos e culturais nas lutas democráticas modernas, todo cidadão tem direito de opinar e isto se refere a uma decisão coletiva, pois a abertura no campo dos direitos pressupõe ampliar os direitos políticos em direitos sociais.

De acordo com esta abordagem, foram as lutas populares no Brasil que ampliaram os direitos políticos. Neste sentido, a democracia é um último regime que reconhece os conflitos e que procura instituir estes direitos como tais. Mais do que isso, ela exige esses direitos (CHAUI, 2021). Ao se referir à democracia no Brasil atual, a filósofa é enfática ao afirmar, que ela está em permanente colapso, pois além da sua apropriação pelo poder privado há neste período atual, o predomínio familiar e no mundo, sob o colapso neoliberal.

No campo teórico, diversos estudiosos da área partilham da ideia de que há uma oposição entre a comunicação popular e a comunicação de massa, mas a comunicação de massa não possui força suficiente para superar os meios massivos e também os meios massivos não são onipotentes.

Ao longo da história, as elites sempre usufruíram do monopólio da voz e da escrita. E hoje acrescentaram ainda o monopólio da voz e da imagem (...). Se os meios fossem, porém, realmente esses maravilhosos reprodutores da submissão, esses todo-poderosos conformadores de consciência, a ordem social seria inamovível. Neste caso, deveria ser fechada com resignação fatalista, toda a possibilidade de mudança [...]. (FADUL, 1989 apud PERUZZO, 1999, p. 130).

A relação entre os termos *popular* e *alternativo* associadas à comunicação demonstra que nas Ciências Sociais e Humanas geralmente, são consideradas como sinônimos, porém, são tratados de forma distinta. Além destes, são utilizados os termos *comunitária*, *participativa* e *dialógica*, principalmente na educação popular. A denominação comunicação “alternativa” possui uma ampla dimensão, mas também têm limites, vejamos:

A análise crítica do chamado complexo global comunicação-informação, e fundamentalmente, dos media – imprensa escrita, rádio, televisão, cinema, discos, etc.- é hoje preocupação central de jornalistas, comunicólogos, filósofos e cientistas atentos às vias possíveis para conformar novos modelos de sociedade. E isto porque a prática comunicativo-informativa constitui, em suas múltiplas dimensões, algo mais do que mero fenômeno superestrutural: é expressão de um modo de produção e de sua interação com o sistema político, do próprio caráter do Estado e de sua particular articulação com a sociedade civil [...]. (GRINBERG, 1987, p. 17).

Até o final dos anos 1990, a literatura referente à comunicação popular era crescente no campo científico. No período atual esta produção estagnou dando lugar às TICs inseridas na chamada era da comunicação digital que para muitos (as) pesquisadores(as) é considerada como parte da “revolução tecnológica”. As experiências se transformaram, assim como os próprios movimentos sociais e populares e também os recursos, os meios, as estratégias de mobilização e os instrumentos adotados. Entretanto, há vários aspectos que se mantêm ou ainda são semelhantes, mesmo em contextos e períodos distintos (PERUZZO, 1999), como foi possível identificar na MM.

As chamadas mídias alternativas, especialmente, a comunicação digital ganhou espaço nos dias atuais e, ao mesmo tempo, em que parecem livres, foram constituídos os aglomerados e monopólios das redes de comunicação em nível mundial, a exemplo da Google e outras empresas que detém o domínio da mídia digital. No Brasil, os canais e redes de comunicação alternativos em geral, possuem

vínculos com o projeto democrático e se contrapõem ao chamado “capitalismo de vigilância e aos governos antidemocráticos, como temos atualmente no Brasil²³.

A estrutura da propriedade e dos mecanismos de controle da comunicação de massa é um espelho em que há uma conjunção da economia e da eletrônica – ambos integrantes do eixo do monopólio mundial das informações. Portanto, formam a espinha dorsal de uma ampla rede que envolve agências de notícias, empresas de publicidade, bancos de dados, assim como a subministração de serviços de recuperação de informação, de propaganda de rádio e tv, filmes, revistas, livros e outros. Os meios locais estão, em sua maioria nas mãos dos setores privilegiados e constituem a parte autóctone do monopólio nacional-transnacional da informação (GRINBERG, 1987).

O fenômeno descrito pelo autor, passa a ganhar força em relação à sua estrutura no final da Segunda Guerra Mundial, pois é neste momento histórico em que se constituem os grandes movimentos de independência dos povos submissos ao imperialismo. Para Grinberg (1987), um dos problemas da comunicação alternativa é a delimitação do conceito. Ou seja, o que é comunicação alternativa? Uma das delimitações deste conceito é que não se caracteriza somente pelos meios, mas há generalização sobre o conteúdo.

Ainda que localizemos diversas redes sociais no âmbito da comunicação democrática, as classes dominantes ocuparam estes espaços com maior eficiência e as tem utilizado à serviço dos seus interesses políticos e econômicos.

3.2.1 Comunicação e mobilização social

Durante a Pesquisa Bibliográfica identificamos experiências que utilizam estratégias de comunicação voltadas para a mobilização social e um desses estudos se baseia em um “modelo” de comunicação popular e abrange as funções e características da mobilização. Trata-se do projeto de revitalização da bacia do rio das Velhas, denominado Projeto Manuelzão que envolveu profissionais de diversas áreas,

23 Ao discutir o tema **Tecnologias e guerra de classes**, Virgínia Fontes afirma no capitalismo quatro guerras de classe e a terceira delas, é a guerra sobre o uso e abuso da manipulação da informação que ocorre por meio da concentração da propriedade, tanto da mídia tradicional, como das tecnologias de informação e comunicação. Fontes (2020) se refere à difusão e propaganda generalizada de um estilo de vida estadunidense e o uso de dados das pessoas de maneira a controlar as suas vidas e é enfática ao afirmar que estas verdadeiras guerras de classe não se esgotam na expropriação do trabalho no campo e na cidade, mas abrange também a expropriação de direitos, ou seja, a expropriação do próprio contrato de trabalho que evidencia a subordinação do trabalho ao capital.

com destaque para o papel do profissional de Relações Públicas no planejamento de ações estratégicas de comunicação voltadas para a mobilização social. “É possível compreender a demanda pela comunicação estrategicamente planejada na estruturação de um projeto mobilizador, uma vez que as pessoas precisam sentir-se como parte do movimento [...]” (HENRIQUES *et al.*, 2013, p. 20).

De acordo com Henriques *et al.* (2013, p. 20), o projeto tem “O objetivo é mostrar que a comunicação, planejada a partir de um horizonte ético, passa a ser um dos principais instrumentos para auxiliar o movimento em processo de transformação da realidade.” Ao se referir aos movimentos sociais, o autor ressalta que na fase atual transformam a luta por reconhecimento dos anos 1980 pela luta por visibilidade.

Para garantir uma maior efetividade, a comunicação dirigida deve ser adotada cotidianamente pelos movimentos sociais. Ela tem por finalidade transmitir ou conduzir informações, estabelecendo uma comunicação orientada e frequente com um público identificado. Como estratégia de comunicação dirigida, a interação face a face retoma os contextos interativos de co-presença, promovendo uma maior proximidade entre os indivíduos e possibilitando ações mais coesas. (HENRIQUES *et al.*, 2013, p. 19-20).

Sobre a estratégia de mobilização apresentada por Henriques *et al.* (2013), esta forma de comunicação desenvolvida com os sujeitos da Marcha converge com a busca pela visibilidade na MM está associada às reivindicações, com o objetivo de obter reconhecimento público e ganhar adesões de diversos setores da sociedade para uma causa. As mulheres da Via Campesina, por exemplo, ao dar visibilidade às Jornadas de março transformam a ocupação da Sede da Nestlé, em 2018 em uma ação de visibilidade ao denunciar o problema da privatização das águas²⁴.

Para analisar a MM optei por classificar o processo de organização em fases ou etapas (lançamento, mobilização, comunicação, finanças, formação política, Ato em Brasília, avaliação). Porém, como já mencionamos, essa classificação é tão somente para ajudar a compreendê-la na sua complexidade e a sua forma de organização política, pois trata-se de um conjunto de ações que não ocorrem de forma isolada e estanque, mas como um processo contínuo, integrado e articulado.

24 Cerca de 600 mulheres campesinas ocuparam a sede da Nestlé: Em janeiro de 2018 Michel Temer e o presidente da Nestlé, Paul Bulcke, se reuniram para discutir a exploração do Aquífero Guarani. A reserva abrange quatro países. Após as vitórias dos conservadores na Argentina e golpes de Estado no Paraguai e no Brasil, somente o Uruguai poderia colocar empecilhos à privatização. (MULHERES..., 2018).

Portanto, não são atividades distintas, mas um processo cumulativo onde cada ação possui um determinado objetivo, mas voltado para a realização maior que é a Marcha, desde o lançamento de cada Marcha, ao momento de avaliação.

Ao analisarmos como ocorre o processo de constituição da identidade política da MM 2019, consideramos como referência o trabalho desenvolvido por Henriques (2011; 2013) e fundamentada na metodologia e na práxis na educação popular Freiriana²⁵. Neste sentido, atribuímos a esta Marcha as características propostas por Peruzzo (1999),

a) Projeto político da classe trabalhadora

Como parte do projeto da classe trabalhadora e especificamente, do movimento sindical rural e do movimento feminista, expressa no caráter de classe, feminista, raça, e na diversidade regional, étnica e geracional, conforme identificamos na Marcha 20019.

b) Princípio da participação democrática, de massa e plural

Expressos também na concepção da educação e na comunicação popular identificados, tanto na metodologia adotada, quanto na configuração de um projeto de classe que disputa de hegemonia na sociedade. Estas características podem ser evidenciadas nas fases de organização, formação política, mobilização e também na avaliação, haja vista que todo o processo de construção/organização desta Marcha é realizado de forma participativa, tanto no âmbito do MSTTR, quanto com as organizações parceiras.

c) Comunicação e informação dirigidas

Por se tratar de um projeto de um determinado segmento de classe que possui instrumentos próprios de comunicação e de informação: sítios, boletins, jornais, cartilhas, materiais audiovisuais e sonoros, spots de rádio, música etc.

Ao observar a relação entre informação e comunicação na MM evidenciei a difícil separação existente nesse binômio, porém, cada um desse fenômeno possui

25 Entre 1998 e 1999 participei do Curso de Formação de Formadores no Instituto Cajamar, em São Paulo, com ênfase em metodologias de educação popular para o desenvolvimento do trabalho de base, atividade que contribuiu para a minha formação política e profissional, como educadora. No início de 2001, desenvolvi trabalho como Analista de Desenvolvimento Agrário na Fundação Instituto de Terras, em São Paulo, também com ações de formação e capacitação e, posteriormente, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, na Secretaria de Desenvolvimento Territorial (DT/MDA), iniciado em 2005. Estas experiências contribuíram para que eu desenvolvesse atividades formativas com grupos e organizações de mulheres e feministas.

teorias próprias. Sem informação não há conteúdo para a mobilização e também não ocorre a sistematização do processo formativo, e neste caso, a informação gera novos conhecimentos.

d) Estratégias e instrumentos

Na etapa da Pesquisa de Campo (observação *in locu*) durante a realização da MM, em 2019, em Brasília, percebemos que, tanto a informação como a comunicação popular fazem parte de uma mesma estratégia e ambas estão ligadas à ação de comunicação e mobilização que são realizadas paralelamente.

As características apresentadas por Peruzzo (1999) estão diretamente relacionadas à concepção de educação popular de Paulo Freire e nos possibilita perceber que, assim como a comunicação e a educação popular, a informação também está presente nas lutas sociais onde se inserem o sindicalismo e o movimento feminista, movimentos sociais populares que constituem a Marcha em questão.

Ao mesmo tempo, foi possível constatar que a informação não é apenas um registro desprovido de interesses coletivos, pois enquanto processo e fenômeno social ela deve ter clareza das questões: para que e para quem está sendo produzida. Neste caso, deve estar vinculada a um determinado grupo, classe social e interesses definidos previamente. Portanto, ao estarem inseridas a um projeto da classe trabalhadora a informação e a comunicação popular são dirigidas, isto é, tem um objetivo, um plano estratégico, assim como o público e os instrumentos necessários.

Na MM, ao observarmos o processo de geração da informação foi possível identificar que este fenômeno gera conteúdo dirigido para a mobilização; já na comunicação este conteúdo reflete “um conceito”, no sentido de identificação com esta Marcha e os seus significados que correspondem às ideias e representações sobre as MTR. Essas ideias são criadas, especialmente para as chamadas peças de comunicação visual impressas ou digitais (folders, cartazes, páginas na internet, cards, vídeos, spots de rádio) previstas nos planos de mídia.

Em se tratando da análise do material produzido pela comunicação da MM identificamos que o conteúdo se traduz não somente em textos, mas também em imagens e nas linguagens representadas nas peças midiáticas elaboradas, a partir de conceitos que conferem identidade política na MM que se diferencia da comunicação empresarial e também da institucional (Estatal e outras).

Sendo assim, tanto a comunicação, quanto à informação não são passivas e nem mecânicas, mas instrumentos de transformação, por isso, são consideradas estratégicas para fortalecer a luta social.

3.3 A formação política como práxis educativa da educação popular e feminista

A formação política tem como um dos princípios o caráter contínuo, permanente e democrático que considera os(as) educandos(as) como sujeito do processo de conhecimento, ou seja, são princípios oriundos da educação popular. A relação entre educadoras e educadores ocorre de forma horizontal e, neste caso, está vinculada à concepção freireana, ao sindicalismo rural expresso no Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) e os princípios vinculados à teoria feminista. No caso do feminismo, embora seja plural, na MM identificamos valores presentes na luta da classe trabalhadora: a solidariedade, o internacionalismo, organização e a direção política e ideológica.

Entretanto, no feminismo existem diversas correntes teóricas e suas diferenças se manifestam no pensamento e na ação (feminismo da igualdade, feminismo radical, feminismo socialista, marxista, feminismo negro etc), assim como há formas distintas de classificá-lo: primeira, segunda e terceira onda, bem como há correntes que desconsidera que não haja essa divisão em ondas, mas sim um percurso da história da humanidade onde se insere a trajetória das mulheres.

No nosso caso, o interesse está voltado sobre a ação educativa, isto é, a pedagogia feminista que está inserida nos estudos que tratam da relação entre Educação e Movimentos Sociais.

Neste campo há fortes referências à educação sindical, à educação política com ênfase nos partidos, à educação em movimentos sociais e a ações educativas desenvolvidas pelas por Organizações Não Governamentais, com maior ou menor ligação com Movimentos e algumas à educação feminista. Neste ambiente teórico-político a ação educativa é nomeada como formação e, em alguns casos, são estudadas as políticas de formação internas e específicas de cada organização, movimento ou partido. As políticas de formação unem um conjunto de elaborações destes movimentos sobre concepção pedagógica, objetivos e temas prioritários, estrutura interna necessária ao desenvolvimento das ações, entre outras. Alguns movimentos sociais possuem escolas ou centros de formação específicos. (SILVA, 2010, p. 9-10).

No ambiente formativo da MM ocorre a reflexão, a troca de conhecimentos, a produção e sistematização de conteúdos em que os temas recorrentes de Marchas anteriores são apresentados e novos temas inseridos nos debates, sistematizados após os encontros formativos e organizados em eixos temáticos. Definido o tema, os

objetivos, os eixos temáticos a Comunicação elabora as propostas de identidade visual (logomarca, peças de divulgação para diferentes mídias) e apresenta para a Coordenação Nacional da Marcha que avalia e as apresenta a direção da CONTAG e parceiras.

O segundo momento de apresentação e discussão da proposta de materiais de comunicação da Marcha ocorre no encontro com as Coordenadoras Estaduais e as representantes das organizações parceiras. A principal peça de comunicação é a identidade visual, ou seja, que elementos simbólicos representam a MM, conforme descrito na Sub-Seção anterior (3.2).

O processo de formação política desenvolvido na MM é oriundo dos movimentos sociais e populares, com experiências metodológicas do trabalho de base desenvolvido pelos setores progressistas da Igreja católica, a exemplo das CEBS, partidos políticos do campo democrático e popular, como é o caso do MST²⁶, do Partido dos Trabalhadores (PT), do PC do B e outros.

Os materiais impressos elaborados na Marcha de 2019 foram os Cadernos de Debates, a Plataforma política (formato de cartilha) e a Revista com um balanço da Marcha, elaborado após a sua realização contendo um balanço político da referida Marcha (VER MATERIAIS ANEXOS). Neste caso, consideramos que estes materiais são classificados como formativos (Cadernos e a Plataforma Política) e de divulgação e balanço (Revista).

Este material resulta da produção de conhecimentos elaborada de forma coletiva e também um instrumento de formação e pesquisa que pode ser acessado em formato impresso, sobretudo, pelas participantes da Marcha, assim como dirigentes do movimento sindical, feminista, pesquisadores (as) e outros.

Os Cadernos de debates foram organizados por eixos, expressam a densidade dos temas, revelando que a ampliação da pauta na sexta Marcha se consolidou em uma plataforma política, conforme descrito no Capítulo 3 (Seção). Os temas de cada eixo ou Caderno na Seção que se refere à Formação Política, assim como mencionamos na Seção sobre a construção da pauta.

26 A Escola Nacional de Formação Florestan Fernandes vinculada ao MST, localizada em Guararema, em São Paulo, fundada em 2005, se tornou referência internacional em formação política pela sua formação diferenciada que alia teoria política e a prática. (SODRÉ, 2020).

Portanto, a MM se configura como um processo político-pedagógico que não se resume às atividades de formação política em si, mas às ações políticas desenvolvidas, tanto nos movimentos sociais populares, como é o caso do sindicalismo rural e do feminismo, durante a realização da MM (antes, durante e após a Marcha), como apresentamos no depoimento abaixo da Coordenadora Estadual da Marcha 2019 no Maranhão, integrante da direção da FETAEMA:

[...] o ciclo da Marcha não se encerra com marchar em Brasília. Nós, com certeza, vamos ter vários desdobramentos nesse pós-marcha. Primeiro, é a gente continuar com o processo formativo das mulheres trabalhadoras rurais, agricultoras familiares da nossa base. Aprofundando ainda mais o debate, a formação política das mulheres, através do nosso caderno de textos que traz os dez eixos importantíssimos que falam de tudo pertinente às políticas públicas e à vida digna no campo. E nós vamos continuar com esse processo de formação política. Também estamos com o desdobramento de continuar avançando na nossa pauta interna. Na sexta Marcha das Margaridas, a gente tem uma pauta interna para o movimento sindical, que traz a regulamentação da paridade [ela se refere à paridade de gênero no movimento sindical rural]²⁷ (ENTREVISTADA 1, 2019).

Deste modo, a MM demonstra o caráter permanente, contínuo como luta social e o papel estratégico da formação política como instrumento voltado para fortalecer a luta mais ampla, de caráter ideológico, da classe trabalhadora e contra o sistema capitalista. A partir desta Marcha podemos perceber a reafirmação dos objetivos dos movimentos sociais populares que a compõem, principalmente em uma conjuntura política de retrocesso das lutas democráticas e dos direitos da classe trabalhadora, particularmente os seus efeitos na vida das MTR.

Enfatizo ainda que, assim como a formação política, a implementação da paridade de gênero no movimento sindical faz parte das propostas que integram a agenda e a plataforma do movimento feminista. As cotas implantadas primeiramente no movimento sindical, em 1993, assim como e a paridade de gênero são propostas defendida pelas feministas organizadas nos movimentos sociais e nos partidos de esquerda, no intuito de buscar equilibrar as relações de poder e de desigualdades entre homens e mulheres nos espaços de representação política, no movimento e também em instituições.

27 A aprovação das cotas de 30% de mulheres no movimento sindical rural ocorreu em 1998 e a paridade de gênero e as cotas geracionais, em 2013 e encontra-se na fase que é chamada de qualificação, pois a ocupação dos espaços em todas as instâncias da direção segue a combinação de paridade, cotas para jovens e representação regional. Um dos problemas ou limites vivenciados pelas mulheres é o fato de que as cotas acabam restringindo-se a espaços determinados e muitas vezes não possibilitam que as mulheres e jovens ocupem, por exemplo, cargos na presidência, na Secretaria de Finanças ou outros que são considerados estratégicos.

As ações afirmativas são importantes, mas não são restritas à ocupação dos espaços, são aquelas ações de mobilização, organização, que envolvem a formação política, o financiamento, a participação nos diversos espaços e outras ações.

Os aprendizados coletivos, típicos da educação popular, geram novos conhecimentos, novas práticas. São consideradas ações multiplicadoras que se adequam a era das tecnologias digitais e de fácil compartilhamento. A incorporação de novos valores é essencial para estabelecer vínculos sólidos entre os movimentos e organizações e, além de decisivo, é um elemento novo nesta relação.

Henriques (2013) resgata a contribuição de Paulo Freire, para quem a necessidade de compreensão dos processos mobilizadores de grupos ou comunidades está vinculada a uma ação cultural e comunicativa. Isto implica a coparticipação dos sujeitos no ato de pensar e em uma reciprocidade, que não pode ser interrompida. Neste sentido, Freire (1982) se refere à dialética permanência-mudança no processo educativo.

4 SOMOS TODAS MARGARIDAS: lutas sociais, negociação e resistências

Neste Capítulo antes de retratar a Marcha 2019, retorno aos **Antecedentes e a realização da I Marcha das Margaridas (4.1)**, período de amplas mobilizações dos movimentos feministas contra a ofensiva do neoliberalismo no final dos anos 1990, no Brasil e na América Latina. Em seguida retrato, brevemente, **“As conquistas da primeira Marcha em 2000” (4.2) Os resultados alcançados na I Marcha: a efetivação dos direitos pelo estado brasileiro. A agenda das políticas públicas nos governos Lula e Dilma (4.3)** que se refere à relação com o Estado brasileiro, por meio das reivindicações das políticas públicas, com destaque para 2015, véspera do golpe jurídico, parlamentar e midiático que destituiu a ex presidenta Dilma Roussef.

A Seção **4.4** retrata Os desafios da Marcha 2019: “novo” cenário, “velhas” pautas, o contexto de realização da MM diante do aprofundamento da agenda ultraliberal que resultou no retrocesso direito no Brasil. Na sequência apresento na Seção **4.5 Nossa terra tem palmeiras, sabiás e Margaridas: a participação das mulheres trabalhadoras rurais do Maranhão na Marcha 2019 e a última Seção (4.6) Pós-Marcha 2019: as Margaridas seguem marchando.**

4.1 Antecedentes e a organização da primeira Marcha das Margaridas

Como vimos no Capítulo 2, as mobilizações contra as políticas neoliberais no Brasil e no mundo no final dos anos 1990 influenciaram diretamente a realização de diversas mobilizações no Brasil. A realização da Marcha dos cem mil pelo MST, em 1999, mencionada no Capítulo 2, criou um clima de mobilizações e o movimento feminista urbano encontrava-se em ascensão no Brasil e se articulava com uma rede de organizações feministas.

A ideia de organização desta Marcha é de inspiração em mobilizações internacionais dos movimentos feministas e se consolidou como uma ação inovadora no âmbito dos movimentos sociais e populares nacionais. Localizamos nesse processo uma ação articulatória das lutas feministas internacionais de caráter antissistêmico identificada em meio às diversas ações de contra-ofensiva do capitalismo global em sua versão ultraliberal, portanto, a necessidade de ser combatido com mobilizações de uma ampla rede de movimentos.

As estratégias adotadas contribuíram para que esta Marcha passasse a ser a principal ação “de massa” do movimento sindical rural cujo direcionamento e estrutura são dados por este movimento. Outro componente fundamental que contribuiu para fortalecer a participação política destas mulheres foi a radicalidade do movimento feminista que passou a ser central nesta Marcha. A implementação das cotas de, no mínimo, 30% de participação das mulheres em todas as instâncias do movimento sindical e, nos anos 2000 da paridade de gênero.

4.1.1 Aspectos político-organizativos do movimento sindical e a inserção das mulheres trabalhadoras rurais: uma via de mão dupla

O contexto político retratado no Capítulo 2 apresenta elementos históricos da conjuntura do país, portanto, ênfase nesta Seção os aspectos organizativos das mulheres trabalhadoras rurais no movimento sindical cutista, referência de organização destes sujeitos e vice-versa.

Com o surgimento e as mobilizações do novo sindicalismo, os (as) trabalhadores (as) rurais foram mobilizados (as), assim como outras categorias, a exemplo dos (as) bancários (as) e outras categorias autônomas. Era um período de intensas mobilizações e os movimentos feministas e de mulheres se engajaram em diversas lutas sindicais, já motivados anteriormente pela luta contra a ditadura militar.

As mulheres trabalhadoras rurais encontravam-se em um período de lutas permanentes desde os anos 1980 quando surgiram as suas primeiras organizações. Com essa organização, nos anos 1990 diante do reconhecimento do estado e da própria sociedade da sua condição política de trabalhadoras rurais, era a hora de fazer valer os seus direitos. No entanto, as mulheres trabalhadoras representaram e ainda representam um desafio para os movimentos sociais, sindicais, populares, partidários e as diversas formas de organizações, sejam da sociedade civil ou estatais.

Nos partidos de esquerda e nos movimentos sociais, sindicais e populares na década de 1980, período de intensas mobilizações no país e de lutas por direitos, como mencionado em Capítulos anteriores, as organizações de mulheres e movimentos feministas participaram ativamente desse processo e em meados desta década pautaram a importância da participação e da visibilidade política nesses espaços. Até os dias atuais os temas do feminismo e das relações de gênero provocam tensionamentos e nesse período ao reivindicarem “igualdade” de participação as dificuldades e as barreiras eram muito maiores que no período atual. Porém, essa questão, alterou as formas de abordagens, mas continuam a provocar tensionamentos, seja por divergência de concepções e/ou de posições políticas, embora a discordância muitas vezes não apareça de forma explícita. Um dos pontos de divergência está presente no debate sobre feminismo e marxismo, sobretudo, no meio acadêmico, porém, compreendo como questões teórico-políticas.

Ao resgatar uma publicação da CUT, de 1991, um dos textos denominado *Gênero e classe: um novo desafio para o movimento sindical*, reafirma o papel da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural (CNQMTR), vinculado ao Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) da CUT, e apresenta um balanço da mobilização e reflexão sobre o processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais no movimento sindical cutista:

Durante o ano de 1990, nos estados de Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí entre outros, foram realizados encontros e discussões entre o DETR, os dirigentes sindicais e as trabalhadoras rurais a fim de aprofundar o significado das resoluções do Congresso [I Congresso do DNTR, realizado em 1990] e discutir os encaminhamentos a serem dados. Porém, as dificuldades para colocar em prática estas resoluções são muitas! Em primeiro lugar, porque é um tema desconhecido pelos dirigentes, tanto a nível estadual como nacional, considerando que em sua maioria estes são homens. (CUT/DNTR/CCNQMTR, 1991, p.7-8).

A segunda questão apresentada no documento da CNQMTR/DNTR da CUT, diz respeito ao tema levantado pelas mulheres no movimento sindical cutista:

Elas apontam a situação de desigualdade entre trabalhadoras e trabalhadores na questão salarial, nos direitos previdenciários, na realização das tarefas domésticas/familiares, na ausência do reconhecimento da mulher-trabalhadora enquanto produtora rural. Estas questões estão sendo só hoje discutidas no interior dos sindicatos, dos DETR e do DNTR. São temas que quase sempre são tratados como menos importantes e não raras são as vezes que estes temas ficam como últimos pontos de pautas. (CUT/DNTR/CNQMTR, 1991, p.8).

Esta situação passou por mudanças significativas nos diversos movimentos sociais e, neste caso, no movimento sindical, mas há muitas questões que ainda permanecem e outras que reaparecem, mesmo com os avanços significativos nas lutas e organizações das mulheres, principalmente, se considerarmos a aprovação das ações afirmativas (cotas e paridade de gênero). Assim como os direitos conquistados, após a implementação das cotas, em 1993 na CUT e em 1998 no 7º Congresso da Contag, e a paridade de gênero, em 2013 no movimento sindical Contaqueano a sua implementação vem ocorrendo em um processo de discussão e tensionamentos, pois se inserem no campo de disputa de poder.

Isto significa que o reconhecimento formal ou jurídico dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais na Constituição de 1988, tais direitos não se efetivam de forma direta ou imediata, pois implicam em muitas lutas e mesmo que sejam discutidos, tensionados, não são objeto de consensos ou considerados avanços, como se a história fosse linear. São sempre alvo de disputas permanentes, embora muitas vezes não explícitas, assumidas ou até mesmo percebidas. Muitas vezes essas disputas parecem sutis ou são situações aparentemente são “harmônicas”.

Para fazer valer os seus direitos, as organizações das trabalhadoras rurais iniciaram campanhas para que as mulheres declarassem a sua profissão, questão que pude observar em um debate²⁸, em 2020 com ex dirigentes sindicais, pioneiras desse processo. Uma das expositoras ressaltou a realização do I Seminário Nacional sobre a Mulher Trabalhadora Rural da CUT, realizado em março de 1990, véspera do Congresso dessa Central e destacou que “As trabalhadoras rurais sempre tiveram as suas organizações autônomas [...]. Quando nós fizemos a campanha na CUT, as

28 Debate realizado no dia 12 de agosto de 2020, em formato virtual pela TVPT, por ocasião dos 20 anos da Marcha das Margaridas, com a presença de Raimunda Mascena, Raimundinha, Assessora da CUT Nacional e foi a 1ª Coordenadora da Marcha das Margaridas; Maria Berenice Godinho, conhecida como Didice, primeira Coordenadora da CNQMTR/DNTR da CUT nacional; Adriana do Nascimento Silva, Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag.

mulheres já vieram com duas reivindicações fortíssimas: além do direito à terra, o direito à sindicalização.” (DELGADO, 2020).

No mesmo documento mencionado anteriormente, ao se referir ao contexto em que aconteceu o I Seminário Nacional sobre a Mulher Trabalhadora Rural, Delgado (1991), ressalta que este Seminário aconteceu logo após ser decretado o Plano Collor I, “que deixou o país atordoado e sem liquidez! Era provável que, com os bancos fechados, houvesse pessoas que encontrassem dificuldades financeiras imediatas para viajar” (DELGADO, 1991, p.21).

Para a CNQMTR, a situação constatada e que precisava ser enfrentada era pelo fato de haver [...]

uma grande resistência em compreender que os novos temas trazidos pelas mulheres, que tratam igualmente das relações de produção bem como da reprodução social, oferecem novos espaços de mobilização política e possibilitam integrar na luta sindical novos segmentos de trabalhadores rurais como os jovens e as mulheres. (CUT/DNTR/CNQMTR, 1991, p. 8).

Ao se referir ao subtema: *O novo sindicalismo precisa romper com as velhas culturas*, Delgado (1991, p. 24) apresenta a seguinte constatação: “Os sindicalistas e a CUT têm que abrir espaço para a participação das mulheres e as mulheres não podem esperar que parta dos homens a ampliação do seu espaço de participação.”

Em suma, com o período da redemocratização, a partir das eleições de 1989, nos anos 1990, o Brasil passou pelos governos Collor, Itamar Franco e FHC e essa década, foi a década da implantação do neoliberalismo no Brasil, como já foi mencionado neste estudo.

Pelo exposto, configurou-se que tanto as mulheres trabalhadoras rurais ajudaram a fortalecer o movimento sindical – rural e urbano – e a partir da presença destas nesse movimento, elas pautaram a situação da desigualdade das relações entre os sexos. O mesmo aconteceu com as mulheres nos partidos políticos do campo-democrático popular. Paralelamente, diversos movimentos de mulheres autônomos surgiram por influência direta do movimento feminista. Porém, mesmo com os avanços, a relação com o feminismo nesses espaços, esta ainda é uma questão que precisa avançar.

4.1.2 Elementos externos que influenciaram a organização da primeira Marcha

A ideia de organização desta Marcha é de inspiração em mobilizações internacionais dos movimentos feministas e também devido a situação conjuntural

em que o país vivia com a implementação do neoliberalismo que implicava na redução do papel do estado, privatização, arrocho no salário e a situação dos (as) trabalhadores (as) de arrocho salarial.

Para a Coordenadora da 1ª Marcha das Margaridas, na realidade, essa primeira Marcha, começou a ser realizada em 1999 e iria completar dezoito anos da morte de Margarida Alves e o mandante do crime ainda não tinha sido julgado. O governo era FHC e a situação no país era uma situação muito difícil de desmonte do estado.

Para Raimundinha, com a realização da primeira MM as mulheres trabalhadoras rurais tinham alguns objetivos:

A preparação do 8 de março de 1999, com a chegada de três mulheres na direção da Contag. Nós tínhamos um grande objetivo que era mexer com as mulheres em todo o Brasil [...]. Nós fizemos atos em várias regiões. É uma pena que nós não tínhamos filmagem. (MASCENA, 2020).

Por essas e outras questões relevantes para a organização das mulheres, a ex dirigente sindical ressalta: “Organizar as duas primeiras Marchas foi libertador para nós.” (MASCENA, 2020). Já Berenice Godinho Delgado, a Didice, afirmou a importância das mulheres trabalhadoras rurais no surgimento do movimento sindical, contexto em que surge a primeira Marcha: Margarida Alves foi assassinada em 12 de agosto de 1983 e a CUT também foi criada no mesmo ano e enfatiza: “Foram as trabalhadoras rurais que puxaram a CUT na Paraíba” (DELGADO, 2020).

Após 20 anos de surgimento, a MM se consolidou como uma ação inovadora no âmbito dos movimentos sociais e populares nacionais. Nesse processo investigativo, as análises dão conta da realização de uma ação articulatória das lutas feministas internacionais de caráter antissistêmico em meio às diversas ações de contraofensiva do capitalismo global em sua versão neoliberal.

As mulheres do Quebec buscaram contatos com organizações em vários países, para compartilhar essa experiência e apresentar a proposta de criar uma campanha global de mulheres. O primeiro contato no Brasil foi com as mulheres da Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores (CUT). Foram elas que marcaram as reuniões para discutir a proposta e definir as representantes brasileiras para o primeiro encontro internacional da MMM, que aconteceu em 1998, em Quebec, e teve a participação de 145 mulheres de 65 países e territórios. Nesse encontro foi elaborada uma plataforma com 17 reivindicações para a eliminação da pobreza e da violência contra as mulheres. E ali foi convocada a Marcha Mundial das Mulheres como uma grande campanha a ser desenvolvida ao longo do ano 2000. (MARCHA MUNDIAL DE MULHERES, 2021).

Portanto, havia uma urgência e ao mesmo tempo, uma necessidade do movimento feminista de ser combativo, de ampliar as mobilizações e atuar em uma

ampla rede de movimentos. Assim, a MM surge conjuntamente com a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), movimento feminista de caráter internacionalista, em meio à conjuntura política marcada pelo neoliberalismo que aprofundava a pobreza e as desigualdades nos países denominados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e atingia diretamente a vida das mulheres.

A inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) partiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”. No final desta ação, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. (MARCHA MUNDIAL DE MULHERES, 2021).

Ao aderir à MMM, por meio de articulações iniciais da CUT, a MM pode ser compreendida com uma versão rural da Marcha Mundial, sendo que esta última se tornou uma organização que inclusive é uma das parceiras da MM. Em Relatório do processo de negociação da Marcha de 2000 que trata de audiência entre representantes da diretoria da Contag e a Coordenação da Marcha, incluindo as parceiras, Miriam Nobre, representando a Marcha Mundial destacou os objetivos desta Marcha:

que mulheres de todos os países do mundo estão marchando contra a fome a pobreza e a violência sexista, e que por isso exigem, como forma de combater as causas desses problemas, uma moratória sobre a dívida externa dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, especialmente o Brasil. (CONTAG, 2000).

Essa questão foi retomada na 2ª MM, inclusive na pauta foram apresentados os entraves encontrados para as mulheres acessarem o Pronaf. Na mesma audiência mencionada, Raimunda de Mascena, a Raimundinha, ressaltou a dívida social que o Brasil tem com as mulheres, em especial com as trabalhadoras rurais que são entre todas as mais pobres do país e complementou:

Apesar de desempenharem significativo papel na produção agrícola, as mulheres são discriminadas e excluídas do acesso à terra e do crédito para fomento da agricultura familiar. No meio rural não há políticas que assegurem uma educação e saúde de qualidade para as mulheres. Que as mulheres estão cada vez mais se amando, se auto-valorizando e se organizando para dar visibilidade ao seu papel produtivo e exigir os seus direitos enquanto trabalhadoras rurais e cidadãs. (CONTAG, 2000).

Neste contexto surge a MM como uma estratégia política dos movimentos de mulheres trabalhadoras do campo e de enfrentamento ao neoliberalismo. Isto explica a articulação da luta concreta do cotidiano das mulheres trabalhadoras do meio rural, com as implicações de uma política adotada pelo governo brasileiro e com todo o reflexo da conjuntura política nacional e os efeitos do neoliberalismo no mundo.

4.2 A realização da primeira Marcha das Margaridas: auto-organização, diversidade e unidade política

Nesta Seção o nosso propósito é apresentar a complexidade e abrangência do processo organizativo da MM, composta por uma diversidade de movimentos feministas e de organizações de mulheres com diferenças culturais, regionais, de diversas concepções de feminismo, assim como diferentes matrizes religiosas trajetórias e formas de organização produtiva. Isto significa que existe uma diversidade de sujeitos do campo e uma pluralidade de concepções que orientam a ação dos movimentos sociais do campo, incluindo os movimentos de mulheres e feministas.

Esta diversidade e diferenças entre os diversos movimentos que compõe a MM desde a sua primeira versão, não compromete a construção da unidade política, em torno de uma pauta com diversas reivindicações apresentadas ao Estado brasileiro que caracteriza o contexto histórico de cada Marcha, notadamente na relação com os poderes executivo, legislativo e judiciário, sendo que o executivo federal tem maior peso em relação às proposições das demandas. Este é um ponto de partida importante para a compreensão e análise sobre esta Marcha.

4.2.1 A organização interna e as parceiras

Conforme apresentado anteriormente, a realização da primeira MM, em 2000, ocorreu em um contexto de mobilização das trabalhadoras rurais em conjunto com diversos movimento de mulheres e feministas urbanos que denunciavam os efeitos do neoliberalismo na vida das mulheres e de toda a humanidade.

A relação entre público e privado está na base dessa cultura política e compõe a lógica das assimetrias de gênero, fundadas na diferença sexual, naturalizadas e reificadas. A esfera pública, associada à ideia de contrato social e de liberdade, e a esfera privada à ideia de contrato sexual e de sujeição, correspondem, respectivamente, ao espaço do masculino e do feminino. As lutas sociais abalam as fronteiras entre público e privado e uma tensão entre cidadania e subjetividade, faz emergir novas identidades que esvaziam a figura do cidadão liberal e questiona a política que não comporta as diferenças de sexo, sexualidades, raças e etnias. (PIMENTA, 2012, p. 7).

Entre a primeira e a segunda Marcha (2000 e 2003) o intervalo era de três anos, a partir da terceira Marcha passou a ser de quatro anos. Com o lema: 2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista, esta Marcha reuniu 20 mil mulheres. Para termos a dimensão da dinâmica de organização de uma MM em nível nacional e nos Estados, o ponto central é considerar a sua organização

a partir da base (sindicatos, associações), a realização da própria Marcha em Brasília e a avaliação após a Marcha e o retorno aos Estados.

A seguir sintetizo a organização interna e a parceria, sendo a organização para além da primeira Marcha e as parceiras centradas nas primeiras organizações. Portanto, não será necessário repetir a parte organizativa em relação às Marchas de 2007, 2011 e 2015, pois são semelhantes, somente em 2019 em que há mudança na configuração e contexto desta Marcha.

a) Em relação à organização: articulação, mobilização e discussão da pauta

Em geral, desde a primeira Marcha há uma sequência de atividades que funciona como orientações para o processo de organização que envolve mobilização e articulação (interna e externa) deflagrados no início de cada Marcha. As discussões são iniciadas na direção da Contag liderada pela Secretaria Nacional de Mulheres da Contag. Em seguida são repassadas para as Secretarias Estaduais de Mulheres das Federações dos 26 Estados e do Distrito Federal.

No primeiro momento, após a deflagração de uma Marcha, são formadas as Coordenações (Nacional e Estaduais) que orientam sobre a criação das Comissões nos STTR's nos estados e municípios. Cabe à Coordenação Nacional as definições sobre as ações, metas, custos e todo o processo de planejamento da Marcha, inclusive as formas de arrecadação financeira, as parcerias para a captação de recursos destinados a garantir a estrutura e logística em cada Estado. Esta Coordenação é composta pelas Coordenadoras Estaduais – que são as Secretária Estaduais das Federações - e por representantes das organizações parcerias nacionais e regionais.

As principais orientações elaboradas pela Coordenação Nacional da Marcha para a organização nos Estados, de acordo com documento da CONTAG (2003, sp) são:

- a)** Formar comissões organizadoras nos municípios e Estados;
- b)** Mobilizar a base do movimento sindical rural por meio da realização de diversas atividades, mantendo os sindicatos e toda a base munida de informação e motivada para participar;
- c)** Realizar atividades financeiras visando custear as despesas da delegação do estado;

- d) Articular parcerias locais, levando em consideração os movimentos e organizações de mulheres parceiros nacionais, mas para além destes.

Ainda que as atividades mais importantes na fase inicial sejam a mobilização e a articulação, foi possível perceber que todas as ações são fundamentais para atingir os objetivos e metas para assegurar a ampla participação política na Marcha: finanças, comunicação, formação política e as parceiras.

A mobilização abrange tanto a base do movimento sindical, quanto das organizações parceiras e a sociedade em geral. É desenvolvida nos municípios, por meio dos sindicatos, associações e realizadas desde as comunidades rurais (povoados e assentamentos), assim como nas regionais e em nível estadual. Observamos que neste momento as ações de mobilização e articulação se complementam, portanto, não há nitidamente uma separação entre cada etapa, ou seja, para mobilizar é necessário articular e vice-versa.

Em nível municipal o ponto de partida são os que constituem uma Comissão, em geral, liderada por mulheres, mas sem exclusão da participação dos homens. A primeira tarefa é a definição do Sindicato de aderir ou não à realização da Marcha e em caso positivo, isto implica em organizar a infraestrutura que envolve logística, mobilização e finanças. Em seguida, iniciar o processo de organização e mobilização, a partir do chamamento da Coordenação Estadual realizado pela Secretaria de Mulheres da Federação Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Entre as Coordenadoras Estaduais e a base nos municípios existem as Coordenadoras Regionais (de macro regiões) que cumprem o papel de mobilizar nos municípios e povoados. Na estrutura tanto do movimento sindical rural quanto de organizações parceiras existem as Coordenadoras Regionais que desempenham papel dentro da estrutura dos movimentos aos quais estão vinculados, como é o caso da Fetaema e do MIQCB.

Estas Coordenadoras desenvolvem o papel de mobilizadoras e ficam responsáveis por microrregionais. Elas recebem as orientações gerais da Coordenação Estadual e criam estratégias para abranger os municípios e povoados, como resalta uma das Coordenadoras Regionais da Marcha de 2019, vinculada à Fetaema, responsável por uma região que abrange 26 sindicatos, a região do Mearim:

E aí falar da Marcha 2019 traz muitas coisas pra nós, lembranças nessa construção coletiva. E aí a gente montou uma estratégia bem bacana que era a nossa rede, a nossa rede que a gente tem o coletivo estadual de mulheres, que esse coletivo é formado por nossas mulheres das nossas 10 regionais da FETAEMA distribuídas nos 215 sindicatos do Maranhão. E aí, a gente fazia a nossa oficina com esse coletivo e, logo depois, esse coletivo descia para as regionais para os sindicatos. E aí, a gente criou essa grande rede parceira que possibilitou a fortalecer muito o processo de mobilização da nossa Marcha. (ENTREVISTADA 14, 2021).

A mobilização envolve vários níveis até culminar com o nível nacional que é a entrega da *pauta de reivindicações*. Após estava fase é aa vez de retornar às bases para dar o retorno da pauta. Este retorno é informado, tanto em encontros nacionais, estaduais, regionais e locais (municípios e povoados), assim como são registrados em boletins, jornais das organizações, principalmente da Contag e outros instrumentos.

As estratégias adotadas contribuíram para que esta Marcha passasse a ser a principal ação “de massa” do movimento sindical rural e as principais orientações políticas e estrutura são providenciados por este movimento. Outro componente fundamental que contribuiu para fortalecer a participação política das mulheres, em particular na MM, foi a radicalidade adotada pelo movimento feminista, inclusive esta Marcha passou a ser central na agenda feminista.

As ações afirmativas, a exemplo da implementação das cotas de, no mínimo, 30% de participação das mulheres em todas as instâncias do movimento sindical cutista, em 1993 e a paridade de gênero nos anos 2000, também serviram para aglutinar as mulheres sindicalistas e para fortalecer a sua auto-organização no movimento.

b) As organizações parceiras da I Marcha

As parceiras desde a primeira Marcha são: Marcha Mundial de Mulheres, Secretaria de Mulheres da CUT, Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), MIQCB, MMTR/NE.

A Marcha Mundial das Mulheres é parceria da Marcha das Margaridas desde 2000 e esta parceria se dá pela convicção de que a auto-organização das mulheres trabalhadoras rurais: do campo, da floresta, das águas, indígenas e quilombolas é fundamental para o fortalecimento do movimento e para a construção de uma plataforma política que tenha como perspectiva o fim da pobreza e da violência sexista, em busca de justiça, igualdade e autonomia para todas as mulheres. (CONTAG/MARCHA DAS MARGARIDAS, 2018, p.22).

Em geral, ocorrem algumas alterações na forma organizativa entre uma Marcha e outra. Na pesquisa do Mestrado, destaquei a organização e a classifiquei em três etapas: preparação, realização e avaliação, conforme exposto a seguir:

Para efeito de visualização, classifiquei a organização da Marcha das Margaridas em três momentos principais: preparação, realização e avaliação. A preparação envolve o lançamento, a divulgação e a mobilização. O próprio momento de lançamento cumpre o papel de divulgar e mobilizar, é nesta oportunidade que as mulheres trabalhadoras rurais denunciam publicamente a situação de desigualdades em que vivem. A divulgação visa atingir um maior número de participantes e também contribui para dar visibilidade à MM, momento mais voltado para as trabalhadoras rurais e o conjunto do movimento sindical. (SILVA, 2008, p. 91-92).

Isto significa que há diferenças nas formas de organização somente no detalhamento operacional (preparação ao invés de organização, mobilização e/ou articulação), pois os níveis macro permanecem: organização/mobilização, realização e avaliação.

A entrega da pauta, por exemplo, é um ato formal, e ocorre também em nível estadual, mas não entra em destaque como se fosse uma etapa, embora seja um momento relevante, pois depende muito da relação dos governos com os movimentos sociais. Após a entrega da pauta e o Ato em Brasília que caracteriza a Marcha em si, são acertadas agendas de negociação da pauta. Em nível federal, desde 2000, no governo FHC esse momento ocorreu em mesas de diálogos. Os temas e os resultados serão expostos na próxima Seção.

4.2.2 Questões centrais da pauta e os resultados da primeira Marcha

Naquele momento, em 2000, as discussões centrais se deram em torno da reivindicação da titulação da terra em nome da mulher, pois as mulheres entendiam que não apenas o homem poderia ser chefe de família e também em relação ao Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), sobre o qual as mulheres apresentaram as dificuldades para terem acesso.

Segundo o Relatório da Reunião de Negociação referente à I Marcha (CONTAG, 2000), citado anteriormente, que contou com a presença do Presidente da República, FHC, os objetivos da primeira MM estavam postos nos próprios objetivos dessa Marcha:

- a) Apresentar a pauta de reivindicação da MM, enfocando a importância política da mobilização de 20 mil trabalhadoras rurais em adesão à MMM;

- b) Destacar a ação de massa das mulheres trabalhadoras rurais enquanto processo de luta específica, interrelacionando-a com o GTB/2000 (Grito da Terra Brasil).

No mesmo Relatório citado, Manoel Santos, então presidente da Contag, ressaltou a importância da luta das mulheres trabalhadoras rurais e alegou que o movimento sindical rural estava se organizando para atender as demandas das mulheres, denominadas por ele por específicas. Destacou ainda que:

No decorrer dos 32 anos, apenas 12,6% dos beneficiários do Pronaf são mulheres chefes de família. Falou ainda do compromisso que o governo federal assumiu durante o processo de negociação do Grito da Terra Brasil 2000 – com a baixa taxa de juros do Pronaf de 5,6% para 4% - e que até a presente data não havia sido concretizada. (CONTAG, 2000).

O Presidente da República à época – FHC – contestou a proposição do Brasil “perdoar” a dívida externa, pois no seu entendimento, isso só iria beneficiar as empresas multinacionais e citou como exemplo a Volkswagen e acrescentou:

Que o Brasil já teve sua dívida renegociada e que perdoou a dívida que alguns países da África tinham com o Brasil, como Moçambique e Angola. E que o Brasil fica sozinho diante do G8 quando protesta contra os altos juros dos empréstimos aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Afirmou que foi no seu governo que mais se investiu no campo, que fez avançar a reforma agrária e aumentou os recursos para a agricultura familiar. Finalizou sua fala afirmando que a taxa de juros do Pronaf passaria para 4%. (CONTAG, 2000).

Entretanto, ainda que o governo FCH tenha anunciado a redução dos juros do Pronaf, um dos problemas identificados em relação a essa política de crédito foi o não acesso, sendo que uma das barreiras era a ausência de documentação das mulheres, incluindo a titulação que era no nome do homem, único considerado como chefe de família e também o fato dos recursos desse crédito dependerem de assessoria técnica e geralmente, os técnicos (a maioria homens) não consideravam as mulheres como chefes de família.

Estas e outras questões foram discutidas em momentos posteriores, resultando inclusive na criação do Pronaf Mulher, linha de crédito especial, como apresentamos na pesquisa desenvolvida no mestrado (SILVA, 2008) e consta em diversos documentos institucionais, temas de estudos e Notas Técnicas.

No decorrer desta investigação, constatei que a MM tem ocupado lugar de destaque no movimento sindical rural e no sistema CONTAG, o espaço de maior

visibilidade, anteriormente ocupado pelo Grito da Terra Brasil²⁹. Pelas observações *in locus* e análises de documentos elaborados e disponíveis na página da CONTAG, foi possível perceber que nas imagens do Grito da Terra Brasil as mulheres utilizavam estratégias diferenciadas para terem visibilidade, mas ficavam quase invisíveis nas imagens, em consonância com as suas pautas que eram diluídas no conjunto da pauta geral do MSTTR.

Foto 1 - Participante do Grito da Terra 2009



Fonte: Jornal da Contag

Foto 2 - Audiência do Grito da Terra 2012



Fonte: Site Câmara Federal

29 O Grito da Terra Brasil era o principal movimento de “massa” dos movimentos sociais do campo que na disputa com outros movimentos a coordenação passou a ser hegemônica pela CONTAG. Esta ação política reúne milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o País em Brasília. É uma mobilização promovida pela Contag e apoiada pelas Federações Estaduais (FETAGs) e pelos sindicatos rurais (STRs); possui um caráter reivindicatório, é uma espécie de data-base dos agricultores familiares, dos trabalhadores sem-terra e dos assalariados e assalariadas rurais brasileiras. O primeiro Grito da Terra foi realizado em 1995 e o último, em 2015 com o tema: Desenvolvimento Rural Sustentável com garantia de direitos e segurança alimentar (CONTAG, 2020).

No entanto, mesmo com os esforços empreendidos pelas mulheres trabalhadoras rurais nas chamadas ações de “massa” da Contag, suas pautas ficavam diluídas nas demandas mais gerais, o que contribuiu para a criar uma ação política que desse maior visibilidade às suas reivindicações. Estas e outras questões identificadas em estudos anteriores (SILVA, 2008; SILVA, 2017; SILVA, 2018) contribuíram para a compreensão sobre a organização desta Marcha no âmbito das relações sociais de gênero.

Atualmente, o Festival da Juventude Rural, é um Encontro de jovens rurais considerado também como mobilização de “massa” pela Contag, porém, é mais restrito aos jovens vinculados aos STTR’s e às Federações. A este respeito, desde a pesquisa do mestrado, quando acompanhei *in lucus* e analisei a Marcha de 2007, observei que existe uma aliança interna na Contag entre a juventude rural, neste caso, na realização da Marcha e do festival da Juventude Rural.

Em relação aos resultados alcançados na MM 2000, em documento de 2011 localizado na página da Contag que contém um balanço histórico das três Marchas, a referência à primeira Marcha se refere ao seguinte:

A Marcha 2000, realizada durante o governo FHC, teve um forte caráter de denúncia do projeto neoliberal, mas as trabalhadoras rurais também apresentaram uma pauta de reivindicações para negociação com o governo. Grande parte dessas reivindicações voltou a integrar a pauta das marchas seguintes, realizadas nos anos 2003 e 2007 sob o governo Lula, em que foram obtidas maiores conquistas. (CONTAG, 2011).

Portanto, como afirma a própria Coordenação Nacional no Relatório de Negociação da Marcha das Margaridas de 2000, as pautas apresentadas ao estado ressurgem nas pautas seguintes, são inclusive debatidas com as próprias trabalhadoras rurais, a exemplo do GT de Mulheres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) mencionados na próxima Seção.

Outra questão que merece destaque em relação às pautas, é que estas também são apresentadas ao próprio movimento sindical, posto que pela sua “tradição”, os sindicais ainda são hegemonicamente masculinos e são as mulheres que apresentam propostas de rupturas com as estruturas patriarcais típicas da sociedade capitalista.

A Marcha das Margaridas, desde a sua primeira mobilização, em 2000, além de apresentar pautas de reivindicações ao Estado, apresenta pautas dirigidas ao próprio movimento sindical que focalizam o cumprimento de medidas que garantam o exercício sindical das mulheres, como a política de cotas, a

formação política, recursos materiais e não materiais para realizarem seu trabalho, o combate a todas as formas de violência e o funcionamento das comissões de ética. (PIMENTA, 2012).

Estas e outras questões serão mencionadas também quando na discussão realizada neste estudo sobre democracia, inclusive nos documentos atuais da MM 2019, a democracia considerada como um sistema político para além das eleições e pode ser definida como democracia liberal e democracia participativa (CONTAG/CADERNO DE FORMAÇÃO 1, 2019).

4.3 A agenda das políticas públicas nos governos Lula e Dilma

Nesta Seção, não serão apresentadas a retrospectiva de cada Marcha, mas tão somente, o que se refere às pautas apresentadas, como forma de situar a discussão entre a primeira Marcha, em 2000 apresentada anteriormente e a sexta Marcha, de 2019, ambas realizadas em contextos distintos, mas têm como característica comum a agenda neoliberal, sendo a primeira em fase de implementação deste modelo no Brasil e a sexta Marcha, após o golpe de 2016, contexto de políticas ultraliberais e de um governo que compromete a democracia.

Durante este período de 21 anos de realização desta Marcha, as mulheres trabalhadoras rurais experimentaram novas formas de organização e mobilização e ampliaram suas ações. Uma das principais questões que me chamaram atenção durante os mais de dez anos de pesquisa sobre o tema foram os pontos da pauta e os novos movimentos sociais populares e organizações feministas que se engajaram na luta junto às Margaridas.

Nesta Seção serão abordadas as reivindicações da MM em quatro edições que ocorreram no período de 2003 a 2015 denominada ***A agenda das políticas públicas nos governos Lula e Dilma***, a começar com O marco legal das políticas para as mulheres e em seguida as Questões centrais da pauta e os resultados: estado e movimento sindical.

4.3.1 O marco legal das políticas para as mulheres

É importante registrar que a relação entre o estado e a sociedade civil resultado do momento de advento da Nova República e da Constituição de 1988, questão mencionada diversas vezes neste estudo, por se tratar de um marco, tanto na relação estado e sociedade, quanto em relação à participação democrática. No caso das mulheres, o protagonismo dos movimentos feministas e de mulheres um

fator determinante neste processo foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985 que contribuiu decisivamente para a participação organizada das mulheres na Constituição de 1988 (MENICUCCI, 2013).

Com a eleição do Governo Lula por dois mandatos e, posteriormente da Presidenta Dilma, a relação com os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais ocorria durante o lançamento de cada Marcha no período destes governos, inclusive para a sua realização, a Marcha contou com o apoio do governo federal. Mesmo que pela ampla dimensão desta Marcha, sua realização demande uma ampla infraestrutura, é necessário mencionar que a realização de uma Marcha com o apoio institucional do governo federal ou de governos estaduais pode comprometer a autonomia dos movimentos sociais envolvidos. Mas esta é uma outra questão que mereceria uma reflexão mais aprofundada.

A partir de 2003, com os governos do PT, o Estado brasileiro passou por uma reconfiguração na estrutura política e organizativa, embora com contradições e limites inerentes ao sistema político brasileiro, sobretudo em relação ao papel do estado e nas alianças que são típicas do sistema político brasileiro, além da relação entre os poderes executivo, legislativo e judiciário.

Duas medidas importantes em relação às políticas para as mulheres, em 2003: a criação da Secretaria de Políticas para as mulheres (SPM) e a outra foi a criação, pelo estado brasileiro da transversalidade de gênero nas políticas públicas, que embora tenha encontrado diversos entraves para a sua implementação, proporcionou um novo *status* à situação das mulheres em todas as dimensões da sociedade: social, cultural, econômica, política, com implicações administrativas e jurídicas.

Essa inovação nas políticas públicas de gênero incluíam a segurança social, a educação, a partilha de responsabilidades profissionais e familiares e a paridade nos processos de decisão (BANDEIRA, 2005). “Nesse sentido, a discussão acerca da transversalidade das políticas para as mulheres tem como marco o II Plano Nacional de Reforma Agrária e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.” (SILVA, 2006, p. 8).

A transversalidade de gênero nas políticas públicas para as mulheres trabalhadoras rurais foi definida no PPA 2003-2006. Tais políticas foram fundamentam o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Já as políticas voltadas para

as mulheres trabalhadoras rurais tiveram como marco o PNRA. A articulação, formulação e gestão destas políticas eram de responsabilidade do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, que posteriormente, se transformou em uma Diretoria no âmbito do MDA.

Ao tratar da perspectiva da transversalidade de gênero nas políticas da SPM, a ex ministra Eleonora Menicucci (2013, p. 326) ressalta que

As desigualdades de gênero expressam as relações hierárquicas e de poder entre homens e mulheres na sociedade e estão profundamente institucionalizadas. Seus desdobramentos refletem-se também nas diferenças e discriminações relativas à condição racial e etária das mulheres. [...].

A formulação, gestão e o controle social das políticas públicas estão definidas na Constituição de 1988 que prever a participação das organizações da sociedade civil, questão que respaldava a presença das organizações e movimentos de mulheres nos espaços de formulação e avaliação em diferentes fóruns com representantes governamentais.

Ao realizar o balanço político de 10 anos de políticas para as mulheres, em relação à perspectiva de gênero, Menicucci (2013, p. 327) assegura que:

Com essa perspectiva de uma política de transversalidade de gênero, a SPM tem desenvolvido como ação política a busca de melhoria efetiva das políticas públicas, evidenciando a importância da condição das relações de gênero, tanto no processo e ações, como nos resultados.

Um aspecto a ser considerado em relação às políticas públicas, é o fenômeno da “feminização da pobreza” que passou a ser evidenciado no início do século XXI, mesmo que acompanhado da “entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, ainda que em empregos precários e da presença de um significativo aumento do número de mulheres chefes de família”, conforme ressaltou Menicucci (2013, p. 335).

4.3.2 Questões centrais da pauta e os resultados (2003 – 2015)

Antes de tratar da pauta e dos resultados, é importante frisar que no âmbito do estado brasileiro há uma disputa em função de interesses antagônicos entre a classe trabalhadora rural e urbana e os setores do empresariado urbano e do agronegócio (SILVA, 2019). E no caso dos governos petistas, soma-se ainda o fato de o PT ser um partido de centro-esquerda e governar com uma base de coalizão centro-direita que tem como característica a prática do fisiologismo, da formação de oligarquias regionais. Portanto, a relação com o Congresso é sustentada por uma

aliança eleitoral que reflete a dificuldade na sustentação de um programa de governo diante diferentes interesses que em geral estão relacionados aos privilégios de uma elite política instaurada no Brasil.

As políticas públicas para as mulheres trabalhadoras rurais também se situam na disputa entre os dois modelos de projetos distintos no âmbito do Governo Federal: de um lado, a agricultura patronal do agronegócio e da exportação (da soja, eucalipto e outros produtos) – e, de outro, a agricultura familiar voltada para a produção de alimentos, responsável por 70% dos alimentos produzidos para o consumo da grande maioria das famílias brasileiras, que tem como princípio um modelo de desenvolvimento sustentável.

A forma descritiva com a qual menciono os programas e políticas resultantes das reivindicações das Marchas em questão se justifica pelo fato de não ter como objetivo avaliá-los. Trata-se de um levantamento realizado a partir de outros trabalhos desenvolvidos durante o Doutorado que servirá para subsidiar avaliações das ações implementadas no âmbito do Estado e assim, identificar os avanços em relação a estas políticas, em especial, para as mulheres trabalhadoras rurais³⁰. A seguir apresento uma síntese das questões que considero mais relevantes que foram identificadas nas pautas das Margaridas ao estado, neste caso, representado pelo governo federal, no citado.

a) Marcha de 2003: realizada no primeiro governo do ex presidente Lula, reafirmou a pauta da primeira Marcha, contou com a participação de quarenta mil mulheres em Brasília e teve como tema **“2003 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”**.

A negociação da pauta dessa Marcha envolveu o conjunto dos ministérios relacionados às demandas, sob a Coordenação da Secretaria Geral da Presidência, cujo ministro recebeu a Coordenação Nacional da Marcha. Naquele momento, “Uma das conquistas foi o título das terras destinadas à reforma agrária em nome de

30 No site da Contag encontram-se diversos documentos referentes a realização da Marcha das Margaridas, assim como no Transformatório das Margaridas possui a pauta de cada Marcha organizada por ano e em cada Marcha localiza-se as propostas por eixo e a indicação do status, ou seja, se foi atendida a proposta ou não. Esta plataforma de grande relevância foi atualizada recentemente, faltando ainda as informações sobre a Marcha 2019. Contém ainda as pautas apresentadas ao MSTTR, em quase todas as edições da MM. (OBSERVATÓRIO MARCHA DAS MARGARIDAS, 2020).

mulheres e homens. As Margaridas também elaboraram pauta interna, visando a promoção da igualdade de gênero no sindicalismo rural (CONTAG, 2018).

A titulação conjunta e o direito à posse da terra foram as principais reivindicações apresentadas pelas trabalhadoras rurais no início do governo Lula, em 2003 e resultou em uma das primeiras medidas adotadas pelo INCRA e MDA. Esta e outras medidas foram importantes, pois são diretrizes voltadas para a implementação de diversas políticas, como vimos no I e II Plano de Políticas para as Mulheres. Entretanto, ainda que fossem políticas de Estado, correriam o risco de descontinuidades como está ocorrendo no atual governo ultraliberal presidido por Jair Bolsonaro.

Outra medida importante adotada pelo governo Lula foram as alterações na linha de crédito especial - o Pronaf Mulher- reivindicação das organizações de agricultoras familiares que solicitaram o desatrelamento das operações de crédito às unidades familiares. Com esse programa as trabalhadoras rurais passaram a ter autonomia para fazer as suas próprias operações de crédito, sem vinculação com as operações do marido ou outros membros da família.

b) A Marcha de 2007

Em 2007, as mulheres trabalhadoras rurais reafirmaram o lema: **“2007 Razões para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”**, foi exatamente nesta Marcha que realizamos a Pesquisa de Campo no Mestrado, oportunidade onde pudemos acompanhar a sua preparação e ainda observar a relação entre movimentos de mulheres e feministas rurais e urbanos que compõem a MM, a relação interna no MSTTR e também a relação com o Governo Federal.

Construída a partir dos debates na base, a Marcha 2007 se realiza no contexto do segundo governo Lula. 70 mil mulheres chegaram à capital do país para defender uma pauta de reivindicações que tinha por eixos centrais: terra, água e agroecologia; soberania e segurança alimentar; trabalho, renda e economia solidária. (CONTAG, 2019, p. 9).

Nesta Marcha de 2007 o tema do meio ambiente e/ou sustentabilidade ambiental passou a ganhar maior visibilidade nos eixos de discussão que incluíram terra, água e agroecologia; soberania e segurança alimentar e outros como trabalho, renda e economia solidária. Esta temática ganhou mais força ainda na Marcha de 2011 que incluiu o tema do desenvolvimento sustentável, como veremos adiante.

A articulação entre os diversos movimentos feministas e organizações de mulheres resultou em importantes conquistas como podemos observar abaixo:

- a) Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais que antes era uma Campanha de Documentação organizada pelos próprios movimentos que realizavam campanhas em todos os Estados;
 - b) Pronaf Mulher, como um programa de crédito específico para as mulheres;
 - c) Assistência técnica e extensão rural (ATER) que passaram a adotar a o gênero como diretriz;
 - d) Programa de Comercialização e Fomento para as trabalhadoras rurais, frutos de seminários nacionais realizados durante a Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária;
 - e) Apoio financeiro e o suporte técnico aos projetos de infraestrutura e capacitação, no âmbito do Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais³¹;
 - f) O reconhecimento do trabalho das pescadoras, que passaram a garantir o direito previdenciário embora ainda não tenham conquistado o Seguro Defeso que havia sido regulamentado somente para os pescadores (homens).
- c) A Marcha de 2011 teve como lema **“2011 razões para marchar – por Desenvolvimento Sustentável, por Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”**.

Fortalecidas pela eleição da primeira presidenta do Brasil, 100 mil Margaridas vieram às ruas com o lema: **“2011 razões para marchar - por Desenvolvimento Sustentável, com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”**. Importantes conquistas foram anunciadas pelo governo de Dilma Rousseff. Teve lugar nesta Marcha a Mostra das Margaridas, aonde foi comercializada a produção das mulheres do campo e da floresta. (CONTAG, 2019, p. 9).

Outro Programa relevante foi o de combate à violência no campo (2011) que integra o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, inclusive com instauração do Fórum Nacional com ações permanentes. Este Fórum foi responsável pela elaboração das Diretrizes e Ações de Enfrentamento à Violência

³¹Durante o período de 2005 a 2010 desenvolvi Consultoria no Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto de Cooperação para a Agricultura (IICA), analisando as ações de capacitação e articulação de políticas para as mulheres trabalhadoras rurais, ocasião em que nos aproximamos da temática sobre a Marcha das Margaridas.

contra as Mulheres do Campo e da Floresta³² e contou a ação de unidades móveis (ônibus) em todos os estados, por meio das Secretarias Estaduais de Mulheres, com serviços de documentação civil e de saúde (exames e consultas ginecológicas).

No primeiro governo de Dilma Rousseff a Política Nacional Integral de Saúde das Populações do Campo e da Floresta (PNISPCF), aprovada na 14ª Conferência Nacional de Saúde, de 2011, para atender as necessidades destas populações³³.

As políticas de saúde asseguraram atendimento às mulheres rurais através do SUS, em especial o atendimento ginecológico. Na produção, ela reconheceu os quintais como espaços produtivos e assegurou mais direitos às mulheres pela sua condição de trabalhadoras rurais. Garantiu também o apoio financeiro para a melhoria da produção, proposto para as mulheres, com o fomento voltado para terra, terreiro, quintal que se iniciaria com os programas já existentes direcionado para as assentadas.

Uma política que aparentemente não diz respeito às mulheres trabalhadoras rurais é o Programa um Milhão de cisternas que fornece água para produção e representam também um avanço no reconhecimento e na estrutura do trabalho destas mulheres (SOF, 2018). A sua implementação foi uma etapa importante, mas é necessário avançar na gestão participativa e ampliar as políticas para que elas atinjam mais mulheres rurais, especialmente, as que vivem em comunidades tradicionais.

Na Marcha de 2015, as Margaridas passaram a debater e incluir a agroecologia como princípio, que pode ser observada quando identificamos questões como a soberania e a segurança alimentar e nutricional, em Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA) e as ações incluídas no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Brasil Agroecológico, em 2014, cuja elaboração e monitoramento contou diretamente com a participação das mulheres.

32 Este Fórum Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta realizou o II Seminário Nacional, em 2010 e de forma inédita foi instituído pela Portaria Nº 85 de 10 de agosto de 2010, as Diretrizes e Ações de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. Esta obra de Elizabeth Lobo, conhecida como Beth Lobo foi relançada em 2021, por ocasião dos 20 anos de sua publicação, pela Fundação Perseu Abramo e a Editora Expressão Popular e pode ser acessado em: <https://fundacaoperseuabramo.org.br>

33 O documento desta Política pode ser acessado em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf

Acrescentamos ainda, as ações de geração de trabalho e renda e a participação política, previstas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Esta Marcha de 2015 aconteceu às vésperas do processo de golpe no Brasil que resultou na destituição, em 2016, da presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente, após uma fase de acirramento com as forças conservadoras e a classe dominante do país, decorrido desde as eleições de 2014. Em documento da MM elas afirmaram que:

Em 2015, já se armava o golpe político contra a Presidenta, reeleita, Dilma Rousseff. Assim, as 100 mil mulheres do campo, da floresta e das águas marcharam, resistindo ao impeachment em solidariedade à presidenta, pelos ataques sofridos neste período. Através do lema reafirmaram que as “Margaridas seguem em marcha – por Desenvolvimento Sustentável, com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade. (CONTAG/MARCHA DAS MARGARIDAS, 2018, p. 9).

Foi nesta Marcha que aconteceu durante o segundo governo Dilma que a agroecologia foi reafirmada na agenda das mulheres trabalhadoras rurais. Essa prática deixou de ser tratada genericamente como meio ambiente e passou a enfatizar a soberania dos povos, a segurança alimentar e a defesa dos territórios em relação diretamente com a preservação com a natureza. As propostas, como já nos referimos acima, foram consolidadas no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Brasil Agroecológico, de 2014.

Ressaltamos ainda, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das trabalhadoras domésticas, em 2015, sancionada pela presidenta Dilma que assegura os direitos sociais e trabalhistas garantidos aos demais trabalhadores (as): férias, 13º salário, jornada de 44 horas semanais e o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) causou reação negativa da classe média brasileira, revelando as marcas da escravidão e a manutenção de privilégios que ainda são fortes no Brasil.

Ao fazer um balanço dos resultados da Marcha das Margaridas em suas seis edições, uma das dirigentes do Maranhão entrevistada destacou as conquistas durante os Governos Lula e Dilma:

Podemos destacar aqui a Criação do PNDTR, a ampliação do programas com a aquisição das Unidades Moveis PNDTR; criação de linhas de crédito (Pronaf Mulher/Fomento Mulher) e assistência técnica (ATER Mulheres) específica para as mulheres; a criação de grupos de trabalho e fóruns para discutir a violência contra as mulheres do campo , o que tem como resultado a aquisição das unidades moveis de enfrentamento a violência contra as mulheres do campo, da floresta e das aguas, aqui no maranhão conhecida como ônibus lilás, o programas de criação de cisternas; dos quintais produtivos; o Programa de Habitação Rural com foco nas mulheres chefes de família, dentre inúmeros outros. (ENTREVISTADA 13, 2021).

O fato de, em geral, serem considerados como avanços para uma parcela significativa dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, sobretudo as que compõem a Marcha em questão, não implica em não reconhecermos as contradições e limites típicos de um Estado liberal com o seu caráter violento, excludente e patriarcal (SILVA, 2017; 2018; 2019).

4.4 Os desafios da Marcha 2019: “novo” cenário, velhas lutas

Por se tratar de uma Marcha de âmbito nacional, enquanto luta social ela se insere na realidade brasileira marcada por contradições, conflitos e desigualdades (sociais, econômicas, regionais e políticas que estão na raiz da formação da sociedade brasileira colonizada, escravocrata, patriarcal e exploradora. Ademais, no meio rural e nas periferias urbanas do nosso país o acentuamento dessas desigualdades se aprofundam ainda mais com as opressões de classe, raça e de gênero.

4.4.1 O desmonte das políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: resistência e a proposta de um novo modelo de sociedade

As mulheres têm sido protagonistas no enfrentamento da agenda conservadora, sobretudo no período de 2014 quando enfrentaram o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e posteriormente, na defesa da democracia. Além de se posicionarem contra o golpe de 2016, as mulheres seguiram lutando contra o machismo, o racismo e todas as formas de opressão. Nas trilhas das Margaridas, foi realizada a Marcha das Mulheres Negras, em 2015 que “explicitou e escancarou para toda a sociedade a submissão exploração e escravização imposta secularmente e que elas têm rompido com luta ao darem um basta a esta situação”, afirma Minecucci (2016).

Os retrocessos das políticas para as mulheres e para o conjunto da classe trabalhadora se intensificaram, em 2016, e representou a quebra do pacto constitucional de 1988, as regras do jogo democrático, a manutenção e o sistema previdenciário, de proteção social, os investimentos na saúde e educação. O governo Temer, reafirmando o seu caráter ilegítimo, empreendeu a desestruturação das políticas e o aparelho do Estado. Essas ações foram intensificadas no governo Bolsonaro.

As contrarreformas previdenciária e trabalhista implementadas a partir do Governo Temer sinalizam que a agenda ultraliberal em curso desde àquele governo, logo se intensificou com a eleição do Bolsonaro comprometendo assim, a soberania alimentar e dos povos, o patrimônio e as riquezas do país. Em se tratando das políticas para o meio rural, a largada se deu com extinção do MDA, ainda no Governo Temer, que se resumiu à Secretaria Especial de Agricultura Familiar, embora ainda não tenha perdido total relevância, sobretudo, por causa do Pronaf.

A participação e o controle social sofreram um esvaziamento com a extinção de diversos Conselhos, como foi o caso do CNDM que realizou, junto com a SPM, três Conferências de Políticas Públicas de âmbito nacional, estadual e municipal, às vésperas do *impeachment* da presidenta Dilma, em 2015. As conferências de políticas públicas deixaram de ser convocadas e realizadas.

Ao se referirem ao governo Temer e o triste fim das políticas para as mulheres, Gonçalves e Abreu (2018, p. 764-765), destacam o desmonte da SPM e a desestruturação de tais políticas:

Ao longo de seu governo, as políticas para as mulheres sofreram duros cortes orçamentários. Em relação ao governo anterior, a redução foi de 61% à verba para o atendimento à mulher em situação de violência; a assistência teve uma queda de recursos de R\$ 42,9 milhões para R\$ 16,7 milhões; as verbas das políticas de incentivo à autonomia das mulheres diminuíram 54% no orçamento. Ao reduzir drasticamente os recursos a estas políticas, o Estado acabou por sobrecarregar ainda mais as mulheres. O machistério de Temer também ficou visível no discurso em homenagem às mulheres no dia 08 de março de 2017, quando reduziu o papel das mulheres na sociedade a cuidar da casa, criar os filhos e fazer supermercado.

A SPM perdeu autonomia e os recursos, até ser extinta, em 2016 e no Governo Bolsonaro passou a integrar o Ministério da Mulher, família e Direitos Humanos. As políticas e os programas foram enfraquecidos e desde em 2017, por exemplo, o recurso para o Programa de Combate à violência sofreu redução de 61%. Jackeline Pitanguy, ex-presidente do Conselho Nacional de Direitos da Mulher e ativista do movimento feminista que acompanha o orçamento federal, denunciou em publicação o desmonte das políticas públicas para as mulheres e alertou sobre a gravidade do problema ao declarar que:

É extremamente preocupante o que está acontecendo, porque é um desmonte. Houve uma construção eficiente de uma política de combate à violência contra a mulher, com a Lei Maria da Penha. Então, sem orçamento para implementar as políticas, nós estamos voltando a um capítulo de retórica. Cortar a verba constitui um ato de violência contra as mulheres [...] No Brasil, estamos encerrando um ciclo virtuoso de conquista de direitos das mulheres, que teve seu ápice na Constituição de 1988. Nos governos de Dilma e Lula, a Secretaria de Políticas para Mulheres construiu pactos de

enfrentamento da violência de gênero, mas agora, com Temer, sofre um desmonte. (REDE BRASIL ATUAL, 2017).

As medidas adotadas pelo governo Temer e Bolsonaro, sem dúvida, representam um retrocesso nas conquistas dos movimentos feministas, em especial, dos movimentos de trabalhadoras rurais, fato que nos leva a afirmar que não existem outros caminhos a não ser a denúncia e outras formas de resistência, que ajudam a alimentar o debate e a renovar a esperança das mulheres e dos brasileiros pela retomada e reconquistas de direitos retirados no atual governo. No Manifesto da Marcha 2019, as Margaridas denunciam as consequências do golpe de 2016:

O ataque aos nossos direitos, que foram conquistados através da luta histórica das trabalhadoras e trabalhadores, é outro elemento central da agenda dos golpistas. A todo custo tentam impedir o acesso da população à educação, saúde, moradia, direitos trabalhistas e previdenciários, utilizando-se de vários meios para isso. Mesmo diante de muita resistência das mulheres, nos dois últimos anos fomos lesadas com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 (que congela os gastos públicos por 20 anos, o que inclui direitos sociais básicos) e da Contrarreforma Trabalhista (que precariza as condições de trabalho). (CONTAG, 2018).

A luta contra a reforma da previdência, anunciada desde o Governo Temer foi uma das principais pautas de mobilização do movimento social, especialmente o movimento sindical (rural e urbano). As mulheres trabalhadoras rurais já desde a fase de mobilização da Marcha de 2019 que iniciaram em 2017, pautam a questão da previdência. Em 2018 este tema foi tema central nas mobilizações do 8 de março, assim como em diversas mobilizações dos movimentos sociais, sindicais e populares que contaram com a presença massiva de mulheres.

As respostas dos Governos Temer e Bolsonaro às mobilizações dos movimentos sociais e populares, incluindo os movimentos feministas foi de ataques e de violência em muitas de suas mobilizações. O governo Temer dar início ao desmonte do estado que é aprofundado pelo Bolsonaro, em 2018. Sobre as políticas para as mulheres, Renata Gonçalves em artigo com outra pesquisadora ressalta desde o título os desmontes das políticas para as mulheres e a misogia e sexismo como marcas: Do Plano Nacional de Políticas para as mulheres ao “machistério” de Temer no qual destaco:

Ao assumir interinamente a Presidência da República, em 12 de maio de 2016, Michel Temer deu posse a um verdadeiro machistério monocromático: todos os 24 ministros eram homens e brancos. Desde 1979, não se conhecia no Brasil um governo exclusivamente masculino. Tais indicações anunciavam uma grande reforma ministerial, em que as políticas para as mulheres, de promoção de igualdade racial e de direitos humanos, passaram a compor o Ministério da Justiça. (GONÇALVES; ABREU, 2018, p. 764).

O não reconhecimento à participação da sociedade civil organizada na gestão das políticas públicas foi o desmonte dos Conselhos relativos à diversas políticas e o desmonte dos órgãos criados para formular e implementar direitos sociais em forma de políticas e programas: direitos humanos, mulheres, juventude, igualdade racial e, mais recentemente, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), foi um dos Conselhos extintos no Governo Bolsonaro, em 2019, por Medida Provisória, fragilizando, assim, tanto o Sistema quanto à Política Nacional, situação que causou ampla repercussão, denúncia e mobilização:

[...] a Política que só não foi extinta devido a mobilização da sociedade civil e alguns. Isso é particularmente preocupante em um cenário de crise econômica aliada a uma política de austeridade fiscal, marcado pelo desmonte de políticas sociais e pelo estancamento ou piora de indicadores sensíveis à degradação das condições de vida: recrudescimento da mortalidade infantil, interrupção do processo de diminuição da desigualdade de renda e de raça, aumento do desemprego e da pobreza (com indícios de que o Brasil retornará ao Mapa da Fome), recrudescimento da violência no campo no campo, entre outros. Além disso, a extinção do CONSEA representa uma afronta à democracia e um retrocesso social, uma vez que desmonta um espaço de participação, um dos pilares da democratização do Estado, conforme pactuado na Constituição Federal. (CASTRO, 2019, p.2).

Para Inês Rugani Castro, pesquisadora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), além de fragilizar o Sistema, compromete processos de garantia de Direito Humano à Alimentação adequada em todas as esferas do Governo. A MM 2019 denuncia esta situação e discute as pautas de políticas centrais a partir do lema: Um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência! Ao se referir às diferenças entre soberania alimentar e segurança alimentar para subsidiar o debate na formação política e por sua vez, na construção das pautas um dos Cadernos define tais conceitos como:

O conceito de Soberania Alimentar refere-se ao direito dos povos e nações de defenderem a sua cultura alimentar e decidir sobre as formas de cultivo, distribuição, consumo e preparo dos alimentos [...]. Segurança alimentar e nutricional é a garantia do direito de todas (os) ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais [...]. (CONTAG/CADERNO DE FORMAÇÃO 2, 2019, p.9).

Ao atacar frontalmente os direitos políticos e sociais da classe trabalhadora, especificamente, das mulheres, da população negra, dos povos indígenas e quilombolas, o governo Bolsonaro não apenas nega o direito à autodeterminação dos povos originários, como nega a sua própria existência, na medida em que o direito à terra e aos seus territórios são negados.

O cenário de realização da Marcha 2019 foi de crescimento das forças reacionárias no Brasil e no mundo e no caso brasileiro, a agenda ultraliberal do governo Bolsonaro implicou na perda da soberania popular e nacional, na retirada dos direitos da classe trabalhadora, enquanto favorece o lucro para os empresários, banqueiros, ruralistas e outros setores.

Esta conjuntura política atual é compreendida pelas próprias “Margaridas” da seguinte forma:

Vivemos num contexto de retrocessos democráticos e de retirada sistemáticas de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora, especialmente na América Latina e, sobretudo, no Brasil. Após vivenciarmos um período importante de governos da esquerda latino-americana, verificamos recentemente uma guinada mais à direita em países como Argentina, Colômbia, Paraguai, Peru e Brasil. Essa onda conservadora e autoritária, também observada em países como EUA, Filipinas e Israel, vem sendo fortalecida no Brasil desde o golpe de 2016, que resultou no *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, na prisão de Lula e no impedimento de sua participação no processo eleitoral [...]. (CONTAG/MARCHA DAS MARGARIDAS, 2019, p. 4).

Ao se referir à ausência de políticas para as mulheres do campo no Governo Bolsonaro e a pauta da Marcha 2019, uma das dirigentes da Fetaema afirma em entrevista que:

Essa marcha, ela teve uma representação muito importante pela conjuntura que a gente estava passando que era: reafirmar o nosso protagonismo diante de um desgoverno que já estava aí e aí, assim, era reafirmar nossa participação enquanto mulher, dizer não a retirada de direito e reivindicar a permanência das nossas políticas públicas que a gente tinha conquistado para a nossa agricultura familiar especial para nós as Margaridas. (ENTREVISTADA 14, 2021).

Ao comparar a relação entre o encaminhamento das pautas apresentadas na Marcha nos governos Lula e Dilma com o período do governo Bolsonaro, outra dirigente entrevistada enfatiza:

[...] no governo de Bolsonaro, não houve sequer dialogo, não tivemos uma pauta específica e sim apresentação de uma Plataforma Política, que expressa as pautas e bandeiras de lutas das mulheres, mas principalmente seu posicionamento político frente ao atual governo homofóbico, ditador, racista, sexista, no qual os direitos das mulheres do campo e da cidade encontram-se extremamente comprometidos. Já durante o Governo Lula e Dilma, tivemos conjunturas políticas diferentes, porém não podemos negar o esforço de sentar, debater e buscar estratégias para enfrentar vários problemas pautados pelas mulheres do campo e principalmente garantir políticas públicas específicas para nós mulheres trabalhadoras rurais agriculturas familiares. (ENTREVISTADA 13, 2021).

Estas afirmações demonstram a posição política de oposição ao Governo Bolsonaro e as políticas adotadas. Justifica ainda o caráter de denúncia desta Marcha que em outros Governos também existiu, porém, devido à participação e controle

social das políticas públicas implementadas nos governos anteriores, até mesmo no Governo FHC, a Marcha teve um papel mais propositivo e suas pautas foram recebidas.

As mulheres trabalhadoras rurais compreendem que neste momento suas posições políticas e ideológicas demonstram claramente o alinhamento às forças democráticas, como fizeram também ao denunciarem que o golpe de 2016 foi determinante para desencadear o retrocesso político e à ameaça ao regime democrático.

Isso contribuiu para a eleição de Jair Bolsonaro, um candidato da extrema direita, cujo governo claramente alinhado aos Estados Unidos não tem medido esforços para colocar o Brasil a serviço de interesses privatistas contrários ao seu próprio desenvolvimento enquanto nação soberana. (CONTAG/MARCHA DAS MARGARIDAS, 2019, p. 5).

A defesa da democracia, previdência, o combate à violência são “velhos temas” de um período de lutas, se considerarmos apenas a redemocratização do país após o golpe militar de 1964. A democracia brasileira que até então, parecia estar consolidada passou a ser alvo de ataque, a começar pela ruptura do pacto constitucional que desconsidera as instituições e as regras do jogo democrático, incluindo as eleições e a manutenção da sua legitimidade, como foi o caso do impedimento da ex Presidente Dilma evidenciando assim que o ataque à democracia não é uma ação isolada.

No cenário atual de retirada de direitos, soma-se ainda o crescente aumento do desemprego, o custo dos alimentos, mas também o surgimento de mobilizações contra as políticas adotadas pelo atual Governo federal. Essa questão considerada como a relação entre o estado e a MM, porém, revela as contradições do estado que tem o papel de assegurar os direitos constitucionais em se tratando de um estado democrático, porém, esse mesmo estado representado por um governo que restringe o seu papel e defende os interesses do mercado, acaba retirando direitos sociais, como a reforma da previdência, uma das questões que atinge diretamente a classe trabalhadora urbana e rural.

Deste modo, as mulheres trabalhadoras rurais se somam ao conjunto da classe trabalhadora no enfrentamento ao governo Bolsonaro e denunciam o desmonte do Estado brasileiro e os impactos negativos na vida das mulheres. Na pauta, diferente de outras Marchas, não mais um elenco de propostas, mas o que mais se destacou

foi a defesa de um projeto de sociedade que querem construir: Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência.

4.4.2 A Plataforma política: das lutas “específicas” às lutas anticapitalistas, antipatriarcais, antirracistas e ambientalista

A ação dos movimentos feministas em contraposição ao capitalismo em sua forma ultraliberal se ampliou e reverberou no mundo, especialmente no Brasil, ganhou força política e mostrou a interconexão com outras formas de opressão: raça, etnia, orientação sexual, os sistemas migratórios e outros.

Os temas centrais mencionados nas entrevistas, na pauta da Marcha 2019 foram: a previdência, a democracia, o combate à violência, a saúde e o meio ambiente. Estes e outros temas são recorrentes nos documentos desde as primeiras Marchas, principalmente a saúde, o combate à violência e no caso do meio ambiente, este tema estava associado ao desenvolvimento sustentável. Porém, nas Marchas anteriores, os temas das políticas públicas e dos direitos, como a previdência, apareciam como direitos adquiridos e não como direitos ameaçados. As proposições, em geral, estavam dirigidas para a ampliação de tais direitos assegurados na Constituição de 1988, como são destacados nas entrevistas.

O Manifesto de lançamento da MM 2019, em 08 de março de 2018 destacou a democracia como um dos temas centrais da conjuntura política do país e conclamou as trabalhadoras a resistirem aos ataques dos direitos sociais e políticos, principalmente a reforma da previdência que estava sendo ameaçada de retirada para os (as) trabalhadores (as), inclusive a ameaça de acabar com a aposentadoria especial. Conforme mencionei, assim como na primeira Marcha, em 2019, o Manifesto da MM possui o caráter de denúncia, de repúdio, de reivindicações e proposições.

Na sexta Marcha, as Margaridas denunciaram e repudiaram o crescimento do conservadorismo e do ódio no Brasil, bem como a ameaça à democracia e a retirada de direitos. Neste Manifesto está expresso ainda a reafirmação das suas lutas desde a primeira Marcha:

Este conjunto de ofensivas aprofunda a fome e a pobreza sobre territórios rurais e periferias urbanas, atingindo mais intensamente as mulheres, afinal, sobre nós incide o ônus da divisão sexual do trabalho, que nos faz acumular as atividades domésticas e de cuidados. Assim, quanto mais precarizado é o acesso aos direitos sociais, ao trabalho e à renda, maior é a sobrecarga de trabalho e responsabilidades a nós imputadas. (CONTAG/MARCHA DAS MARGARIDAS, 2018).

Além do Manifesto, outros documentos que apresentavam, tanto a visão das trabalhadoras rurais sobre a realidade brasileira em que vivem e apresentam as reivindicações ao Estado brasileiro. A pauta de reivindicações, processo que é construído em diversos níveis com as mulheres trabalhadoras rurais e as organizações parceiras em atividades de formação política que envolve o debate sobre as temáticas e também sobre a realidade, a elaboração de propostas e sobre o significado da Marcha.

As pautas de 2019 foram organizadas em dez eixos e uma das etapas previstas nas Marchas anteriores era a entrega da pauta em diversos níveis, desde os governos municipais, câmaras até o Congresso Nacional e Governo Federal, por meio de audiências com representantes da Marcha correspondente a cada nível. A maior expectativa sobre a pauta estava voltada para o Governo Federal e para o Ato Nacional, realizado em agosto.

Após cada Marcha, eram realizadas audiências para acompanhamento da pauta entregue. Na sexta Marcha a pauta se transformou em Plataforma Política, documento que aprofunda a análise sobre a situação do país com ênfase nas discussões e proposições sobre cada eixo. Porém, não houve o momento de entrega ao Presidente da República, haja vista que o Governo Bolsonaro interditou o debate com os movimentos sociais. A este respeito, a Coordenadora Estadual do Maranhão enfatizou:

[...] a nossa plataforma nacional da sexta marcha, que é um documento que dialoga com a sociedade, que dialoga sim com parlamentares, de certa forma com o governo. Não esperamos em nenhum momento fazer algum tipo de negociação com o governo fascista e homofóbico do Bolsonaro. Isso fez com que essa sexta marcha fosse uma marcha diferente das outras porque nenhuma outra teve uma conjuntura tão ruim quanto no governo Bolsonaro. FHC (Fernando Henrique Cardoso) nem de longe se assemelha ou se parece em nenhum ponto com Bolsonaro, que é totalmente ultraradical, homofóbico e tudo. (ENTREVISTADA 1, 2019).

4.4.3 Atividades realizadas e balanço político

Como já foi mencionado, não se trata de etapas isoladas entre si, mas de um processo que também envolve ações articuladas, sendo estas permeadas por tensões e busca de consensos. Assim, a abordagem a seguir, baseia-se na leitura dos documentos, no acompanhamento *in locus*, com as observações atentas, a partir do olhar na pesquisa que envolve a minha experiência como “militante” feminista, questão que influencia diretamente na análise e compreensão acerca do processo organizativo e seus desdobramentos.

Em todas as edições das Marchas (de 2000 a 2015), além do Ato nacional em Brasília, realizado em dois dias, que é a concretização da Marcha em si, cada Marcha é marcada por um conjunto de atividades: audiências, seminários e debates e eventos culturais organizados no local da Marcha, onde ficam alojadas boa parte da delegação. Em 2019, o local foi o Parque das Cidades em Brasília.

A Seguir apresento as demais atividades ocorridas na Marcha 2019 e em seguida um balanço político dos resultados.

Enquanto na I Marcha foi apresentada a complexidade da organização da MM, tanto interna como externa, neste caso, a ênfase será dada às atividades externas ou centrais, embora a maioria das atividades envolve o público externo, mas existem atividades mais internas, como infraestrutura e logística que envolve mais a equipe de funcionários (as) e diretoria, além de eventuais apoiadores.

a) Produção de informação e Comunicação

Todo o processo de organização e mobilização de cada Marcha gera informação e conhecimento que são de responsabilidades entre da Coordenação, por meio da Assessoria de Comunicação e das organizações e movimentos parceiros. Há responsabilidades que ficam à cargo da Contag que reproduz para as assessorias de comunicação das organizações parceiras e movimentos sociais, além da mídia comercial.

b) Lançamento

O lançamento de cada edição de uma Marcha acontece um ano antes de sua realização, momento em que se dá a largada para a mobilização e concomitantemente, a sua organização que envolve ações paralelas: mobilização e articulação de parcerias, mobilização, finanças, a formação política e outras.

Como foi mencionado anteriormente, o lançamento demarca a posição política, pois meio dos temas da conjuntura e da apresentação do lema.

Marchamos em denúncia. Marchamos contra o golpe político e seus efeitos perversos – produzido e sustentado por setores do parlamento, judiciário e mídia –, decorrentes das medidas antidireitos e antipovo que o governo golpista tem colocado em curso. É sobre as nossas vidas e corpos que recaem estes pacotes de maldades e injustiças. Está em curso no Brasil a implantação de um projeto neoliberal, que afeta nossa soberania nacional. Repudiamos e reagimos contra todas as negociações que visam entregar ao capital internacional importantes bens comuns do povo brasileiro, como o pré-sal, o aquífero Guarani e os nossos territórios. (CONTAG, 2018).

c) Mobilização

Esta ação é realizada principalmente, pelas coordenadoras ou dirigentes do MSTTR e das parceiras dos movimentos feministas e de mulheres que atuam como multiplicadoras, mobilizadoras e articuladoras, como ressalta a Coordenadora Estadual do MIQCB e ex dirigente da Federação do Tocantins:

A minha participação era fazer a organização na base porque a Marcha tem a participação da CONTAG, da CUT, das federações e das comunidades e a gente envolve todo esse público dos movimentos sociais e dos movimentos populares (MST, CUT, CTB, UNICAFES, CNS, ANA, MAMA). A ação da Marcha em si, não é só botar um número de pessoas em Brasília, pois para colocar 100 mil a gente tem toda a nossa organização na base: Seminários, textos e toda a discussão da luta pela democracia, a violência contra as mulheres e outros. (ENTREVISTADA 06, TOCANTINS, 2020).

d) Encontro com a Marcha Nacional das Mulheres Indígenas

As mulheres indígenas realizaram a sua primeira Marcha em Brasília, em 2019, nos dias e o encerramento desta Marcha culminou com a chegada das Margaridas na capital nos dias 13 e 14 de agosto. As pautas centrais das mulheres indígenas são a demarcação de terra e a saúde, pois os Distritos Sanitários de Saúde que funcionam em todo o Brasil não dispunham de verbas para funcionamento.

As mais de três mil mulheres indígenas somaram-se às mulheres do campo, das águas e da floresta de onde também vieram e moram diversas etnias de indígenas uniram-se em um grande ato e caminharam até a Esplanada dos Ministérios. Tanto das mulheres indígenas participaram de atividades das Margaridas, quanto as Margaridas se somaram às indígenas e mostraram a força e resistência contra as políticas neoliberais do Governo Bolsonaro.

e) Abertura e a utilização da mística

A abertura de cada Marcha assim como dos eventos que são realizados na fase de preparação tem uma característica pujante que ocorre nas atividades dos movimentos sociais e populares que é a mística, uma ação oriunda da Igreja Católica. O MST, a Via Campesina e o MSTTR utilizam muito dessa forma de intervenção que agrega poesia, música em uma performance que mistura crenças e emoção para a afirmação de um compromisso. Além da mística há outro componente político que são as autoridades presentes, incluindo representação nacional e internacional. Em 2019, houve a participação de artista, dentre elas a Letícia Sabatella que já havia inclusive apresentado esta Marcha em um vídeo.

Neste momento conta com a participação de grupos de artistas compostos exclusivamente por mulheres e também apresentações envolvendo as delegações

estaduais e regionais. A apresentação cultural antecede as falas políticas que também são acompanhadas atentamente por milhares de Margaridas.

Sobre a mística, em um dos seus trabalhos de pesquisa realizado por Ilse Gomes Silva, a autora retrata a mística como prática ideológica e como componente da ação do MST contra a ideologia dominante.

A mística está presente em todas as atividades do MST seja de estudo, discussão, organização, planejamento, avaliação ou intervenção direta. A temática está vinculada à atividade realizada no momento e centrada no aspecto que se deseja realçar. Embora tenha um grupo para planejar a mística, ela sempre envolve a todos e lança mão de variados recursos como cenários, figurinos, músicas, poesias, danças, cartazes, altares e bandeiras do MST. No auto da mística geralmente há uma encenação que denuncia o cotidiano de opressão, exploração e dominação ao mesmo tempo em que celebra a solidariedade de classe, a unidade na ação política e renova a necessidade de manter viva a luta pelo socialismo. (MST, 2021).

No período dos governos Lula e Dilma, eles participaram seja da abertura ou do Encerramento das respectivas Marchas, com destaque para o período de 2007 em que o ex Presidente anunciou mediadas que faziam parte da pauta da Marcha. Em 2015, já prestes a sair do governo a ex Presidenta Dilma Roussef fez alguns anúncios de ações políticas que estavam em andamento, sobretudo, relacionadas à agroecologia, como vimos na pauta deste período. Ressalto que as Margaridas se solidarizaram com a ex Presidenta e defenderam a sua permanência no governo, além de gritar palavras de ordem contrárias ao golpe (não vai ter golpe!).

f) Audiência Pública

É uma atividade que acontece em todas as Marchas, realizada na Câmara Federal com representantes da Bancada Feminina e parlamentares ligados às pautas da questão agrária, rural e da agricultura familiar, com o objetivo de discutir e reforçar o apoio dos e das parlamentares sobre os projetos que tramitam na Casa e também no Senado. Em 2019, o principal deles foi a reforma da previdência.

g) Formação Política

É importante destacar que as ações de formação política envolvem todo o processo de organização de cada Marcha, assim como mobilização que utiliza a geração e uso de informação e da comunicação popular como estratégias políticas. Durante cada Marcha ocorrem Seminários, encontros, debates e outras atividades realizados no local, geralmente ginásios, parques ou estádios, onde inclusive um grande número de participantes se hospeda.

Em 2019, foram realizadas diversas atividades e encontros e o que me chamou atenção eram os temas: saúde mais diretamente tratando do SUS;

democracia, inclusive, a participação política das mulheres, por meio de encontros com mulheres de movimentos e partidos de esquerda com a presença de lideranças, agroecologia, incluindo a discussão sobre a soberania e a segurança alimentar, os temas do combate à violência, com visibilidade ao feminicídio e outros.

h) Finanças

As atividades de finanças também mobilizam o conjunto das organizações que integram a Marcha, mas possuem algumas ações que são internas ao movimento sindical rural, conforme descrevemos no Capítulo anterior.

i) Comunicação digital e captação de recursos

Em relação à comunicação digital, um aspecto importante, é que na Marcha de 2019 ficou visível a utilização das redes e tecnologias digitais combinadas com a estratégia de finanças, a exemplo do *Crowdfunding*³⁴, forma de financiamento coletivo, as chamadas vaquinhas virtuais, assim como vídeos, avatars e outra ferramentas digitais.

Durante cada Marcha, há atividades que já fazem parte do processo que são previamente discutidos e apresentados previamente em reuniões de organização, inclusive para considerar as etapas de deslocamento desde as comunidades e povoados até as cidades onde cada participante embarcará, sendo a maioria em ônibus. Há muitas dirigentes, convidadas e participantes que se deslocam de avião.

j) Comercialização de produtos

A partir da Marcha de 2007 passou a ocorrer a comercialização de produtos iniciada com uma Feira de Economia solidária e nos anos posteriores com a comercialização de produtos de mulheres assentadas, quebradeiras de coco, indígenas e outras dentre estas o artesanato, produtos alimentícios e outros. (ANEXOS).

k) Encerramento

A Marcha 2019 finalizou com um grande ato político na Esplanada dos Ministérios com a participação de líderes do campo democrático e popular,

34 Crowdfunding, junção das palavras crowd (plateia) e funding (financiamento), é um método destinado a levantar dinheiro para projetos e novas empresas com a ajuda de amigos, familiares e potenciais consumidores. Por meio de plataformas específicas, é possível inscrever uma proposta e divulgá-la a fim de arrecadar contribuições. <https://inovacaoosebraeminas.com.br/o-que-e-crowdfunding-e-quando-usar/> Em 2019 a Marcha das Margaridas utilizou o *Crowdfunding* como uma das formas de arrecadação financeira foi traduzida para a ação “adote” uma Margarida. (SINDICATO DOS BANCÁRIOS, 2019).

geralmente, com vinculações à pauta dos (as) trabalhadores (as) rurais e as política para este segmento.

Na Marchas de 2003 a 2006, o ex Presidente Lula participou acompanhado de diversos ministros e ministras e anunciou os resultados da Pauta que havia sido apresentada aos ministérios pela Coordenação Nacional, assim, como a ex Presidenta Dilma.

Em 2019, com a prisão do ex Presidente, as Margaridas enviaram a Carta das Margaridas e receberam a resposta do ex Presidente. A Seguir apresento um trecho destas Cartas:

Querido Lula
Alimentamos a esperança de que a sua liberdade está próxima e lutaremos para que ela venha muito em breve. Sabemos que essa condenação e prisão injusta é uma vingança da elite brasileira contra o presidente que mais fez melhorar a qualidade de vida das pessoas pobres e transformou o Brasil em um País importante no cenário mundial [...]. (CARTA DAS MARGARIDAS PARA LULA; CONTAG, 2019).

Em resposta às Margaridas, a Carta do ex Presidente Lula foi lida no ato do dia 14 de agosto pelo ex ministro da Educação Fernando Haddad durante o Ato de encerramento da Marcha 2019, em Brasília:

Queridas Margaridas,
Fiquei muito feliz em receber a carta de vocês, e saber que a Marcha das Margaridas segue forte, na luta por mais direitos e um Brasil mais justo para as mulheres do campo, da floresta e das águas [...] eu quero muito cumprimentar a coragem verdadeira dessa marcha que leva as mulheres do campo para verem e serem vistas pelos poderosos de Brasília [...]. (CARTA DO LULA ÀS MARGARIDAS; CONTAG, 2019, p.34).

I) Atividades pós-Marcha

Após a realização da Marcha 2019, pude observar uma sequência de atividades que possibilitaram-se constatar o caráter permanente da Marcha, não se configurando, portanto, em um evento pontual, haja vista que ela possui uma sequência de atividades que se inserem na agenda do MSTTR e das organizações parceiras. Neste caso, registrei as seguintes atividades:

- a)** Avaliação nacional com a Coordenação e as parceiras, em 2019 - apresenta e debate o balanço político de cada Marcha;
- b)** Avaliação Estadual, com as Coordenadoras regionais ligadas ao MSTTR, em dezembro de 2019;
- c)** Aprofundamento dos eixos da pauta em eventos virtuais denominados Prosa das Margaridas, democracia, violência, saúde, agroecologia;

- d) Realização do 8 de março em 2020;
- e) Lançamento e realização do Festival da Juventude, em formato virtual, em 2020;
- f) Evento nacional e estadual sobre os 20 anos da MM, em 2020;
- g) Avaliação com as parceiras, em agosto de 2021;
- h) Evento de alusão ao assassinato de Margarida Alves, em agosto de 2021.

Outras ações:

- Festival da Juventude

Após a sexta Marcha, desde o evento de avaliação, identifiquei que no “intervalo” de uma Marcha e outra é realizado o Festival da Juventude Rural pelo movimento sindical. Em março de 2022, um ano antes, a sétima Marcha já será lançada.

- Coletividade e Solidariedade

São valores e práticas que caracterizam os movimentos sociais e populares e são herdadas de gerações anteriores e apropriadas pelas Margaridas. São originárias também dos rituais e festas religiosas e associativas, muito comuns nas atividades de setores da Igreja católica de base, no movimento feminista e outros. Algumas destas práticas são: as místicas, rifas, bingos, o compartilhamento de alimentos e dinheiro durante as viagens.

- Balanço Político

Durante as cinco Marchas (2000 a 2015), a pauta de reivindicações estava centrada em programas e políticas. Neste período, as avaliações indicam avanços em relação à criação de programas e políticas específicas, a exemplo do Pronaf Mulher, do Programa de Documentação, o Programa de Organização Produtiva para as mulheres do campo, as ações de agroecologia, de combate à violência contra as mulheres. Uma questão relevante indicada por elas foi a participação das mulheres trabalhadoras rurais nos espaços de decisão, formulação e controle social de tais políticas, a exemplo da participação em conselhos.

Ao analisar a relação com o Estado, identifiquei que a visão sobre o Estado é associada diretamente ao governo federal. Nesta compreensão, as Margaridas demonstram considerar os Governos Lula e Dilma como democráticos e populares,

portanto, são aliados, inclusive reconhecem as políticas voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais como conquistas obtidas nesses governos.

Em relação aos resultados políticos obtidos com a realização da Marcha 2019, sistematizei as seguintes questões consideradas mais relevantes:

1. Embora os resultados quantitativos sejam bastante relevantes (cem mil participantes, a delegação internacional, os temas, as inúmeras atividades desenvolvidas), não fica evidente, mesmo para quem participou, quais os resultados qualitativos, a exemplo da negociação da pauta com os diferentes poderes representativos do Estado: executivo (Governo Federal e também o Governo Estadual, no caso do Maranhão), Câmara e Senado Federal e em cada Estado os poderes correspondentes;
2. Não foi possível perceber a menção ou reivindicação ao poder judiciário, sendo este o responsável por “julgar” processos determinantes, principalmente em relação à questão agrária e fundiária (ações de despejo) e também a situação dos processos de violência (assassinatos e feminicídios) que tem ocorrido contra lideranças dos movimentos sociais do campo e contra as mulheres.
3. As narrativas dos movimentos feministas que se somam à Marcha das Margaridas como parceiras possibilitaram a inclusão ou a maior visibilidade aos temas que dão o caráter antissistêmico desta Marcha. A MMM, a AMB, as mulheres da Associação Nacional de Agroecologia (ANA) expressam fortemente suas concepções anticapitalistas, antirracistas, antipatriarcais, não sexistas, não homofóbicos e lesbofóbicos.

Ao denunciarem as desigualdades como inerentes ao próprio sistema capitalista, assim como a exploração, a expropriação, os movimentos feministas e os movimentos sociais, populares e sindical propõem um outro modelo de desenvolvimento: autossustentado e agroecológico.

A pauta de combate ao racismo, por exemplo, ganhou força na Marcha de 2019, resultado das discussões e experiências vividas na realidade em que as mulheres se deparam com os efeitos que ele provoca na vida da população negra,

sobretudo as mulheres negras, com destaque para as trabalhadoras domésticas, trabalhadoras informais e desempregadas.

O combate ao racismo é um dos objetivos de diversos movimentos, sobretudo do movimento negro e do feminismo negro, presente na Marcha de 2019, mesmo que ainda não seja central, porém é significativa. Esta pauta aparece associada à educação (não sexista, não racista e não misógina), assim como consta no II Plano Nacional de Políticas para as mulheres, mas também nos discursos e nas denúncias desta Marcha.

Estas questões refletem a interconexão desta Marcha com a classe social, gênero, raça e etnia e outras formas de exploração que causam as desigualdades e isto significa que, tanto a Marcha amplia a sua pauta, quanto estes temas extrapolam os chamados movimentos “específicos”, como é o caso das mulheres negras ou do feminismo negro, assim como indica que o caráter antissistêmico e anticapitalista não está associado somente aos movimentos ou organizações de concepção marxista.

Estes e outros resultados políticos possibilitam-me identificar o caráter popular, feminista e de classe da MM, porém, mesmo diante de várias questões que ainda precisam ser melhor tratados, assim como analisados em estudos posteriores. Além deste caráter existem outros elementos que conferem a existência de uma articulação entre gênero, raça, geração e classes e, estou consciente que uma das questões que precisa ser mais explorada, por exemplo, é a relação com o Estado e também o contexto da América Latina. Porém, isto não compromete a nossa percepção, tendo em vista que toda luta é uma luta de classes, como preconiza Marx.

Em síntese, são novas e “velhas” pautas, se considerarmos, por exemplo, que o meio ambiente ter como ênfase a **agroecologia** não se constitui um novo tema, mas a novidade é que este tema ganhou centralidade na pauta 2019, haja vista que até a quinta Marcha, em 2007, a temática do desenvolvimento sustentável.

A **democracia** ganhou relevância devido à conjuntura política, pois assim como a agroecologia, não se trata de um tema novo, pois nas Marchas anteriores esta temática era mais direcionada à participação nos espaços de poder, interno ao movimento sindical e nos demais espaços dos movimentos sociais e populares. Em 2019, o tema da democracia estava e ainda permanece vinculado à soberania nacional e popular, às formas de democracia para demarcar o neoliberalismo e sua agenda radical que retira os direitos sociais e aprofunda as desigualdades, à ideia de

igualdade de participação política das mulheres no poder externo e interno ao movimento sindical.

Acrescentamos ainda que a **resistência** das Margaridas surge da organização política e diante dos problemas enfrentados no seu cotidiano, por isso, afirmam a necessidade de lutar juntas e afirmam: “[...] Compreendemos os desafios comuns que nos marcam dentro de uma sociedade patriarcal e racista e formulamos estratégias unificadas que nos fortalecem, individual e coletivamente” (CONTAG/CADERNO DE FORMAÇÃO 1, 2019, p. 37).

4.5 Nossa terra têm palmeiras, sabiás e Margaridas: a participação das trabalhadoras rurais do Maranhão na Marcha 2019

Nesta Seção enfatizo **A Participação das trabalhadoras rurais do Maranhão na MM 2019**, considerando a dinâmica organizativa que a Marcha Nacional expressa para possibilita perceber a sua dimensão, a partir da organização em nível Estadual, neste caso no Maranhão. Apresento ainda etapas relevantes da preparação, realização e, posteriormente, a avaliação após a realização do ato nacional desta Marcha. Em síntese, como esse processo ocorreu no Maranhão: as estratégias adotadas, as particularidades, as pautas mais relevantes, os resultados e as perspectivas.

Mesmo que a ênfase dada nesta Seção de Capítulo diz respeito ao processo político e organizativo das mulheres trabalhadoras rurais do/no Maranhão em relação à sexta Marcha, há uma tentativa de identificarmos elementos históricos sobre as Marchas anteriores. Porém, esta questão histórica, assim como a trajetória dos diversos movimentos de mulheres e de trabalhadoras rurais, considerando as suas diversidades (campesinas, assentadas da reforma agrária, agricultoras familiares) exigem um tempo e uma investigação que remetem a uma outra pesquisa.

Para facilitar a compreensão, esta Seção está organizada da seguinte forma:

4.5.1 Organização, a mobilização e as parcerias: as estratégias adotadas no Maranhão.

A seguir apresento as etapas desenvolvidas na Marcha 2019 no Maranhão:

a) Lançamento

Conforme mencionado anteriormente, a Marcha de 2019 foi lançada em nível nacional, em 2017 nos Estados e Distrito Federal e em 2018 muitos Estados lançaram nas atividades do 8 de março em conjunto com os movimentos de mulheres e feministas.

No Maranhão, a Secretaria de Mulheres da FETAEMA lançou a Marcha em março de 2019 na reunião do Conselho Deliberativo da direção estadual da Federação com a presença de convidados (as), em ato denominado *Março Lilás* e teve como objetivo: “Dar o ponta pé inicial na construção da VI Marcha das Margaridas. Para isso nos eventos realizados se trabalhou, tanto a discussão da importância da Marcha das Margaridas 2019, quanto as estratégias para sua realização.” (FETAEMA, 2019).

b) Mobilização e Articulação de parcerias: governamentais e os movimentos e organizações parceiras

Quanto à mobilização e a participação política, observei que existem espaços de decisões internas à MM que envolvem as organizações parceiras que compõem a Coordenação Nacional e ainda as decisões tomadas nas instâncias no movimento sindical (CONTAG e Federações). Portanto, cabe ao movimento sindical as decisões centrais sobre a estrutura, o planejamento, a definição de metas e custos, já articulação e a mobilização envolvem todos (as) os (as) participantes as organizações parceiras.

Nestas atribuições as mulheres trabalhadoras rurais atuam em parceria com os homens dirigentes e há momentos de aproximação, tensões, mas em geral, muitos homens apoiam a organização da MM, inclusive, por fazer parte do calendário de atividades dos sindicatos e federações.

A composição da MM em 2019, possui desde as organizações e movimentos de mulheres e feministas representados na Coordenação Nacional desta Marcha, quanto grupos locais, conforme descritos abaixo e grupos pequenos de associações de mulheres, além das mulheres organiza das em partidos políticos:

- a) MMM – nível internacional, está organizadas em todos os Estados;
- b) MIQCB – organizado no Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins;
- c) MMTR – NE – está organizado em toda a região Nordeste;
- d) MAMA – organizado na região da Amazônia;
- e) AMB – e outros movimentos – funciona como uma rede de movimentos, de caráter feminista e popular;

- f) União de Mulheres Brasileiras (UMB) – de abrangência nacional, se define como feminista e emancipacionista;
- g) Sindoméstico – Sindicato das Trabalhadoras Rurais;
- h) União por Moradia Popular;
- i) Fórum Estadual de Mulheres.

Nesta caminhada de acompanhar as Margaridas na condição de pesquisadora, foi possível perceber que a diversidade étnica, cultural e regional não se sobrepôs a uma luta maior: a defesa das terras e dos territórios, da soberania alimentar e nutricional e pelos direitos das mulheres indígenas das trabalhadoras rurais. Embora sejam sujeitos distintos, tanto as mulheres indígenas, quanto as mulheres trabalhadoras rurais são alvo da política de negação de direitos e no caso dos povos indígenas, há a tentativa de extermínio por parte do Estado representado pelo Governo Bolsonaro.

O não “reconhecimento” por parte do Governo Bolsonaro aos movimentos sociais e populares não se refere somente aos povos indígenas, embora haja uma política visível e direcionada contra os povos originários, abrange também as comunidades quilombolas e as lideranças do campo, sejam elas indígenas, quilombolas ou trabalhadores (as) rurais.

A afirmação de práticas tradicionais e a produção de novos conhecimentos são visíveis nos espaços de comercialização, nos momentos culturais, como mostras culturais, feiras de artesanato e comercialização de outros produtos. Esta constatação é atribuída à realização da Marcha em Brasília e às atividades realizadas no Maranhão. Durante os preparativos para a MM 2019, as integrantes da Marcha Mundial de Mulheres do Maranhão, por exemplo, realizaram eventos de comercialização de produtos e de práticas de instrumentos musicais, inclusive com convidadas de outros Estados.

Também identifiquei a solidariedade feminista nos relatos sobre a viagem para Brasília, no período de realização da Marcha e durante as hospedagens nos alojamentos disponibilizados pela organização, geralmente em Parques, estádios e na sede da CONTAG que dispõe de um alojamento.

a) Finanças

Desde o primeiro momento e em todas as etapas cada Comissão Estadual discute com a direção de sua Federação as ações e os custos. No caso do Maranhão, os principais custos em 2019 foram arcados pelo próprio movimento sindical que constituiu um fundo, a partir da arrecadação dos sindicatos. O apoio do Governo Estadual e das organizações parceiras se somaram na definição de alguns itens previstos no projeto. Também foram realizados rifas e bingos (motos, carros e outros) para ajudar na arrecadação de recursos para a infraestrutura e logística de participação do Estado na Marcha Nacional, em Brasília.

O Maranhão foi um dos Estados que adotou como estratégia a criação de um Fundo que garantisse a realização desta Marcha com recursos oriundos de repasse autorizados pelos STTRs 9Sindicatos dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais. Dos 217 municípios, 136 sindicatos aderiram à proposta. As direções dos sindicatos Rurais que aderiram ao fundo passaram a contribuir com um percentual da arrecadação oriunda de seus filiados e filiações. Uma observação relevante é que mesmo se tratando de uma ação opcional houve a adesão de praticamente de 90% dos STTRs do Maranhão a esta ação colaborativa que conta também com momentos de convencimento por parte das trabalhadoras diretamente interessadas na ação (FETAEMA, 2019).

Outra atividade de captação de recursos para assegurar os custos desta Marcha foi denominada Ação entre as Margaridas que consistiu em rifas com sorteio de brindes a preços populares e cada sindicato ficou responsável pela venda de uma quantidade de bilhetes. Também foi elaborado um projeto de captação de recursos entregue a instituições governamentais, no intuito de assegurar os custos, especialmente ônibus, camisas e outros (FETAEMA, 2019).

Em relação à estratégia de criação de uma política de finanças que assegurasse a participação das Margaridas, na Marcha de 2019, atribuo a essa decisão assertiva o fato do Maranhão ter levado a maior delegação para a Marcha. Logicamente, esta estratégia só alcançou este resultado se for levado em consideração a mobilização. Ademais, a meta estabelecida e pactuada impulsionou a Coordenação Estadual a buscar alcançá-la.

Foi possível perceber nas demais participantes a motivação pelo cumprimento da meta e após a Marcha, observei que as Margaridas atribuíram ao

cumprimento deste desafio, com um sentimento de autonomia, ou seja, menor dependência de apoios externos. A realização de bingos, rifas e, sobretudo, a criação de um fundo especial com a contribuição dos (as) associados (as) dos STRs destinado para custear despesas da Marcha, especialmente a infraestrutura de deslocamento (ônibus) dos mais diversos locais onde as participantes residem (consideremos a dimensão do Estado do Maranhão e as regionais ou microrregiões e ainda fato de boa parte reside em áreas rurais).

b) Lutas por direitos, identidade política e cultural

A implementação das cotas nos anos 1990 e da paridade nos anos 2000 contribuíram para fortalecer a presença das mulheres nas direções do movimento sindical rural, inclusive em espaço decisão em que haviam poucas mulheres, como é o caso da presidência e secretaria de finanças. Esse processo resultou na ampliação da presença das mulheres e jovens nas direções dos sindicatos de base e, mais recentemente, na eleição da primeira mulher presidenta da FETAEMA, Ângela Silva, oriunda da juventude rural (primeira Coordenadora Estadual de Jovens) segmento do qual foi dirigente estadual e nacional.

Na Marcha 2019, observamos um “clima” de unidade no âmbito do movimento sindical entre as mulheres dirigentes para superarem as barreiras sobre a organização e a mobilização e também uma aliança com diversos dirigentes homens, os de “cravos”, sobretudo da base (STRs). O esforço para assegurar a participação das organizações parceiras, inclusive “cedendo” vagas nos ônibus destinados à base sindical para o Ato em Brasília foi outra questão observada durante a Pesquisa de Campo.

No entanto, mesmo com a parceria dos companheiros, as organizadoras se sentem sobrecarregadas, mesmo com o apoio do conjunto da direção e da assessoria.

Não é fácil a construção da Marcha, mesmo que digamos que é uma ação do movimento, a ação é muito carregada pelas mulheres, não apenas politicamente, mas também financeiramente para poder manter a estrutura e deslocamento da delegação. Apoio externo para levar a delegação dos Estados, é praticamente zero. Até o dia da Marcha muitas atividades de mobilização e levantamento de recursos financeiro ainda acontece, de uma forma alegre e com a cor lilás no Maranhão inteiro. (ENTREVISTADA 13, 2021).

No Maranhão a Comissão Estadual, segue orientações nacionais em relação à mobilização, às estratégias de comunicação, mas há particularidades em relação às estratégias adotadas. No entanto, para alcançar a marca de ser a maior

delegação, foi necessário apresentar uma meta ousada de cem ônibus, consideradas, inclusive como se fosse “loucura”, questão ainda muito atribuída às mulheres.

E após a realização da Marcha, observei a satisfação e a emoção de quem coordenou e de quem participou, apesar de não obterem resultados positivos em relação às propostas apresentadas: *“Momento muito mágico. Ver as mulheres construir a pauta desde as comunidades até Brasília é lindo”*, declarou uma das integrantes da Coordenação (ENTREVISTADA 13). Essa questão dos resultados políticos será retomada na Seção a seguir sobre as Perspectivas Pós-Marcha 2019.

No percurso desta Tese, observei algumas questões relevantes que considero como particularidades identificadas no processo de organização da Marcha do Maranhão:

- a)** O convencimento das mulheres da base e da direção sobre a adesão dos STRs ao fundo que assegura os recursos para a Marcha;
- b)** a definição de uma meta ambiciosa em relação a quantidade de ônibus (meta de 100 ônibus) que favoreceu o alcance de 89 ônibus.
- c)** A priorização da identidade visual e dos adereços que representam a cultura maranhense;
- d)** a realização do fundo para captação de recursos dos sindicatos possibilitou assegurar a infraestrutura necessária.

Além da organização interna das mulheres trabalhadoras rurais, outra particularidade identificada na Marcha 2019 no Maranhão foi o incentivo às candidaturas de mulheres nas eleições 2020. Neste cenário de motivação pós-Marcha, diversas mulheres trabalhadoras rurais foram candidatas à vereadora, algumas foram candidatas à prefeita e à vice-prefeitas ³⁵.

35 A prefeita de Paço do Lumiar, localizado na Grande São Luís, Paula Azevedo, foi reeleita em 2020, enquanto Raimundinha do Sindicato foi eleita vice-prefeita no município de Paulino Neves. Até o fechamento da Pesquisa, não tive acesso à relação das candidatas a vereadora e nem a eleitas.

4.5.2 As pautas em destaque

Como mencionei anteriormente, as temáticas mais destacadas na MM 2019 são: democracia, previdência, saúde, agroecologia e combate à violência. Destas cinco, discorro sobre quatro, conforme consta a seguir:

a) Democracia com igualdade e fortalecimento da participação política

Esta exposição sobre as temáticas da pauta se baseia nos Cadernos de Texto da Marcha 2019 e nas entrevistas com dirigentes, assessores (as) e participantes da base do MSTT que são dirigentes dos sindicatos rurais (STTR) e de organizações parceiras.

Sobre a democracia, ela aparece como um dos valores comuns, assim como a soberania popular, a justiça, a igualdade e a não violência. A soberania popular está ligada diretamente à democracia e ao definir esta ideia de soberania popular, o Caderno 1 de Formação apresenta: “[...] diz respeito à capacidade do povo exercer o seu poder para decidir sobre as grandes questões que afetam os rumos do desenvolvimento de um país é, portanto, a sua vida, o seu cotidiano.” (CONTAG, 2019, p. 6).

Para explicar o que significa na prática a soberania popular para a MM, a ideia se expressa da seguinte forma: “Quando a Marcha das Margaridas expressa o seu desejo de um Brasil com soberania popular, ela reafirma a participação do povo na tomada de decisões importantes para o país. E complementam: “A soberania é fundamental para que exista uma verdadeira democracia, aquela que se importa em saber exatamente o que pensam as eleitoras (es) e o povo e seguir a sua vontade” (CONTAG, 2019, p. 6).

Ao afirmarem “as Margaridas estão na luta também por um Brasil com democracia” (CONTAG, 2019, p. 7), elas problematizam que uma mesma palavra pode ser compreendida de diferentes formas e ainda que democracia é um jeito de governar, ao mesmo tempo em que questionam se existem outras formas de governar e responderem que sim.

[...] a ditadura, por exemplo, é um jeito de governar. Porém, diferentemente da democracia, numa ditadura, o poder é exercido por uma pessoa ou grupo de pessoas com supremacia no poder executivo. Na ditadura os direitos individuais são eliminados ou reduzidos. (CONTAG, 2019, p. 7).

Na sequência se referem ao período da ditadura militar no Brasil que durou 21 anos, até a eleição de 1985 que elegeu Tancredo Neves, Presidente da República, período que a partir de então passou a ser denominado de transição

democrática que perdurou até a Constituição de 1988. “Foi justamente na década de 1980 que começou a surgir as primeiras de organização das mulheres do campo, que se proliferou em todo o país, reivindicando o seu reconhecimento como trabalhadora [...]” (CONTAG, 2019, p. 8).

A explicação segue com as conquistas de direitos, a começar com o direito à sindicalização e em seguida os direitos previdenciários, que conforme mencionamos no Capítulo 2, já eram assegurados aos trabalhadores (as) urbanos. Ao retomar o tema da democracia, o que chama atenção no documento formativo é a forma simples que os conceitos e explicações a respeito de um tema tão complexo e controverso é apresentado com destaque para:

- a) jeito de governar, mas há várias formas de compreender o que é democracia;
- b) o que diferencia uma democracia de outra é a forma que a população exerce e participa dos espaços de poder;
- c) alguns entendem democracia somente relacionada ao voto e destacam a delegação de poderes pelo povo e atribuem a esta forma de democracia representativa. (CONTAG, 2019, p.8).

No entanto, as mulheres trabalhadoras rurais demonstram que a democracia não se garante somente com o exercício do voto, ou seja, com as eleições. Elas se referem à democracia plena e alegam que ela precisa ser construída cotidianamente. E acrescentam: **“A democracia é um projeto constantemente em transformação. Vamos entender isso [...]”** A retomada da democracia foi consolidada com as eleições de 1989 (CONTAG, 2019, p. 10, grifo do autor).

Ao mencionar a diferença entre os tipos de democracia, as Margaridas fazem alusão aos anos 1990 em que o Brasil foi governado pela política neoliberais, ressaltando as proporções. E compreendem que a partir do governo Lula, em 2003, passou a viver uma democracia representativa. E para diferenciarem da democracia neoliberal, as Margaridas a conceituam como “um aprofundamento da democracia liberal, por isso muitas vezes se utiliza uma ou outra palavra sem fazer distinção.” (CONTAG, 2019, p. 9).

Em seguida, é destacado o que há em comum entre neoliberalismo e liberalismo afirmando que ambas são guiadas pela não interferência do Estado na economia e pela redução da intervenção do Estado no mercado e sentenciam:

[...] ambas orientam suas ações pelo capital e pelo lucro. Assim sendo, compreendem que o neoliberalismo é um ressurgimento do liberalismo, das ideias liberais que ganharam força no século XVIII, defendendo o individualismo, o direito à propriedade privada e um Estado que não intervisse no mercado e, ainda garantisse as liberdades individuais. O neoliberalismo quando surge no século XX, ele traz a mesma ideia só que de forma bem agressiva, propondo a abertura de mercados e a desregulamentação da economia com privatizações de empresas estatais [...] (CONTAG, 2019, p.10).

Outro modelo de democracia citado no debate das Margaridas em 2019 é a democracia participativa representativa atribuído pelas Margaridas como a ideia do Estado como indutor e promotor do desenvolvimento do país, ao invés do que propõe a democracia neoliberal que remete esse papel para o mercado. Isso significa que cabe ao Estado investir em políticas de infraestrutura básica, educação, saúde, assistência social, na produção de alimentos, energia e também por meio da promoção de políticas contra as desigualdades, tais como, a miséria e a violência (CONTAG, 2019).

O que chama atenção é que há uma combinação entre a discussão da temática e os componentes históricos e conjunturais. Ao mesmo tempo, elas apresentam as diferenças existentes entre os tipos de democracia, a partir do Governo Collor, Itamar e FHC, completando a ideia com os governos Lula e Dilma estendendo até o governo Bolsonaro. E questionam: “Se todos foram eleitos democraticamente, através do voto, o que diferencia um do outro? Justamente a compreensão que eles têm da democracia.” (CONTAG, 2019, p. 9).

A pauta apresentada ao MSTTR, se insere no tema da democracia, pois diz respeito à representação e auto-organização interna, questão fundamental para a implementação das ações afirmativas definidas pelo MSTTR em nível nacional, ampliando a participação das mulheres de 30% para a paridade (mínimo de 50% de mulheres e de homens em todas as instâncias). Essas questões têm contribuído para o processo de transição geracional, como já mencionamos em momento anterior.

b) Previdência e assistência social pública, universal e solidária

O debate sobre previdência está inserido na política de assistência social que constitui o Sistema de Proteção Social em que se inserem as políticas que permitem as condições de sobrevivência, previstas na Constituição Federal de 1988,

ocasião em que a Assistência Social (AS) passou a ser considerada como política pública. A AS foi regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, assim como o Conselho Nacional desta política pública.

De acordo com a sistematização do debate da MM 2019 expresso no Caderno Temático de Formação 5, a Política Nacional de AS, de 2004, tem como princípios:

- a) supremacia de atendimento e rentabilidade econômica;
- b) a universalização de direitos;
- c) o respeito à dignidade, autonomia e os direitos aos benefícios e serviços;
- d) igualdade de direitos, sem discriminação com equivalência das populações urbanas e rurais;
- e) divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, os recursos destinados e os critérios para o acesso;
- f) segurança de sobrevivência de rendimento e de autonomia;
- g) segurança de acolhida;
- h) segurança de convívio ou vivência familiar.

Dentre os programas da AS temos: o Benefício da Prestação Continuada (BPC), os programas de transferência de renda e os programas de enfrentamento à pobreza, como o Bolsa Família. (CONTAG, 2019).

A previdência é parte dos programas de seguridade social voltada para o sustento dos (as) trabalhadores (as) e sua família em caso de doenças, acidentes, incapacidade, gravidez, desemprego involuntário, idade avançada, prisão ou morte daqueles (as) de quem a família depende economicamente (CONTAG, 2019). É importante frisar que a previdência não se refere apenas aposentadorias, mas aos benefícios (auxílio-doença, auxílio reclusão, salário-maternidade e pensão por morte).

Ao ser perguntado quais as pautas da Marcha de 2019 considerada mais importante, um entrevistado, presidente do STTR de um município da Região dos Lençóis Maranhenses afirmou:

A questão da previdência é um dos mais fortes porque dentro da agricultura familiar a gente não tem como não ter. A outra questão é a democracia, a transparência porque as pessoas pouco têm acesso ao financeiro, daí diz que apoiam projetos para as famílias e dizem que as mulheres já estão ali dentro. A mesma coisa com os jovens também que não tem acesso (ENTREVISTADO 04, 2019).

Esse direito, conquistado somente em 1988, quando passou a ser estendido aos trabalhadores (as) do campo, das águas e das florestas. A previdência social se baseia na solidariedade e no regime de repartição, pois as gerações que hoje estão na ativa contribuem para garantir a aposentadorias dos inativos e essas contribuições são partilhadas com todos (as). Uma política contributiva significa que só tem direito a previdência quem contribui, mas ela não funciona necessariamente assim, pois não deve ser paga somente financiada pelo por quem contribui, pois o Estado banca a assistência dos que não podem pagar, como forma de proteção aos cidadãos (ãs).

A situação mencionada, explica porque as regras de contribuição são diferenciadas, ou seja, para cada grupo de trabalhadores (professores (as), funcionário público, agricultores (as) familiares há um cálculo diferenciado (CONTAG, 2019).

E essa foi uma conquista, sobretudo da organização e luta das mulheres rurais, que foram às ruas exigir o seu reconhecimento como trabalhadora rural e sua inclusão como beneficiária da Previdência Social. A garantia desses direitos faz parte da história de luta das mulheres trabalhadoras rurais. (CONTAG, 2019, p. 22).

A ameaça aos direitos previdenciários, conforme mencionado anteriormente, provocou reação da classe trabalhadora que realizou diversas mobilizações e ainda ações junto aos parlamentares, no sentido de cobrar que votassem contra esta reforma. A PEC da Reforma da previdência foi apresentada ao Congresso Nacional pelo Governo Bolsonaro, em fevereiro de 2019 e promulgada em novembro do mesmo ano.

Em 2016, o Governo Temer apresentou ao Congresso Nacional a PEC 287/2016 que previa alterações no sistema previdenciário brasileiro, mas esta tramitação foi suspensa pelo Governo, em 2018, devido à falta de votos suficientes e também em função de uma intervenção no Estado do Rio de Janeiro, pois o período de vigência impedia a sua aprovação, por força da lei. Também foi importante as mobilizações dos movimentos sociais populares, trabalhadores (as) rurais e urbanos (CONTAG, 2019).

Um dos entrevistados, presidente de STTR, afirmou que a Marcha das Margaridas contribuiu para que a retirada da aposentadoria especial para os (as) trabalhadores (as) do campo fosse retirada do pacote da reforma. Ele considera esta questão o maior resultado da Marcha de 2019: “[...] foi muita negociação da CONTAG

que abriu mão de várias questões para manter a previdência dos trabalhadores rurais” (ENTREVISTADO 4, 2020).

Embora sendo as mais relevantes, a reforma da previdência e a retirada dos direitos sociais não eram as únicas preocupações dos movimentos sociais do campo. No entanto, foi possível apreender que esta questão preocupava mais ainda as mulheres trabalhadoras rurais. Para a Coordenadora do MIQCB da região dos Cocais, esta foi uma das pautas centrais na mobilização da Marcha 2019:

Para o movimento, na minha opinião, acho que uma das pautas mais discutidas entre nós foi a perda de direitos das mulheres, a reforma da previdência e a violência doméstica, todos os tipos de violência contra as mulheres. Isso foi uma das pautas principais do MIQCB discutida entre nós durante as reuniões. (ENTREVISTADA 5, 2020).

A reforma aprovada redefiniu a idade mínima para aposentadoria, mudou o cálculo do benefício e as regras de transição para quem já está no mercado de trabalho, tanto no setor público, quanto privado.

c) Saúde pública e em defesa do SUS

O Caderno Temático 5 da MM 2019 trata da saúde e da previdência é o mesmo que se refere à previdência e estas duas políticas são inseridas no debate sobre o Sistema de Proteção Social. Enquanto a previdência no Sistema de Proteção Social está ligada à Assistência e à Previdência Social, a saúde está vinculada à Seguridade Social.

A temática da saúde na MM é compreendida como política de proteção social, sendo “fundamental para a vida das pessoas! Ela é importante para todas as pessoas que precisam de saúde; para todas as pessoas que em função da idade já não podem contribuir com o seu trabalho [...]” (CONTAG, 2019, p. 5), assim como para todas as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social e precisam de assistência social.

As informações apresentadas no material adotado na formação política e também nos debates preparatórios da Marcha ajudam as mulheres a compreenderem como funciona o Sistema de Proteção e se apropriarem de que se trata de um direito e não um favor:

a proteção social é um direito humano, e deve ser garantido pelo Estado [...], se liga muito a questões das mulheres, ela remete a situações vivenciadas pelas mulheres no seu cotidiano: à saúde, aos cuidados, à assistência...Quando o Estado assume a proteção social, ele reduz a sobrecarga de trabalho das mulheres dispensado aos cuidados familiares, dos parentes, com crianças, com as pessoas enfim. (CONTAG, 2019, p. 5).

Dentre os exemplos de políticas de proteção de responsabilidade do Estado localiza-se a creche e as escolas de qualidade, o acolhimento dos necessitados, a exemplo das pessoas em situação de rua, assim como a oferta de serviços, programas e ações de saúde. Essas políticas constituem um direito assegurado pela Constituição de 1988 e representam uma longa luta da classe trabalhadora.

As Margaridas, a rigor, debatem o financiamento da saúde, aliás, esta política é fortemente discutida não apenas na Marcha, mas no MSTTR e em outros movimentos. O diferencial é que devido ao contexto em que vivemos no país de negação de direitos, a saúde, vinha sendo alvo de desmonte, principalmente de 2016 a 2020, nos Governos Temer e Bolsonaro, por meio do congelamento de recursos e também do esvaziamento de programas e ações com o objetivo de beneficiar o setor privado. Isto significa reduzir o papel do Estado na garantia das políticas públicas.

d) Agroecologia

Um aspecto relevante no debate e na ação sobre a agroecologia é articulação entre os movimentos de mulheres e os movimentos feministas, aliás, o feminismo tem uma vertente ecológica denominada ecofeminismo. A temática ambiental, mais especificamente, agroecológica, se fortaleceu nos últimos anos e a MM é um dos espaços desta articulação e mobilização que ocorre entre diversos movimentos de mulheres e contribuiu para difundir os princípios da agroecologia. Vale ressaltar o papel da ANA – Agência Nacional de Agroecologia - que têm dado uma contribuição fundamental sobre este debate junto aos movimentos sociais e populares, inclusive com o próprio movimento feminista, além das instituições, redes e outros espaços.

Em artigo desenvolvido com Silva (2018) para compor um Dossiê sobre conflito, natureza e meio ambiente analisamos como esta temática ganhou força ao longo de seis edições desta Marcha e em 2019 tornou-se um dos pontos centrais da pauta de denúncia da ação do capital no campo, das reivindicações de melhoria da produção agrícola e da prática de proteção da natureza (SILVA, I.; SILVA, B., 2018).

Durante a Pesquisa Bibliográfica, ao identificar a proposição acerca de um feminismo rural que nesse caso, tem como referência o Estado da Paraíba. Também foi possível perceber a conexão entre o feminismo, a saúde, a alimentação e a

agroecologia, a partir da pauta das mulheres trabalhadoras rurais da região da Borborema.

A região da Borborema, na Paraíba, vem assistindo uma verdadeira revolução nas maneiras de produzir, de lidar com a terra, de manejar criações, de reivindicar políticas públicas e lutar por igualdade. Revoluções microestruturais que começaram na década de 1990 com a criação do Polo da Borborema e início de um processo sistemático de experimentações e inovações pelas famílias agricultoras. (SOBREIRA, 2018, p. 5).

Desde a primeira Marcha o tema do meio ambiente aparece na pauta, pois há referências ao PADRS elaborado com o conjunto do movimento sindical vinculado à CONTAG. A partir da terceira Marcha que a temática ganhou espaço ao introduzir o eixo do meio ambiente no conjunto da pauta como: terra, água e agroecologia; soberania e segurança alimentar e outros como trabalho, renda e economia solidária. Foi a partir da Marcha de 2011 que esta temática ganhou mais força na quando incluiu o tema do desenvolvimento sustentável já desde o seu lema: **“2011 razões para marchar – por Desenvolvimento Sustentável, por Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”** (SILVA, I.; SILVA, B., 2018).

Outra questão relevante é que assim como a MM se inspirou em outras Marchas em nível nacional e internacional (a do MST, de 1999 e a Marcha Pão e Rosas do Canadá), esta ação política tem sido referência para a realização de Marchas regionais, como é o caso mencionado anteriormente, no contexto de afirmação das mulheres camponesas como sujeitos políticos, em 2010 denominada Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, como destaca Sobreira (2018):

A partir da máxima de que sem feminismo não há agroecologia, as mulheres vêm transformando os campos, os modos de produzir, se relacionar com a Natureza e as relações de gênero instauradas. Mas o que seria a agroecologia? A agroecologia é um movimento relativamente novo no Brasil que tem como pauta a sustentabilidade (SOBREIRA, 2018, p. 6).

A interconexão entre as temáticas do feminismo e da agroecologia, bem como e os movimentos feministas e ecológicos datam do século XX, como ressalta Siliprandi (2000). Ao e transformar em uma pauta central apresentada pelas mulheres do campo das águas e das florestas, o meio ambiente extrapolou a agenda de alguns movimentos e passou a ser tratado de forma articulada com o tema da autodeterminação dos povos, a soberania alimentar e energética, tendo como ênfase a proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns, como é denominado um dos Cadernos de Formação da Marcha 2019.

Ao analisarmos como o tema do meio ambiente é tratado na Marcha das Margaridas, constatamos que não se trata apenas de uma temática, mas da reafirmação de valores democráticos e da soberania popular. Ao integrar a

plataforma política, o meio ambiente faz parte de uma agenda estruturante da sociedade e não apenas uma temática específica. (SILVA, I.; SILVA, B., 2018, p. 10).

O meio ambiente virou alvo da agenda conservadora e ultraliberal do governo Bolsonaro que no atacado desenvolve políticas que atingem diretamente as florestas, o acesso à terra pelos povos tradicionais e originários, incluindo indígenas e quilombolas, a liberação de mais de 300(trezentos agrotóxicos), além da liberação de áreas para a utilização e exploração em garimpos e extração de minérios.

As Margaridas nos ensinam e denunciam que o avanço do capitalismo neoliberal, patriarcal e racista tem ameaçado os bens comuns que para o capitalismo são considerados como meras mercadorias a serem vendidas no mercado internacional para os que podem pagar. Dentre as características principais deste avanço do capitalismo, elas destacam a financeirização da natureza, conforme definem em um dos Cadernos de Formação (CONTAG, 2019).

Ao retratar em sua obra *Mulheres e caça às bruxas*, Silvia Federici se refere às mulheres trabalhadoras rurais e camponesas como as “bruxas” da atualidade e ressalta que elas resistem de forma organizada, aos grandes projetos de mineração e às investidas do capitalismo no campo, representado pelo agronegócio, os madeireiros e outros que exercem novas formas de grilagem, de disputas pela terra com a degradação da natureza.

Ao reconsiderar o ambiente e as motivações sociais que fomentaram muitas das acusações de bruxaria, Federici (2018) ressalta dois temas: a relação entre a caça às bruxas e o processo contemporâneo de cercamento e privatização de terras que resultou, ao mesmo tempo na,

[...] formação de uma classe proprietária de terras transformando a produção agrícola em um empreendimento comercial, e à formação, a partir do cercamento das terras comunais, de uma população de pedintes e errantes que representava uma ameaça ao desenvolvimento da ordem capitalista [...]. (FEDERICI, 2018, p. 22).

A autora reitera ainda que:

As mulheres foram o principal alvo dessa perseguição, uma vez que foram elas as mais severamente empobrecidas pela capitalização da vida econômica e que a regulação da sexualidade e da capacidade reprodutiva delas foi a condição para a construção de formas mais rígidas de controle. (FEDERICI, 2018, p.22).

A segunda questão sobre a relação entre a caça às bruxas e o “crescente cerceamento do corpo feminino por meio da ampliação do controle estatal sobre a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres.” (FEDERICI, 2018, p.22).

4.6 Os desafios pós-marcha para as mulheres trabalhadoras rurais do Maranhão

Assim como na década de 1980, período em que as mulheres trabalhadoras rurais se organizaram e lutaram pelo reconhecimento dos seus direitos, em 2019 essa mesma luta por direito a ter direitos retomou a agenda dos movimentos sociais e populares. Na MM uma das principais reivindicações foi a previdência e representa inclusive a sobrevivência.

Sobre as formas de enfrentamento, a própria construção da pauta, as estratégias adotadas na Marcha 2019, os eixos temáticos e as propostas inseridas a uma conjuntura política adversa aliadas às lutas políticas possibilitou a unidade dos diversos movimentos feministas e de mulheres diante do desmonte do Estado e das políticas públicas. Como já foi mencionado, esse processo resultou na elaboração de uma plataforma política pelas Margaridas, questão que reforçou o caráter denúncia diante da ameaça à democracia e do Estado brasileiro. A Plataforma apresenta uma alternativa ao sistema capitalista e sua versão brasileira e latino-americana marcadas por golpes, violência e negação de direitos, resposta dada historicamente pelo Estado brasileiro.

Mesmo com diferentes orientações políticas, os diversos movimentos de mulheres e feministas que compõem esta Marcha não comprometeram a unidade de ação política, o que me faz concluir que a pauta da MM não se transforma em uma soma de “pautas específicas” dos diversos movimentos.

Em relação ao feminismo, a participação neste movimento, as análises e o acompanhamento *in locu* possibilitaram constatar que a ampliação da pauta e a participação de diversos movimentos feministas urbanos na MM 2019 deve-se ao crescimento de um feminismo de caráter popular, da participação de uma nova geração de feministas e de mulheres das periferias que não estão organizadas em movimentos. Tais mulheres são trabalhadoras, estudantes, desempregadas, muitas vezes violentadas ou solidárias a outras mulheres, elas têm aderido às mobilizações, como as que vêm ocorrendo desde 2014 - contra a interrupção da gravidez nos serviços do SUS, a ocupação das escolas, sobretudo em grandes centros urbanos e na luta contra a retirada da pauta de gênero nas escolas.

Tais questões podem ser explicadas pela ampliação da presença de mulheres de diversas origens e classes sociais nas mobilizações e protestos contra o feminicídio que tem crescido demasiadamente no Brasil e em particular no Maranhão.

Ocorre que, as crescentes mobilizações não têm se transformado em organização política. No entanto, ressaltamos que as formas de organização das novas gerações de feministas se diferem do feminismo das décadas anteriores a 2000 cuja característica principal é o ativismo em redes sociais.

O caráter anticapitalista pode ser visto na relação existente entre a situação das mulheres rurais e as diferentes formas de desigualdades, efeito de um capitalismo globalizante e predatório. Assim, foi possível observarmos que ainda que muitas participantes da MM não tenham a dimensão política e ideológica do momento em que estamos vivendo no país, a participação nesta Marcha possibilitar que diversas mulheres iniciem o processo de formação da consciência.

Nos sindicatos, as mulheres trabalhadoras rurais, passaram pelo processo de lutas históricas pelo direito a ter direito, à luta pela aposentadoria como questão de sobrevivência e assim como a luta pela terra, após alcançar este objetivo, muitas delas se evadem da luta. Em geral, é no movimento e na organização da luta sindical e feminista que as MTR passam pelo processo de consciência crítica, assim como da consciência de classes. Isto significa que é na luta que elas identificam os inimigos da sua classe (o agronegócio, grileiros, garimpeiros e expropriadores de terra). É na luta política que elas também buscam compreender o patriarcado como um sistema político aliado diretamente do capitalismo.

Em relação ao balanço político da Marcha 2019 se baseia nas fontes ouvidas durante a Atividade de Avaliação realizada pela Coordenação Estadual do Maranhão, em dezembro de 2019, ressaltando que neste momento estavam presentes somente as Coordenadoras Regionais, vinculadas à FETAEMA e que formam o Coletivo Estadual. A avaliação foi realizada ainda em 2021, porém, contou com a presença de representantes de poucas organizações, dentre estas a MM, o Sindicato das trabalhadoras Domésticas (SINDOMÉSTICO), a CUT/MA, a União por Moradia Popular e representantes de partidos (somente do PT/São Luís). Houve poucas falas e contribuições das parceiras, sendo uma delas a do Sindoméstico.

Das questões apresentadas, algumas chamaram a minha atenção: além da estratégia financeira adotada no Estado; a solidariedade à Marcha das Mulheres Indígenas e o fato do Governo Bolsonaro não ter recebido a Comissão Nacional da Marcha, questão que deixou as Margaridas indignadas, muitas inclusive, sem se dar conta que tal postura era coerente com a linha política e ideológica do atual governo.

Ao ter acesso ao material sistematizado sobre a avaliação da Coordenação Estadual em relação à Marcha de 2019, elenquei algumas falas expressas pelas Coordenadoras Regionais que neste caso funcionam como ideias-chave, tais como: “Nós mulheres fomos desafiadas a fazer uma marcha diante de uma conjuntura totalmente adversa- governo Bolsonaro [...]” (FETAEMA, 2019), questão que denota a afirmação de oposição em relação ao governo Bolsonaro. Ao se referir à participação do Maranhão, outra participante ressaltou: “Essa Marcha foi histórica não só para o país, mas principalmente para a nossa região que nunca tinha levado essa quantidade de ônibus [...]” (FETAEMA, 2019).

Uma das entrevistadas da base, de um povoado localizado no município de Paulino Neves avaliou participar da Marcha pela segunda vez e ajudou muito:

[...] eu acredito que me ajudou bastante porque antes eu não entendi o que era Marcha das Margaridas, pra que era e não tinha a mínima ideia do que significava isso, mas agora eu já sei, mais ou menos o que significa aquela manifestação tão importante com tanta gente que essa última vez foi a vez que mais eu vi gente naquelas marchas. Então, foi muito importante para mim e eu aprendi bastante. (ENTREVISTADA 6, 2020).

Outro princípio feminista identificado na Marcha foi a solidariedade, questão percebida durante as reuniões de preparação e de avaliação realizadas no Maranhão³⁶. Um dos momentos foram os relatos sobre a logística da viagem nos quais foi possível apreender que houve preocupação da Coordenação Estadual em assegurar o deslocamento e garantir a participação de uma parcela das organizações parceiras, a partir da estrutura disponível. Além do transporte contratado com recursos do fundo especial arrecadado entre os sindicatos, a Federação contou com o apoio do Governo do Estado, de parlamentares e parcerias para outras despesas.

Em relação à negociação da pauta apresentada ao Governo Estadual, as “Margaridas” do Maranhão enfatizaram que era necessário...

garantir o atendimento das unidades moveis de enfrentamento a violência no estado; criar um programa específico para a saúde da mulher do campo, com unidades moveis que garantam o acesso a serviços de saúde da mulher; criação de creches rurais; e muitas outras demandas que se encontram na nossa pauta. (ENTREVISTADA 13, 2021).

36 Reunião realizada no dia 16/07/2019 na sede da CUT, em São Luís que contou com a presença da Coordenadora Estadual da Marcha Lígia Daiana, das assessoras Sueli Abreu e Luciane, Maria Adriana Oliveira, presidenta da CUT/MA e da base do MSTTR, representantes de diversas organizações parceiras da Marcha das Margaridas no Maranhão dentre elas a Marcha Mundial de Mulheres (Márcia Maria); Sindicato dos Servidores Públicos Federais – SINDSEP/MA (Raimundo Pereira e Cleonice); Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais – CMTR (Elenita) e da Secretária Adjunta da Mulher do Governo Estadual, Nayra Monteiro, atual Secretária.

Sobre a pauta de negociação com o Governo Flávio Dino foi destacado ainda que: *“Embora seja um governo no qual há uma grande abertura política de diálogo, precisamos avançar mais no que se refere a implementação de políticas públicas específicas para as mulheres do campo maranhense”* (ENTREVISTADA 13, 2021).

Em relação ao Governo Bolsonaro, como não existe relação de diálogo e dos movimentos sociais, isto resultou na recusa deste Governo em receber as representantes das Marchas: Trabalhadoras Rurais e Mulheres Indígenas.

Em relação às organizações parceiras da Marcha no Estado do Maranhão: na avaliação as participantes destacaram a cooperação e o sentimento de compartilhamento, haja vista que além do MSTTR, as parcerias também organizaram atividades para a arrecadação de recursos e também se envolveram, por exemplo na venda das rifas organizadas pela Coordenação da Marcha no Maranhão. No nosso caso, foi possível evidenciar o sentimento de pertencimento em relação aos diversos movimentos e organizações de mulheres e feministas em relação à Marcha das Margaridas, como vimos no Fórum Estadual de Mulheres, composto por uma maioria significativa de mulheres urbanas. Porém, o fato de serem urbanas não interferiu no envolvimento desta Marcha, inclusive na realização de eventos promocionais e de finanças.

As participantes também destacaram o surgimento de novas lideranças demonstrando tratar-se de um processo de transição geracional. Isto demonstra que a consciência política se faz no processo de luta, assim como a conscientização ocorre na luta concreta, questão que é denominada pela maioria das participantes da Marcha como “empoderamento”. Este processo considerado como parte do “crescimento” individual e coletivo, pois mesmo com o esforço e iniciativa individual, a formação de novas lideranças ocorre na luta política. Há situações em que ocorrem incentivo dos (as) dirigentes, como identifiquei na declaração de um presidente de STR ao ser perguntado como ele contribui para a participação das mulheres e da juventude NA Marcha:

Primeiro eu comprei a briga ao lado da Secretária de Jovens e das Mulheres. Eu digo briga assim porque a gente defendia dentro da FETAEMA porque a nossa representação na Marcha em 2015 quando eu participei, era só quatro participantes (três mulheres e um homem) e em 2019 já foi 12, sendo dez mulheres e dois homens (ENTREVISTADO 5, 2000).

Em contrapartida, um aspecto positivo identificado na sexta Marcha foi a aliança entre os (as) trabalhadores (as) do campo e da cidade, assim como das “Margaridas” com as mulheres indígenas fortalecendo assim, a resistência e a oposição ao Governo Federal que tem adotado medidas que ameaça a vida destas populações e dos seus territórios, assim como do conjunto da classe trabalhadora.

Ao impor uma agenda ultraliberal, o Estado brasileiro, por meio dos governos Temer e Bolsonaro comprometeram os investimentos em educação, saúde com a PEC 241 (transformada em PEC 55) que definiu o teto dos gastos nessas políticas por vinte anos.

Os críticos afirmam que a PEC irá colocar limites em gastos que historicamente crescem todos os anos em um ritmo acima da inflação, como educação e saúde. Além disso, gastos com programas sociais também podem ser afetados pelo congelamento. Segundo especialistas e entidades setoriais, esta medida prejudicaria o alcance e a qualidade dos serviços públicos oferecidos. (EL PAÍS, 2016).

Soma-se a esta situação agravante, o aumento do desemprego que em julho de 2021 atingiu mais de 14 (quatorze) milhões de desempregados (as), de acordo com o IBGE³⁷. Ademais, a atuação do Governo Bolsonaro em relação à pandemia da Covid-19 contribuiu decisivamente para agravar a situação de desigualdades, além da morte de mais de 600 mil (seiscentas mil) pessoas.

Os preços altos dos alimentos, combustível e gás de cozinha contribuem para o aumento da fome, da precariedade e, principalmente no contexto de precarização das relações de trabalho. O desmonte das políticas públicas, a exemplo das políticas para as mulheres que contribui decisivamente para o aumento da violência, principalmente do feminicídios e reforça um clima de banalização “naturalização” da violência, reforçando assim, a substituição do debate político pautado em uma educação pública com qualidade. Como ressaltou Chauí (2021), o contexto vivenciado é de um país governado por militares, dominado por milícias, o que representa o domínio do poder privado sobre a democracia.

37 A taxa de desocupação caiu 1 ponto percentual no trimestre encerrado em julho, indo para 13,7% na comparação com o trimestre finalizado em abril. Mesmo com a queda, o país tem 14,1 milhões de pessoas em busca de um trabalho. Os dados foram divulgados hoje (30), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que produziu a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. (NITAHARA, 2021).

As MTR têm uma pauta específica para o movimento sindical rural, sendo a principal delas a paridade de gênero que tem sido debatida internamente que chamamos de Pauta Interna, porém, nesta pauta as mulheres trabalhadoras rurais ligadas à FETAEMA estão na fase de avaliação das cotas de juventude e a paridade de Gênero.

Na sexta Marcha das Margaridas, a gente tem uma pauta interna para o movimento sindical, que traz a regulamentação da paridade, que vai ser inclusive feito nesse espaço do conselho da FETAEMA (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão), onde está sendo realizada a avaliação da sexta marcha, nós vamos está regulamentando a paridade, que é uma construção também da Marcha das Margaridas enquanto pauta interna do movimento. Isso também vai decorrer, é claro, a gente vai acabar concretizando a implementação desta paridade, da ocupação das mulheres nesse espaço do nosso movimento sindical, da nossa organização como trabalhadores rurais. (ENTREVISTADA 1, 2020).

Quanto às perspectivas e desafios Pós-Marcha das Margaridas, a Coordenadora Estadual da Marcha, em 2019, ressaltou que esta Marcha:

[...] abriu portas importantes para estreitar a relação com a nossa base e, conseqüentemente, trabalhar esse empoderamento político das mulheres nesse viés da política partidária e despertou em várias lideranças que esse é o espaço em que nós mulheres trabalhadoras rurais deveremos ocupar. Nós já estamos fazendo, além de animar as companheiras para se inserirem nesse espaço, nós estamos trabalhando com o diagnóstico das candidaturas femininas no nosso estado do Maranhão, das agricultoras familiares, candidaturas orgânicas. A gente já começou a fazer esse levantamento e a partir deste diagnóstico nós vamos sentar com essas companheiras para trazer ainda mais uma capacitação, mais orientação e mais formação política, para que a gente consiga concretizar essas candidaturas e mandatos que possam somar e refletir numa representação ainda mais efetiva na defesa das nossas pautas específicas enquanto mulheres. (ENTREVISTADA 01, 2020).

Sobre a avaliação da Marcha 2019 e as Marchas anteriores, uma das questões presentes das entrevistas se refere aos próximos passos, neste caso, direcionada à Coordenadora Estadual do Maranhão:

Nós temos uma agenda bastante dinâmica. São muitas coisas acontecendo, então logo em seguida que aconteceu a marcha não estivemos tão próximas, mas começamos a fazer esse processo de avaliação da marcha. Primeiramente, sentamos com a nossa direção estadual, com a nossa diretora executiva da nossa federação, que é a representação estadual. Chamamos as coordenações regionais que são dez coordenações de cada regional sindical da federação para trazer esse olhar de como foi o processo de organização, quais foram os principais desafios nesse processo de construção da sexta marcha. (ENTREVISTADA 1, 2019).

Uma das coordenadoras regionais do MIQCB, parceira da Marcha, ao ser indagada sobre a expectativa após a Marcha de 2019, afirma:

Era de ver meu país livre de violência, de ver o povo do Campo, da floresta, das águas, povos e comunidades tradicionais com seus direitos conquistados, por Terra, Território, Água e Agroecologia, uma divisão mais justa do trabalho doméstico, as mulheres livres de violência, aprovação das

leis babaçu livre, uma educação com mais qualidade, uma sai de mais sadia, um país sem violência, sem fome, mais políticas públicas voltadas para as mulheres do Campo, da Cidade e das águas e os direitos dos povos e comunidades tradicionais como um todo. (ENTREVISTADA 7, 2020).

O sentido de democracia na Marcha das Margaridas está diretamente ligado à participação política e isso se traduz em ampliar os espaços de participação das mulheres na política e também em ampliar a presença das mulheres no movimento sindical e nos movimentos sociais populares. Em uma das últimas atividades da Pesquisa de Campo – durante a Avaliação da Marcha na FETAEMA – percebemos que muitas mulheres se animaram para serem candidatas a prefeitas, vices e vereadoras em vários municípios.

Um outro ponto discutido na pauta foi a qualificação da paridade no movimento sindical, isto é: quais os espaços de participação das mulheres e os outros critérios que se somam à paridade: geracional relacionado à juventude, regional, étnico, questões cujo debate e avaliação estão em curso na pauta interna da Marcha para o chamado MSTTR.

As mulheres trabalhadoras rurais têm sido pioneiras nas práticas de auto-organização de forma autônoma ou em movimentos mistos, formado por mulheres e homens. Apesar de existirem barreiras, observamos algumas conquistas importantes:

- a)** a eleição de mulheres para cargos estratégicos nas direções dos sindicatos e federações e outros movimentos sociais e populares, a exemplo da CUT, que teve como presidenta Adriana Oliveira, trabalhadora rural e assentada, no período de 2012 a 2015; da FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, por mais de dois mandatos;
- b)** a adesão de diversos companheiros que tem apoiado a MM;
- c)** o envolvimento dos (as) jovens, inclusive, os jovens são aliados desde a primeira Marcha.

Como evidenciamos durante a pesquisa, não se trata de avanços que ocorrem de forma linear e também isolados da realidade. Existem múltiplas determinações, a começar pela história de lutas mais global, marcadas por avanços e recuos da classe trabalhadora, do feminismo e das demais lutas, inclusive a luta pela democracia no Brasil, pela participação das mulheres nos espaços de representação do poder político.

A análise sobre a dimensão das lutas sociais de forma, articulada e conjunta incorpora a perspectiva de que são relações marcadas por desigualdades, pelo machismo e por diversas formas de opressão, inclusive nos próprios movimentos. Essa contradição é parte da luta e precisa ser compreendida, desafio que as Margaridas já estão enfrentando, não apenas nesta Marcha, mas no cotidiano e nas demais frentes de luta. Isto significa que a luta de Margarida Alves permanece e se reafirma no lema: Somos todas Margaridas!

5 CONCLUSÃO

Ao analisar esta Marcha não busquei explicá-la como uma experiência única, mas, considere a sua particularidade e singularidade, como parte de uma universalidade.

Em se tratando dos “resultados” ou conclusões desta Pesquisa apresento a sistematização em blocos para facilitar a compreensão:

a) **O caráter popular e de classes da Marcha das Margaridas**

Ao buscar o elo entre a categoria popular e a perspectiva de classes com o feminismo no contexto do meio rural me deparei com a seguinte questão: é possível afirmar a existência de um feminismo rural? Um dos estudos sobre mulheres trabalhadoras rurais localizei a sinalização deste caminho. A proposição de Daiany Sobreira retrata a trajetória dos movimentos de mulheres e feministas no território da Borborema, no Estado da Paraíba, no qual destaca:

Assim, pelo histórico de lutas e conexões recentes do feminismo com o movimento sindical e agroecológico, afirmamos existir um feminismo que parte do campo na Paraíba. Tal assertiva coloca em xeque a própria historiografia da área de modo mais amplo, que reforça a existência de um movimento feminista urbano, branco e escolarizado, sendo essa ainda a memória oficial que se perpetua. (SOBREIRA, 2013, p.12-13).

A participação nas mobilizações e a elaboração de propostas das mulheres trabalhadoras rurais na Constituinte, nos anos 1980, foram importantes para elas assegurarem direitos à terra, à previdência, assim como os direitos à participação popular no processo decisório das políticas públicas.

Em relação ao caráter de classes, na atualidade no Brasil a classe trabalhadora é sinônimo de heterogeneidade e não de uma unicidade, pois além de possuir gêneros diversos, há cada vez mais a presença de mulheres, sobretudo nas atividades dos cuidados predominantemente precarizadas e geralmente não

remuneradas. Acrescento ainda, as trabalhadoras domésticas, incluindo as diaristas, vendedoras ambulantes que vivem nos centros urbanos, vendedoras de linhas de cosméticos e outros produtos, em sua maioria negras, moradoras das periferias, imigrantes e outras que vivem em situação de informalidade e de vulnerabilidade social.

Quanto às estratégias adotadas pela Coordenação Estadual da MM no Maranhão, considerando as orientações nacionais da MM e as particularidades, o acompanhamento das atividades *in lócus* possibilitou perceber que as mulheres trabalhadoras rurais têm contribuído efetivamente para o fortalecimento das lutas sociais, principalmente pela sua auto-organização no sindicalismo rural e também devido à ampliação e popularização do feminismo no Brasil e no Maranhão.

A MM não se configura como um evento, um ato, uma manifestação ou um protesto pontual. A forma de organização e mobilização em rede, o uso da mística e da metodologia da educação popular, a solidariedade e a articulação internacional proporcionam a esta Marcha uma dimensão de movimento social. Essa semelhança eu atribuo à vinculação das Margaridas aos diversos movimentos sociais e populares ao quais elas pertencem.

b) Quanto às estratégias adotadas na MM

A abordagem sobre a informação, a comunicação popular, a formação política na Marcha 2019 apresentadas nos Capítulos 3 e 4, me levaram a concluir que:

1. A informação e a comunicação popular são instrumentos indispensáveis para a mobilização, pois ambas são produzidas separadamente, porém, na MM esse fenômeno é utilizado *pari passu* à mobilização;
2. O caráter popular da comunicação possibilita o uso de linguagens e de imagens que são identificadas com o movimento sindical, inclusive muito utilizadas no material produzido para as atividades formativas. Assim, podemos afirmar que essa concepção de comunicação atinge a base do movimento sindical e das organizações parceiras;
3. A identidade visual composta desde as cores e os símbolos evidenciam o vínculo com o movimento feminista, por meio da sua identidade política.

A política de comunicação adotada pelo movimento sindical rural, neste caso, a CONTAG, busca se contrapor à mídia dominante, porém, esse objetivo ainda não foi atingido, pois além da grande mídia hegemônica contar com um forte aparato, a comunicação popular ainda está restrita aos setores do chamado campo progressista, ou ainda, democrático-popular ou de esquerda e também voltada ao “público dirigido”, ou seja, aos (as) participantes da Marcha e à base do sindicalismo rural.

A estratégia da formação política é fundamentada na pedagogia feminista que tem como base a educação popular. Assim, o conhecimento resultante dessa ação educativa não ocorre somente nos espaços formativos definidos pela Coordenação da MM, mas envolve todo o processo de organização e participação nesta Marcha. Trata-se de um processo contínuo e permanente que considera as experiências vivenciadas pelas Margaridas como conhecimento acumulado, a partir da realidade em que vivem e, portanto, ao serem compartilhadas ganham novos sentidos: fortalecem as lutas sociais, em particular, das mulheres trabalhadoras rurais.

c) Os desafios da Marcha 2019: a agenda ultraliberal e as formas de enfrentamento

Assim como na década de 1980, período em que as mulheres trabalhadoras rurais se organizaram e lutaram pelo reconhecimento dos seus direitos, em 2019 essa mesma luta por direito a ter direitos retomou a agenda dos movimentos sociais e populares.

Sobre as formas de enfrentamento, a própria construção da pauta, as estratégias adotadas na Marcha 2019, os eixos temáticos e as propostas aliados à conjuntura política adversa às lutas políticas possibilitou a unidade dos diversos movimentos feministas e de mulheres diante do desmonte do Estado e das políticas públicas. Como já foi mencionado, esse processo resultou na elaboração de uma plataforma política pelas Margaridas, questão que reforçou o caráter denúncia diante da ameaça à democracia e do Estado brasileiro. A Plataforma apresenta uma alternativa ao sistema capitalista e sua versão brasileira e latino-americana marcadas por golpes, violência e negação de direitos, resposta dada historicamente pelo Estado brasileiro.

Mesmo com diferentes orientações políticas, os diversos movimentos de mulheres e feministas que compõem esta Marcha não comprometeram a unidade de

ação política, o que me faz concluir que a pauta da MM não se transforma em uma soma de “pautas específicas” dos diversos movimentos.

Em relação ao feminismo, me refiro ao feminismo presente no meio rural e socialista, porém, não se trata de uma abordagem rígida e nem hegemônica participação neste movimento, as análises e o acompanhamento *in locu* possibilitaram constatar que a ampliação da pauta e a participação de diversos movimentos feministas urbanos na MM 2019 deve-se ao crescimento de um feminismo de caráter popular, da participação de uma nova geração de feministas e de mulheres das periferias que não estão organizadas em movimentos. Tais mulheres são trabalhadoras, estudantes, desempregadas, muitas vezes violentadas ou solidárias a outras mulheres, elas têm aderido às mobilizações, como as que vêm ocorrendo desde 2014 - contra a interrupção da gravidez nos serviços do SUS, a ocupação das escolas, sobretudo em grandes centros urbanos e na luta contra a retirada da pauta de gênero nas escolas.

Tais questões podem ser explicadas pela ampliação da presença de mulheres de diversas origens e classes sociais nas mobilizações e protestos contra o feminicídio que tem crescido demasiadamente no Brasil e em particular no Maranhão. Ocorre que, as crescentes mobilizações não têm se transformado em organização política. No entanto, ressaltamos que as formas de organização das novas gerações de feministas se diferem do feminismo das décadas anteriores a 2000 cuja característica principal é o ativismo em redes sociais.

O caráter anticapitalista pode ser visto na relação existente entre a situação das mulheres rurais e as diferentes formas de desigualdades, efeito de um capitalismo globalizante e predatório. Assim, foi possível observarmos que ainda que muitas participantes da MM não tenham a dimensão política e ideológica do momento em que estamos vivendo no país, a participação nesta Marcha possibilitar que diversas mulheres iniciem o processo de formação da consciência.

Nos sindicatos, as mulheres trabalhadoras rurais, em geral passam pelo processo de lutas pelo direito a ter direito, à luta pela aposentadoria como questão de sobrevivência e assim como a luta pela terra, após alcançar este objetivo, muitas delas se evadem da luta. Em geral, é no movimento e na organização da luta sindical e feminista que as MTR passam pelo processo de consciência crítica, assim como da consciência de classes. Isto significa que é na luta que elas identificam os inimigos

da sua classe (o agronegócio, grileiros, garimpeiros e expropriadores de terra). É na luta política que elas também buscam compreender o patriarcado como um sistema político aliado diretamente do capitalismo.

d) Potencialidades, limites, contradições e propostas

1) Quanto às Potencialidades

- Na MM 2019 foram utilizadas novas TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e têm criado novas estratégias de comunicação com o uso das redes sociais que se intensificou bastante desde o período da primeira fase da pandemia. A este respeito, identificamos que a Coordenação Nacional de Mulheres da CONTAG, realizou os debates sobre os eixos estratégicos, via canais de comunicação desta entidade (Youtube e Facebook), com ampla participação de Margaridas de todo o Brasil;
- Um dos momentos que também teve grande visibilidade à Marcha foram os eventos dos 20 anos, ocorridos em 2020 que além de debates virtuais com diversas parceiras em nível nacional e também nos estados, como ocorreu no Maranhão, houve também debates acadêmicos com a presença de Coordenadoras da Marcha e pesquisadoras, demonstrando a relação entre a produção do conhecimento científico com as lutas sociais;
- Quanto à informação, além de estar atrelada à comunicação, ela se insere na ação política de preservação da memória e do acesso à informação; a CONTAG, por exemplo, implantou em sua Sede em Brasília, um Centro de Documentação, vinculado à Secretaria Nacional de Formação, ressaltando que esta foi uma demanda das mulheres inseridas na Política Nacional de Formação;
- A existência de um vasto material audiovisual (vídeos, cartilhas, cards, logomarcas) no portal da CONTAG que pode ser acessado para facilitar o uso na produção de materiais (cards, cartazes, camisas e outros materiais produzidos nos Estados). São disponibilizados também as imagens e os documentos da Marcha das Margaridas e outros resultantes dos Congressos, Campanhas, as deliberações das instâncias e outros documentos referenciais, inclusive para pesquisa, como foi o meu caso.
- A implementação do Projeto Memória pela FETAEMA que se constitui em um Arquivo com documentos históricos. Tal projeto resultou da aprovação de um

Edital apresentado sob a Coordenação de Pesquisadoras da área de Biblioteconomia.

- O uso de novas tecnologias digitais não eliminou a mobilização presencial da Marcha 2019. Ademais, no Pós-Marcha, a pandemia do coronavírus que atingiu mais diretamente as mulheres em situação de vulnerabilidade, ao mesmo tempo, possibilitou que as Margaridas se comunicassem de forma virtual buscando apoio para superar as barreiras de acesso à internet³⁸.
- No movimento sindical rural, é possível constatar a formação de uma nova geração de feministas, a presença das mulheres jovens nas direções dos sindicatos e da das mulheres de um modo geral, na direção da FETAEMA. Já o mesmo não é identificado no sindicalismo e nos movimentos sociais e populares urbanos. Esta questão merece ser aprofundadas, a partir de dados e analisada amiúde.
- Na Marcha das Margaridas 2019, além da presença das (os) jovens, percebi também o fortalecimento das mulheres negras.
- As mulheres trabalhadoras rurais têm utilizado as ações afirmativas para ampliar a sua participação nos espaços de poder, a exemplo das cotas nos anos 1990, da paridade de gênero e das cotas geracionais, a partir da década de 2000. Após a implementação da paridade de gênero, uma das iniciativas das trabalhadoras foi realizar debates para avaliar esse processo sob o argumento de que não basta a participação das mulheres, mas discutir quais os espaços em que elas estão representadas.

Esse debate é denominado de qualificação da paridade de gênero e das cotas geracionais e propõem uma combinação de critérios que envolve gênero, geração, representação regional traçam com metas ocupar os espaços considerados com maior poder de decisão (finanças, secretarias gerais, formação, presidência etc).

2) Limites e contradições

Um dos limites desta Marcha é que ela é construída em um processo contínuo, mesmo sendo realizada de quatro em quatro anos, não se configurando

38 A eleição da direção da FETAEMA, junho de 2020 foi a pioneira na modalidade remota e o 13º Congresso da CONTAG, realizado em 2021, contou com a presença de mais de 400 delegados (as), também de forma remota.

como uma mobilização pontual, mas como uma ação política permanente cujo processo de mobilização inicia nas comunidades, povoados e municípios, porém, se encerra como se tivesse um fim em si, com um grande ato em Brasília.

O retorno da pauta, por exemplo, não é dado em todos os níveis ou instâncias para atingir a base dos movimentos que compõem esta Marcha. São convocados os (as) dirigentes e as participantes. Não há garantias de que toda a base vinculada aos sindicatos e movimentos parceiros. Pelo que pude observar o retorno sobre a pauta não ocorre da mesma forma no retorno. É visível somente a avaliação da participação e dos resultados com a direção do movimento sindical rural, principalmente da CONTAG e das Coordenadoras e das parceiras.

Após a Marcha 2019, identificamos que a resposta dada à base em formato impresso (Revista contendo o Balanço) configura-se como um registro geral dos acontecimentos. Ao tratar da pauta, aparece somente a menção de que a Coordenação não foi recebida pelo governo federal. Não percebi a existência de uma “rodada nas bases” para retorno da pauta entre o poder legislativo municipal e estadual.

Em se tratando do Governo Estadual, foi mencionado na avaliação somente sobre o apoio logístico dado à delegação do Maranhão para assegurar a participação na Marcha 2019, em Brasília, questão que foi percebida como aquém das expectativas da Coordenação Estadual. Ficou evidente que o que mais assegurou a estrutura foi a política de finanças via fundo destinado para tal.

Em relação ao poder judiciário, não foi observado a entrega da pauta, questão que merece uma avaliação do movimento sindical. Cabe ao poder judiciário o julgamento dos processos de grilagem de terra, despejos, assassinatos, ameaças de morte e de todas as formas de violência, inclusive contra as mulheres – rurais e urbanas.

Sobre à pauta da democracia, ao mesmo tempo em que essa pauta se fortaleceu, sobretudo, diante das ameaças às liberdades democráticas e à ruptura com o pacto constitucional de 1988, a concepção de democracia parece estar atrelada ao modelo representativo e em alguns momentos a impressão que obtive é que a concepção é vista como sinônimo de uma forma de governo. Isto significa que ainda é restrita.

Na prática, a democracia parece estar mais identificada com a forma de auto-organização das mulheres trabalhadora rurais do movimento sindical, isto é, em relação à participação e principalmente à representação, como é o caso da implantação das cotas, da paridade.

Sobre o processo formativo, a proposta do movimento sindical rural contém um conteúdo de temas estratégicos e metodologias de educação popular, um ambiente favorável, neste caso, tanto na sede da CONTAG, em Brasília, quanto, na sede da FETAEMA no Maranhão, com alimentação de qualidade e ambiente confortável. Porém, este processo envolve apenas os (as) dirigentes de nível intermediário, embora tenha uma formação para a juventude.

A base do movimento (STRs) precisa ser objeto de um amplo formativo que pode ser realizado, inclusive com organizações parceiras no próprio local. Do contrário, o movimento sindical corre o risco de permanecer somente com os integrantes das direções, pois corre-se o risco de, ao permanecer a visão corporativa e de interesses imediatos, ainda que esta última seja legítima e motivadora para a luta, sem um processo de formação política e ideológica abrangente, ao alcançar o objetivo (a previdência), em geral, a tendência é de desligamento do sindicato.

Já o processo formativo dos movimentos parceiros da Marcha (de mulheres e feminista), mesmo não tendo previsto o acompanhamento durante esta Pesquisa, a vivência e a relação direta com boa parte destes movimentos, me permitem observar que boa parte deles realiza atividades de formação política. No Maranhão, a FETAEMA, o Fórum Estadual de Mulheres e a Marcha Mundial de Mulheres são algumas das entidades identificadas que realizam formação política de forma contínua. Porém, destaco o seguinte:

- a) A dificuldade de mobilização;
- b) A grande maioria das participantes integra vários movimentos e isto dificulta a participação;
- c) Em geral, os processos formativos não são contínuos, porém, há carga horária menor e mais ampla, mas geralmente, há descontinuidade das participantes;
- d) A partir da pandemia da Covid -19 aumentou a oferta por cursos de formação política em formato online com tema da conjuntura atual e também sobre o feminismo, inclusive com ampla divulgação nas

redes, como o *Whatsapp*, voltados para a militância social (de partidos e movimentos), mas observo empiricamente que os (as) participantes são aqueles (as) que já possuem prática de uso do formato online. Esta questão sinaliza que a modalidade online é irreversível, mas não substitui o formato presencial, sobretudo em se tratando das bases das organizações e movimentos sociais e populares em que a grande maioria não tem essa prática da virtualidade e também de realizar processos autoformativos.

a) Recomendações e Propostas

Por fim, mas não de forma definitiva, apresento algumas Propostas para o fortalecimento da Marcha das Margaridas, assim como o movimento sindical rural e parceiras:

Diante de toda a produção de material visual e impressa durante mais de 20 anos, recomendo que a Coordenação desta Marcha organize Memorial da MM que pode ser visual e físico contendo a sua riqueza visual, interativa e a sua trajetória de lutas.

Para combater as opressões das mulheres é fundamental considerar como se articulam e se constituem as relações entre raças, etnias, gerações, sexualidades com as classes às quais as mulheres e os demais sujeitos pertencem. Acredito que a dimensão de classe é uma questão importante e necessária para a luta feminista, assim como combater as opressões de gênero e todas as demais formas é uma ação pedagógica para os movimentos sociais e populares se quisermos avançar na luta política.

Portanto, a prática feminista de luta política se torna uma ação educativa para se ultrapassarmos a posição de luta pela igualdade entre os sujeitos desconectada da luta contra o sistema capitalista prescinde da desigualdade. A luta de classes se expressa, sobretudo, no conflito, mas ela está em todos os espaços, como apresenta Poulantzas (1977). Ela é fundamental para combatermos todas as formas de opressão, aliás as lutas denominadas outrora de “específicas” e hoje de lutas “identitárias”, mesmo sendo direitos individuais legítimos elas não se constituem um fim em si, mas parte da luta pela emancipação humana.

Ao apresentar nesta Pesquisa o materialismo histórico e dialético como método não me propus a debruçar-me sobre as diversas estruturas existentes na

sociedade, mas considerar as práticas interligadas e distintas que envolvem a economia, a política e a ideologia que, se combinadas, constituem um modo de produção e uma formação social, como propõe Poulantzas (1977). Assim, a partir deste teórico, reitero as proposições centrais do materialismo histórico e dialético:

1) A distinção entre os processos reais e os processos de pensamento, entre o ser e o conhecimento.

2) O primado do ser sobre o pensamento, do real sobre o conhecimento que dele se tem.

Se a segunda proposição é bastante conhecida, é necessário insistir na primeira: a unidade dos dois processos – do processo do real e do processo do pensamento – está baseada na distinção.

Assim, o trabalho teórico – qualquer que seja o grau da sua abstração – é sempre um trabalho referente aos processos reais. No entanto, este trabalho situa-se inteiramente no processo de pensamento: não existem conceitos mais reais que os outros [...]. (POULANTZAS, 1977, p.12).

Ao finalizar esta Pesquisa, me dou conta da pretensão em adotar como objeto uma temática tão abrangente, mas sempre dando conta dos limites, tanto da abrangência deste estudo, quanto em torná-la uma conclusão marcada em um determinado tempo histórico e nas minhas interpretações analíticas, certamente, cheias de imprecisões. Neste sentido, parafraseando Poulantzas (1977, p.12) reafirmo que “O trabalho teórico parte de uma matéria-prima composta não do real-concreto, mas antes de informações, noções etc, sobre este real, e trata-a *utilizando certos instrumentos* conceituais, trabalho cujo resultado é o conhecimento de um objeto.”

O mais relevante nesta fase de Conclusão é perceber que As Margaridas não surgiram necessariamente em 2000, elas foram **Rosas** em um período histórico e em outros lugares do mundo (a de Luxemburgo), são os “tocos” arrancados por **Margarida Alves** e as **Marielles** do presente. São as bruxas que foram assassinadas e arrancadas das suas famílias, brutalmente assassinadas pelo que representam suas lutas para a organização e emancipação das operárias, educadoras, artesãs, trabalhadoras domésticas, indígenas, quilombolas e de toda a classe trabalhadora.

Os ideais revolucionários dessas e de outras lutadoras não podem ser esquecidos, por isso as Margaridas saem das águas, dos campos e das florestas e seguem em Marcha pelas Raimundas, Carmens e outras milhares de margaridas por justiça social, direitos, liberdade, democracia, contra o machismo, o racismo, o sexismo, a LGBTfobia, a exploração e expropriação da terra e dos corpos. Assim como as bruxas, elas atravessam o tempo, a memória e a história!

REFERÊNCIAS

ACERVO Vladimir Herzog. Disponível em: <https://www.acervovladimirherzog.org.br/>. Acesso em: 12 maio 2021.

AGUIAR, Vilênia V. Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política e Sociedade – Revista de Sociologia Política**. Florianópolis: PGSP, v.15, p. 261-295, 2016.

AGUIAR, Vilênia V. Porto. **Somos todas Margaridas**: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Unicamp, Campinas, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga. **A construção social da informação**: práticas informacionais no contexto de organizações/ONGs brasileiras. 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1998.

ARAÚJO, Sammara Costa Pinheiro Guerra de. O direito à informação na legislação brasileira. **JUS**, fev. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/36315/o-direito-a-informacao-na-legislacao-brasileira>. Acesso em: 24 jan. 2021.

BANDEIRA, Lourdes M., Desafios da transversalidade de gênero nas políticas públicas. *In*: SWAIN, Tânia Navarro; Muniz, Diva do Couto G. (org.). Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC/MG, 2005. p. 169-193.

BENSAID, Daniel. Um olhar sobre a história e sobre a luta de classes. Tradução de Simone Rezende da Silva. *In*: BENSAID, Daniel. **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLCSO, 2007.

BORDALO, Caroline Araújo. **“A luta das mulheres é levada nos ossos e no peito”**: Mulheres camponesas em Santa Catarina e os caminhos da luta por direitos. 2017. 185f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32683/32683.PDF>. Acesso em: 23 out. 2020.

BORDALO, Caroline Araújo. **Os caminhos da política**: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco. 2011. 127f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/2634/5/2011%20-%20Caroline%20Ara%c3%ba%20Bordalo.pdf>. Acesso em: 2 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília, DF, Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. Ministra da Saúde. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Seminário Nacional do Fórum Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta**: “no campo e na floresta, políticas públicas para as mulheres”. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10170-7-diretrizes-nacionais-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-do-campo-e-a-floresta/file>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3). Brasília: SNDH/PR, 2009. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PNDH3.pdf>

BUTTO, Andrea. Mulheres na política de desenvolvimento rural no Brasil. *In*: DELGADO, Nelson Giordano (coord.). **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília, DF: CONDRAF, 2010. p. 214-231. Disponível em: https://www.academia.edu/36245667/Brasil_Rural_em_Debate_Colet%C3%A2nea_de_Artigos. Acesso em: 12 set. 2020.

CARNEIRO, Marcelo S. **Terra, trabalho e poder**: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2013. 180 p. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

CARNEIRO, Marcelo S. A produção coletiva: resistências e lutas camponesas no Maranhão contemporâneo. *In*: JORNADA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: territorialidades e culturas em tempos de resistência do Campus da UFMA de São Bernardo (MA), 1., 2021, São Bernardo. **Anais** [...], São Bernardo, 8 a 10 set. 2021. Disponível em: [youtube.com/playlist](https://www.youtube.com/playlist). Acesso em: 2 nov. 2021.

CASTRO, Mariana. Historiadora feminista Silvia Federici participa de eventos em São Luís (MA): a programação conta com aula magna, debate e lançamento de livro abertos ao público. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 7 out. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/10/07/historiadora-feminista-silvia-federici-participa-de-eventos-em-sao-luis-ma/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. DNTR. Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural. **Mulheres trabalhadoras rurais**: participação e luta sindical. São Paulo: CUT/DNTR, 1991. 58 p.

CHAUÍ, Marilena. Breve história da democracia. São Paulo: Boitempo; SESC, 2020. **Youtube**. Disponível em [youtube.com/chanell](https://www.youtube.com/chanell). Acesso em: 12 mar. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Manifesto da marcha das Margaridas**: Margaridas na luta por democracia e garantia de direitos. Brasília, DF: CONTAG, 2018. Disponível em:

http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_508242842_01032018101455.pdf Acesso em: 11 abr. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA.
Marcha das Margaridas: trajetória histórica. Disponível em: www.contag.org.br. Acesso em: 23 nov. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA.
Relatório do processo de negociação da pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas. [Brasília]: ago. 2000. Digitado.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA.
Secretaria Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Agricultoras Familiares.
Cartilha. Brasília, DF: CONTAG, 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA.
Secretaria Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Agricultoras Familiares. Pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética: pela proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns. **Caderno 2,** Brasília, DF: CONTAG, 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA.
Secretaria Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Agricultoras Familiares. Por autonomia econômica, trabalho e renda: por terra, água e agroecologia. **Caderno 3,** Brasília, DF: CONTAG, 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA.
Secretaria Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Agricultoras Familiares.
Margaridas na luta por um Brasil por soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência: por democracia com igualdade e fortalecimento da participação política das mulheres. **Caderno 1,** Brasília, DF: CONTAG, 2019.
Disponível em:
http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1919922208_26042019100737.pdf.
Acesso em: 2 fev. 2020.

CORDEIRO, Rosineide de L. M. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. *In:* SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e Políticas públicas.** Recife: Ed. UFPE; MDA/NEAD, 2006. p. 145-169.

COSTA, Priscilla Pereira da. **A radiodifusão comunitária na luta pela democratização da informação:** a experiência em São Luís – Maranhão das rádios Bacanga FM e Conquista FM. 2016. 235f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/bitstream/tede/809/1/Dissertacao-PiscillaPereiraCosta.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

CHAUÍ, Marilena. Curso: Democracia em Colapso? Transmissão ao vivo do Curso Breve História da Democracia. São Paulo: Teatro Paulo Autran, Tv Boitempo, 2019. **Youtube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k1MIsK5D0LQ>

DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante. Transmissão ao vivo da conferência no encerramento do Seminário Internacional Democracia em Colapso?. São Paulo: Sesc Pinheiro, 2019. **Youtube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FRPQyXTEG9A>. Acesso em: 2 fev. 2020.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.1, n.12, p. 175-204, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://genderandsecurity.org/projects-resources/research/os-direitos-da-mulher-terra-e-os-movimentos-sociais-rurais-na-reforma>. Acesso em: 12 abr. 2020.

DELGADO, Nelson G. O papel do rural no desenvolvimento nacional. *In*: DELGADO, Nelson Giordano (coord.). **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília, DF: CONDRAF, 2010. p. 214-231. Disponível em: https://www.academia.edu/36245667/Brasil_Rural_em_Debate_Colet%C3%A2nea_de_Artigos. Acesso em: 21 abr. 2020.

DELGADO, Maria Berenice G. *In*: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. DNTR. Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural. **Mulheres trabalhadoras rurais**: participação e luta sindical. São Paulo: CUT/DNTR, 1991. p. 21-27.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO ESTADO DO MARANHÃO. 2020. Disponível em: <http://fetaema.com/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO ESTADO DO MARANHÃO. **40 anos da FETAEMA**. São Luís: FETAEMA, 2012. Disponível em: www.fetaema.org.br. Acesso em: 8 dez. 2021.

FEDERICI, Silva. **Mulheres e caça às bruxas**: da idade média aos dias atuais. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018. 158 p.

FERREIRA, Mary. **Os bastidores da tribuna**: mulher, política e poder no Maranhão. São Luís: EDFMA, 2010. 230 p.

FERREIRA, Mary. **As Caetanas vão à luta**: feminismo e políticas públicas no Maranhão. São Luís: EDUFMA; Grupo de Mulheres da Ilha: 2007. 270 p.

FERREIRA, Mary (org.). **Mulher, gênero e políticas públicas**. São Luís: UFMA; Salvador: REDOR, 1999.

FERREIRA, Mary. O livro como objeto de censura e resistência. *In*: FERREIRA, Maria Mary (org.). **Livro, leitura e bibliotecas em tempos sombrios**. São Luís: EDUFMA, 2017. p.127-162.

FONTES, Virgínia. Tecnologia e guerra de classes. **Youtube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h3qnZusch9M>. Acesso em: 16 jun. 2021.

FRASER, Nancy *et al.* **Feminismo para os 99%**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FRAY, João. Governo Bolsonaro ganha na justiça direito de celebrar o golpe de 1964. **Congresso em Foco**, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/governo-bolsonaro-ganha-na-justica-direito-de-celebrar-golpe-de-1964/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Políticas e educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 119 p. (Coleção Questões de Nossa época, 23).

FREIRE, Paulo. **Extensão e Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 1983. 127 p.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação na contemporaneidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 7., Marília. **Anais [...]**. Marília, 2006.

FUNDAÇÃO MARGARIDA MARIA ALVES. **Homenagens**. 2021. Disponível em: <http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/>. Acesso em: 1 jan. 2021.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, v. 32, p.107-126, mar. 2011.

GONÇALVES, Renata. Conferência de encerramento da 10ª JOINPP, 10., 2021, São Luís. **Anais [...]**. São Luís, 16 a 19 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/>. Acesso em: 5 nov. 2021.

GONÇALVES, Renata; ABREU, Suellen. Do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres ao "Machistério"1 de Temer. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, n. 2, p. 753-771, 2018. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/>. Acesso em: 4 set. 2019.

GONÇALVES, Renata. O feminismo marxista de Heleieth Saffiotti. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.27, p.119-131, 2.sem.2011. Disponível em: marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/01/11-Renata-Goncalves.pdf

GOHN, Maria da Glória G. **Teoria dos movimentos sociais** – paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, Loyola, 2022.

GRINBERG, Máximo S. (org.). **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. 128 p.

HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MACHADO, Eliel. **Notas para uma teoria marxista dos “movimentos sociais”**. 2015. Disponível em: <https://www.unicamp.br/>trabalhos2015>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MARCHA das Margaridas se encerra com novas conquistas e mostra a força das mulheres organizadas. Disponível em: <http://www.sof.org.br/2015/08/15/marcha-das-margaridas-se-encerra-com-novas-conquistas-e-mostra-a-forca-das-mulheres-organizadas/>. Acesso em: 7 abr. 2018.

MARCHA Mundial de Mulheres. Ações Internacionais – Mulheres em Marcha, 2015. Disponível na internet: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/acoes-internacionais/>

MARQUES, Rodrigo Moreno; RASLAN, Filipi O.; PINHEIRO, Marta M. Kherr. Informação, conhecimento e capitalismo. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 573-592, out. 2011.

MARQUES, Rodrigo Moreno. **Intelecto geral e polarização do conhecimento na era da informação**: o Vale do Silício como exemplo. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MARQUES, R. M. Intelecto geral e polarização do conhecimento na era da informação: o Vale do Silício como exemplo / General Intellect and polarization of knowledge in the information era: the Silicon Valley as an example. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 261–263, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9426>. Acesso em: 24 mar. 2022.

MARX, Karl. **O Capital** – extratos por Paul Lafargue. São Paulo: Ed. Veneta, 2014. Tradução de Abguar Bastos. 208 p.

MARX, Karl. **O Capital [Livro 1]**: crítica da economia política – o processo de produção do capital. 2. ed São Paulo: Boitempo. 894 p.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.

MASCENA, Raimunda Celestina; DELGADO, Berenice G; SILVA, Adriana do N. Debate realizado por ocasião dos 20 anos da Marcha das Margaridas. TvPT disponível no Youtube em: <https://www.youtube.com/watch?v=T5bQ6lCsxV4>

MEDEIROS, Leonilde S.de. **Os camponeses e a política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1983.

MEDEIROS, Leonilde S.de. **Movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEMÓRIAS da ditadura. Disponível em: <http://memoriasdeditadura.org.br/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

MENICUCCI, Eleonora de O. Dez anos de políticas para as mulheres: avanços e desafios. *In*: SADER, Emir (org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 323-336.

MENICUCCI, Eleonora de O. Como o golpe impacta na vida das mulheres. 2016. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/como-o-golpe-em-curso-impacta-na-vida-das-mulheres-por-eleonora-menicucci/>

MIAZZO, Leonardo; OHANA, Victor. Do 'pior chanceler da história' a militares estrelados: as mudanças no governo Bolsonaro. **Carta Capital**, 29 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/do-pior-chanceler-da-historia-a-militares-estrelados-as-mudancas-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 13 maio 2021.

MOVIMENTO DOS TRABALHORES SEM TERRA. A mística na luta pela terra, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/download/a-mistica-na-luta-pela-terra>

MOURA, Elaine Monteiro S. de; KARPINSKI, César. Memória e ditadura militar no Brasil: a produção científica do tema na Ciência da Informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, São Paulo, v.16, p.1-17, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1381/1228>. Acesso em: 12 mar. 2021.

MULHERES ocupam Nestlé contra a privatização das águas: em janeiro deste ano, Michel Temer e o presidente da Nestlé, Paul Bulcke, se reuniram para discutir a exploração do Aquífero Guarani. **Revista Forum**, Porto Alegre, mar. 2018. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/mulheres-ocupam-nestle-contr-a-privatizacao-das-aguas/>. Acesso em: 2 mar. 2020.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. O desenvolvimento do capital no campo no contexto atual e os impactos nas relações de gênero. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais [...]**. São Luís, 2011.

NITAHARA, Akemi. IBGE: desemprego cai para 13,7% no trimestre encerrado em julho: mais da metade da população em idade para trabalhar está ocupada. **Agência Brasil**, 30 set. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-09/ibge-desemprego-cai-para-137-no-trimestre-encerrado-em-julho>. Acesso em:

OBSERVATÓRIO MARCHA DAS MARGARIDAS. O transformatório das Margaridas. 2020. Disponível em: www.transformatoriomargaridas.org.br. Acesso em: 2 fev. 2021.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: EdUFSC, 2016.

PERUZZO, Cicilia Maria K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 342 p.

PERUZZO, Cicilia Maria K. **A mídia impressa, o livro e as novas tecnologias**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2002. 178 p. Coleção INTERCOM da Comunicação, 15.

PERUZZO, Cicilia Maria K. **Televisão comunitária: dimensão pública e participação cidadã na mídia local**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PIMENTA, Sara D. C. Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. *In*: SILVA, Eduardo M; SOARES, Leonardo B. (org.). **Políticas públicas e formas societárias de participação**. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2013. p. 155-184.

PIMENTA, Sara D. C. **Experiências em trajetórias de mulheres rurais: engajamentos sindicais, feminismos e subjetividades**. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Brasília, 2019.

PINHEIRO, Jair. Novos movimentos sociais classistas. **Revista Aurora**, v. 4, n. 6, p. 146- 153, jun. 2010. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/Jair.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.

PINHEIRO, Jair. **Poder político e classes sociais**. Tradução de Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977. 354 p.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. 4. ed. Tradução de Rita Lima. São Paulo: Grall; Paz e Terra, 2000. 272 p.

REDE Brasil Atual. Cidadania: conflitos agrários cresceram 57,6% desde o início do governo Bolsonaro. **RBA, 31 de maio de 2021. Disponível em:** <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/05/conflitos-agrarios-cresceram-576-desde-o-inicio-do-governo-bolsonaro/>. **Acesso em: 2 jan. 2022.**

REDE Brasil Atual. Temer reduz em mais da metade verbas para políticas públicas às mulheres: Para a socióloga Jacqueline Pitanguy, momento político do Brasil tem prejudicado principalmente as mulheres. **Brasil de Fato, 3 abr. 2017.**

RIBEIRO, Djamila (coord.). Coleção feminismos plurais: conheça toda a coleção. **Feminismos Plurais, 2021. Disponível em:** <https://feminismosplurais.com.br/>. Acesso em: 24 set. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. *In*: GONDINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria L. da (org.). **Políticas Públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004. p. 35-42.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARDEMBERG, Cecília M. Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES – Projeto Tempo*, Salvador, p. 5-10, jun. 2004.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Revista **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável***, Porto Alegre, v.1, n.1, p.61-71, jan./mar., 2000.

SILVA, Berenice Gomes. **A marcha das margaridas: resistências e permanências**. 2008. 180f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, DF, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/OneDrive/Documentos/2008_BereniceGDaSilva.pdf. Acesso em: 21 fev. 2019.

SILVA, Berenice Gomes. Resistência e luta das mulheres trabalhadoras rurais na Marcha das Margaridas. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO.*, 11; *MUNDO DE MUJERES*, 13., 2017, Florianópolis. **Anais** [...] eletrônico. Florianópolis, 2017. Tema: Transformações, Conexões, Deslocamentos. Disponível em: www.mundodemujeres.ufsc.br/wwc2017. Acesso em: 26 set. 2019.

SILVA, Berenice Gomes. O golpe de 2016 e o retrocesso para as mulheres trabalhadoras rurais. *In: ENCONTRO MARANHENSE SOBRE EDUCAÇÃO, MULHERES E RELAÇÕES DE GÊNERO*, 2, 2019, São Luís. **Anais** [...]. São Luís, 2019. Disponível em: <https://niepemufma.wixsite.com/niepem>. Acesso em: 3 mar. 2019.

SILVA, Berenice Gomes. Tempo de plantar, de colher, de lutar de resistir: as Margaridas seguem marchando. *In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS*, 6, 2020. **Anais** [...], 28 set. a 1 out. 2020. Disponível em: <https://www.sgpp.sinteseeventos.cpm.br>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SILVA, Carmen (org.). **Experiências em pedagogia feminista**. Recife: SOS Corpo, 2010. 128 p.

SILVA, Berenice Gomes. **Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular**. Recife, UFPE, 2016.

SILVA, Berenice Gomes. Feminismo agora! Autorreflexão e formação política. *In: **Revista e-Curriculum***, São Paulo, v.14, n. 2, p. 463 - 492, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em: 2 out. 2021.

SILVA, Ilse Gomes; SILVA, Berenice Gomes da. Margaridas em marcha por terra, água e agroecologia. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 41, 2018. Dossiê: Crise, crime ambiental, resistências. Disponível em: revistas.puc.br/index.hpp. Acesso em: 19 ago. 2020.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na ‘reforma’ do Estado**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da nossa época, n.103).

SILVA, Ilse Gomes. **Estado, saúde e participação política**. São Paulo: Xamã, 2011. 99 p.

SILVA, José Graziano G. **O que é questão agrária**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS. **Marcha das Margaridas este ano terá financiamento coletivo**. 2019. Disponível em:

<https://spbancarios.com.br/05/2019/marcha-das-margaridaste-ano-tera-financiamento-coletivo>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. Das muitas margaridas: a construção de um feminismo rural no estado da Paraíba, Brasil. **Revista Mediapólis**, Coimbra, n. 7, p. 47-60, 2018.

SODRÉ, Lu. Conheça a Escola Nacional Florestan Fernandes, há 15 anos formando militantes: inaugurada em 23 de janeiro de 2005, escola do MST trabalha com clássicos marxistas e educadores populares. **Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**, 24 jan. 2020. Disponível em:

<https://mst.org.br/2020/01/24/conheca-a-escola-nacional-florestan-fernandes-ha-15-anos-formando-militantes/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

TIBURI, Márcia. **O golpe foi contra as mulheres trabalhadoras**. Entrevista ao Portal da CUT. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/>. Acesso em: 12 abr. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DA ENTREVISTA – COORDENAÇÃO ESTADUAL - MA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
DOUTORADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
ORIENTADORA: PROFa. Dra ILSE GOMES SILVA
BERENICE GOMES DA SILVA

ROTEIRO DE ENTREVISTA – COORDENAÇÃO ESTADUAL DA MARCHA - dirigente

TÍTULO: A MARCHA DAS MARGARIDAS: geração e usos sociais da informação em contextos de lutas pela democracia

- Dados sobre o (a) entrevistado (a): nome; função; idade; cargo/função;
- 1. Como ocorreu o processo de organização da Marcha das Margaridas no Maranhão? (organização: parcerias e estratégias)
- 2. Qual a importância e a perspectiva desta Marcha nesta conjuntura política do Governo Bolsonaro?
- 3. Uma das pautas da Marcha das Margaridas 2019 é a defesa da democracia, quais são as pautas centrais?
- 4. Como vocês produzem e organizam a informação na MM? Quem são @as agentes envolvid@s neste processo?
- 5. Quais as estratégias adotadas na mobilização?

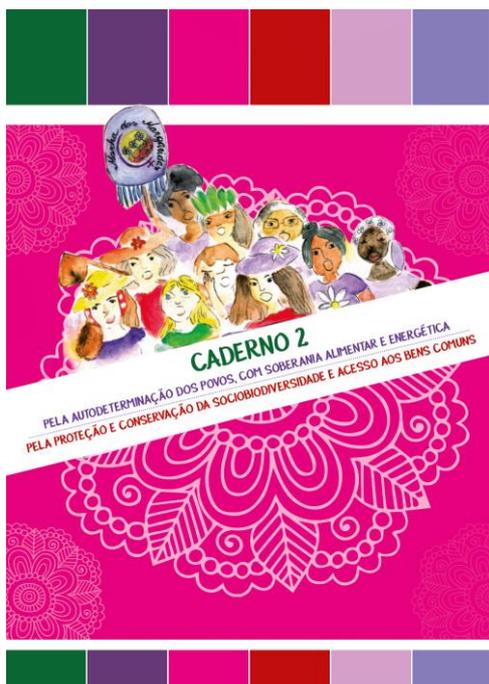
6. Como ocorre a estratégia de formação política?
7. Quais as perspectivas após esta Marcha?

APÊNDICE B: RELAÇÃO DE ENTREVISTADAS (OS)

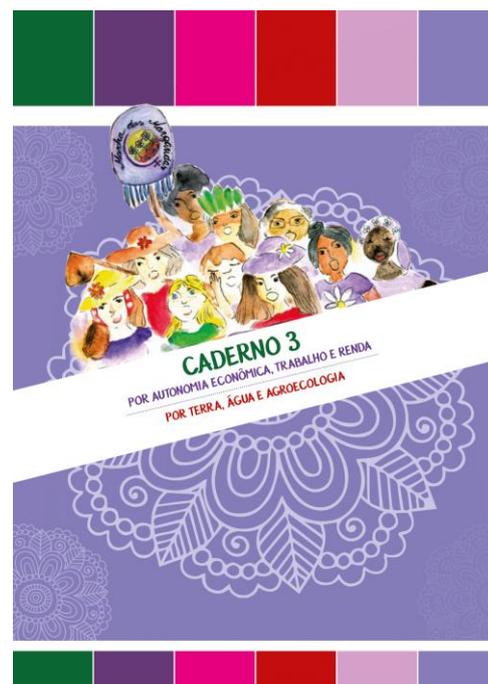
Nome	Movimento e local	Função no movimento	Idade
Maria Arlete de Sousa Gomes	STTR Paulino Neves	Delegada de Base	52 anos
Barack Fernandes	CONTAG – Brasília	Assessoria de Comunicação	-
Edsonete Moura	MIQCB	Coordenadora da Regional do Mearim	
Fátima	MIQCB – povoado de Sardinha – Timbiras - MA	Presidente da Associação das Quebradeiras de Coco aqui da Sardinha; Coordenadora Executiva do MIQCB	55 anos
Antonia Rodrigues Brito – Dona Ilda	MIQCB – povoado de Sardinha – Timbira	Vice - presidente da Associação das Quebradeiras de Coco aqui da Sardinha; Coordenadora Executiva do MIQCB	65 anos
Francisca Maria Pereira	MIQCB – Codó	Coordenadora do MIQCB, da região Mearim-Cocais; presidente da associação comunitária de Santo Antonio da Cite	
Francisca - Chaguinha	STTR – Paulino Neves		
Lígia Daiana Pereira Alves	FETAEMA – MA	Secretária Estadual de Mulheres; Coordenadora estadual da Marcha das Margaridas 2019	-
Maria Ednalva Ribeiro da Silva	FETAET e MIQCB - TO	Secretária de Política Agrícola da FETAET; Coordenadora do MIQCB na Região do Bico do Papagaio.	57 anos
Raimunda Costa Almeida	STTT Paulino Neves	Secretária de Jovens Rurais	31 anos
Raimundo Nonato Cabral Barros	STTR Paulino Neves - MA	Presidente	46 anos
Rejane Oliveira da Silva	STTR Tutóia - MA	Secretária de Políticas Sociais	44 anos

ANEXOS

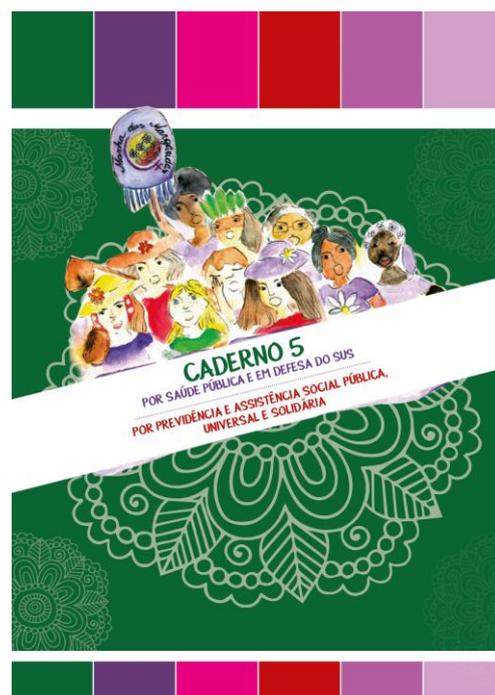
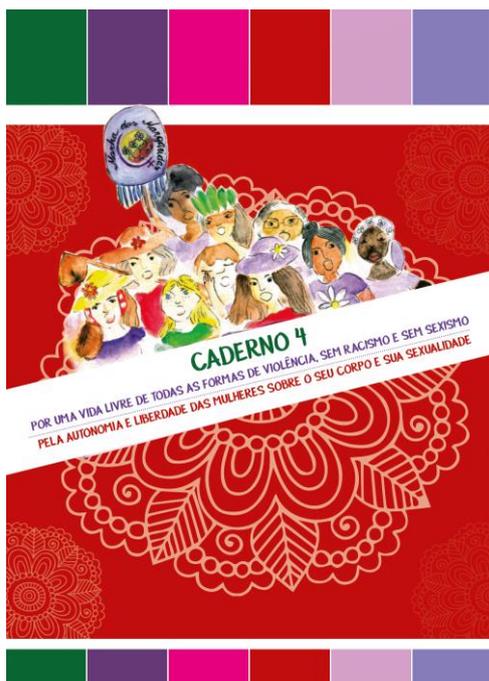
ANEXO A: CADERNOS TEMÁTICOS DE FORMAÇÃO



Caderno de debate 2.
Acervo CONTAG www.contag.org.br/



Caderno de debate 3.
Acervo CONTAG www.contag.org.br/



www.contag.org.br/



**ANEXO B: PARTICIPANTES DA MARCHA DAS MARGARIDAS 2019:
DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL**



ANEXO C: CARTAZ DAS MARCHAS DAS MARGARIDAS



Acervo: CONTAG

Banner: Marcha das margaridas 2000.
 Fonte: transformatoriomargaridas.org.br



Cartaz Marcha das Margaridas 2003. Acervo: Transformatório das Margaridas. In: transformatoriomargaridas.org.br

Cartaz da Marcha das Margaridas 2007. Acervo: Transformatório das Margaridas. In: transformatoriomargaridas.org.br



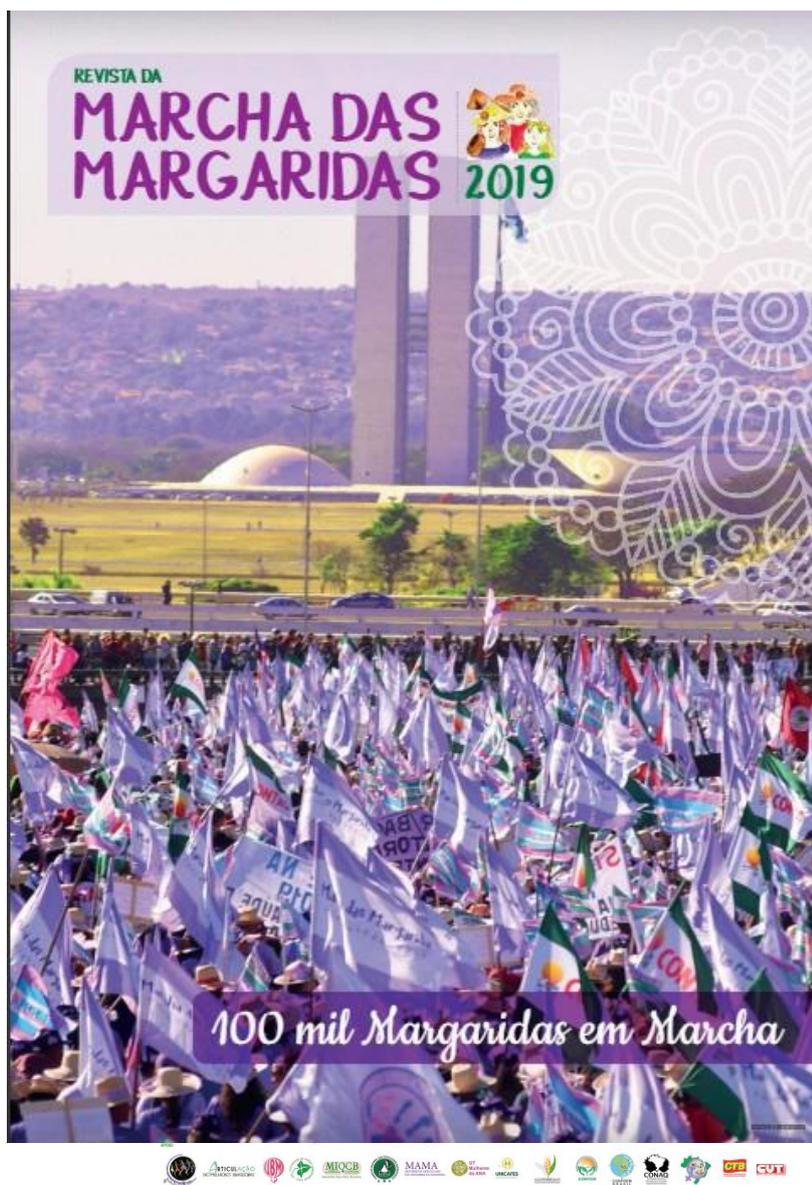
MARCHA
das Margaridas
2003 RAZÕES PARA MARCHAR

26 de agosto de 2003, Brasília (DF)

-  REFORMA AGRÁRIA E MEIO AMBIENTE
NA LUTA PELA TERRA, USO DO SOLO E DAS ÁGUAS
-  SALÁRIO MÍNIMO DIGNO
-  DIREITO À SAÚDE PÚBLICA,
COM ASSISTÊNCIA INTEGRAL À MULHER
-  COMBATE À VIOLÊNCIA SEXISTA, E TODAS AS FORMAS
DE DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA NO CAMPO

ASSOCIADOS: CONTAG, FETAGS, STRA, CUTI MEMBROS: MMTR/NE, MLT, CNS, CPT, MIQCB SECRETARIA EXECUTIVA DA MARCHA MUNDIAL DE MULHERES NO BRASIL, SOB FASE, EUPLAR WEAP

ANEXO D: MATERIAL PRODUZIDO NA MARCHA 2019.



Logomarca da Marcha das Margaridas 2019. Acervo CONTAG

ANEXO E: DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELAS MULHERES DO MSTTR



PARIDADE

**A MULHER TRABALHADORA RURAL
COM SUA LUTA E COM SEU SUOR
DESEMPEÑA PAPEL FUNDAMENTAL
NA GERAÇÃO DE RIQUEZAS NO CAMPO**

Mulheres trabalhadoras rurais do Paraná, juntas na marcha para melhorar das condições públicas pelo acesso à terra e pelo fim da violência sexual

**Uma estratégia para construir a
IGUALDADE**

A história da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná - FETAEP, construída ao longo dos seus 50 anos, tem a marca das lutas por democracia e igualdade, fortalecida com a sindicalização e participação das mulheres trabalhadoras rurais. Nesse percurso histórico, a implementação da cota de, no mínimo, 30% de mulheres nos cargos de direção, que completa 15 anos em 2013, significou um passo importante para democratizar as relações de poder no movimento sindical. Essa iniciativa fez mudar o perfil do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR, que ampliou a plataforma de lutas, introduzindo novas ações e novos temas em sua agenda política, como também novos desafios.

Muitos são os desafios para fazer avançar a democracia e a igualdade no movimento sindical. Considerando a história construída nesses 50 anos e nossa maturidade política, comemoramos a aprovação da PARIDADE participativa de gênero durante o 11º Congresso da CONTAG.

Acervo CONTAG

ANEXO F - DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Cartilha do STR de Urbano Santos

PREPARANDO O
CONGRESSO DOS TRABALHADORES RURAIS.

- POLITICA
- SINDICATO
- REFORMA
AGRÁRIA



**ANEXO G: DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO DA CUT SOBRE A QUESTÃO DAS
TRABALHADORAS RURAIS 1991**

Mulheres Trabalhadoras Rurais

Participação e Luta Sindical



Construindo a Unidade na Diversidade

CUT

DEPARTAMENTO NACIONAL
DOS TRABALHADORES RURAIS

- Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do DNTR
- Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora - SPS

ANEXO H: RELATÓRIO DO 1º ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA CUT 1992



DEPARTAMENTO NACIONAL
DOS TRABALHADORES RURAIS DA CUT

DNTR/CUT

Iº ENCONTRO NACIONAL
DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA CUT

SÃO PAULO, 23 À 25 DE OUTUBRO DE 1.992

ANEXO I: CARD'S DOS ATOS DE COMEMORAÇÃO AOS 20 ANOS DA MM

8 DE MARÇO 2020

MULHERES NA LUTA POR...

TERRITÓRIOS LIVRES CORPOS VIVOS



Logo of the Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply (MAPA) and the logo of the National Council of Women's Organizations (CONEM).

STTRs **FETAGs** **CONTAG**

PROSA DE MARGARIDAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

01/07 - quarta-feira, 16h no FACEBOOK, YOUTUBE E PORTAL DA CONTAG



MEDIADORA
Mazé Moraes
Agricultora,
Secretária de
Mulheres
Trabalhadoras Rurais
da CONTAG



DEBATEDORA
Maribel Costa
Moreira
Agricultora e
pecuarista familiar,
coordenadora
de Mulheres
Trabalhadoras Rurais
da FETAG-RS



CONVIDADA
Conceição Dantas
Coordenadora
executiva da Marcha
Mundial
das Mulheres



CONVIDADA
Graciete Santos
Coordenadora
da Casa da Mulher do
Nordeste, da ASA,
Rede Feminismo
e Agroecologia do
Nordeste



CONVIDADA
Beth Cardoso
Coordenadora
técnica do CTA/
ZM e integrante da
coordenação do GT
Mulheres da ANA



STTRs **FETAGs** **CONTAG**

O TRABALHO DAS MULHERES RURAIS NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA FEMINISTA

20 anos de Marcha das Margaridas
Ato comemorativo - Da luta nós não fugimos!



Sônia Guajajara
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

Cláudia Farinha
Condição Marcha das Margaridas DF e Entorno

Maria Kazé
Campo Unitário

PRESENCAS CONFIRMADAS

12 de agosto - 14h no  Facebook  YouTube  Portal da CONTAG



 **LIVE DA CONTAG**

26 de agosto de 2020 - QUARTA-FEIRA - às 16 horas
Trasmissão nas nossas páginas do Facebook, YouTube e Portal

PROSA DE MARGARIDAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Mediadora	Comentarista	Convidada	Convidada	Convidada	Convidada
					
Mazé Morais Agricultora Familiar e Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG	Camila Castro Agricultora Familiar ribeirinha e Secretária Geral e Mulheres da FETAGRI-PA	Juneia Batista Secretária Nacional de Mulheres - CUT	Carmen Silva SOS Corpo e Fórum de Mulheres de Pernambuco	Sara Deolinda Psicóloga e Educadora Popular	Tatiana Dias Pesquisadora em Políticas Públicas e Relações Raciais - IPEA

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES E AÇÕES AFIRMATIVAS



VOTE NA
MARCHA DAS
MARGARIDAS,
NA CATEGORIA
ATIVISMO!



PRÊMIO
benfeitoria
de
FINANCIAMENTO
COLETIVO



Mazé Morais
Agricultora familiar
Secretária de Mulheres Rurais da Contag
Coordenadora da 6ª Marcha das Margaridas

Fernanda Leal
Diretora do Centro de Humanidades
Mediadora

CENTRO DE HUMANIDADES E MOVIMENTO

**A marcha das Margaridas:
assim se passaram 20 anos**

<https://bit.ly/assessoriach>

14⁸
Sexta-feira
10 Horas

Acessível em LIBRAS

Berenice Gomes
Doutoranda Políticas Públicas UFMA

Maria do Socorro Silva
Professora do CDSA/UFCG

